



FACULDADE DE ENSINO DE MINAS GERAIS
FACEMG

PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE
ENFERMAGEM

2023

Faculdade de Ensino de Minas Gerais

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
DADOS INSTITUCIONAIS	7
1.1. MANTENEDORA	7
1.2. MANTIDA	7
1.3. HISTÓRICOS DA MANTENEDORA	7
1.4. HISTÓRICO DA MANTIDA	8
1.5. INSERÇÃO REGIONAL DA INSTITUIÇÃO	9
2 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO	12
DIMENSÃO 1 – CONTEXTO INSTITUCIONAL	13
1.1. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	13
1.2. MISSÃO INSTITUCIONAL	13
1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO	14
1.3.1 Organograma Institucional e Acadêmico	14
1.4. ADMINISTRAÇÃO	17
1.4.1. Condições de Gestão	17
1.4.2. Articulação da Gestão do Curso com a Gestão Institucional	17
1.4.3. Planos de Desenvolvimento	17
1.4.4. Sistemas de Informação e Comunicação	17
1.5. POLÍTICAS DE PESSOAL E PROGRAMAS DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS	17
1.5.1. Plano de Carreira e Incentivos aos Docentes	18
1.5.2. Plano de Carreira e Incentivo do Pessoal Técnico-Administrativo	19
1.5.3. Programas Institucionais de Financiamento de Estudos para Alunos Carentes	19
DIMENSÃO 2 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	20
2.1 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	20
2.1.1. Contexto Educacional	20
2.1.2. Políticas Institucionais no Âmbito do Curso	21
2.1.3. Concepção do Projeto Pedagógico de Curso - PPC	21
2.1.4. A atualização constante do projeto pedagógico	23
2.2 PERFIL DO CURSO	23
2.2.1. Relevância Social do Curso	24
2.2.2. Justificativas para oferta do curso na região de Venda Nova	25
2.3 OBJETIVOS DO CURSO	31
2.3.1. Objetivo Geral	31
2.3.2. Objetivos Específicos	31
2.4 PERFIL DO EGRESSO	32
2.4.1. Habilidades e Competências específicas	34
2.5 VAGAS OFERTADAS	35
2.6 ESTRUTURA CURRICULAR	36
2.6.1 Matriz Curricular	36
2.7 FORMAS DE REALIZAÇÃO DE INTERDISCIPLINARIDADE	46
2.7.1 Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental	53
2.7.2 Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena	54
2.7.3 Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos	55
2.7.4 Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003	55

2.7.5	Disciplina de Libras	56
2.7.6	Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	57
2.8	EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS DO CURSO	57
2.8.1	Metodologia	58
2.8.2	Estágio Curricular Obrigatório.....	58
2.8.3	Atividades Complementares	61
2.9	MECANISMOS DE AVALIAÇÃO	61
2.9.1	Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem.....	61
2.10	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DE CURSO	66
2.10.1	Avaliação do Curso Superior de Farmácia.....	66
2.10.2	Concepção do Processo de Autoavaliação do Curso de Enfermagem	66
2.10.3	Avaliação de Disciplinas.....	67
2.10.4	Autoavaliação do Curso Superior de Enfermagem	67
2.10.5	Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.....	69
2.10.6	Avaliação Externa	69
2.10.7	Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso	69
2.10.8	Apoio aos Discentes.....	70
2.10.9	Formas de Acesso	70
2.10.10	Disposições Gerais	71
2.10.11	Condições e Procedimentos.....	71
2.11	MATRICULA	71
2.11.1	Apoio Pedagógico aos Discentes	71
2.11.2	Acompanhamento Psicopedagógico	72
2.11.3	Mecanismos de Nivelamento.....	73
2.11.4	Atendimento Extraclasse.....	74
2.11.5	Acompanhamento dos Egressos.....	74
2.11.6	Atividades acadêmicas articuladas com a formação – pesquisa e extensão atividades de extensão.....	74
2.11.7	Monitoria	75
2.11.8	Programa de extensão comunitária.....	75
2.11.9	Políticas de Extensão no Panorama do curso de Enfermagem da FACHEM.....	76
2.11.10	Curricularização da Extensão	78
2.12	Definições da Oferta de Componentes Curriculares na Modalidade de Educação à Distância (EAD)	79
2.12.1	Metodologia do processo de ensino-aprendizagem	79
2.13	Das Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC na oferta da EaD no Curso	81
DIMENSÃO 3 – CORPO DOCENTE		82
3.1.	ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	82
3.1.1.	Atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE).....	82
3.1.2.	Composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE)	82
3.1.3.	Relação Nominal, Titulação e Formação Acadêmica do NDE	84
3.1.4.	Regime de Trabalho do NDE	84
3.1.5.	Atuação do Coordenador do Curso	84
3.1.6.	Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do coordenador	85
3.1.7.	Regime de Trabalho do Coordenador do Curso.....	86
3.1.8.	Titulação do Corpo Docente do Curso	86
3.1.9.	Regime de trabalho	91
3.1.10.	Experiência Profissional do Corpo Docente	92
3.1.11.	Experiência de Magistério Superior do Corpo Docente	93
3.1.12.	Produção Científica, cultural artística ou tecnológica.....	93
3.1.13.	Experiência no exercício da docência na educação à distância.....	95
3.1.14.	Experiência no exercício da tutoria na educação a distância	95
3.1.15.	Funcionamento do Colegiado de Curso	95
3.1.16.	Relação Nominal, Titulação e Formação Acadêmica do Colegiado de Curso	96
3.1.17.	Regime de Trabalho do Colegiado de Curso	97
3.1.18.	Titulação e regime de trabalho do corpo de tutores das disciplinas ministradas à distância.....	97
DIMENSÃO 4 – INSTALAÇÕES FÍSICAS.....		104

4.1.	INFRAESTRUTURA	104
4.1.1.	Espaço Físico.....	104
4.2.	GABINETES DE TRABALHO PARA PROFESSORES TEMPO INTEGRAL – TI	106
4.2.1.	Espaço de Trabalho para Coordenação do Curso e Serviços Acadêmicos	106
4.2.2.	Sala de Professores	106
4.2.3.	Salas de Aula.....	107
4.3.	ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	107
4.3.1.	Políticas de Acesso	107
4.3.2.	Relação Equipamento/Aluno/Curso	107
4.3.3.	Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs – no processo ensino-aprendizagem.....	107
4.3.4.	Infraestrutura de acesso para Portadores de Necessidades Especiais ou com Mobilidade Reduzida	108
4.4.	BIBLIOTECA.....	108
4.4.1.	Acervo	109
4.4.2.	Formas de expansão e atualização do Acervo	109
4.4.2.1	Plano de contingência	109
4.4.2.2	Controle da demanda.....	109
4.4.2.3	Expansão da disponibilidade das obras de maior demanda.....	109
4.4.2.4	Relatório de adequação bibliográfica	109
4.5.	SERVIÇOS	110
4.5.1.	Laboratórios didáticos especializados: quantidade	111
4.5.2.	Laboratórios didáticos especializados: serviços.....	112
4.5.3.	Normas e procedimentos de segurança laboratorial	113

ANEXOS

ANEXO I – EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS DO CURSO	115
ANEXO II – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS.....	173
ANEXO III – REGULAMENTO DO ESTÁGIO	175
ANEXO IV – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES	220
ANEXO V – REGULAMENTO DOS ESTUDOS DISCIPLINARES	238
ANEXO VI – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO	241

APRESENTAÇÃO

O presente documento apresenta o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do curso de graduação em Enfermagem da Faculdade de Ensino de Minas Gerais – FACEMG, mantida pela ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Enfermagem da FACEMG é um documento desenvolvido pelo NDE – Núcleo Docente Estruturante do curso e tem como finalidade mapear e ajustar a estrutura do curso ao perfil do egresso, atualizar e promover atividades que modernizem a qualidade profissional, cultural e social do aluno. Reproduz a organização do curso, viabilizando o trabalho de formação educacional e profissional. Nesse sentido, apresenta um ordenamento didático-pedagógico do funcionamento amplo do curso, envolvendo os recursos humanos, tecnológicos, bibliográficos e de estrutura física, como também as possibilidades das práticas educacionais, que se encontram harmonizados para promover o ensino ministrado nas disciplinas, nas atividades complementares e nas demais atividades propostas para o curso.

O Projeto Pedagógico aprecia para o conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais, que expressam e orientam a prática pedagógica do curso, sua estrutura curricular, as ementas, a bibliografia e o perfil dos concluintes, obedecendo às Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pelo Ministério da Educação.

O Projeto Pedagógico do Curso é baseado no PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional da FACEMG e estabelece as orientações para a obtenção de padrões de qualidade na formação do profissional de Enfermagem. Tem por finalidade o aperfeiçoamento significativo da política e da prática universitária, observando a questão da qualidade do ensino, nas suas dimensões política, social, técnica e ética, como também, o processo educativo voltado para a formação do aluno com competência técnico-científica e compromisso social. Este documento é um instrumento de reflexão e aprimoramento sobre as práticas do curso e está baseado na Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; na Resolução CNE/CES nº 3/2001, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Enfermagem, no Parecer CNE/CES nº 213/2008, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração do curso de graduação em Enfermagem.

Para a perfeita integração dos cursos mantidos pela FACEMG, buscou-se uma perfeita e plena articulação entre o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, o PPI - Projeto Político Institucional e os PPCs - Projetos Pedagógicos de Cursos, de maneira que um forneça subsídios ao outro, e que todos eles se completem de modo a permitir a total presença da filosofia e objetivos da FACEMG, permitindo assim o crescimento sustentado da instituição. É importante destacar que o PDI, o PPI e os PPCs da FACEMG são os resultados de um trabalho contínuo e participativo que envolveu todos os segmentos da estrutura organizacional da faculdade, orientado pelas diretrizes educacionais vigentes e acreditando que o plano resuma os anseios institucionais. Compreende também o resultado de discussão e participação, docente e discente, realizadas até o momento, permitindo ser um elemento para novas discussões, pois se acredita que o projeto pedagógico elaborado de maneira participativa e

democrática tem maior viabilidade e determinação para sua implantação e efetivação cotidiana.

O Curso oferece o ensino embasado em sólida formação profissional, teórico-prática e básica, visando à formação de um profissional enfermeiro completo. O perfil e estrutura do Curso seguem com vistas a formar profissionais capazes de realizar transformações sociais, que sejam empreendedores éticos, críticos, conscientes, comprometidos com a formação e o aprendizado contínuos.

Espera-se que o presente documento forneça, de forma clara e objetiva, a visão pedagógica do curso de Enfermagem, refletindo seus objetivos e práticas para a formação do profissional bacharel em Enfermagem generalista na plenitude que a profissão contempla.

INFORMAÇÕES GERAIS

DADOS INSTITUCIONAIS

1.1. MANTENEDORA

NO ME	ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA.
ENDEREÇO	AV. PAULISTA, nº 900, 1º ANDAR, BELA VISTA
CNP J	06.099.229/0001-01
MUNICÍPIO	SÃO PAULO
UF	SP

1.2. MANTIDA

NOME	FACULDADE DE ENSINO DE MINAS GERAIS - FACEMG
ENDEREÇO SEDE	Rua Padre Pedro Pinto, nº 1388/1410, Bairro Venda Nova.
MUNICÍPIO	Belo Horizonte
UF	MG
TELEFONE	(31) 3441-0005
E-MAIL	pigeral2020@gmail.com
SITE	www.facemg.edu.br

1.3. HISTÓRICO DA MANTENEDORA

A **Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo – ASSUPERO**, pessoa jurídica de direito privado com sede na Avenida Paulista, nº 900, 1º andar, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, com Estatuto registrado e protocolado em microfilme no Quarto Cartório de Títulos e Documentos de São Paulo, em 04/02/2004, sob o nº 477.740, cadastrada no CNPJ sob o nº 06.099.229/0001-01, era uma entidade mantenedora sem fins lucrativos até o ano de 2017.

A partir de janeiro de 2018, foi aprovada a transformação do tipo jurídico da **ASSUPERO** de associação sem fins lucrativos para Sociedade Simples Limitada sob a denominação de **ASSUPERO ENSINO SUPERIOR S/S LTDA.**, cuja ata encontra-se registrada no 4º Registro de Pessoas Jurídicas da Capital sob nº 669752, de 22 de janeiro de 2018, com manutenção do mesmo CNPJ nº 06.099.229/0001-01.

Em 06 de julho de 2018, após registro na JUCESP, sob NIRE nº 3523113603-9, ocorreu a transformação do tipo societário para **ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA.**, permanecendo o mesmo CNPJ nº 06.099.229/0001-01.

Com a transformação, a **ASSUPERO** passou à categoria administrativa de mantenedora com fins lucrativos. A SERES/MEC já efetuou a alteração no cadastro do sistema e-MEC.

1.4. HISTÓRICO DA MANTIDA

A **Faculdade de Ensino de Minas Gerais – FACEMG**, instituição de ensino superior com limite territorial de atuação circunscrito ao município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, foi credenciado pela Portaria 3.893, publicada em 16/11/05, e recredenciado pela Portaria nº 255, publicada no DOU em 19/04/16.

Até junho de 2019, a **FACEMG** era mantida pela **ASSOBES ENSINO SUPERIOR LTDA.**, sociedade empresária limitada, registrada na JUCEG sob NIRE nº 5220363886-0. Após a transferência de manutenção, a **FACEMG** passou a ser mantida pela **ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA.**

Com endereço de funcionamento situado na Rua Padre Pedro Pinto, 1.388/1.410, Bairro Venda Nova, a **FACEMG** oferece os seguintes cursos: **Administração**, **Ciências Contábeis**, **Direito**, **Enfermagem** e **Fisioterapia**, reconhecidos pela Portaria nº 949, publicada no DOU em 31/08/21; **Educação Física** (bacharelado), autorizado pela Portaria nº 941, publicada no DOU em 04/12/15; **Engenharia Civil**, reconhecido pela Portaria nº 70, publicada no DOU em 10/01/22; **Farmácia**, autorizado pela Portaria nº 59, publicada no DOU em 11/02/14; **Psicologia**, autorizado pela Portaria nº 268, publicada no DOU em 12/06/19. Também são oferecidos **Cursos Superiores de Tecnologia em Estética e Cosmética**, reconhecido pela Portaria nº 545, publicada no DOU em 04/12/20; **Gestão de Recursos Humanos**, reconhecidos pela Portaria nº 207, publicada no DOU em 07/07/20; **Processos Gerenciais**, reconhecido pela Portaria nº 7, publicada no DOU em 08/01/21.

Os pedidos de reconhecimento dos cursos de graduação em **Educação Física** e **Farmácia** encontram-se em tramitação junto à SERES/MEC.

1.5. INSERÇÃO REGIONAL DA INSTITUIÇÃO

Belo Horizonte é a capital do Estado de Minas Gerais e está localizado na região Sudeste, a 716 quilômetros de Brasília, 586 quilômetros de São Paulo, 444 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro e a 850 metros acima do nível do mar.

Com uma população estimada em 6.006.091 (IBGE, 2020) habitantes, a Região Metropolitana de Belo Horizonte é a terceira em importância econômica e demográfica do Brasil.

Segundo dados do PNUD, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Belo Horizonte é 0,810. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Muito Alto (IDHM entre 0,8 e 1). O IDHM passou de 0,726 em 2000 para 0,810 em 2010 - uma taxa de crescimento de 11,57%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 30,66% no período.

Projetada pelo Engenheiro Aarão Reis entre 1894 e 1897, Belo Horizonte foi a primeira cidade brasileira moderna planejada. Elementos-chave do seu traçado incluem uma malha perpendicular de ruas, cortadas por avenidas em diagonal, quarteirões de dimensões regulares, visadas privilegiadas e uma avenida em torno de seu perímetro (Avenida do Contorno). Outro aspecto interessante do projeto original é a abundância de parques e praças e a presença de um grande parque municipal na área central.

A cidade, posicionada em um eixo logístico do Brasil, é servida por uma malha viária e ferroviária que a liga aos principais centros e portos do país. Também, é o Portão de Entrada para cidades coloniais brasileiras, algumas como Ouro Preto, Sabará, Caeté, Santa Luzia, Congonhas e Tiradentes.

A cidade é o principal centro de distribuição e processamento de uma região com atividades ligadas a agricultura e a mineração, assim como um importante polo industrial. Entre os principais produtos, o aço e seus derivados, automóveis e produtos têxteis, além de ouro, manganês e pedras preciosas de regiões próximas ao estado, que são processados na cidade.

A urbanização intensa fez com que a área urbana de Belo Horizonte se encontrasse com a de outros municípios como Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Sabará, Vespasiano e Nova Lima. Esse processo denominado conurbação tornou irrelevantes as fronteiras políticas desses municípios. Atualmente, a Região Metropolitana de Belo Horizonte, ou simplesmente Grande BH, possui 34 municípios, alguns históricos, como Caeté, Nova Lima, Sabará e Santa Luzia.

Belo Horizonte, por ser capital de Minas Gerais, respira política. Grandes articulações de impacto nacional foram e são realizadas em lugares como o Palácio da Liberdade, o Café Pérola e o Café Nice. Vários prefeitos de Belo Horizonte tornaram-se governadores do estado e dois foram presidentes da república, Venceslau Brás Pereira Gomes e Juscelino Kubitschek de Oliveira. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, prefeito de BH e presidente do estado, na época da República Velha, foi o principal articulador da candidatura à presidência de Getúlio Vargas e da Revolução de 1930.

A cidade também é referência nacional em Orçamento Participativo. Em 2006, inovou ao criar o Orçamento Participativo Digital, um moderno sistema onde os eleitores podem votar utilizando um computador comum ligado à Internet.

Além disso, Belo Horizonte é um grande centro cultural, com grandes universidades, museus, bibliotecas, espaços culturais e pode vangloriar-se por ter uma das mais animadas vidas noturnas do país. Além disso, vem sendo crescentemente reconhecida como centro de excelência em biotecnologia, informática e medicina, sediando importantes eventos em diversas áreas.

Um dos principais pontos turísticos de BH é o conjunto arquitetônico da Pampulha, inaugurado em 1943, por encomenda do então prefeito Juscelino Kubitschek. Distante 8 km do centro de Belo Horizonte, a Pampulha dispõe de um grande lago artificial, com belas e modernas residências. Ali há um conjunto arquitetônico de importantes obras: a Capela de São Francisco de Assis, localizada na beira do lago, projetada por Oscar Niemeyer e decorada com pinturas de Candido Portinari e com projeto paisagístico de Roberto Burle Marx.

É também na Pampulha que se encontra o estádio Governador Magalhães Pinto, conhecido como o Mineirão, o segundo maior estádio de futebol do país, o Mineirinho, que já testemunhou um recorde de público mundial em uma partida de vôlei (aproximadamente 24 mil pessoas), a Casa do Baile, o Museu de Arte da Pampulha (MAP), o Parque Ecológico da Pampulha, o Jardim Botânico de Belo Horizonte, o Parque Guanabara e o Jardim Zoológico da cidade.

Outras atrações são o Alto das Mangabeiras, a Savassi, o Viaduto Santa Teresa, a Feira da Afonso Pena, o Mercado Central, sem deixar de enfatizar a sua grande quantidade de bares e restaurantes, afinal BH é conhecida como a "capital nacional do boteco", pois tem mais bares *per capita* que qualquer outra grande cidade do Brasil. Na ausência de mar e praia, dizem os mineiros, o lazer da cidade ocorre em seus milhares de restaurantes, bares e botecos. A culinária mineira é uma atração que acompanha concomitantemente a cerveja, o chope, o vinho ou a famosa cachaça mineira.

Por todo esse entorno imerso em cultura e história, Belo Horizonte é conhecida por ser o berçário de movimentos de expressão internacional. Na música, merecem destaque o coral Madrigal Renascentista, o movimento Clube da Esquina e as bandas musicais 14 Bis, Skank, Jota Quest, Pato Fu, Sepultura e Tianastácia. No teatro, é importante mencionar o Grupo Galpão e o Giramundo Teatro de Bonecos. Na dança, grupos com renome internacional, como o Grupo Corpo e o Grupo 1º Ato.

Além disso, residiram em Belo Horizonte escritores e intelectuais de influência nacional. Para citar alguns nomes, Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, Milton Campos, Fernando Sabino, Otto Lara Resende, Ziraldo, Gustavo Capanema, Emílio Moura, Hélio Pellegrino e Paulo Mendes Campos.

Todos os anos é realizado em Belo Horizonte o "Festival Internacional de Teatro, Palco e Rua" (FIT); o "Festival Internacional de Teatro de Bonecos" (FITB); o "Fórum Internacional de Dança" (FID); o "Festival de Arte Negra" (FAN); a "Campanha de Popularização do Teatro e da Dança", que acontece nos meses de janeiro a março, quando dezenas de peças teatrais são oferecidas a preços populares, além de vários festivais de cinema e música, sendo o "Indie Festival" e o "Festival Internacional de Curtas" os mais famosos. Bialmente, acontece o "Festival Mundial de Circo do Brasil".

Na área da educação, de acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), os alunos dos anos iniciais da rede pública do município tiveram nota média de 6.3 em 2019. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4.7. Em 2021, Belo Horizonte apresentava 705 estabelecimentos de ensino infantil, 686 estabelecimentos de ensino fundamental, 267 escolas de nível médio e 66 instituições de nível superior, a rede de ensino da cidade é uma das mais extensas do país.

Em 2021, 76,6% da população de 6 a 17 anos do município estava cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série e 23,4% dos jovens de 18 a 24 anos, fase de ingresso acadêmico, estavam cursando o ensino superior.

Com base no exposto, destaca-se que a concepção do Projeto Institucional da FACEMG surge das necessidades e demandas da região de forma a construir e desenvolver uma massa crítica de profissionais que promovam a sustentabilidade local e sedimentem os fatores sociais, culturais, políticos e econômicos como valores fundamentais para o fortalecimento integrado da cidade e de suas áreas de influência.

Os cursos e os programas oferecidos pela IES, mediante seus projetos pedagógicos específicos, serão organizados de modo a propiciar aos profissionais em formação conhecimentos e habilidades capazes de permitir-lhes:

- A apropriação de conhecimentos básicos relacionados às áreas que serão objeto de sua atuação profissional, articulando teoria e prática nas diferentes configurações que a práxis profissional venha a assumir;
- O desempenho de suas atividades com competência técnica e compromisso social e político em seu contexto sociocultural de atuação.

Ao definir a qualidade e a atualização da formação como objetivo central da proposta para o ensino de graduação em Farmácia, a IES tem por finalidade a construção de um processo coletivo de articulação de ações voltadas para a formação competente do profissional que pretende se graduar.

Nessa direção, torna-se imprescindível a interação da IES com a comunidade e os segmentos organizados da sociedade civil como expressão da qualidade social desejada para o cidadão a ser formado como profissional.

A missão da Instituição inclui preparação para a liderança e acompanhamento de profundas e densas mudanças induzidas pelo avanço tecnológico e pelas novas concepções de vida dele emergentes.

A FACEMG tem o compromisso de cooperar com o processo de desenvolvimento regional sustentável, uma vez que proporcionará aos seus alunos instrumentos técnico-científicos relevantes em seus cursos, que são úteis e básicos à elaboração de políticas públicas. A interação dos conteúdos com aspectos inerentes às questões sociais, jurídicas e ambientais, exigidas no mundo atual, possibilitará a formação de enfermeiros capazes de atuar em prol do desenvolvimento social, cultural e econômico sustentado.

No âmbito administrativo, é preciso levar em conta as novas tecnologias de gestão propostas, que têm como mote principal – além da utilização dos modernos meios de comunicação para economizar etapas e fazer fluir mais livremente o fluxo de processos organizacionais – a primazia do mérito e da qualidade acadêmica são fatores indispensáveis para se alcançar os mais altos níveis da inteligência criativa e a elaboração de novas metodologias para a abordagem de problemas tangíveis e reais da sociedade organizada.

A estrutura que se pretende implantar nessa era informacional, com a utilização dessas novas tecnologias gerenciais, abrirá espaços nos quais há possibilidades concretas de libertação das grandes patologias organizacionais: o normativo, o burocratismo e o corporativismo, tão presentes na vida acadêmica. Essas patologias cederão e tenderão a desaparecer diante dos recursos das tecnologias virtuais, da flexibilidade orgânica e da descentralização do poder.

A IES possui uma política de expansão coerente com o atual estágio e perspectivas de desenvolvimento da região de Belo Horizonte.

Finalmente, resta afirmar que a FACEMG adota políticas direcionadas para o desenvolvimento de estudos de situações reais e específicas para a melhor compreensão das condições de vida das comunidades abrangidas pela ação da IES.

Afinal, é premente na instituição a preocupação de ministrar e desenvolver os conhecimentos e práticas necessárias para que os seus egressos tenham condições de atuar com competência nas empresas que escolherem em igualdade de condições com concorrentes de quaisquer regiões.

O Curso de Enfermagem da FACEMG propõe-se à tarefa de transformar a base do capital humano em contingente profissional ético, incentivando continuamente seu engajamento no desenvolvimento socioeconômico da região, a partir de ações de cidadania e de responsabilidade social, levando em consideração a cultura regional no qual está inserido.

2. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

Denominação:	Curso de Enfermagem, Presencial, modalidade Bacharelado
Turno de Funcionamento:	Noturno As atividades do Curso são desenvolvidas semanalmente de segunda-feira aos sábados.
Carga Horária:	• Carga Horária Total do Curso: 4.800 horas ou 4.000 h/a • Carga horária de Conteúdos Disciplinares: 2.450 h/a • Atividades Complementares: 100 h/a • Estágio Curricular: 960 h/a • Disciplina Optativa 20 h/a • Atividades Práticas Supervisionadas: 800 h/a
Tempo de Integralização:	• Prazo Mínimo para Integralização: 8 semestres (prerrogativa prevista no inciso IV, artigo 2º, Resolução CNE/CES nº 04/2009) • Prazo Máximo para Integralização: 14 semestres
Vagas Solicitadas:	100 anuais
Dimensionamento das Turmas:	Amparada no disposto no artigo 53 da Lei nº 9.394/1996, a IES, por meio de seus colegiados superiores, estabeleceu que os candidatos classificados em processo seletivo e matriculados serão divididos em grupos de 50 alunos. Enquanto que, nas atividades práticas, os grupos têm as dimensões recomendadas pelo professor, com aprovação da Coordenação de Curso, sempre respeitado o limite máximo de 20 alunos por turma prática.
Regime de Matrícula:	Modalidade de Oferta do Curso: Presencial Regime: Semestral

Coordenador do Curso:	Nome: Laís Aparecida Melo Freire Rua Padre Pedro Pinto, 1388 /1410 – Venda Nova E-mail: laisaponto@yahoo.com.br Titulação: Mestre Área de concentração: Enfermagem Conclusão: 2011 Regime de Trabalho: Integral
------------------------------	---

Base Legal

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem foi concebido com base na Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; na Resolução CNE/CES nº 3/2001, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Enfermagem, no Parecer CNE/CES nº 213/2008, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração do curso de graduação em Enfermagem e outros, na Resolução CNE/CES nº. 3/2007, que dispõe sobre procedimentos relativos à hora-aula; com adequação de seus conteúdos curriculares às exigências do Decreto nº 5.626/2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e adequação dos estágios à Lei 11.788/2008.

A infra-estrutura institucional apresenta condições de acesso para portadores de necessidades especiais, em observância ao Decreto nº. 5.296/2004. Considera, também, as recomendações da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), elaboradas a partir das discussões ocorridas nos últimos Seminários Nacionais de Diretrizes para a Educação em Enfermagem (SENADEn); as determinações da Lei do Exercício Profissional (Lei nº 7.498/86) e o Código de Ética (Resolução COFEn nº 240/00) do Conselho Federal de Enfermagem (COFEn).

Cabe destacar que foi publicada no DOU de 07/04/2009 a Resolução CNE/CES nº 4/2009, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração do curso de graduação em Enfermagem, na modalidade presencial, que fixa a carga horária mínima em 4.000 horas. Assim sendo, a carga horária do curso de Enfermagem da FACEMG atende às exigências legais vigentes.

DIMENSÃO 1 – CONTEXTO INSTITUCIONAL

1.1. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Faculdade de Ensino de Minas Gerais – FACEMG desenvolve suas atividades com o objetivo de garantir uma formação superior voltada para um ensino de qualidade, de acordo com as exigências do Ministério da Educação, do mercado de trabalho e da sociedade. A Instituição visa à capacitação de profissionais éticos e competentes para o desenvolvimento da região, resgatando a compreensão da inter-relação humana, na busca sistemática pela excelência educacional, e busca alcançar seu objetivo a partir de percepções compartilhadas dos problemas regionais.

A faculdade assume posição construtiva em uma sociedade democrática, servindo de instrumento propulsor de transformação social. Nesse sentido, suas metas procuram responder aos anseios e às necessidades da comunidade onde se situa. A IES deve ter o compromisso de colocar o produto de suas atividades de ensino com a extensão ao alcance e serviço dessa comunidade, para dela merecer respeito e reconhecimento. Tem como fim, ainda, garantir a qualidade desse produto, por meio de uma efetiva política de capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo, além de uma ampla participação dos alunos nos diversos aspectos da vida universitária.

1.2. MISSÃO INSTITUCIONAL

A Faculdade de Ensino de Minas Gerais – FACEMG tem como missão investir em um processo de ensino e aprendizagem que capacite os seus egressos a atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competência para formular, sistematizar e socializar conhecimentos em suas áreas atuação. Para alcançar esse objetivo, a Instituição promove a educação superior integrando o ensino e a extensão, visando à formação de sujeitos empreendedores e comprometidos com o autoconhecimento, a transformação social, cultural, política e econômica do estado e da região.

Seu dever é orientar e desenvolver iniciativas que aumentem a qualidade do ensino e com ela a formação de sujeitos responsáveis, comprometidos com o seu autodesenvolvimento e com o progresso da sociedade. Para tanto, partilha dessa responsabilidade com os ingressos, os egressos e com as organizações locais. Nesse sentido, a Instituição objetiva ser locus de referência no estado, assumindo o compromisso institucional de promover o desenvolvimento educacional da região e participar da inserção dos egressos no mercado de trabalho. A Instituição entende que, na interação dinâmica com a sociedade, em geral, e com o mercado de trabalho, em particular, define os seus campos de atuação acadêmica presentes e futuros.

Reconhecendo a crescente importância do conhecimento para a formação de sujeitos e para o processo de desenvolvimento da sociedade, a Faculdade de Ensino de Minas Gerais – FACEMG pretende produzi-lo articulando o ensino com a extensão a partir da análise da realidade social, econômica, política e cultural local, buscando compreender melhor e mais profundamente a realidade que seu egresso irá contribuir para transformar. Nesse sentido, esta Instituição tem como diretriz uma formação que combina e equilibra o desenvolvimento técnico e humanístico e que promove a visão

sistêmica do estudante.

Não obstante, o processo de formação do profissional deve abranger uma série de compromissos com a realidade social enquanto sujeito participe de sua construção qualitativa, ao mesmo tempo em que assumirá o exercício profissional na direção da resolução dos problemas locais e regionais.

Para realizar essa missão, a Instituição também parte da necessidade de que, enquanto agência promotora de educação superior deva ser possuidora de uma política de graduação rigorosa, sólida e articulada organicamente a um projeto de sociedade e de educação.

1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

A estrutura organizacional da Instituição está apoiada em órgãos colegiados, executivos e suplementares.

Os órgãos colegiados e executivos organizam-se em dois níveis de decisão:

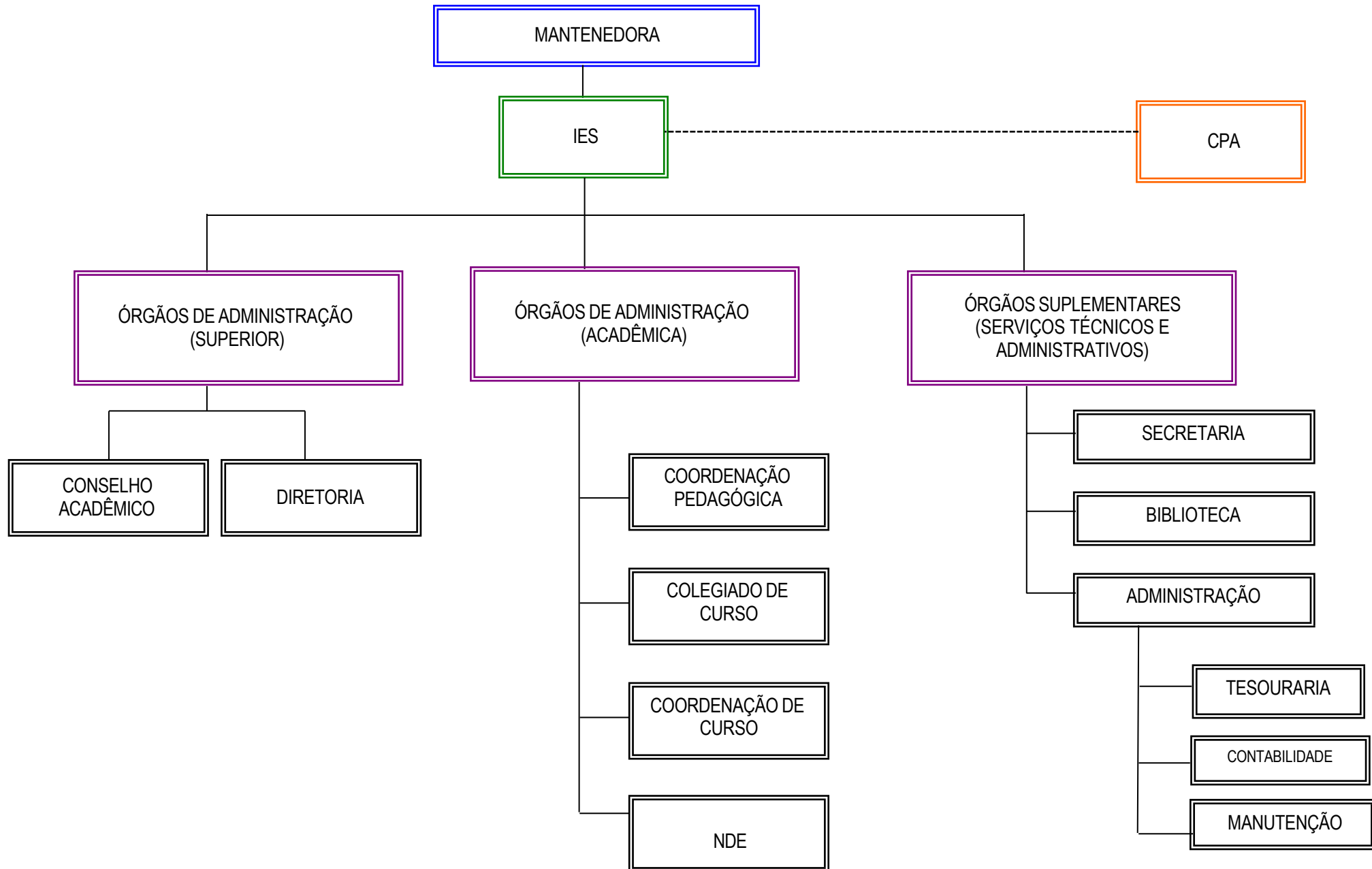
- Órgãos de Administração Superior: Conselho Acadêmico e Diretoria;
- Órgãos de Administração Acadêmica: Coordenação Pedagógica, Colegiado de Curso, Coordenação de Curso e NDE.

Essa estrutura é auxiliada nas suas atribuições e competências pelos Órgãos Suplementares: Secretaria, Biblioteca, Administração, Tesouraria, Contabilidade e Manutenção. Poderão integrar a estrutura organizacional da IES outros órgãos de natureza didático-científica, cultural e técnico-administrativa.

1.3.1. Organograma Institucional e Acadêmico

O Organograma Institucional é apresentado na página a seguir.

ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL



1.4. ADMINISTRAÇÃO

1.4.1. Condições de Gestão

O Projeto Institucional identifica as características da instituição apresentadas no bojo do PDI, tendo a Instituição, através de seus prepostos e funcionários já contratados (direção administrativa, biblioteca, secretaria, informática), procurado demonstrar coerência entre a estrutura organizacional definida pela Instituição e a prática administrativa proposta.

A Direção Acadêmica e a Coordenação de Curso são exercidas por docentes do quadro, sendo viável o cumprimento das normas administrativas e acadêmicas inerentes.

1.4.2. Articulação da Gestão do Curso com a Gestão Institucional

Há uma preocupação constante, por parte da FACEMG, para que a gestão do curso possa estar articulada com a gestão institucional. Entendemos que não há possibilidade de existir uma gestão de qualidade se não houver interface entre os objetivos institucionais e as atividades do curso.

Ademais, o Regimento da IES assegura, como forma de aplicação do princípio de gestão democrática, a integração entre a gestão administrativa, os seus órgãos colegiados e os cursos em suas diversas modalidades.

Para tanto, foram instituídos órgãos colegiados deliberativos superiores com a participação de membros de sua comunidade, da comunidade local e da representatividade legal do corpo docente, discente e administrativo.

Neste sentido estabelece, ainda, as responsabilidades e áreas de competência da mantenedora e da mantida, o que permite e promove, consequentemente, a democratização do conhecimento, mediante a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

1.4.3. Planos de Desenvolvimento

No PDI, as informações específicas prestadas são coerentes com a estrutura organizacional e as práticas administrativas existentes, além de haver condições financeiras satisfatórias para a implantação do curso.

1.4.4. Sistemas de Informação e Comunicação

A Instituição também apresenta estrutura para a coordenação, secretaria, tesouraria e um sistema de informática compatível com as necessidades do curso.

1.5. POLÍTICAS DE PESSOAL E PROGRAMAS DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS

Os mantenedores da FACEMG entendem que, mesmo dispondo de um Projeto de Desenvolvimento Institucional adequado e de Projetos Pedagógicos consistentes dos cursos que oferece

e pretende oferecer, isto pouco representará se não houver pessoas qualificadas para desempenhar as funções administrativas, pedagógicas e acadêmicas.

Sendo assim, são estabelecidos como critérios de contratação de pessoal administrativo:

- Apresentar características de liderança;
- Ser inovador no desempenho de suas tarefas na área específica das funções que exerce e na área de informática;
- Ser empático e democrático em relação aos colegas;
- Demonstrar domínio de conhecimentos na sua área de trabalho; e
- Estar predisposto à formação contínua.

Para a contratação de professores, os critérios que nortearão a escolha podem ser resumidos em dez aspectos:

1. Professores com titulação mínima de especialista;
2. Professores com aderência para ministrar aulas nas disciplinas presentes na estrutura curricular dos cursos que oferece;
3. Professores com experiência docente;
4. Professores com experiência docente em cursos superiores de, pelo menos, dois anos;
5. Professores capacitados para estabelecer boa relação com os estudantes, com os seus pares e com as lideranças acadêmicas;
6. Professores comprometidos com a educação permanente;
7. Professores com potencial para somar as atividades de pesquisa e extensão às atividades docentes;
8. Professores comprometidos com a aprendizagem dos estudantes;
9. Professores com elevada capacidade de comunicação oral e escrita; e
10. Professores com relações sociais nas organizações locais.

1.5.1. Plano de Carreira e Incentivos aos Docentes

Uma das preocupações da Instituição em promover o comprometimento do docente com os valores e princípios educacionais da IES foi sinalizada pela elaboração e implantação do Plano de Carreira Docente constante no PDI.

O Plano prevê classes, níveis e regime de trabalho. As classes de docente serão de Titular, Adjunto, Assistente e Auxiliar.

O ingresso na Carreira de Professor de Ensino Superior dar-se-á, preferencialmente, na referência inicial da respectiva categoria funcional, por meio de processo seletivo, e prevê os seguintes níveis e regimes de trabalho:

- Professor Titular
- Professor Adjunto
- Professor Assistente

- I. Regime de Tempo Integral – TI
- II. Regime de Tempo Parcial – TP
- III. Regime Horista – RHA

Foi prevista a avaliação docente, que funcionará como condicionante à progressão funcional. No plano docente estão previstos estímulos à qualificação, à capacitação, à pesquisa e extensão.

1.5.2. Plano de Carreira e Incentivo do Pessoal Técnico-Administrativo

A busca da FACEMG pela eficaz promoção do comprometimento do corpo técnico-administrativo com os valores e princípios educacionais defendidos pela Instituição norteou a elaboração e implantação do Plano de Carreira do Corpo Técnico-Administrativo, constante no PDI.

O plano para a carreira administrativa prevê cargos técnicos de nível superior, médio e auxiliares administrativos.

1.5.3. Programas Institucionais de Financiamento de Estudos para Alunos Carentes

O Programa de Assistência ao Corpo Discente prevê o oferecimento de bolsas de estudo referentes a descontos de 10% a 30% no valor da mensalidade do curso a estudantes carentes, mediante o preenchimento de formulário específico, que é, por sua vez, encaminhado para a avaliação e seleção de Comissão Especial, designada pela Diretoria. Essas bolsas são oferecidas considerando-se o equilíbrio entre os recursos existentes e a cota de bolsas pleiteadas.

Ademais, o FACEMG viabiliza o programa de Financiamento Estudantil – FIES, nos termos da Portaria MEC nº 1.626, de 26 de junho de 2003.

O financiamento concedido, nesse caso, pode chegar até 80% dos encargos educacionais. O agente financeiro responsável é a Caixa Econômica Federal que concede os financiamentos apenas aos alunos matriculados nos cursos com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

O FACEMG já aderiu ao ProUni – Programa Universidade para Todos, criado pela MP nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, tendo como objetivo a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes carentes do município.

Sensível às dificuldades econômicas pelas quais passa o país, que culminaram com a redução de bolsas do FIES e PROUNI, o FACEMG proporciona aos calouros e veteranos as seguintes possibilidades:

Concurso de Bolsa	Até 100% de bolsa, até o final do curso para os calouros que obtiverem as melhores notas no vestibular tradicional.
Desconto 1º Semestre	Até 40% de desconto no primeiro semestre do curso ou até 15% de desconto durante todo o curso.

Convênio-empresa	10% de desconto para empregados e seus familiares
Enem	Até 100% de bolsa até o final do curso, de acordo com a nota obtida no Enem. Quanto maior a nota maior a bolsa

DIMENSÃO 2 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

2.1 CONTEXTO EDUCACIONAL

A Faculdade de Ensino de Minas Gerais surge para suprir as deficiências regionais em recursos humanos qualificados e para absorver a crescente massa de estudantes que concluiu ou, nos próximos anos, concluirá o ensino médio, conforme dados reveladores de pesquisa de mercado realizada.

A cidade de Belo Horizonte, cuja população é hoje estimada em 2.530.701 habitantes (IBGE-2021), contou com 77.174 novas matrículas no ensino médio no ano de 2021.

No ano de 2021, foram 1.164.126 de candidatos inscritos em processos seletivos em instituições de ensino superior para um total de 315.453 vagas oferecidas pelas instituições de ensino superior no estado, segundo dados do INEP. Destas vagas, apenas 8.122 foram oferecidas por instituições públicas de Belo Horizonte.

Neste aspecto, indiscutivelmente, verifica-se que as instituições particulares desempenham relevante papel na formação superior, de forma a atender a demanda de mercado resultante de um processo, qual seja o aumento do contingente de egressos do ensino médio, que reclama pela necessidade de mais vagas, mais cursos e mais instituições, democratizando, assim, o acesso dos jovens aos estudos de nível superior.

O papel do sistema educacional privado é diminuir o fosso entre os concludentes do ensino médio e o acesso ao ensino superior. Isso pode ser feito mediante a autorização de mais cursos que, com competência e credibilidade, formem profissionais capacitados, preparados tanto para o setor empresarial quanto para a administração de órgãos públicos e privados.

A cidade de Belo Horizonte precisa de profissionais qualificados para a gestão de práticas de trabalho modernas, para o empreendedorismo, para o emprego de atitudes inovadoras e para os desafios do desenvolvimento sustentável.

Sabe-se que, com a oferta de cursos de graduação, formando um contingente de profissionais com melhor preparação crítica, poder-se-á democratizar os projetos de cidadania e garantir bom êxito no processo de desenvolvimento e progresso regional.

É neste contexto que se instala a FACEMG, que não poupará esforços no sentido de oferecer à comunidade cursos, projetos e programas voltados para as necessidades regionais e integrados à realidade de sua área de inserção.

A FACEMG pretende estabelecer-se, ao longo do tempo, como um centro de referência no Estado de Minas Gerais no que diz respeito à formação de profissionais com competências e habilidades técnico- científicas reguladas pela ética e por uma visão crítica de seu papel na sociedade – uma formação profissional voltada para a assistência, o ensino, a pesquisa e a extensão em todos os níveis.

2.1.2 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

Há plena consonância entre o preconizado no PDI e PPI da IES em relação às políticas institucionais e as práticas do curso. O ensino de qualidade, pesquisa e extensão, são ações praticadas nas atividades regulares do curso. A ética como postura e o compromisso social como atitude, são estimulados pelos docentes dentro do cotidiano do processo de ensino-aprendizagem.

2.1.3 Concepção do Projeto Pedagógico de Curso – PPC

O Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem da FACEMG é um documento que fixa os objetivos e metas a serem alcançados durante o processo de formação dos estudantes, em consonância com o planejamento global e com as diretrizes e princípios, expressos no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e no Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Tem como finalidade principal dar conhecimento à comunidade acadêmica dos pressupostos básicos, da organização e do funcionamento do processo de formação do profissional enfermeiro na FACEMG. Desta forma, o presente projeto favorecerá:

- a uniformização dos conceitos entre professores, estudantes e pessoal administrativo;
- identificação de expectativas em relação à qualificação dos recursos humanos;
- a seleção da metodologia ensino/aprendizagem apropriadas;
- o estabelecimento de padrões de desempenho para docentes e estudantes, visando ao aperfeiçoamento e a atualização contínua do curso, e
- a identificação de modelos para a avaliação dos estudantes, seja ela classificatória e/ou formativa.

O presente projeto reflete os anseios de professores e estudantes, no que tange às necessidades de elaborar estratégias que fundamentem e orientem ações interdisciplinares e multiprofissionais, voltadas para o desenvolvimento da autonomia profissional e para o agir e interagir, segundo a realidade socioeconômica complexa e mutável, sobre a qual se procura intervir positivamente.

O PPC de Enfermagem é fruto da gestão articulada da Coordenação, e, do Colegiado com o Núcleo Docente

Estruturante (NDE) do Curso, contando com a colaboração dos docentes, dos discentes e de toda comunidade escolar. Foi elaborado adotando-se como referenciais o PPI, o PDI, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior (Lei nº 9.394/96), as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem (Resolução CNE/CES nº 3/2001), e demais normas legais que regem a oferta da educação superior.

Assim sendo, possui orientações estratégicas para o planejamento e a condução das atividades acadêmicas do Curso de Graduação em Enfermagem, sempre referenciadas pela missão da Instituição, por sua vocação e objetivos, pela legislação vigente, e pelo contexto social, político, econômico e cultural no qual está inserida.

Em vista da atual conjuntura globalizada e do rápido desenvolvimento tecnológico, é fundamental a articulação entre a construção do conhecimento e o exercício da prática técnico-científica incorporando sempre à formação do futuro profissional, valores humanísticos, de forma que o programa do curso propicie a inserção do indivíduo na realidade atual, agindo, interagindo e modificando positivamente o meio no qual ele se encontra. Dessa forma, podemos considerar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como componente essencial à formação crítica do cidadão e do futuro enfermeiro.

Os desafios regionais e nacionais na área da saúde e o cenário mundial altamente competitivo e complexo indicam a necessidade da formação de enfermeiros qualificados, competentes e criativos para atuar nessa realidade.

Nesse contexto, o Projeto Pedagógico em questão foi desenvolvido dentro de uma concepção voltada para a preparação de recursos humanos com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, bem como o conhecimento técnico-científico e o sócio-cultural, com autonomia intelectual. O Discente deverá estar capacitado ao exercício de atividades referentes à saúde da população, pautado em princípios éticos, legais e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade.

São princípios básicos do PPC:

1. Ensino centrado no estudante, de forma a:

- incentivar uma sólida formação geral e o desenvolvimento da pessoa humana, necessários para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios relacionados ao exercício profissional e à produção do conhecimento;
- criar oportunidades para o envolvimento dos estudantes com as disciplinas, tendo por base um projeto integrado e integrador que permita o equilíbrio entre conhecimentos, competências, habilidades e atitudes;
- estimular práticas de estudo independentes, visando uma progressiva autonomia intelectual e profissional, de forma que a aprendizagem passe a ser vista como um processo contínuo;

- encorajar o reconhecimento de habilidades, competências e conhecimentos adquiridos fora do ambiente escolar;
 - fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão;
2. Articulação de estrutura, disciplinas e atividades curriculares, voltadas à dinâmica da realidade, ao trabalho e à função social da Faculdade;
 3. Fornecer condições que possibilitem uma inserção ativa no mercado de trabalho;
 4. Propiciar o reconhecimento das disciplinas e das atividades com flexibilidade;
 5. Oferecer um currículo harmônico e equilibrado entre diferentes disciplinas e atividades que o compõem;
 6. Garantir uma ação articulada e cooperativa dos professores, responsáveis pela efetivação deste Projeto Pedagógico;
 7. Incluir avaliações periódicas acerca do desenvolvimento das atividades do processo ensino-aprendizagem.

A matriz curricular do Curso de Graduação em Enfermagem está formulada para que o acadêmico, como agente do aprendizado, venha a desenvolver um programa de estudos coerente, integrado e flexível, com sólida formação básica, para que esteja apto a enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.

A distribuição das cargas horárias destinadas aos ambientes de aprendizado é organizada de forma equilibrada entre os conteúdos, a fim de criar oportunidades ao acadêmico para que adquira os conhecimentos indispensáveis à sua formação.

Entre os componentes curriculares há aqueles que podem ser contabilizados como “**Atividades Complementares**”, pois permitem ao estudante desenvolver, trabalhar vocações, interesses e potenciais específicos individuais. Essas ações, entre outras, são identificadas como monitorias, estágios extracurriculares, programas de extensão; estudos complementares individuais e em grupo; participações em cursos, congressos, simpósios, realizados na área específica de atuação, ou em áreas afins. (Resolução CNE/ CES Nº 3 de 19/02/02, fundamentada no Parecer CES 1.300/2001, de 06/11/2001 e parecer 329/2004 do Conselho Nacional de Educação). Lembramos que as Atividades Complementares servem a um projeto cultural geral, que utiliza uma metodologia variada cuja finalidade é romper o academismo reinante. Mais do que extra-escolares ou complementares, devem ter um caráter essencial no projeto educativo.

2.1.4 A atualização constante do projeto pedagógico

As transformações ocorridas na sociedade nas últimas décadas e os consequentes desafios apresentados à educação superior na formação do profissional-cidadão exigem mudanças nos projetos pedagógicos dos cursos. O currículo é entendido como a parte operacional do projeto pedagógico e

estando diretamente relacionado ao trabalho do professor, uma vez que se pretende evitar a fragmentação e a inflexibilidade das disciplinas. Assim sendo, o projeto pedagógico do curso de Enfermagem está em constante aperfeiçoamento.

2.2 PERFIL DO CURSO

Em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional – (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional – (PPI), o Curso como foi concebido e contempla a formação generalista, humanista, crítica e reflexiva do profissional de acordo com a orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Graduação em Enfermagem.

Desta forma, as capacidades compreendendo as dimensões cognitivas, afetivas e psicomotoras serão estabelecidas nas diferentes disciplinas constantes da estrutura curricular, procurando, com as interações entre as disciplinas básicas, profissionalizantes e de ciências humanas, envolver o corpo docente dentro de uma filosofia que contemple as diferentes dimensões estabelecidas e que transmita a concepção formativa aos discentes durante o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem.

A estrutura do Curso de Graduação em Enfermagem da FACEMG assegura:

- Articulação entre o ensino, pesquisa e extensão, garantindo um ensino crítico, reflexivo, que leve a construção do perfil almejado, estimulando a realização de experimentos e/ou de projetos de pesquisa; socializando o conhecimento produzido;
- Inserção discente precocemente em atividades práticas, de forma integrada e interdisciplinar, relevantes à sua futura vida profissional;
- Utilização de diferentes cenários de ensino-aprendizagem permitindo ao discente conhecer e vivenciar situações variadas de vida, da organização da prática e do trabalho em equipe multiprofissional;
- Visão de educar para a cidadania e a participação plena na sociedade;
- garantia dos princípios de autonomia institucional, de flexibilidade, integração estudo/trabalho e pluralidade no currículo;
- Implementação de metodologia no processo ensinar-aprender que estimule o discente a refletir sobre a realidade social e aprenda a aprender;
- Definição de estratégias pedagógicas que articulem o saber; o saber fazer e o saber conviver, visando desenvolver o aprender a aprender, o aprender a ser, o aprender a fazer, o aprender a viver juntos e o aprender a conhecer que constitui atributos indispensáveis à formação do enfermeiro;
- Realização das dinâmicas de trabalho em grupo, por favorecerem a discussão coletiva e as relações interpessoais;
- Valorização das dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no discente e no enfermeiro atitudes e valores orientados para a cidadania e para a solidariedade.

Quanto à Integralização do Curso, a FACEMG esclarece o seguinte:

A Resolução CNE/CES nº 4/2009, estabelece que a carga horária total mínima de diversos cursos da área da Saúde deve ser de 4.000 horas, a serem integralizadas em cinco anos, ressalvando-se o disposto no inciso IV, do art. 2º, assim descrito:

- “Art. 2º
- IV - a integralização distinta das desenhadas nos cenários apresentados nesta Resolução poderá ser praticada desde que o Projeto Pedagógico justifique sua adequação.” (g.n.)

Portanto, o que aqui se pretende é demonstrar que a proposta curricular, contida no Projeto Pedagógico do curso de graduação em Enfermagem da FACEMG reúne as condições acadêmicas e operacionais que possibilitam a oferta desse curso, com a carga horária total de 4.800 horas, e 4000 h/a, integralizadas num prazo mínimo de quatro anos, sem prejuízo do cumprimento irrestrito da normativa legal vigente, em especial, das Diretrizes Curriculares Nacionais.

A fim de justificar essa adequação, inclui-se no Projeto Pedagógico do curso de Enfermagem da FACEMG em que ocorre essa redução do tempo mínimo de integralização as seguintes considerações:

- No funcionamento do curso em questão, conforme consta à página 5 do Manual do Aluno (ver quadro a seguir), as atividades acadêmicas diárias serão distribuídas em pelo menos 6 tempos de 50 minutos, perfazendo uma carga horária mínima de cinco horas:

Turno de Funcionamento	Hora de Início	Hora de Término	Intervalo de Tempo em Horas
Noturno	18:00	23:00	5:00

- De acordo com o calendário acadêmico da FACEMG, as atividades nele previstas ocupam cinco dias por semana (de segunda a sexta), utilizando os sábados (de 9:00 às 13:00 horas) para o desenvolvimento das Atividades práticas Supervisionadas (APS);
- Cada período letivo (semestre) é constituído de vinte (20) semanas;
- Nessas condições é perfeitamente factível planejar-se uma carga horária média semestral de cerca de 500 horas, resultante do seguinte cálculo: 5 horas/dia X 5 dias por semana X 20 semanas, e também aos sábados o que permite integralizar as 4.000 horas fixadas na legislação, em oito períodos (semestres), ou seja, em quatro anos.

Com esse entendimento, foi possível elaborar para esse curso, uma matriz curricular na qual se verifica que o planejamento das atividades acadêmicas em cada período observa a carga horária semestral média de 500 horas, excetuando-se aqueles casos em que os alunos realizam o estágio curricular obrigatório, quando a carga horária semestral supera a média estabelecida,

uma vez que o estágio é realizado fora da sala de aula, respeitada a legislação específica sobre a matéria.

Além disso, também são desenvolvidas as Atividades Práticas Supervisionadas – APS, conforme prerrogativas previstas na Resolução CNE/CES n. 03/2007 (art. 2.º, incisos I e II):

- *Art. 2º Cabe às Instituições de Educação Superior, respeitado o mínimo dos duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo, a definição da duração da atividade acadêmica ou do trabalho discente efetivo que compreenderá:*
- *I - preleções e aulas expositivas;*
- *II - atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo, práticas de ensino e outras atividades no caso das licenciaturas. (sem grifo no original);*

O controle e a avaliação das APS compete a um docente indicado a cada período letivo, pela Coordenação do Curso, para exercer a orientação e supervisão dessas atividades, desenvolvidas a partir de um elenco de temas oferecidos aos estudantes. A avaliação das APS obedece aos mesmos critérios de aferição das demais atividades práticas do curso previstas no Regimento Geral da FACEMG e reproduzidos no Manual do Aluno.

2.2.1 Relevância Social do Curso

O Curso de Graduação em Enfermagem da FACEMG propõe-se a tarefa de transformar a base do capital humano em contingente profissional ético, incentivando continuamente seu engajamento no desenvolvimento sócio-econômico da região, a partir de ações de cidadania e de responsabilidade social, levando em consideração a cultura regional no qual está inserido.

Um estudo regional foi realizado pela Coordenação do Curso de Graduação em Enfermagem, para levantar a demanda atual pelo ensino superior na região em que a Faculdade oferece o Curso.

A FACEMG oferece o curso de Enfermagem na região de Venda Nova situada no chamado vetor norte da cidade.

A partir do centro metropolitano, a dimensão territorial do que chamamos Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, envolve os seguintes municípios:

- Belo Horizonte (centro metropolitano e setor norte do município, abrangendo as regionais Pampulha, Venda Nova, Leste, Noroeste, Norte, e Nordeste);
- Ribeirão das Neves;
- Santa Luzia (especialmente a região de São Benedito);
- Esmeraldas (parte do município situada na bacia do Ribeirão da Mata);
- Vespasiano; - São José da Lapa; - Pedro Leopoldo; - Matozinhos; - Capim Branco; - Confins;
- Lagoa Santa;
- Jaboticatubas (parte do município junto ao Rio das Velhas);

- Betim (Vargem das Flores ao longo do Anel Viário de Contorno Norte);
- Contagem (Vargem das Flores ao longo do Anel Viário de Contorno Norte);
- Sabará (ao longo do Anel Viário de Contorno Norte).

O envolvimento dos municípios de Betim, Contagem e Sabará no conjunto do Vetor Norte se dá em função do projeto do Anel de Contorno Norte, que terá um impacto significativo no Vetor Norte.

Entre 2007 e 2010, enquanto a capital perdeu população, algumas cidades do Vetor Norte registraram mais de 10% de aumento no número de habitantes.

O pontapé inicial dessa transformação ocorreu em 2005, com a transferência de voos do Aeroporto da Pampulha para o Aeroporto Internacional Tancredo Neves/Confins, que, naquela época, era um elefante branco, recebendo menos de 10% do volume de passageiros para o qual fora projetado. Duas grandes obras públicas anunciadas em seguida - a construção da Linha Verde, ligando o aeroporto ao centro da capital, e da Cidade Administrativa, a nova sede do governo estadual, no bairro Serra Verde - tiveram o poder de atrair investimentos privados ao longo dos últimos oito anos.

Situado no Vetor Norte, o centro metropolitano de Venda Nova é articulador de uma extensa área com extraordinário crescimento populacional e que, ao longo dos últimos 50 anos se constituindo no espaço preferencial do processo de reprodução de periferias, abrigando os excluídos do processo de metropolização que, ao longo desse tempo, concentrou os investimentos produtivos no eixo oeste.

O crescimento populacional ocorrido nas regiões de Venda Nova, Justinópolis em Ribeirão das Neves, e São Benedito em Santa Luzia, provocaram a formação de uma centralidade de função metropolitana, que articula uma imensa região com os maiores índices de exclusão social e de pobreza do aglomerado.

Em virtude disso, a Prefeitura de Belo Horizonte através da Secretaria de Saúde dentre os investimentos propostos para a região tem dado prioridade às obras de estruturação das Redes Assistenciais em Ribeirão das Neves e Santa Luzia, além de investir nas obras do Programa Viva Vida em Santa Luzia, na Unidade Regional em Pedro Leopoldo, bem como do Pro-Hosp em Santa Luzia e Vespasiano.

A região de Venda Nova conta com um hospital público de grande porte (Hospital Risoleta Neves), instituição 100% inserida na rede pública de saúde, sendo responsável pela assistência aos pacientes de urgência clínica e cirúrgica, traumatológica e não traumatológica de uma população de cerca de 1,1 milhão de habitantes no Eixo Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte (que engloba os municípios de Ribeirão das Neves, Vespasiano, Santa Luzia, Pedro Leopoldo, Matosinhos, Confins, Esmeraldas, Jaboticatubas, Contagem e São José da Lapa).

A região conta ainda com 17 (dezessete) Centros de Saúde e 01 (uma) UPA, conforme o quadro abaixo.

	Nomes	Identificação	Endereço	
	Centro de Saúde Andradas	Centro de Saúde	Rua Mariana Amélia de Azevedo, 21, São	

		João Batista
Centro de Saúde Céu Azul	Centro de Saúde	Rua Alice Marques, 187, Céu Azul
Centro de Saúde Jardim Europa	Centro de Saúde	Rua Edimburgo, 140, Jardim Europa
Centro de Saúde Lagoa	Centro de Saúde	Rua José Sabino Maciel, 176, Lagoa
Centro de Saúde Mantiqueira	Centro de Saúde	Rua Maria Luiza Lara, s/nº, Mantiqueira
Centro de Saúde Minas Caixa	Centro de Saúde	Rua Capitão Sérgio Pires, 226, Minas Caixa
Centro de Saúde Nova York	Centro de Saúde	Rua Wilton Marques Pereira, 10, Nova York
Centro de Saúde Santa Mônica	Centro de Saúde	Rua dos Canoeiros, 320, Santa Mônica
Centro de Saúde Serra Verde	Centro de Saúde	Rua Guido Leão, 10, Serra Verde
Centro de Saúde Venda Nova	Centro de Saúde	Rua João Ferreira da Silva, 248, Paraúna
Centro de Saúde Rio Branco	Centro de Saúde	Rua Jovino Coelho Júnior, 45, Rio Branco
Centro de Convivência de Venda Nova	Centro de Saúde	Rua São Benedito, 184, Venda Nova
UPA Venda Nova	Unidade de Pronto Atendimento	Rua Padre Pedro Pinto, 322, Venda Nova
Centro de Saúde Copacabana	Centro de Saúde	Rua Londres, 214 Copacabana
Centro de Saúde Jardim Leblon	Centro de Saúde	Rua Humberto Campos, 581 - Jardim Leblon
Centro de Saúde Jardim dos Comerciantes	Centro de Saúde	Rua Duzentos e Trinta e Oito, 96 - Jardim dos Comerciantes
Centro de Saúde Piratininga	Centro de Saúde	Rua Norma, 22 Novo Santa Mônica
Centro de Saúde Santo Antônio	Centro de Saúde	Rua Irineu Pinto, 255 - São João Batista
CERSAM	Centro de Referência em Saúde Mental	Rua Boa Vista, 228 – São João Batista

Em fevereiro de 2013, a UNIMED-BH inaugurou o Centro de Promoção da Saúde Unimed – Unidade Pedro I, que atende mais de 390 mil clientes no Vetor Norte da Grande BH, realizando atendimentos de média complexidade. O referido Centro tem capacidade física para realizar até 250 atendimentos por dia nas especialidades de Clínica Médica, Pediatria, Cirurgia Geral, Ortopedia e Neurologia.

O curso de Enfermagem da FACEMG atualmente possui somente turmas no período noturno por se caracterizar o de maior procura, devido o perfil dos discentes, que em sua grande maioria são trabalhadores, muitos dos quais, exercendo a profissão em nível médio (técnicos de enfermagem), com o desejo de ascenderem na carreira profissional.

Desse modo, considerando que investimentos públicos e privados têm sido canalizados para o Vetor Norte da cidade, a FACEMG em sintonia com tal tendência também tem ampliado a oferta de cursos nessa região. No que tange ao curso de Enfermagem, a opção por oferecê-lo em Venda Nova vai de encontro às necessidades da região e também das cidades situadas em seu entorno. Embora conte com um Hospital de grande porte e Centros de Saúde, esses ainda não são suficientes para atender a demanda populacional por saúde. Daí acreditar-se que parte dos investimentos voltados ao desenvolvimento do Vetor Norte sejam destinados à ampliação de Unidades de saúde, aumentando assim a oferta de empregos na área. Além disso, as Unidades de saúde em funcionamento, sobretudo nos municípios de Ribeirão das Neves e Pedro Leopoldo são carentes desse tipo de profissional.

2.2.2 Justificativas para oferta do curso na região de Venda Nova

O município de Belo Horizonte possui extensão territorial de 331,4 km² e é a sexta cidade mais populosa do país, com uma população hoje estimada em 2.530.701 habitantes, de acordo com o IBGE. A cidade já foi indicada pelo *Population Crisis Committee* da ONU como a metrópole com melhor qualidade de vida na América Latina e a 45ª entre as 100 melhores cidades do mundo. Belo Horizonte possui o quarto maior PIB entre os municípios brasileiros. Em 2019, ainda segundo dados do IBGE, o produto interno bruto (PIB) do município foi de R\$ 97.205.324.540 e o PIB per capita de R\$ 38.695,31.

Um dos maiores centros financeiros do Brasil, Belo Horizonte é caracterizada pela predominância do setor terciário em sua economia. Mais de 70% da economia do município se concentra nos serviços, com destaque para o comércio, serviços financeiros, atividades imobiliárias e administração pública.

Ainda assim, a Região Metropolitana de Belo Horizonte é dona do quinto maior parque produtivo da América do Sul, com destaque para a indústria automobilística e de autopeças, siderurgia, eletrônica e construção civil.

Na área da saúde, de acordo com informações do CNES, Belo Horizonte dispõe de um total de 165 unidades básicas de saúde, 36 hospitais gerais e 25 hospitais especializados, além de outros estabelecimentos de saúde, dos quais fazem parte o Hospital Metropolitano Doutor Célio de Castro e o Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

Segundo dados do PNUD, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Belo Horizonte é 0,810. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Muito Alto (IDHM entre 0,8 e 1). O IDHM passou de 0,726 em 2000 para 0,810 em 2010 - uma taxa de crescimento de 11,57%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 30,66% no período. A dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação, seguida por Longevidade e por Renda.

A universalização progressiva do ensino médio constitui exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A necessária expansão deste nível de ensino foi claramente planejada nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005/2014, sendo evidenciada na região de inserção da IES.

O último levantamento da educação básica realizado pelo INEP mostrou que 77.174 estudantes foram matriculados no ensino médio regular das redes municipal e estadual em Belo Horizonte. Essa cifra representa uma potencial demanda por formação superior para os próximos anos na região.

MATRÍCULAS NO ENSINO REGULAR NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE			
Período	Ensino Fundamental		Ensino Médio
	Anos Iniciais	Anos Finais	
Parcial	83.256	115.983	68.513
Integral	54.070	2.980	8.661
Total	137.326	118.963	77.174

Estando prevista a expansão do ensino médio, o aumento de vagas e a democratização do acesso à educação superior foram também algumas das metas estipuladas pelo PNE.

O ingresso na educação superior assume para o jovem da região um caráter de tarefa evolutiva em si mesma, continuidade natural a ser assumida por quem termina o ensino médio e uma alternativa disponível de inserção no mundo do trabalho.

O quadro a seguir apresenta uma estimativa elaborada pelo Ministério da Saúde da distribuição da população do município segundo a faixa etária para o ano de 2018 e revela que 7% encontram-se na faixa entre 15 e 19 anos e outros 8% na faixa entre 20 e 24 anos, fase de ingresso acadêmico.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE		
Faixa Etária	População	%
De 0 a 4 anos	132.010	5%
De 5 a 9 anos	132.351	5%
De 10 a 14 anos	150.956	6%
De 15 a 19 anos	179.759	7%
De 20 a 24 anos	193.536	8%
De 25 a 29 anos	195.295	8%
De 30 a 34 anos	212.321	8%
De 35 a 39 anos	214.675	9%
De 40 a 44 anos	192.333	8%
De 45 a 49 anos	167.137	7%
De 50 a 54 anos	160.058	6%
De 55 a 59 anos	149.504	6%

De 60 a 64 anos	127.503	5%
De 65 a 69 anos	101.248	4%
De 70 a 74 anos	74.588	3%
De 75 a 79 anos	51.402	2%
De 80 anos ou mais	66.900	3%

O número de matrículas em instituições de ensino superior do município em 2018 foi de 182.692, segundo dados do INEP. A taxa de escolarização, que mede o total de matrículas no ensino superior em relação à população entre 18 e 24 anos, faixa etária teoricamente adequada a frequentar esse nível de ensino, foi de 37,5% naquele ano para Belo Horizonte.

Essa taxa de escolarização calculada pelo IBGE demonstra claramente as deficiências do setor de ensino superior em relação aos jovens que residem no município, visto que a Meta 12 do Plano Nacional de Educação era elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 a 24 anos até 2024.

Ainda de acordo com dados do INEP, foram 6.769 candidatos inscritos em processos seletivos para as 1.079 vagas oferecidas nos cursos de Farmácia das instituições de ensino superior do município em 2019.

Entre a população economicamente ativa do Estado de Minas Gerais, apenas 876 mil trabalhadores empregados com carteira assinada, ou 17,3% do total, têm nível superior completo. No entanto, de 2013 para 2014, houve um crescimento nesse índice de 6,1%. O maior contingente de trabalhadores com carteira assinada no estado é formado por pessoas com ensino médio completo: 2,2 milhões, ou 43,1% do total. Também nesse grau de instrução houve um pequeno crescimento de 2,4% em relação a 2013.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) também chamada de Grande Belo Horizonte ou simplesmente Grande BH, reflete a "área metropolizada" pela **cidade de Belo Horizonte**.

É constituída por 34 municípios, com uma população que já ultrapassa 6 milhões de habitantes, conforme a estimativa publicada em agosto de 2020 (IBGE) é a **terceira maior aglomeração urbana do Brasil**, a maior do país fora do **eixo Rio-São Paulo**. É ainda a

sexagésima **área metropolitana** mais populosa do mundo. A título de referência a população atual da RMBH é equivalente a população de metrópoles internacionais como **Madrid-Espanha; Houston-EUA; Toronto-Canadá; Washington/DC-EUA; Miami-EUA; e Frankfurt-Alemanha**, por exemplo. A distribuição demográfica está descrita abaixo, com destaque nas regiões com proximidade geográfica a FACEMG.

Cidades mais populosas da Grande BH (Estimativas IBGE 2019)			
	Município	População	%
1 º	Belo Horizonte	2.512.070	42,1
2 º	Contagem	663.855	11,1
3 º	Betim	439.340	7,4
4 º	Ribeirão das Neves	334.858	5,6
5 º	Sete Lagoas	239.639	4,0
6 º	Santa Luzia	219.134	3,7
7 º	Ibirité	180.204	3,0
8 º	Sabará	136.344	2,3
9 º	Vespasiano	127.601	2,1
10 º	Nova Lima	94.889	1,6
#	Demais municípios	1.013.961	17,1
	Total	5.961.895	100

No viés econômico, a RMBH é o centro político, financeiro, comercial, educacional e cultural de **Minas Gerais**, representando em torno de 40% da economia e 25% da população do estado.

Em 2016, seu produto Interno bruto (PIB) somava cerca de R\$ 195 bilhões, dos quais cerca de 45% pertenciam à cidade de **Belo Horizonte**. Em relação a outras Regiões metropolitanas, com PIB de R\$ 203,908 bilhões em 2017, a Grande BH ocupou a quarta posição nacional, atrás da **RMSP**, da **RMRJ** e da **RIDE-DF**, respectivamente.

Há de se comentar que a Região Metropolitana de Belo Horizonte é dona do quinto maior parque produtivo da América do Sul, com destaque para a indústria automobilística e de autopeças, siderurgia, eletrônica e construção civil. No total, a capital mineira possui mais de 120 mil empresas

que ocupavam 1.434.557 pessoas em 2020, de acordo com o IBGE.

Dentre os 10 (dez) municípios mais populosos, que compõem a RMBH ou a Grande BH, estão: Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Vespasiano.

Ribeirão das Neves é mais densamente povoado e possui maior importância para a dinâmica da RMBH. Santa Luzia e Vespasiano apresentam, além dos loteamentos populares, condições mais favoráveis para a instalação de plantas industriais, devido à criação de distritos industriais, através de incentivos governamentais.

Estes municípios se situam no Vetor Norte e fazem divisa com o bairro de Venda Nova, onde está situada a FACEMG.

Incluído na relação dos demais municípios da Grande BH, está Pedro Leopoldo, que também está localizado no Vetor Norte, adjacente ao bairro Venda Nova.

Somando a população do bairro Venda Nova e dos municípios de Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Vespasiano e Pedro Leopoldo (265.000 + 334.858 + 219.134 + 127.601 + 64.712), **constata-se que só na região do Vetor Norte de BH, local onde estão situadas as Faculdades IBHES e FACEMG, temos uma população de 1.011.305 (Um milhão, onze mil e trezentos e cinco) habitantes, de acordo com o Censo de 2020.** Se acrescentarmos a população de Belo Horizonte, descontando neste número a população de Venda Nova, chegamos a uma população de: $(1.011.305 + 2.512.070 - 265.000) = 3.258.375$ **(Três milhões, duzentos e cinquenta e oito mil e trezentos e setenta e cinco) habitantes.**

Ou seja, há uma grande potencialidade a ser explorada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, sobretudo, naquela situada no Vetor Norte da cidade.

Pode-se dizer que o Vetor Norte, foi perdendo a caracterização de um polo de atração de pobreza (Brito, 2006), através da implantação de projetos que visavam o aumento da mobilidade em direção ao Vetor Norte de expansão da RMBH e ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves: a Linha Verde e a duplicação da Avenida Antônio Carlos.

Outro fator indutor da expansão urbana no Vetor Norte foi a transferência do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais, inaugurado em 2010. Assim, em função dos impactos dos investimentos realizados e previstos para a região norte, observa-se a consolidação de uma nova centralidade regional.

A FACEMG está situada na região de Venda Nova que é articuladora de uma extensa área com extraordinário crescimento populacional.

Venda Nova é, ao mesmo tempo, uma região da cidade de Belo Horizonte e um distrito, na organização territorial do Estado de Minas Gerais. O distrito, atualmente pertencente à Belo Horizonte, foi contemporâneo do distrito de Curral D'el Rey, quando pertencia a Vila de Sabará, importante cidade do ciclo do ouro.

Venda Nova é mais velha que a própria BH. Completou 311 anos.

A Regional Venda Nova tem extensão territorial de 28,30 Km², de acordo com a Lei Municipal 4.158, de 16 de julho de 1985, alterada pela Lei 4.318, de 10 de janeiro de 1986. Recentemente, as

regionais de Belo Horizonte tiveram seus limites geográficos atualizados pela Lei Municipal 10.231, de 2011. De acordo com o Censo IBGE 2010, a Regional Venda Nova tem uma população em torno de 265.000 habitantes.

Perfil de Venda Nova

A região de Venda Nova é basicamente de comércio e prestadores de serviço e a média salarial é de, aproximadamente, 2 salários mínimos. Segundo dados da Secretaria de Regulação Urbana, a região de Venda Nova possui mais de 15 mil empresas instaladas.

A rua Padre Pedro Pinto, onde está situada a FACEMG, é o principal centro comercial da região e possui aproximadamente 6 Km de extensão, cortando a região até o município de Ribeirão das Neves. A Avenida Vilarinho, paralela com a rua Padre Pedro Pinto, onde está localizada outra portaria da FACEMG, é também um importante centro comercial.

Fica na rua Padre Pedro Pinto, inclusive, a grande concentração comercial do bairro. Inúmeras lojas de departamentos e de eletroeletrônicos, pequenos comércios, agências bancárias, lanchonetes e supermercados estendem-se pela principal rua da região.

Venda Nova conta com duas estações de integração BH bus – Venda Nova e Vilarinho. O metrô também atende à região por meio da integração intermodal na Estação Vilarinho. Com suas pistas exclusivas, as estações alimentadoras do BRT/MOVE ao longo das avenidas Cristiano Machado e Vilarinho também facilitam o deslocamento de moradores e visitantes. Há uma grande quantidade de linhas semiexpressas, circulares, suplementares, diametrais e intermunicipais, que ligam o distrito ao Centro da capital e a outras regiões e cidades vizinhas.

A região, que possui 40 bairros, conta com inúmeras linhas de ônibus, várias opções de entretenimento, agências bancárias, delegacias de polícia, cartório, unidades de serviços básicos e atendimento ao cidadão, entre outros. Não é preciso se deslocar até o centro da cidade, se o morador não quiser. Sem contar que o Aeroporto Internacional de Confins e o Aeroporto da Pampulha ficam próximos.

Educação e Saúde

Venda Nova possui 40 escolas municipais, 11 Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEI) e 10 creches conveniadas da Prefeitura de Belo Horizonte. Também há várias escolas particulares, cursinhos e faculdades.

Cultura e lazer

O SESC Venda Nova é considerado o maior centro de convenções e lazer da América do Sul, segundo informações da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Possui um grande complexo esportivo, cinema, dois teatros, biblioteca, galeria de arte, restaurante e centro de convenções.

Outro destaque na região é o Shopping Estação BH, inaugurado em 2012, com grande variedade de lojas e famosas redes de *fast food* na Praça de Alimentação. Na parte de entretenimento, o shopping é o único em Minas que tem a maior rede de cinemas da América Latina, a Cinépolis, além de um teatro e atrações musicais para o *happy hour*.

Embora, hoje, haja outras instituições de ensino nas imediações, a demanda por cursos

superiores ainda é grande na região, que desde 2010 tornou-se o Centro Administrativo do Estado.

A transferência da sede do Governo do Estado de Minas Gerais para a região norte de BH trouxe cerca de 25.000 servidores públicos, que passaram a trabalhar nesta sede. Como a região sul não possui mais condições de expansão, a região norte tornou-se alvo da expansão mobiliária acarretando a implantação de vários condomínios residenciais nas proximidades de Venda Nova. Entretanto, faltam, por exemplo, hospitais e escolas de ensino superior, o que torna os moradores dependentes de serviços oferecidos na capital.

Tendo em vista esse cenário, a FACEMG acredita que ao propor o curso de Bacharelado em Enfermagem para funcionar na região de Venda Nova contribuirá para a formação de profissionais cujas práticas acadêmicas, por estarem em sintonia com a realidade local, poderão contribuir para a melhoria de problemas existentes na região, que abrangem, dentre outros aspectos, questões de promoção da saúde e educação.

2.3 OBJETIVOS DO CURSO

2.3.1 Objetivo Geral

Formar enfermeiros com capacidade de reflexão crítica e intervenção sobre a realidade de saúde da população, atuando no processo saúde/doença de indivíduos e coletividades com base nos princípios éticos e conhecimento técnico-científico, considerando os determinantes socioeconômicos e culturais, nos diferentes níveis de atenção a saúde. Compreender a política de saúde e ser capaz de atuar nas mudanças necessárias do SUS, com vistas à melhoria de vida da população.

2.3.2 Objetivos Específicos

Dentre os objetivos específicos destacamos que os discentes devem possuir competências técnico-científicas, ético políticas, socioeducativas contextualizadas em:

- Compreensão da natureza humana em suas dimensões, expressões e fases evolutivas;
- Integração da ciência/arte do cuidar como instrumento de interpretação profissional;
- Estabelecimento de novas relações com o contexto social, reconhecendo a estrutura e as formas de organização social, suas transformações e expressões;
- Desenvolvimento na formação técnico-científica que confira qualidade ao exercício profissional;
- Oferecer formação orientada pelos princípios e pelo modelo de assistência à saúde preconizados pelo SUS;
- Compreensão da política de saúde no contexto das políticas sociais, reconhecendo os perfis epidemiológicos das populações;
- Reconhecimento da saúde como direito e condições dignas de vida e atuação de forma a garantir a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos

- e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;
- Atuação nos programas de assistência integral à saúde da criança, adolescente, mulher, adulto e do idoso;
- Capacidade de diagnosticar e solucionar problemas de saúde, de comunicar-se, tomar decisões e intervir no processo de trabalho, de trabalhar em equipe e de enfrentar situações em constante mudança;
- Reconhecimento das relações de trabalho e sua influência na saúde;
- Responsabilidade no processo de formação de recursos humanos;
- Atenção às especificidades regionais de saúde através de intervenções planejadas estrategicamente, em níveis de promoção, prevenção e reabilitação à saúde, dando atenção integral à saúde dos indivíduos, das famílias e das comunidades;
- Critério na relação custo-benefício nas decisões dos procedimentos na saúde;
- Reconhecimento como coordenador do trabalho da equipe de enfermagem;
- Reconhecimento do compromisso ético, humanístico e social com o trabalho multiprofissional em saúde.
- Minimizar a determinação do modelo biomédico e hospitalocêntrico na formação de enfermeiros.

2.4 PERFIL DO EGRESSO

O Curso de Graduação de Enfermagem da FACEMG busca formar o profissionais com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, qualificado para o exercício de Enfermagem, com base no rigor científico e intelectual e pautado em princípios éticos; capaz de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase na sua região de atuação, identificando as dimensões biopsicossociais dos seus determinantes; capacitado a atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano.

Deve ter competências e habilidades para se inserir em todos os níveis de atenção à saúde, para atuar, seja nos setores público ou privado, considerando os diversos cenários da prática do enfermeiro, tendo em vista a Política Nacional de Saúde em todas as áreas de atenção. Ser capaz de compreender os princípios do SUS – Sistema Único de Saúde, que valorize a integralidade e o direito à assistência em qualquer nível da atenção à saúde, trabalhando em equipe multiprofissional, valorizando a interdisciplinaridade na compreensão de fenômenos que envolvem o processo saúde-doença, adotando a comunicação, a liderança, a tomada de decisão, administração e gerenciamento.

Além disso, deverá estar apto para atuar na busca de soluções para as questões da saúde humana, através das necessidades apresentadas, com base no diagnóstico de enfermagem; na busca constante da construção de novos conhecimentos, identificando o cuidar como um ato de valor humano e a enfermagem como prática social.

Para atingir o perfil de egresso, o Curso de Graduação em Enfermagem oferecido pela FACEMG, se caracteriza pelo compromisso de integrar o ensino com a pesquisa e promover a extensão, visando à formação de sujeitos autônomos, responsáveis e profissionalmente competentes para responder aos desafios da realidade atual. Devem, ainda, ser capazes de atuar de forma interdisciplinar fundamentada em princípios éticos e humanísticos em todos os campos de trabalho.

Para tanto, prima pelo foco no mercado de trabalho e pela qualidade do PPC, orientação que se espera atingir por meio da sinergia entre os seguintes fatores:

- a ação indissociável de reflexão entre teoria e prática profissional;
- a concepção produtora dos currículos;
- a titulação, o regime de trabalho e a qualificação dos docentes;
- a produção acadêmico-científica realizada por estudantes e professores;
- uso adequado da biblioteca como meio de aprendizagem e a incorporação dos recursos da microinformática no processo de formação.

O Curso de Graduação em Enfermagem da FACEMG, como foi concebido, proporcionará sólida formação em todos os conteúdos curriculares, formando assim o Enfermeiro generalista. Este atenderá a demanda profissional, segundo as necessidades do país, preparando para o exercício nas áreas de Assistência, Administração, Ensino e Pesquisa, no âmbito sócio-político e cultural. Possibilitará o alcance da satisfação das necessidades humanas básicas do indivíduo, família e comunidade com intervenções sistematizadas de amplo alcance, nos níveis de atenção básica (primária) e de média e de alta complexidade nas diversas fases do ciclo evolutivo da vida, respeitando os princípios éticos que norteiam a profissão.

Este perfil confere ao enfermeiro postura profissional transformadora em qualquer nível de desenvolvimento dos programas de saúde, atendendo aos princípios da universalidade, integralidade, equidade, solidariedade e hierarquização que norteiam o sistema de saúde vigente no país.

Profissionalismo, Humanismo e Competência são os atributos que hoje devem caracterizar os profissionais que se dedicam à enfermagem e o desenvolvimento de tais condições é um foco de preocupação.

O enfermeiro formado pela FACEMG será um profissional preparado para coordenar o processo de trabalho e a equipe de enfermagem, da qual fazem parte, além dele próprio, os técnicos de enfermagem. Além disso, ele é preparado para cuidar das pessoas por meio de intervenções de alcance individual e coletivo, desenvolvidas em diferentes instituições de saúde (centros de saúde, hospitais, ambulatorios), educacionais (escolas, creches),

indústrias, dentre outras, nas quais planeja, implementa e avalia os cuidados de enfermagem e de saúde voltados aos diversos grupos etários (saúde do adulto, da mulher, da criança, dos idosos, adolescentes) ou áreas de conhecimento (saúde pública, saúde mental, médico-cirúrgica, administração, enfermagem pediátrica, enfermagem obstétrica, dentre outras) em que o profissional pode buscar pós-graduação. Outro aspecto pouco divulgado quando se fala sobre o campo de atuação dos profissionais de enfermagem é que também existe a possibilidade de atuar de forma autônoma, através da organização de Centros de Atendimento de Enfermagem, realizando atividades assistenciais e educativas domiciliares ou consultas de enfermagem.

É importante que o estudante graduado pela FACEMG tenha afinidade com as disciplinas da área biológica, como também com as da área de humanas, sobretudo educação, antropologia, psicologia, economia, política, sociologia, pois estas contribuem para uma maior e mais aprofundada compreensão das questões relacionadas ao processo saúde-doença.

Com políticas articuladas de forma integrada com os documentos PPI e PDI, além dos PPCs dos seus cursos, a instituição pretende valorizar e incentivar as políticas de acompanhamento dos seus egressos. Os veículos de comunicação com os egressos visam disponibilizar informações como cursos de pós-graduação interinstitucional, cursos de extensão e eventos em geral. Programas de educação continuada são oferecidos aos egressos assim como realizados eventos de reconhecimento às suas conquistas profissionais e acadêmicas. Quando da realização destes eventos, os egressos são convidados para ministrar depoimentos e oficinas relacionadas à sua área de atuação.

Tendo como um de seus objetivos a consolidação de seus cursos, a FACEMG tem a consciência da necessidade de não se descuidar das tendências do mercado de trabalho e, em especial, das novas propostas para a educação superior brasileira, em debate nacional. Para tal, uma efetiva aproximação da Instituição com os seus egressos é de fundamental importância. Também procura encaminhar informações profissionais às empresas conveniadas.

2.4.1 Habilidades e competências específicas

A formação do Enfermeiro deve atender as necessidades sociais da saúde, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS) e assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento. Esta formação tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos, habilidades e atitudes requeridos para a competência em:

- Promover estilos de vida saudáveis, conciliando as necessidades tanto dos seus clientes/pacientes quanto às de sua comunidade, atuando como agente de transformação social;
- Usar adequadamente novas tecnologias, tanto de informação e comunicação, quanto de ponta para o cuidar de enfermagem;
- Atuar nos diferentes cenários da prática profissional considerando os pressupostos dos modelos clínico e epidemiológico;
- Identificar as necessidades individuais e coletivas de saúde da população, seus condicionantes e

determinantes;

- Intervir no processo de saúde-doença responsabilizando-se pela qualidade da assistência/cuidado de enfermagem em seus diferentes níveis de atenção à saúde, com ações de promoção, prevenção, proteção e reabilitação à saúde, na perspectiva da integralidade da assistência;
- Prestar cuidados de enfermagem compatíveis com as diferentes necessidades apresentadas pelo indivíduo, família e diferentes grupos da comunidade;
- Compatibilizar as características profissionais dos agentes da equipe de enfermagem às diferentes demandas dos usuários;
- Integrar as ações de enfermagem às ações multiprofissionais;
- Gerenciar o processo de trabalho em enfermagem com princípios de Ética e de Bioética, com resolutividade tanto em nível individual como coletivo em todos os âmbitos de atuação profissional;
- Planejar, implementar e participar dos programas de formação e qualificação contínua dos trabalhadores de enfermagem e de saúde;
- Planejar e implementar programas de educação e promoção à saúde, considerando a especificidade dos diferentes grupos sociais e dos distintos processos de vida, saúde, trabalho e adoecimento;
- Desenvolver, participar e aplicar pesquisas e/ou outras formas de produção de conhecimento que objetivem a qualificação da prática profissional;
- Respeitar o código ético, valores políticos e os atos normativos da profissão;
- Interferir na dinâmica de trabalho institucional, reconhecendo-se como agente desse processo;
- Utilizar os instrumentos que garantam a qualidade do cuidado de enfermagem e da assistência à saúde;
- Participar da composição das estruturas consultivas e deliberativas do sistema de saúde;
- Reconhecer o papel social do enfermeiro para atuar em atividades de política e planejamento em saúde.

2.5 VAGAS OFERTADAS

Com a oferta de 100 vagas no curso de Enfermagem, esta IES está contribuindo para a ampliação das oportunidades de acesso à formação superior em uma área cuja atual oferta não é capaz de absorver as demandas da sociedade e do mercado de trabalho.

Para que esse número de vagas possa ser oferecido, a FACEMG se compromete com a provisão de infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequadas às demandas do projeto pedagógico do curso de Enfermagem, bem como à quantidade de discentes e à legislação vigente. Especificamente, a FACEMG assume os seguintes elementos como pré-requisito para o bom funcionamento do curso:

- Salas de Aula;
- Laboratório de Informática;

- Laboratórios específicos presenciais ou virtuais;
- Sala de tutoria;
- Ambiente para apoio técnico-administrativo;
- Acervo físico e/ou digital de bibliografias básica e complementar;
- Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs;
- Organização de conteúdos digitais.
- Corpo docente capacitado com ampla experiência profissional e acadêmica conforme descrito abaixo.

O corpo docente do curso de Enfermagem é composto por 05 professores, sendo, 01 doutor e 04 mestres, como podemos verificar no quadro abaixo:

2023								
Titulação	Qtde.	%	Regime de Trabalho					
			Integral	%	Parcial	%	Horista	%
Doutor	01	20	00	00	01	20	01	20
Mestre	04	80	01	20	03	60	00	00
Totais	05	100	00	00	05	100	00	00

2.6 ESTRUTURA CURRICULAR

O PPC de Graduação em Enfermagem da FACEMG em conformidade com as diretrizes do PPI e o PDI — se caracteriza pelo compromisso de integrar o ensino com a pesquisa e promover a extensão, visando à formação de sujeitos autônomos, responsáveis e profissionalmente competentes para responder aos desafios da realidade atual.

1-A estruturação didático-pedagógica do Curso de Enfermagem está fundamentada nos propósitos éticos e políticos expressos em quesitos como justiça, respeito mútuo, participação, diálogo, reflexão, responsabilidade, solidariedade, dignidade humana, ética e respeito ao meio ambiente. A formação do enfermeiro da FACEMG está norteada para promover o aprimoramento de qualidades de cidadãos íntegros e emancipados, politicamente capazes de conduzir e posicionar-se diante de fatos, de forma coerente diante de uma sociedade complexa, organizada e competitiva.

2-Todo o processo acadêmico está voltado para favorecer um ambiente propício ao desenvolvimento harmonioso dos estudantes no que se refere aos domínios cognitivos, afetivos, psicológicos, biológicos e sociais (formação integral do estudante).

3-O Projeto Pedagógico estabelece um currículo integrado, centrado no estudante, com pedagogia crítico-reflexiva na construção do conhecimento, de forma que os graduandos possam atuar como excelentes profissionais no mercado de trabalho, valorizando a dimensão humana, respeitando o patrimônio ambiental e atuando como agente na

promoção de ganhos para sociedade.

4-O fundamento da proposta pedagógica do curso está na construção e reconstrução de conhecimentos que possibilitam ao egresso o exercício de sua profissão. Isto é favorecido com a aplicação de conhecimentos e técnicas de natureza física, química e biológica, levando em consideração os preceitos econômicos, sociais e ambientais. O envolvimento dos estudantes com as disciplinas permite o equilíbrio entre o conhecimento, às habilidades e as atitudes, caracterizados pelo aprender, conhecer, e fazer. Os professores exercem o papel de catalisador (mediador) do processo de interação que ocorre entre o sujeito da aprendizagem (o estudante) e o objeto de conhecimento. A aprendizagem é tratada como um processo contínuo e vinculado à realidade social.

5-Assim sendo, a ação pedagógica está baseada em princípios educacionais que propõem a formação crítica e construtiva, a preparação técnico-científica, a autonomia intelectual e a postura ética e profissional, sendo assegurada pelo ensino interdisciplinar. Este, por sua vez, deve estar voltado para: a construção da autonomia intelectual do estudante; a organização global do conhecimento; a metodologia baseada em problemas; a interação do estudante com o objeto de estudo; as oportunidades diversificadas de aprendizagem; a contextualização das atividades de ensino, a pesquisa e extensão.

6-A FACEMG está comprometida com a qualidade da formação intelectual de seus estudantes, com a qualidade da sua produção científica, artística, filosófica e tecnológica e, principalmente, com o atendimento às necessidades, aos anseios e às expectativas da sociedade, formando profissionais técnicos e politicamente competentes e éticos, buscando desenvolver soluções para problemas locais, regionais, nacionais e internacionais.

2.6.1 Matriz Curricular

A definição da matriz curricular levou em consideração o perfil do curso, observando a seleção de conteúdos apropriados, atualizados e relevantes, as competências e as habilidades, acima mencionadas, a serem desenvolvidas para se obter o referido perfil, e também as seguintes necessidades:

- preparação dos alunos para o mundo do trabalho;
- atendimento as novas demandas econômicas e de emprego;

A matriz curricular do Curso de Graduação em Enfermagem foi formulada para que o acadêmico como agente do aprendizado venha a desenvolver um programa de estudos coerente, integrado e flexível, com sólida formação básica, para que esteja apto a enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.

A distribuição das cargas horárias destinadas aos ambientes de aprendizado é organizada de forma equilibrada entre as disciplinas para oportunizar ao acadêmico a aquisição dos conhecimentos indispensáveis à sua formação.

Dentre os conteúdos há os que podem ser contabilizados como “Atividades Complementares”, que inclui monitorias, estágios extracurriculares, programas de extensão, estudos complementares individuais e em grupo, participação em cursos, congressos, simpósios, realizados em outras áreas afins, dentre outros.

Considerando as mudanças introduzidas no cenário da avaliação da educação superior, com a promulgação da Lei n. 10.861/2004, a FACEMG vem mobilizando a inteligência institucional aliada aos recursos oferecidos pela Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC), na perspectiva de aperfeiçoar sua metodologia de ensino e sua proposta didático-pedagógica.

Esse aperfeiçoamento se materializa no âmbito dos cursos de graduação, por meio de uma contínua reflexão sobre os resultados das avaliações internas, produzidas pela CPA, Ouvidoria e NDE, e externas conduzidas pelo INEP.

Associa-se a esse editadas em 2007, e da Resolução CNE/CES nº. 4/2009, a primeira e a última fixando a carga horária dos bacharelados fato a necessidade de adequar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação aos ditames das Resoluções CNE/CES nºs. 2 e 3, ambas e a segunda determinando que a carga horária dos cursos deva ser contabilizada em horas.

Dentre outras medidas emergiu dessa reflexão a necessidade de introduzir no currículo dos cursos de graduação, atividades obrigatórias diferenciadas que contribuam para o desenvolvimento de competências e habilidades interdisciplinares. Nesse contexto estão inseridos os Estudos Disciplinares (ED), as Atividades Práticas Supervisionadas (APS) e a oferta de educação à distância.

Os ED são atividades de caráter obrigatório nos cursos de graduação da FACEMG, funcionando como um eixo estruturante de formação inter e multidisciplinar que perpassa todos os períodos dos cursos. São objetivos dos Estudos Disciplinares:

- prover o discente de graduação de competências e habilidades específicas para abordar, com visão inter e multidisciplinar, problemas típicos de sua área de atuação profissional, com grau crescente de complexidade à medida que ele progride em sua formação.
- ampliar nos períodos iniciais do Curso, os conhecimentos dos discentes sobre os conteúdos curriculares de formação geral;
- suprir eventuais deficiências da formação no Ensino Médio;
- proporcionar aos estudantes oportunidades para estabelecer conexões entre as diferentes áreas do conhecimento e o mundo real.

Nos ED são utilizadas resoluções sistemáticas de exercícios, criteriosamente elaborados pelo Coordenador do Curso em conjunto com Líderes de Disciplinas, como indutor do desenvolvimento das competências e habilidades para lidar com situações-

problemas típicos da sua área de formação. Os exercícios abordam conteúdos de conhecimentos gerais e de formação específica de cunho interdisciplinar, envolvendo os campos do saber afins da área de formação específica do curso: Saúde Ambiental e Vigilância Sanitária, Políticas de Saúde, Avaliação Clínica e Psicossocial em Enfermagem, Propedêutica e Processo de Cuidar na Saúde do Adulto, Propedêutica e Processo de Cuidar na Saúde da Mulher, Propedêutica e Processo de Cuidar na Saúde da Criança e do Adolescente e Estágio Curricular. As horas destinadas pelos discentes para realização das estratégias propostas para cada ED, são determinadas na matriz curricular de cada fase do curso, e registradas pelo discente em um formulário específico, devendo ser supervisionadas por um docente e validadas pelo coordenador de curso.

As Atividades Práticas Supervisionadas são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes, realizadas pelos discentes e estão vinculadas as seguintes disciplinas oferecidas ao longo dos 8 (oito) semestres letivos: Práticas Educativas em Saúde, Microbiologia/Imunologia/Parasitologia, Avaliação Clínico e Psicossocial em Enfermagem, Propedêutica do Processo de Cuidar Saúde do Adulto, Propedêutica do Processo de Cuidar da Saúde da Mulher, Prática Clínica do Processo de Cuidar da Mulher, Criança e Adolescente, Estágio Curricular I e Estágio Curricular II.

Trata-se de estudos dirigidos, trabalhos individuais, trabalhos em grupo, desenvolvimento de projetos, atividades em laboratório, atividades de campo, oficinas, pesquisas, estudos de casos, seminários, desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, dentre outros. As APS são detalhadas nos Planos de Ensino das disciplinas às quais se vinculam e aprovadas pela Coordenação de Curso, a quem compete acompanhar o seu desenvolvimento. As horas destinadas pelos discentes para realização das estratégias propostas para cada APS, são determinadas na matriz curricular de cada fase do curso, e registradas pelo discente em um formulário específico, devendo ser supervisionadas por um docente e validadas pelo coordenador de curso.

Os componentes curriculares do PPC primam não só pelo ensino de conteúdos, mas também pelo desenvolvimento de competências e habilidades na formação do profissional, dando condições para o exercício pleno da cidadania, pautado em princípios éticos, com capacidade crítica e reflexiva, sobre a realidade econômica, política, social e cultural.

Sendo assim, o PPC é construído de forma permanente, avaliando constante e periodicamente as atividades realizadas, constituindo novos desafios para o Corpo Docente e Coordenação do Curso.

Nesta perspectiva, novos projetos de ações e os componentes curriculares que integram o plano curricular, devem ser implementados, após criteriosas análises e discussões em conjunto, para que se possa fomentar o grau de qualidade do Ensino desejado pela FACEMG. Torna-se visível, pois, nas projeções feitas pelo corpo docente do Curso de Graduação em Enfermagem, a preocupação colegiada com um ensino atualizado, em conformidade com as novas tendências educacionais, segundo as novas Diretrizes Curriculares.

A proposta didático-pedagógica está pautada na distribuição Modular dos conteúdos pertinentes à formação profissional. A conformação Modular é constituída de acordo com os seguintes critérios: os Módulos são compostos por disciplinas agrupadas de acordo com a natureza do conhecimento bem como com suas relações interdisciplinares.

Nessa perspectiva, os Módulos recebem denominações que os caracterizam de acordo com os Conteúdos Essenciais explicitados nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Enfermagem, Parecer CNE/CES 1.133/2001.

A matriz do curso de enfermagem satisfaz as necessidades decorrentes da reestruturação de toda a Faculdade de Ensino de Minas Gerais na busca de maior integração dos cursos e da implantação de um conceito multidisciplinar que objetiva uma formação mais ampla e multifacetada dos futuros profissionais. Assim, associaram-se aspectos técnicos, instrumentais e humanísticos das diversas áreas do conhecimento contempladas pela Instituição, no objetivo de formar um profissional com conhecimento pluralista, além do específico de sua área.

Neste intuito, foram introduzidas disciplinas comuns a todos os cursos da FACEMG: Interpretação e Produção de Textos, Homem e Sociedade, Ciências Sociais, Comunicação e Expressão, Metodologia do Trabalho Acadêmico e Métodos de Pesquisa. Também visando o processo integrador almejado pela Instituição temos as disciplinas de Epidemiologia, Bioquímica, Farmacologia, Farmacologia aplicada a Enfermagem, Fisiologia, Biologia, Histologia e Embriologia, Fisiopatologia e Anatomia comuns à Área de Ciências Biológicas.

A disciplina Libras, de caráter optativo aos discentes, e em consonância a Decreto-lei 5.626, de 22 de dezembro de 2005 foi instituída na matriz curricular do Curso de Enfermagem, visando atender a inclusão escolar dos indivíduos surdos, bem como noções básicas aos futuros profissionais de saúde no exercício de sua profissão.

A disciplina Relacionamento Étnico Racial Afrodescendente e Educação Ambiental também foram acrescentadas na matriz curricular como disciplinas optativas, nas quais os discentes são orientados para fazer a opção por umas destas disciplinas na quarta fase do curso, preferencialmente.

A Tabela 2 apresenta os dados referentes à distribuição de carga horária do curso, com duração de 08 semestres, em cumprimento a legislação, conforme Resolução CNE/CES nº 02 de 18 de Junho de 2007. __

TABELA 2 – Resumo da Carga Horária do Curso

Componentes Curriculares	Carga Horária (horas-aula)	Carga Horária (horas-relógio)
Disciplinas Obrigatórias	2600	2.166,67
Atividades Práticas Supervisionadas	800	666,67
Estudos Disciplinares – ED	340	283,33
Atividades Complementares	100	83,33
Estágio Supervisionado	960	800
Total Geral	4800	4.000

A carga horária do curso e do tempo de integralização, cumpre esclarecer que o PPC do Curso Graduação em Enfermagem foi alterado em 2010 com o intuito de adequar-se à Resolução CNE/CES nº 04, de 06 de abril de 2009, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional,

bacharelados, na modalidade presencial. De acordo com essa Resolução, os Cursos de Graduação em Farmácia devem ter carga horária mínima de 4.000 horas.

A respeito do tempo de integralização curricular, bem como sua duração, o artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 04/2009 estabelece o seguinte:

“Art. 2º. As Instituições de Educação Superior, para o atendimento ao art. 1º, deverão o fixar os tempos mínimos e máximos de integralização curricular por curso, bem como sua duração, tomando por base as seguintes orientações:

I – a carga horária total dos cursos, ofertados sob regime seriado, por sistema de crédito ou por módulos acadêmicos, atendidos os tempos letivos fixados na Lei nº 9.394/96, deverá ser dimensionada em, no mínimo, 200 (duzentos) dias de trabalho acadêmico efetivo;

II – a duração dos cursos deve ser estabelecida por carga horária total curricular, contabilizada em horas (60 minutos), passando a constar do respectivo Projeto Pedagógico;

III – os limites de integralização dos cursos devem ser fixados com base na carga horária total, computada nos respectivos Projetos Pedagógicos do curso, observados os limites estabelecidos nos exercícios e cenários apresentados no Parecer CNE/CES nº 8/2007, da seguinte forma:

a) Grupo de CHM de 2.400h:

Limite mínimo para integralização de 3 (três) ou 4 (quatro) anos.

b) Grupo de CHM de 2.700h:

Limite mínimo para integralização de 3,5 (três e meio) ou 4 (quatro) anos.

c) Grupo de CHM entre 3.000h e 3.200h:

Limite mínimo para integralização de 4 (quatro) anos.

d) Grupo de CHM entre 3.600h e 4.000h:

Limite mínimo para integralização de 5 (cinco) anos.

e) Grupo de CHM de 7.200h:

Limite mínimo para integralização de 6 (seis) anos.

IV – a integralização distinta das desenhadas nos cenários apresentados nesta Resolução poderá ser praticada desde que o Projeto Pedagógico justifique sua adequação.

Como visto, de acordo com o artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 04/2009 e considerando que a carga horária mínima dos Cursos de Graduação em Enfermagem é de 4.000 horas, estes se enquadram no Grupo de CHM entre 3.600 e 4.000 horas, com limite mínimo para integralização de 05 (cinco) anos.

Cabe destacar-se que a própria Resolução CNE/CES nº 04/2009, no inciso IV do artigo 2º possibilita às instituições de ensino superior praticar uma integralização distinta das desenhadas nos cenários apresentados na Resolução CNE/CES nº 04/2009, desde que o Projeto Pedagógico do Curso justifique sua adequação.

Assim, a FACEMG, apoiada no inciso IV do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 04/2009, ao proceder à reformulação do PPC do Curso Graduação em Enfermagem, manteve como tempo mínimo para integralização curricular do Curso de Graduação em Farmácia o prazo de 8 (oito) semestres.

No PPC do Curso Graduação em Enfermagem a opção pelo prazo de 8 (oito) semestres é justificada da seguinte forma:

As Resoluções CNE/CES no. 2/2007 e no. 4/2009 estabelecem que a carga horária total mínima de diversos cursos da área da Saúde deve ser de 4.000 horas, a serem integralizadas em cinco anos, ressalvando-se o disposto no inciso IV, do Art. 2º de ambas as resoluções citadas.

O que aqui se pretende é demonstrar que proposta curricular contida nos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação da área saúde, ministrados pela FACEMG, reúnem as condições acadêmicas e operacionais que possibilitam a oferta desses cursos, com a carga horária total de 4.800 horas, integralizadas num prazo mínimo de quatro anos, sem prejuízo do cumprimento irrestrito da normativa legal vigente, em especial, das Diretrizes Curriculares Nacionais.

CONDIÇÕES PARA INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO EM QUATRO ANOS

A fim de justificar essa adequação, inclui-se nos Projetos Pedagógicos dos cursos da FACEMG em que ocorre essa redução do tempo mínimo de integralização as seguintes considerações:

Manual de informações Acadêmicas e calendários escolar fornecido aos alunos, as atividades acadêmicas diárias estão distribuídas em pelo menos 6 tempos de 50 minutos, perfazendo uma carga horária de cinco horas:

Turno de Funcionamento	Hora de Início	Hora de Término	Intervalo de Tempo em Horas
Matutino	7:10	13:20	6:10
Noturno	17:30	23:00	5:30

1. De acordo com o Manual de informações Acadêmicas e calendário escolar da FACEMG, as atividades nele previstas ocupam cinco dias por semana (de segunda a sexta), podendo eventualmente ser utilizado o sábado quando necessário;

2. Cada período letivo (semestre) é constituído de vinte (20) ou vinte duas (22) semanas, dependendo do curso;
3. **Nessas condições é perfeitamente factível planejar-se uma carga horária média semestral de 500 horas, resultante do seguinte cálculo: 5 horas/dia X 5 dias por semana X 20 semanas, o que permite integralizar as 4.000 horas fixadas na legislação, em oito períodos (semestres), ou seja, em quatro anos.**

Além disso, há que se observar que pelo fato desses cursos serem reconhecidos pelo Ministério da Educação, é facultado à FCEMG ministrar até 40% dessas cargas horárias, na modalidade à distância, ao abrigo da Portaria MEC n. 2.117/2019. Atualmente a grade praticada contempla 740 horas de disciplinas ministradas à distância, correspondendo a 15,625% da carga horária total do curso (4800 horas).

Com esse entendimento foi possível elaborar para esses cursos, uma matriz curricular na qual verificar-se que o planejamento das atividades acadêmicas em cada período (semestre) observa a carga horária semestral média de 500 horas, excetuando-se aqueles casos em que os alunos realizam o estágio curricular obrigatório, quando a carga horária semestral supera a média estabelecida, uma vez que o estágio é realizado fora da sala de aula, em horário de livre escolha do aluno, respeitada a legislação específica sobre a matéria.

Dessa forma, considerando a justificativa apresentada que explicita o horário de funcionamento do Curso de Graduação em Enfermagem, a integralização do curso em 8 (oito) semestres atende ao disposto na legislação específica, ou seja, à Resolução CNE/CES nº 04/2009.

2.7 FORMAS DE REALIZAÇÃO DE INTERDISCIPLINARIDADE

Os conteúdos das disciplinas do curso foram organizados de uma estrutura interdisciplinar de áreas que agrupam conteúdos afins, visando a uma integração curricular. Na execução do currículo serão utilizadas atividades interdisciplinares que estimulam a discussão, aplicação e o aprofundamento de conhecimentos provenientes de outras disciplinas e áreas afins. A inter-relação das disciplinas pode ser observada por semestre cursado e ao longo dos semestres. Disciplinas como estágio são disciplinas que fazem a integração entre conteúdos teóricos e práticos, unindo conhecimentos das ciências exatas, ciências biológicas com as ciências da saúde.

Conteúdos das áreas de ciências humanas e sociais deverão ser direcionados para ciências em geral, a exemplo de metodologia do trabalho acadêmico e métodos de pesquisa exploram os conteúdos para pesquisa.

Assim que o discente tenha contato com conteúdos do específicos do cuidado de enfermagem realizando a interface entre as disciplinas básicas e profissionalizantes do curso de enfermagem, inicia-se neste momento o estágio obrigatório supervisionado nos serviços de saúde.

Considerando as mudanças introduzidas no cenário da avaliação da educação superior, com a promulgação da Lei n. 10.861/2004, a FACEMG vem mobilizando a inteligência institucional aliada aos recursos oferecidos pela Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC), na perspectiva de aperfeiçoar sua metodologia de ensino e sua proposta didático-pedagógica.

Esse aperfeiçoamento se materializa no âmbito dos cursos de graduação, por meio de uma contínua reflexão sobre os resultados das avaliações internas, produzidas pela CPA e NDE, e externas conduzidas pelo INEP, SESu, SETEC e SEED.

Associa-se a esse fato a necessidade de adequar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação aos ditames das Resoluções CNE/CES n° 2 e 3, ambas editadas em 2007, e da Resolução CNE/CES n° 4/2009, a primeira e a última fixando a carga horária dos bacharelados e a segunda determinando que a carga horária dos cursos deva ser contabilizada em horas.

Dentre outras medidas, emergiu dessa reflexão a necessidade de introduzir, no currículo dos cursos de graduação, atividades obrigatórias diferenciadas que contribuam para o desenvolvimento de competências e habilidades interdisciplinares.

Nesse contexto estão inseridos os Estudos Disciplinares (ED), as Atividades Práticas Supervisionadas (APS) e a oferta de educação à distância.

A) Estudos Disciplinares

Os Estudos Disciplinares são atividades de caráter obrigatório nos cursos de graduação da FACEMG, funcionando como um eixo estruturante de formação inter e multidisciplinar que perpassa todos os períodos dos cursos. São objetivos dos Estudos Disciplinares:

- prover o aluno de radua a o de competências e habilidades especi ficas para abordar, com visa o inter e multidisciplinar, problemas típicos de sua área de atuação profissional, com grau crescente de complexidade a medida que ele progride em sua orma a o.
- ampliar nos peri odos iniciais do Curso, os conhecimentos dos alunos sobre os conteu dos curriculares de orma a o geral;
- suprir eventuais deficiências da formação no Ensino Médio;
- proporcionar aos estudantes oportunidades para estabelecer cone oes entre as diferentes áreas do conhecimento e o mundo real.

Nos Estudos Disciplinares são utilizadas resoluções sistemáticas de exercícios, criteriosamente elaborados pelo coordenador do curso em conjunto com os professores, como indutor do desenvolvimento das competências e habilidades para lidar com situações-problemas típicos da sua área de formação. Os exercícios abordam, inicialmente, conteúdos de formação geral, e à medida que

o aluno avança no currículo, promove-se uma substituição progressiva desses conteúdos, por outros de formação específica de cunho interdisciplinar, envolvendo os campos do saber afins da área de formação específica do curso. Estes são desenvolvidos com recursos educacionais combinados do ensino presencial e da educação à distância, utilizando, entre outros, a plataforma de Tecnologia de Informação e Comunicação da FACEMG.

B) Atividades Práticas Supervisionadas (APS)

As Atividades Práticas Supervisionadas (APS) são atividades acadêmicas desenvolvidas presenciais sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes e realizadas pelos discentes, estão distribuídas ao longo dos 8 (oito) semestres letivos.

O conteúdo das Atividades Práticas Supervisionadas (APS) corresponde ao conteúdo do Projeto Multidisciplinar específico de cada curso, planejado para ser desenvolvido semestralmente.

O Projeto Multidisciplinar será apresentado aos alunos, especificando-se seu desenvolvimento, objetivo geral e objetivo de cada semestre. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de bibliografia, propostas de leituras, exercícios, textos complementares e sugestão de literatura e filmes, quando possível. Em conjunto com a atividade do professor da disciplina, ocorrem discussões relevantes a cada disciplina. Com o objetivo de aprofundar o conteúdo programático e o incentivo à pesquisa, o docente pode utilizar recursos como: artigos científicos, trabalhos individuais ou em grupo e palestras, que permitam aos alunos compreenderem na prática a teoria apresentada.

C) Disciplinas Transversais

Em atendimento à Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, a IES incluiu nas matrizes curriculares de seus cursos o tratamento das relações étnico-raciais, bem como o das questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, na disciplina Homem e Sociedade, Estudos Disciplinares e Atividades Complementares, como também na disciplina optativa Relações Étnico-Raciais e Afro- Descendência.

Desta forma, promove a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem os alunos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, o reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas, preservando desta forma, o respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

A Instituição promove na sua Matriz Curricular a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente, nas disciplinas obrigatórias: Engenharia e Meio Ambiente, Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, como também nas Atividades Práticas Supervisionadas, Estudos Disciplinares e Atividades Complementares.

Os princípios básicos da educação ambiental são: o enfoque humanista, holístico, democrático

e participativo; a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; a garantia de continuidade e permanência do processo educativo; a permanente avaliação crítica do processo educativo; a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Os objetivos fundamentais da educação ambiental são: o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos; a garantia de democratização das informações ambientais; o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social; o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania; o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do país, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade; o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia; o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

A proposta didático-pedagógica do Curso de Enfermagem está pautada na distribuição modular dos conteúdos pertinentes à formação profissional, totalizando oito, em regime de seriação semestral e no período diurno e noturno.

D) Disciplinas Ministradas na Modalidade EAD

A FACEMG acredita no potencial transformador da educação à distância, que permite aos alunos adotar uma rotina autônoma de estudos, colaborando assim para que estes deixem de ser receptores e os professores meros emissores do conhecimento, para se tornarem verdadeiros protagonistas do processo de ensino-aprendizagem.

Assim, com base no que dispõe a Portaria Nº 2.117 de 06 de dezembro de 2019 do MEC, A FACEMG oferece, nas Matrizes Curriculares dos seus Projetos Pedagógicos de Curso, até 40% das suas disciplinas na modalidade à distância. Atualmente a grade praticada contempla 740 horas de disciplinas ministradas à distância, correspondendo a 15,625% da carga horária total do curso (4800 horas).

Para tanto, a FACEMG em parceria com a UNIP disponibiliza no AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) o conteúdo ofertado ao aluno, a qualquer momento, pela internet. Isso possibilita ao estudante a organização do seu ritmo de estudo.

A interação com o professor ocorre por meio do fórum, que acontece durante a disciplina. Esse espaço é utilizado para debates entre alunos e tutores à distância que atuam na mediação das ações

pedagógicas, por *e-mails*, telefone e pelo *feedback* postado no AVA.

Já os tutores presenciais orientam os alunos com relação ao AVA, auxiliam na organização dos estudos, facilitam a interação dos alunos com os tutores à distância, solucionam ou encaminham as dúvidas indicadas pelos alunos. Além disso, juntamente com o coordenador de cada curso são responsáveis por:

- a) promover a articulação e integração das disciplinas ofertadas na modalidade EaD com as disciplinas presenciais e demais atividades docentes;
- b) identificar os objetivos referentes às competências cognitivas, habilidades e atitudes desenvolvidas pela EaD;
- c) motivar a realização das atividades e orientar os alunos quanto à navegação no ambiente virtual de aprendizagem;
- d) acompanhar a trajetória dos alunos no decorrer do curso, estimulando e apoiando seu desempenho nas atividades;
- e) mediar a comunicação, procurando manter a regularidade de acesso ao ambiente virtual de aprendizagem;
- f) monitorar o desempenho da infraestrutura e dos meios tecnológicos disponíveis na IES, passíveis de serem utilizados em atividades de EaD;
- g) articular esforços juntamente com a CPA para a implementação de mecanismos adequados de avaliação da EaD ofertada na IES; e
- h) autoavaliar-se continuamente como profissional participante do coletivo de um projeto que incorpora a graduação à distância aos currículos de cursos presenciais.

Destaca-se que o atendimento aos alunos é disponibilizado através do plantão tutorial realizado por profissional habilitado na área específica de atuação.

Cada disciplina cursada na modalidade EaD está dividida em unidades, sendo que, para cada uma, o aluno deve assistir à tele aula sem a obrigatoriedade de data e horário, devendo estudar o conteúdo referente a cada unidade, realizar as atividades propostas, responder aos questionários no AVA, respeitando o período preestabelecido em calendário acadêmico divulgado no próprio ambiente.

Também estão disponibilizados no AVA avisos gerais e da disciplina, vídeos instrucionais, calendário, slides de aulas, fórum de discussão etc.

PROVAS

Para a prova NP1 não há instrumento de avaliação. A partir da resposta dada aos questionários de todas as unidades da(s) disciplina(s) no AVA a nota é atribuída automaticamente e lançada no sistema, de acordo com os critérios divulgados.

Para a validação da NP1, os exercícios devem ser enviados para o sistema de acordo com o período publicado no calendário. Envios após o prazo constante do calendário não serão considerados para a NP1, pois novos questionários ficarão liberados somente para estudo.

A não realização ou o envio dos exercícios fora do prazo implicam Não Consta (NC) na NP1 e necessidade de marcação de prova substitutiva.

Para as provas NP2, substitutiva e exame o coordenador do curso fará os agendamentos das provas, que ocorrerão presencialmente, conforme o calendário acadêmico.

Os conteúdos a serem estudados, tanto para obtenção da prova NP2 quanto para a prova substitutiva e exame, são os de todas as unidades disponíveis no sistema.

No AVA (MINHAS COMUNIDADES – ASSOCIADA-COLIGADA) consta a relação dos tutores com respectivos e-mails, dias e horários de atendimento, que recepcionam a mensagem enviada pelos alunos e a encaminham para os tutores à distância, específicos de cada disciplina ofertada na modalidade EaD.

EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A Instituição oferece, nas Matrizes Curriculares dos seus Projetos Pedagógicos de Curso, até 40% das suas disciplinas na modalidade a distância para cursos que já foram reconhecidos pelo MEC. A IES dispõe de professores especialistas nas disciplinas ofertadas e parceiros no coletivo do trabalho político- pedagógico do curso, e conta com as parcerias de profissionais das diferentes TIC, conforme a proposta do curso e ainda dispõe de educadores capazes de:

- a) estabelecer os fundamentos teóricos do projeto juntamente com o NDE do curso;
- b) promover a articulação e integração das disciplinas ofertadas na modalidade EaD com as disciplinas presenciais e demais atividades docentes;
- c) identificar os objetivos referentes às competências cognitivas, habilidades e atitudes desenvolvidas pela EaD;
- d) motivar a realização das atividades e orientar os alunos quanto à navegação no ambiente virtual de aprendizagem;
- e) acompanhar a trajetória dos alunos no decorrer do curso, estimulando e apoiando seu desempenho nas atividades;
- f) mediar a comunicação, procurando manter a regularidade de acesso ao ambiente virtual de aprendizagem;
- g) monitorar o desempenho da infraestrutura e dos meios tecnológicos disponíveis na IES, passíveis de serem

utilizados em atividades de EaD;

- h) articular esforços juntamente com a CPA para a implementação de mecanismos adequados de avaliação da EaD ofertada na IES; e
- i) autoavaliar-se continuamente como profissional participante do coletivo de um projeto que incorpora a graduação à distância aos currículos de cursos presenciais.

AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA).

O suporte tecnológico distribui-se em duas dimensões: uma dimensão de recursos de interação para o acompanhamento dos estudantes e uma de avaliação.

Para tanto, detalha-se abaixo o sistema de informação utilizado na veiculação dos conteúdos pertinentes.

BLACKBOARD

A plataforma utilizada para a publicação de conteúdo é o Blackboard. Ele conta com as principais funcionalidades disponíveis nos ambientes virtuais de aprendizagem e é composto por ferramentas de avaliação, comunicação, disponibilização de conteúdo, administração e organização. Por meio dessas funcionalidades, é possível dispor de recursos que permitem a interação e comunicação entre o aluno, professores e tutoria, a publicação do material de estudo em diversos formatos de documentos, a administração de acessos e a geração de relatórios.

O material de cada disciplina é publicado pelo professor responsável por ela no Blackboard, seguindo a proposta do calendário acadêmico de realização dos encontros presenciais. A publicação de material, módulo a módulo, pelo professor, facilita o acompanhamento do aluno no AVA.

Há uma Equipe Multidisciplinar responsável pelo suporte pedagógico e operacional no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, atendendo aos alunos quanto às dúvidas no ambiente acadêmico, mediando fóruns, postando avisos, provas, questionários e demais informações pertinentes.

O Blackboard é utilizado como plataforma de distribuição de conteúdo em diferentes suportes, tais como: textos, teleaulas, vídeos (entre os principais), integrando recursos de interação entre professores, equipe multidisciplinar, tutores e alunos.

Podem ser utilizados numa determinada disciplina os seguintes materiais: slides, questionários, exercícios, textos complementares, fóruns e Estudos Disciplinares (ED), dentre outros. Sua disponibilização e veiculação é gerenciada pela equipe multidisciplinar. O material é submetido às seguintes etapas:

1. recebimento e controle;
2. revisão ortográfica e uso correto da Língua Portuguesa;
3. diagramação;
4. liberação para inserção no AVA;

5. geração de imagens;
6. liberação para gravação das teleaulas;
7. liberação para a tutoria
8. Teleaulas.

A equipe multidisciplinar distribui o conteúdo pedagógico das unidades, respeitando a carga horária definida na matriz curricular e organiza a sua apresentação aos estudantes. As teleaulas são gravadas de acordo com a organização do calendário acadêmico.

As teleaulas, com duração de uma hora, são divididas em blocos, sendo que, ao final de cada bloco, o professor propõe uma questão referente ao tema abordado. O bloco seguinte inicia-se com um comentário do professor referente à atividade proposta no bloco anterior. A separação em blocos tem o objetivo de tornar a aula mais dinâmica e interativa.

É importante ressaltar que todas as teleaulas são realizadas com intérprete de libras, o que permite às pessoas com deficiências acompanharem o conteúdo ministrado pelo professor.

As teleaulas são gravadas em estúdio e editadas por profissionais e são enviadas ao departamento de Educação Digital, que prepara o link e realiza a sua inserção no AVA. O docente da teleaula é acompanhado no estúdio por um tutor da área da disciplina.

A interação no Ambiente Virtual ocorre pela Internet, de maneira síncrona e assíncrona. Em tempo real, acadêmicos, professores conteudistas contam com softwares com suporte de áudio e vídeo, e por meio do bate papo, com textos online. Porém não em tempo real, podem interagir por meio de fóruns, e-mail e outros tipos de mensagens. No ambiente virtual de aprendizagem há espaço para discussões em grupo e mensagens individualizadas.

2.7.1 Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental

A Instituição, como dito, promove na sua Matriz Curricular a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente, principalmente nas disciplinas obrigatórias: Educação Ambiental, como também nas Atividades Práticas Supervisionadas, Estudos Disciplinares e Atividades Complementares.

Princípios básicos da educação ambiental:

- I. O enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II. A concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III. O pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV. A vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

- V. A garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI. A permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII. A abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII. O reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Objetivos fundamentais da educação ambiental:

- I. O desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II. A garantia de democratização das informações ambientais;
- III. O estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- IV. O incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V. O estímulo à cooperação entre as diversas regiões do país, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- VI. O fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
- VII. O fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

2.7.2 Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena

Em atendimento à Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, a IES incluiu nas matrizes curriculares de seus cursos o tratamento das relações étnico-raciais, bem como o das questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, na disciplina Homem e Sociedade, Ciências Sociais, Estudos Disciplinares e Atividades Complementares.

Desta forma, promove a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem os alunos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, o reconhecimento e igualdade de

valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas, preservando desta forma, o respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

2.7.3 Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

Conforme disposto no Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012 a IES, atendendo ao disposto na nova legislação educacional, em consonância com o parágrafo único do artigo 3º da Portaria MEC nº 4.361/2004, de 29 de dezembro de 2004, e conforme disposto no Parecer CNE/CP N° 8/2012 e no Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012, e Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012, formulou sua política de inclusão social, incluindo o respeito aos Direitos Humanos. Além disso, o tema também é abordado nas disciplinas obrigatórias: Ciências Sociais, Atividades Complementares e Estudos Disciplinares e na disciplina optativa: Direitos Humanos.

A FACEMG também pretende oportunizar um espaço de reflexão, análise e compreensão dos princípios, valores e direitos que caracterizam a dignidade humana, a democracia e o pluralismo político que fundamentam uma sociedade livre, justa e solidária, estimulando práticas sociais e escolares fundamentadas no respeito aos Direitos Humanos e fazendo parcerias com as corporações profissionais e com as entidades de classe com o objetivo de ações integradas Escola/Empresa/Sociedade Civil para o reconhecimento dos direitos dos portadores de necessidades sociais como Direitos Humanos Universais.

2.7.4 Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.

Atenta ao disposto na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências físicas às dependências de IES, a Mantenedora determinou políticas que reconhecem as necessidades diversas dos alunos, acomodando os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de metodologias de ensino apropriadas, arranjos organizacionais, uso de recursos diversificados e parceria com as organizações especializadas, ao que foram observados os seguintes itens:

1. Para os alunos portadores de deficiência física:
 - Livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo, com a eliminação de barreiras arquitetônicas assegurando o acesso aos espaços de uso coletivo, para que o deficiente possa interagir com a comunidade acadêmica;
 - Lavabos, bebedouros e banheiros adaptados ao uso de portadores de deficiência física;
 - Portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
 - Barras de apoio nas paredes dos banheiros;
 - Rampas com corrimãos, facilitando a livre circulação de cadeira de rodas;
 - Telefones públicos para uso de deficientes;

- Móveis que possam ser usados por deficientes físicos na praça de alimentação;
 - Vagas em estacionamentos na própria da IES.
2. Para os alunos portadores de deficiência visual, proporcionará, caso seja solicitada e conforme a legislação em vigor, sala de apoio, disponível do ingresso à conclusão do curso, contendo:
- Sistema de síntese de voz.
 - Teclado de computador em braile.
 - Software de ampliação de tela.
 - Scanner acoplado a um computador.
3. Para os alunos portadores de deficiência auditiva, oferecerá, caso seja solicitada e conforme a legislação em vigor, estrutura disponível do ingresso à conclusão do curso, contendo:
- Intérpretes de língua de sinais, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando não tenha expressado o real conhecimento do aluno.
 - Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando-se o conteúdo semântico.
 - Aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita.
 - Materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística dos surdos.
4. Para os professores, alunos, funcionários e empregados portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida, a IES pode proporcionar, além de ajuda técnica, programa de capacitação para a educação inclusiva, constando, especialmente da oferta de:
- Informações sobre as características essenciais necessárias ao aprendizado dos portadores de necessidades especiais
 - Cursos, seminários ou eventos similares, ministrados por especialistas.
 - Cursos para o entendimento da linguagem dos SINAIS, LIBRA.
5. Para a comunidade, a oferta de:
- Campanhas de sensibilização e de motivação para a aceitação das diferenças.
 - Parcerias com as corporações profissionais e com as entidades de classe com o objetivo de ações integradas Escola/Empresa/Sociedade Civil para o reconhecimento dos direitos dos portadores de necessidades sociais como Direitos Humanos Universais.
 - Integração Escola/Empresa para a oferta de estágios profissionais, incluindo empregos permanentes, com adequadas condições de atuação para os portadores de necessidades especiais.

2.7.5 Disciplina de Libras

Em atendimento ao Decreto nº 5.626/2005, a Língua Brasileira dos Sinais – LIBRAS foi inserida como componente curricular obrigatório optativo.

Assim sendo, prevê-se que, nos próximos anos, o contingente de alunos e professores, além de funcionários do corpo técnico-administrativo, preparados para entender e se fazerem entender em LIBRAS torne-se significativo, contribuindo para mais ampla integração de eventuais novos alunos dependentes deste meio de comunicação.

A IES pretende levar o aluno a refletir sobre a necessidade e importância da inclusão de pessoas com deficiências auditiva em empresas e demais instituições no mercado de trabalho, para que possa compreender a diversidade humana nos contextos sociais, econômicos, culturais, comunicativos e na vida em comunidade.

Introduzir o aluno ouvinte à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a modalidade diferenciada para a comunicação (gestual-visual), criando oportunidades para a prática de LIBRAS e ampliar conhecimento dos aspectos da cultura do mundo surdo, na aquisição de um novo comportamento linguístico.

2.7.6 Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

De acordo com o disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e que é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação, em sistema educacional inclusivo, garantida a transversalidade da educação infantil até a educação superior, a IES designou Comissão para elaborar um regulamento específico de atendimento aos estudantes matriculados que apresentarem transtorno do espectro autista, de acordo com o disposto na Lei nº 12.764 / 2012, regulamentada pelo Decreto 8.368 / 2014.

Esse regulamento foi submetido à aprovação do Conselho Acadêmico da IES, sendo criado o Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico – NAAP, em fase de implantação, cujo regulamento encontra-se à disposição.

2.8 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS DO CURSO

As ementas e os programas dos componentes curriculares são atualizados periodicamente e estão adequados à concepção do curso. Os professores podem propor alterações nos conteúdos programáticos, contribuindo para o enriquecimento e atualização dos conteúdos ministrados.

A bibliografia indicada (básica e complementar) para os componentes curriculares do curso está plenamente adequada, atualizada e é relevante. Os professores têm autonomia para agregar obras que, pela sua didática e completude ou por sua relevância social e aspecto crítico, dentre outros fatores, são importantes para o aprendizado.

As bibliografias básica e complementar são adequadas em relação as unidades curriculares e aos conteúdos, descritos no PPC. Da mesma forma está referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE. A bibliografia básica e complementar contempla livros físicos e virtuais.

O ementário e sua respectiva bibliografia encontram-se no **Anexo I**, no final do presente

documento.

2.8.1 Metodologia

As metodologias de ensino-aprendizagem do curso de Enfermagem da FACEMG são centradas em formas ativas de ensino, estimulada por práticas onde o aluno é protagonista na busca pelo conhecimento. Dentro deste cenário, o professor tem autonomia para selecionar as melhores estratégias de ensino-aprendizagem adequadas aos conteúdos a serem desenvolvidos. Cabe a cada professor, também, buscar fazer com que suas estratégias de ensino-aprendizagem e de avaliação sejam, por si só, formas de desenvolvimento de competências dos alunos. Para tanto o que se requer dos professores é:

- Foco nos objetivos do curso e no perfil desejado do egresso e nas competências relacionadas;
- Foco nos objetivos da disciplina;
- Visão sistêmica (capacidade de ver a importância de sua disciplina, no conjunto das disciplinas do curso e a importância destas para os objetivos do curso e para realização do perfil desejado do egresso);
- Trabalho em equipe;
- Liderança (da classe) pela competência e pelo exemplo;
- Atualização;
- Atratividade das aulas com foco na otimização do aprendizado dos alunos.

Neste contexto, são práticas comuns durante a rotina didática do curso de enfermagem da FACEMG:

- Aulas práticas integrando conhecimento teórico com rotina prática;
- Simulações sobre situações problemas no tocante a prática clínica simulada;
- Jogos que fomentem a fixação de conteúdos ministrados;
- Aulas invertidas;
- Práticas educativas em saúde, estendendo o conhecimento adquirido a comunidade acadêmica e externa;
- Organização de eventos e apresentações vinculando a interdisciplinaridade abordados nas Atividades Práticas Supervisionadas.

2.8.2. Estágio curricular obrigatório

O estágio é um componente do projeto pedagógico do Curso de Enfermagem da FACEMG, devendo ser inerente ou complementar à formação acadêmica, constituindo-se em instrumento de integração, de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

O Estágio classifica-se nas modalidades Curricular Obrigatório e Não Obrigatório, conforme determinam as diretrizes curriculares nacionais, a Lei 11.788/2008, e o Projeto Pedagógico do Curso:

- **Estágio Curricular Obrigatório:** é aquele previsto como disciplina integrante da estrutura curricular

de curso, e como tal, exige que as atividades pré-determinadas sejam cumpridas em uma carga horária específica, definida no Projeto Pedagógico do Curso constituindo-se requisito para aprovação e obtenção de diploma;

- **Estágio Curricular Não Obrigatório:** é a oportunidade curricular, proporcionada ao discente regularmente matriculado e com frequência efetiva em um determinado curso, de realizar atividades pré-profissionais na área de sua formação, e que quando formalizadas, junto à Instituição de Ensino e a empresa concedente, será acrescida à carga horária regular e obrigatória, dando direito ao aluno receber comprovante de horas de estágio, para equivaler ao estágio obrigatório ou para aproveitamento como atividade complementar, conforme regulamento específico e Projeto Pedagógico do Curso.

O Estágio obrigatório em Enfermagem possui regulamento próprio, baseado no Regulamento Geral de Estágio Supervisionado da FACEMG e por este regulamento, em cumprimento à Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, bem como todas as atualizações futuras que regem a realização de estágios não obrigatórios.

O estágio curricular é uma **DISCIPLINA OBRIGATÓRIA** do curso de Enfermagem, uma vez que compõe a grade curricular aprovada pelo MEC. As normas e diretrizes dessa disciplina são de responsabilidade da Comissão de Estágio e do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Enfermagem, constituída de professores designados pelo Coordenador do Curso de Enfermagem.

Ao Estágio Curricular Obrigatório são atribuídos no mínimo 20% da carga horária total do curso, o que atende à Resolução específica da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (RESOLUÇÃO Nº 6, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017), contemplando o montante de 960 horas, seguindo ainda as DCNs supracitadas, os estágios obrigatórios se iniciam no sétimo período do curso.

O estudante com disciplina(s) reprovada(s) não está habilitado para cursar os estágios do sétimo e oitavo período. A matrícula na disciplina Estágio, para estudantes em regime de progressão tutelada, ficará condicionada ao plano de estudo conforme o Regimento da FACEMG.

A Comissão de Estágio tem como responsabilidades:

- Elaborar diretrizes/normas segundo legislação vigente, seguindo orientações do MEC e do Conselho Federal de Enfermagem(COFEN);
- Orientar e esclarecer os acadêmicos nas suas dúvidas e elaboração de relatórios;
- Analisar e emitir parecer acerca das atividades profissionais contidas no plano de Estágio, podendo reprová-las ou sugerir modificações;
- Analisar e emitir parecer sobre a carga horária e dinâmica das atividades, obedecendo à legislação vigente.
- Analisar os relatórios e documentações solicitadas, podendo reprová-los e solicitar modificações ou correções.

O acadêmico, por sua vez, deverá:

- Seguir as normas estabelecidas pela Comissão de Estágio.
- Não estar em dependência de qualquer disciplina do curso, ou seja, somente após cumprir todas as disciplinas em dependência poderá iniciar o estágio do sétimo e/ou oitavo períodos.
- Realizar as atividades definidas pela Comissão de Estágio, de acordo com a matriz curricular e semestre.
- Elaborar relatórios de atividades seguindo normas da Comissão de Estágio.
- Entregar relatórios nos modelos e prazos estabelecidos pela Comissão de Estágio.

2.8.3 Atividades Complementares

As atividades complementares compõem conteúdo extraclasse como mecanismo de aproveitamento de conhecimento por meio de estudos e práticas presenciais e/ou à distância, monitoria, programas de iniciação científica, programas extensão, estudos complementares e cursos realizados em outras áreas afins. As diretrizes curriculares, no seu art.8º, determinam que o projeto pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem contemple atividades complementares, propondo "atividades que correspondam a caminhos diferentes para atingir a formação generalista e que seja de eleição do aluno segundo suas necessidades e interesses". No curso proposto os discentes deverão integralizar ao longo da formação 100 h de atividades complementares, a ser finalizada no 8º semestre.

No curso de Enfermagem, as atividades são divididas em 6 grandes grupos, sendo estes:

- Estágios extracurriculares;
- Monitorias e atividades acadêmicas de pesquisa e extensão;
- Cursos e atividades online extraclasse;
- Cursos e atividades presenciais extraclasse;
- Eventos de promoção e educação em saúde;
- Atividades caritativas e de responsabilidade social.

O aluno pode fazer até 50 horas em atividades complementares por ano do curso, sendo estabelecido o limite máximo de 30% da carga horaria total de atividades complementares por grupo de atividade, o que contempla 36 horas. Esta divisão visa diversificar a formação complementar dos alunos, permitindo que estes alunos vivenciem diversas experiências em graus de maturidade diferentes durante sua formação.

O manual de atividade complementares detalhado se encontra disponível integralmente no **ANEXO IV** deste documento.

2.9 MECANISMOS DE AVALIAÇÃO

2.9.1 Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem

A apuração do rendimento escolar é feita por disciplina e é avaliada por meio de verificações parciais e exames. Essa apuração envolve, simultaneamente, aspectos de frequência e aproveitamento escolar.

A avaliação nas disciplinas teóricas será obtida por meio de provas, trabalhos e seminários, dentre outros, bem como pela participação, conduta, maturidade e interesse demonstrado pelo aluno durante as aulas e demais atividades, a critério do professor e em conformidade com o respectivo plano de ensino. É atribuída nota zero ao aluno que usar meios ilícitos ou não autorizados pelo professor por ocasião da execução dos trabalhos, das provas parciais, dos exames ou de qualquer outra atividade que resulte na avaliação do conhecimento por atribuição de nota, sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis por esse ato de improbidade.

Os critérios de promoção, envolvendo, simultaneamente, a frequência e o aproveitamento escolar encontram-se dispostos no Regimento da instituição.

RENDIMENTO ESCOLAR

A apuração do rendimento escolar é feita por disciplina, conforme as atividades curriculares, abrangendo os aspectos de frequência e aproveitamento.

Assim, o aluno somente poderá ser aprovado e/ou prestar exames com o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência às aulas e demais atividades programadas para cada disciplina. Cabe ao professor a atribuição de duas notas de avaliação (NP1 e NP2) para as atividades curriculares, com pesos iguais na composição da Média Semestral (MS) de cada disciplina.

$$\text{Assim: } MS = (NP1 + NP2) / 2.$$

CRITÉRIOS DE PROMOÇÃO

Os critérios de promoção, envolvendo, simultaneamente, a frequência e o aproveitamento escolar, são os seguintes:

- a. Se a frequência do aluno for inferior a 75% (setenta e cinco por cento), ele estará reprovado na disciplina. Em caso contrário, serão considerados os resultados das avaliações realizadas de acordo com o previsto no parágrafo anterior.
- b. Se a média semestral (MS) for igual ou maior que 7,0 (sete), o aluno estará aprovado na disciplina, naquele semestre, com média final igual à MS.
- c. Se a MS for menor que 7,0 (sete), o aluno será submetido a um exame, quando lhe será atribuída a nota EX.
- d. Após o exame, a média final (MF) da disciplina será a média aritmética simples entre MS e EX.
Assim: $MF = (MS + EX) / 2$.
- e. Se a MF for igual ou maior que 5,0 (cinco), o aluno estará aprovado na disciplina.

- f. Mantida a reprovação, mesmo após a realização da avaliação especial, se concedida, o aluno ficará sujeito ao regime de dependência na disciplina.
- g. O aluno que deixar de comparecer a uma prova poderá, a critério do coordenador de curso, requerer prova substitutiva.
- h. Nas disciplinas cursadas em regime de Dependência, Adaptação ou Antecipação e nas disciplinas optativas ou eletivas serão considerados os mesmos critérios das disciplinas regulares para o cálculo da MF.
- i. O aluno reprovado em período letivo que não seja oferecido no semestre seguinte deverá matricular-se em período indicado pela Coordenação do curso.
- j. Cabe à Comissão de Qualificação e Avaliação de Cursos (CQA), quando for o caso, acompanhar, avaliar e validar as avaliações de aprendizagem, podendo realizar, em qualquer momento do curso, Avaliação Geral de Curso (AGC). Nesse caso, a nota dessa avaliação, que será designada por AG, passará a compor, juntamente com as notas do professor (NP1 e NP2), a média semestral (MS) de cada disciplina, da seguinte forma: $MS = (3 \times NP1 + 3 \times NP2 + 4 \times AG) / 10$.
- k. Quando a Avaliação Geral de Curso (AGC) for aplicada, sua nota (AG) será utilizada para compor a média semestral de todas e somente das disciplinas do período em que o aluno está matriculado, não sendo utilizada para calcular a média semestral de disciplinas cursadas em regime de Dependência, Adaptação ou Antecipação e de disciplinas optativas ou eletivas.

Todos os alunos terão que realizar **Atividades Práticas Supervisionadas (APS)**, que constarão de atividades de biblioteca (frequência e utilização), atividades relacionadas aos laboratórios (relatórios de experiências e outras), trabalhos individuais ou em grupo determinados pelo professor, trabalhos de iniciação científica, resolução de exercícios do Portal ou de listas, programadas para serem supervisionadas pelos professores em suas aulas.

Em cada semestre, o aluno deverá cumprir a quantidade de horas de APS, definida para o respectivo período letivo de seu curso. A comprovação da realização das APS, em cada semestre, será feita mediante a entrega do trabalho acompanhado da ficha de Supervisão da APS. Será atribuído um conceito semestral (Aprovado ou Reprovado) às APS, o qual deverá ser lançado no sistema Acadêmico ou, em caso de DP e/ou AD, em mapa emitido pela Secretaria até a data-limite de entrega das notas, conforme Calendário Escolar.

O desempenho do aluno é avaliado numa escala de 0 (zero) a 10 (dez), com aproximação de até 0,5 (cinco décimos); a MS será arredondada para 7,0 (sete), quando for maior ou igual a 6,7 (seis-vírgula-sete) e menor que 7,0 (sete); a MF será arredondada para 5,0 (cinco), quando for maior ou igual a 4,75 (quatro-vírgula-setenta e cinco) e menor que 5,0 (cinco).

Os casos omissos serão analisados por uma comissão especialmente indicada pelo Conselho Acadêmico.

REGIME DE DEPENDÊNCIA

O aluno aprovado em um período letivo poderá matricular-se no período subsequente e cursar as disciplinas pendentes em regime de dependência.

O número máximo de disciplinas em regime de dependência e de adaptação para a promoção ao semestre letivo subsequente fica assim definido:

- Para a promoção ao 2º período letivo: sem limite;
- Para a promoção ao 3º período letivo: 5 disciplinas;
- Para promoção aos períodos letivos situados entre o 3º e o antepenúltimo: 5 disciplinas;
- Para promoção ao antepenúltimo período letivo: 3 disciplinas; e
- Para o penúltimo e o último período letivo do curso não serão aceitas matrículas de alunos com dependência, recuperação ou adaptação em qualquer disciplina de períodos letivos anteriores.

O aluno reprovado em um período letivo poderá optar pelo regime de progressão tutelada, que foi instituído visando a oferecer orientação acadêmica diferenciada aos alunos que apresentarem desempenho acadêmico irregular no decorrer do seu processo de formação. Entende-se por desempenho acadêmico irregular, o acúmulo de disciplinas em regime de dependência e/ou adaptação, em número maior que o permitido conforme citado no parágrafo anterior.

O ingresso no regime de progressão tutelada de matrícula decorre do interesse manifesto do aluno.

Será facultado aos alunos que estariam se promovendo para o segundo ou para até o antepenúltimo período de qualquer curso de graduação, que tenham ultrapassado o limite de disciplinas em regime de dependência, conforme citado anteriormente, adotarem o regime de progressão tutelada de matrícula.

Os alunos que atenderem às condições previstas no parágrafo anterior poderão optar pelo regime de progressão tutelada durante o período de renovação da matrícula fixado no Calendário Escolar da Instituição.

O aluno que ultrapassar o limite de disciplinas em dependência e optar pelo regime de progressão tutelada de matrícula receberá orientação diferenciada sobre a reestruturação do seu percurso acadêmico, inclusive sobre a distribuição das disciplinas em dependência, ou ainda a cursar, atividades e estágios incompletos. A orientação definirá como e quando o aluno poderá cumpri-los.

Compete à Coordenação do Curso, a partir da análise do histórico escolar do aluno optante, orientá-lo quanto à melhor alternativa para conduzir a sua progressão acadêmica, considerando tudo o que é exigido pela matriz curricular para uma formação plena (disciplinas, trabalhos de curso, estágios, entre outros).

Caberá à Coordenação do Curso, juntamente com o aluno optante pelo regime de progressão tutelada, estabelecer um plano de estudos definindo como, quando e quais disciplinas deverão ser cursadas, assim como as condições e as medidas a serem adotadas para a conclusão das demais atividades curriculares ainda pendentes. Esse plano de estudos poderá ultrapassar, conforme o caso, o período mínimo de integralização curricular.

Na condição de ingressante no penúltimo período, uma vez aceita a opção pelo regime tutelado, o aluno será matriculado provisoriamente nesse período de seu curso. A matrícula e o regime de estudos definido pela Coordenação do Curso serão homologados, segundo normas fixadas pelo Conselho Acadêmico.

Na condição de ingressante no último período, uma vez aceita a opção pelo regime tutelado, o aluno será matriculado provisoriamente nesse período de seu curso. A matrícula e o plano de estudos definido pela Coordenação do Curso serão homologados, segundo normas fixadas pelos Colegiados Superiores.

Enquanto optante pelo regime de progressão tutelada, o aluno obriga-se a cumprir integralmente o plano acadêmico estabelecido pela Coordenação do Curso e referendado pelo Conselho Acadêmico.

O desligamento do aluno do regime de progressão tutelada poderá ocorrer quando o desempenho acadêmico do aluno for avaliado como insuficiente pela instância competente da Instituição e decidido/homologado pelo Conselho Acadêmico.

Aproveitamento de Estudos

O aluno reprovado em um período letivo poderá requerer aproveitamento de estudos das disciplinas em que foi aprovado e, consoante normas fixadas pela Coordenação do Curso, cursar concomitantemente outras disciplinas do período letivo subsequente, desde que haja vaga a compatibilidade de horários.

Revisão de Provas e Verificação das Notas

O Professor deve realizar a revisão e fazer a vista das provas junto com o aluno, no “Período de Revisão de Notas”, em horário de aula da disciplina, ocasião em que ele estará de plantão, sendo vedada a alteração do critério adotado para a correção inicial. Toda prova realizada, com exceção dos exames, deve ser mantida com o professor até o final do semestre letivo. Os exames finais devem ser entregues na Secretaria da Instituição e as fichas das APS na Coordenação local do curso e posteriormente entregues na Secretaria da Instituição para serem arquivadas no prontuário do aluno. As demais provas poderão ser devolvidas aos alunos regularmente matriculados, após o término do semestre letivo, com exceção das avaliações realizadas On-line, no Laboratório de Informática.

O aluno pode requerer, no site da IES, clicando em Secretaria On-line, a revisão dos exames e das APS, definidos no Calendário Escolar. O aluno deve fundamentar a solicitação explicando (no

requerimento) a questão que ele considera que foi corrigida de forma incorreta, com base na matéria lecionada. Do contrário, o pedido não será aceito.

Importante: O prazo máximo para a solicitação de revisão dos exames é de 1 (um) dia após o prazo de entrega de notas. A revisão dos exames será feita no período estipulado no Calendário Escolar (“Período de Revisão de Notas”) e apenas se o aluno estiver presente no período das aulas em que o professor ministra a disciplina, ocasião na qual ele estará de plantão. O aluno deverá levar consigo o protocolo do pedido da revisão de Exame.

2.10 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DE CURSO

2.10.1 Avaliação do Curso Superior de Enfermagem

A avaliação do Curso Superior de Enfermagem será feita regularmente, através do estudo do desempenho do Curso e dos aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. Esta avaliação, de acordo com as determinações legais vigentes, será realizada em dois níveis: o Interno e o Externo.

Os relatórios correspondentes às avaliações interna e externa serão encaminhados ao Conselho Acadêmico para apreciação e emissão de parecer e propostas de alternativas e ações para sanar as deficiências apresentadas.

2.10.2 Concepção do Processo de Autoavaliação do Curso de Enfermagem

A Avaliação do curso de Enfermagem baseia-se nos parâmetros estabelecidos pela FACEMG, que considera, basicamente, três conjuntos de elementos:

- condições: corpo docente; corpo discente; corpo técnico-administrativo; infraestrutura; perspectiva utilizada na definição e organização do currículo; perfil profissional e as perspectivas do mercado de trabalho; estágios; efetiva participação de estudantes em atividades de Iniciação Científica, extensão e monitoria; atratividade do curso e interação com área científica, técnica e profissional e com a sociedade em geral;
- processos: interdisciplinaridade; formação interdisciplinar; institucionalização; qualidade do corpo docente e sua adequação aos cursos de Graduação e Tecnológicos (domínio dos conteúdos, planejamento, comunicação, compromisso com o ensino, pesquisa, extensão, orientação/supervisão); avaliação da aprendizagem (critérios claros e definidos, relevância dos conteúdos avaliados, variedade de instrumentos, prevenção da ansiedade estudantil); estágio; interação IES/sociedade;
- resultados: capacitação global dos concluintes; preparo para exercer funções profissionais (executar atividades- tarefa típicas de a profissão aperfeiçoar-se continuamente); qualidade do curso (necessidades do mercado do trabalho, atualidade e relevância técnico-científica dos conteúdos, desempenho em pós-graduação / cursos típicos da carreira, adequação do currículo às necessidades futuras); análise comparativa (cursos da mesma área em outras instituições, outros cursos da mesma

instituição).

2.10.3 Avaliação de Disciplinas

A organização do trabalho pedagógico será avaliada de modo a abranger os seguintes tópicos:

- objetivos da disciplina, plano de ensino, fontes de consulta/bibliografia, procedimentos didáticos, instrumentos de avaliação, conteúdo das avaliações, atividades práticas, condições técnicas (recursos humanos e infraestrutura disponível para o desenvolvimento das disciplinas);
- desempenho do docente, em relação a clareza, fundamentação, perspectivas divergentes, importância, inter-relação e domínio dos conteúdos, questionamento, síntese soluções alternativas;
- desempenho didático-pedagógico, em relação ao cumprimento de objetivos, à integração de conteúdos, aos procedimentos e materiais didáticos e bibliografia; e aspectos atitudinais e filosóficos (aspectos éticos, clima livre de tensão orientação, atitudes e valores); pontualidade do professor e exigência de pontualidade dos alunos;
- desempenho discente, expressado pela participação em aula e atividades, informação ética, realização de tarefas, interesse e presença integral;
- desempenho técnico-administrativo, expressado pela avaliação individual dos funcionários; e
- desempenho gerencial da IES.

2.10.4 Autoavaliação do Curso Superior de Enfermagem

Nesse nível, a avaliação considerará o desenvolvimento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no Curso Superior de Enfermagem, bem como as relações entre os três. O resultado desse diagnóstico, das variáveis e indicadores considerados emergentes face à especificidade do curso, após a sua sistematização, serão trabalhados pelo Curso em diferentes etapas, detalhadas a seguir:

- reuniões de trabalho para elaboração do planejamento do processo de autoavaliação do curso para o ano letivo correspondente;
- participação dos protagonistas do processo de autoavaliação do curso nos Painéis promovidos pela CPA para conhecimento das informações e dos dados colhidos sobre a realidade do curso;
- reuniões específicas para conhecimento detalhado das informações e dos dados apresentados pelo diagnóstico da situação real do curso: pontos fortes e pontos fracos

(incluem-se aqui dados e informações coletados pelo próprio curso e pela CPA);

- reuniões específicas para a análise conjunta das variáveis e indicadores contemplados no diagnóstico dos diferentes componentes curriculares do curso;
- reuniões de trabalho para a identificação de variáveis e indicadores específicos, que porventura não contemplados pelo Sistema de Avaliação Institucional;
- aplicação dos Instrumentos de Avaliação elaborados pelo próprio Curso e não contemplados pelo processo de avaliação institucional e pela avaliação externa. Trata-se aqui de Instrumentos de Avaliação que abordam as dimensões específicas do Curso;
- reuniões de trabalho para a elaboração conjunta de Planos de Trabalho com base nos resultados da avaliação institucional, da avaliação externa e da autoavaliação promovida pelo próprio Curso (componentes curriculares que caracterizam a especificidade do curso);
- desenvolvimento e avaliação contínua dos Planos de Trabalho para a melhoria permanente do curso e sua capacidade de inovação e de reflexão crítica; e
- reuniões conjuntas, envolvendo o corpo docente, o corpo discente e a equipe de suporte técnico- administrativo, para proceder, por meio de uma atitude crítica e autorreflexiva, à avaliação do processo de autoavaliação empregado pelo curso no período letivo correspondente.

Numa perspectiva processual, essas atividades e reuniões de trabalho serão realizadas no transcorrer do semestre letivo, cujo cronograma de atividades será estabelecido no início de cada ano letivo, durante as reuniões de trabalho para a elaboração do planejamento do processo de autoavaliação do curso.

Neste, busca-se imprimir uma metodologia de trabalho que contemple uma unidade e segmento de tempo concreto em relação ao qual se distinguem três fases para um paradigma que resulte num processo de autoavaliação global:

- (a) avaliação inicial (condições existentes, fundamentação e necessidades);
- (b) avaliação de processo (variáveis que envolvem todo o processo de desenvolvimento curricular nos contextos político-administrativo, de gestão e de realização);
- (c) avaliação de resultados (ponderação dos resultados definidos no projeto pedagógico do curso).

O projeto de autoavaliação empregado caracteriza-se, assim, como um ciclo que toma corpo e se justifica como um processo conjuntivo-formativo que visa implementar medidas concretas para o constante aperfeiçoamento da organização didático-pedagógica do curso.

2.10.5 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.

As ações e processos de avaliação para este curso permitem mudanças e melhorias voltadas ao aprimoramento do curso assim como ao desenvolvimento profissional de nossos estudantes. A autoavaliação ou avaliação interna é um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade e busca compreender os significados do conjunto de suas atividades, a fim de melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social.

Para tanto, a instituição sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, desvenda formas de organização, administração e ação, identifica pontos fracos, pontos fortes ou potencialidades e estabelece estratégias de superação de problemas. A avaliação interna é, portanto, um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a instituição.

O desenvolvimento e a implementação de um sistema de avaliação é um dos procedimentos utilizados para o monitoramento de informações e assegura que a qualidade do ensino fornecido por elas atende aos padrões recomendados. Na IES cultiva-se a reflexão sistemática sobre a qualidade da educação através da avaliação. Os instrumentos utilizados são: (I) reuniões entre CPA e NDE; (II) reuniões entre NDE, colegiado, coordenação e corpo docente; (III) questionários de avaliação da instituição.

Quanto à avaliação externa, o ENADE oferece uma direção do grau de dificuldade encontrada nos alunos em relação ao conteúdo, os resultados dos exames trienalmente geram reuniões do NDE – Núcleo Docente estruturante para melhoria de qualidade.

2.10.6 Avaliação Externa

Nesse nível, a avaliação externa considerará o desempenho do Curso em relação ao mercado de trabalho, ao grau de satisfação do egresso e aos critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação (resultados do ENADE e da Avaliação das Condições de Ensino).

A avaliação externa abrangerá, ainda:

- Pesquisa junto à sociedade civil organizada, com os quais o Curso desenvolve suas atividades, para verificar a adequação dessas atividades e o grau de satisfação dos mesmos.
- Pesquisa junto às empresas parceiras, que absorverá os egressos do Curso, para verificar o grau de satisfação da comunidade externa em relação ao desempenho dos mesmos.
- Pesquisa junto aos egressos, para verificar o grau de satisfação dos ex-alunos em relação às condições que o Curso lhes ofereceu e vem lhes oferecer (formação continuada).

2.10.7 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso

A IES, comprometida com a qualidade do ensino, diagnosticou alguns pontos a serem lapidados, a fim de que o desempenho de seus alunos tenha, ano a ano, um efeito cada vez mais

positivo, tais como: a criação do NDE, tendo como embrião o Grupo de Trabalho constituído para elaborar a autoavaliação, juntamente com a CPA, com a missão de conduzir a implementação das propostas formuladas e avaliar periodicamente a sua eficácia; a reestruturação do corpo docente; a conscientização, por meio de palestras, da importância dos resultados do ENADE para o corpo discente, principalmente no que se refere ao mercado de trabalho.

2.10.8 Apoio aos Discentes

O apoio didático-pedagógico aos discentes do curso será realizado de diferentes maneiras:

- Visita às salas de aulas, com o objetivo de saber como as turmas estão se desenvolvendo, além de levar informações sobre a Instituição, eventos etc.;
- Reuniões sistemáticas mensais com representantes de turmas e/ou centro acadêmico;
- Divulgação contínua aos discentes dos horários de Coordenação do Curso, Secretaria, Biblioteca, Laboratórios etc.;
- Entrega do calendário Escolar, no início de cada semestre, com todas as informações acadêmicas da Instituição, como: calendário de provas, processo de faltas, dias letivos, recessos e demais serviços da Unidade.

Ademais, a Instituição conta com um corpo de profissionais disponível para o atendimento ao estudante, fora do expediente de aula, buscando diminuir dúvidas em relação às disciplinas e conteúdos ministrados, em salas específicas para o atendimento individual ou em grupo. Conta também com um Coordenador para cada curso existente, que fica à disposição dos estudantes e professores para o atendimento em relação à operacionalidade do curso e às questões acadêmico-pedagógicas.

A Instituição promove a organização e a divulgação de atividades extracurriculares constantes e diversificadas, como semanas de estudo, seminários, congressos, palestras, jornadas, entre outras, ligadas às áreas dos cursos oferecidos com o intuito de integrar a comunidade científica e complementar a formação de sua comunidade acadêmica, além de incentivar a interdisciplinaridade.

2.10.9 Formas de Acesso

Para ingressar na Instituição, o candidato passa por processo seletivo, previsto em edital, realizado por meio de um exame constituído por uma redação em Língua Portuguesa e questões do tipo múltipla escolha, abrangendo o programa estabelecido. Para a orientação desse processo, o candidato conta com o Manual do Candidato à sua disposição, que o informará sobre os procedimentos para a inscrição, datas e horários dos exames, assim como a publicação dos resultados e períodos de matrículas.

No início de cada ano letivo, os ingressantes recebem o Manual do Aluno, que tem por finalidade transmitir uma série de informações gerais à comunidade acadêmica, com o objetivo de proporcionar a todos o melhor aproveitamento da experiência universitária e o entrosamento entre o corpo docente, discente e administrativo da Instituição.

2.10.10 Disposições Gerais

O Processo Seletivo compõe duas formas de acesso:

1. Prova Tradicional, que consiste em datas prefixadas pela IES, com a inscrição feita previamente pelo candidato pela Internet, ou presencialmente na IES. O local de realização da prova é indicado no comprovante de inscrição e a duração da mesma consta no manual.
2. Prova Agendada, que consiste no agendamento do dia e horário de sua realização, feita sempre antes da realização da Prova Tradicional. Esta é realizada em computadores dos laboratórios da IES e com provas diferentes.

O candidato deverá optar por um dos dois tipos de provas.

Quanto ao ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio), o candidato que o realizou pode ser dispensado de fazer as provas do Processo Seletivo. Nesse caso, este faz a inscrição no campus e entrega uma cópia autenticada do Boletim Individual de Notas do ENEM, até 48 horas antes da Prova Tradicional. As notas obtidas no ENEM, de questões objetivas, bem como de redação, serão analisadas e, se não atingirem uma pontuação favorável, o candidato necessariamente realizará a Prova Tradicional ou por Agendamento, conforme sua escolha e tempo hábil para tal.

2.10.11 Condições e Procedimentos

No momento da inscrição, o candidato fará a opção de curso e turno conforme instruções contidas no Manual do Aluno. Haverá também um questionário socioeconômico e taxa de inscrição, caso haja. A inscrição pode ser feita pessoalmente ou pela Internet. Quanto à composição das provas, esta possui as disciplinas devidamente elencadas no manual, bem como a bibliografia de literaturas a serem estudadas.

No que diz respeito à classificação, esta é feita de forma decrescente, referente à pontuação, respeitando a disponibilidade de vagas do curso. Já a desclassificação se dá por meio da baixa pontuação da redação e utilização de meios fraudulentos ou indisciplina durante a realização da prova.

Quanto ao resultado da prova, a lista oficial de classificação será publicada na secretaria da IES, por meio de edital de convocação, e pela Internet, após alguns dias da realização da Prova Tradicional da fase correspondente. O resultado obtido através da prova feita por Agendamento e pelo ENEM será publicado juntamente com o da Prova Tradicional.

2.11 MATRÍCULA

A matrícula é realizada pela Internet e o modo de fazê-la consta no Manual do Candidato, passo a passo. Há também um prazo para a sua realização, indicação do curso e a data de início das aulas.

2.11.1 Apoio Pedagógico aos Discentes

O apoio didático-pedagógico aos discentes do curso será realizado de diferentes maneiras:

- Visita a sala de aula, com o objetivo de saber como as turmas estão se desenvolvendo, além de levar informações sobre a Instituição, eventos etc.;
- Reuniões sistemáticas mensais com representantes de turmas e/ou centro acadêmico.
- Divulgação contínua aos discentes dos horários de coordenação do curso, secretaria, biblioteca, laboratório, o Curso, Biblioteca, Laboratórios etc.;
- Entrega do calendário escolar, no início do semestre, com todas as informações acadêmicas da Instituição, como: calendário de provas, processo de faltas, dias letivos, recessos e demais serviços da Unidade.

Ademais, a Instituição conta com um corpo de profissionais disponível para o atendimento ao estudante, fora do expediente de aula, buscando dirimir dúvidas em relação às disciplinas e conteúdos ministrados, em salas específicas para o atendimento individual ou em grupo. Conta também com um Coordenador para cada curso existente, que fica à disposição dos estudantes e professores para o atendimento em relação à operacionalidade do curso e às questões acadêmico-pedagógicas.

A Instituição promove a organização e a divulgação de atividades extracurriculares constantes e diversificadas, como semanas de estudo, seminários, congressos, palestras, jornadas, entre outras, ligadas às áreas dos cursos oferecidos com o intuito de integrar a comunidade científica e complementar a formação de sua comunidade acadêmica, além de incentivar a interdisciplinaridade.

2.11.2 Acompanhamento Psicopedagógico

O Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico – NAAP em fase de implantação na IES atuará no ensino, desenvolvendo programas com alunos, professores e coordenadores, visando à dinâmica do processo de ensino-aprendizagem, à formação global e à realização profissional e pessoal do aluno, de forma a facilitar a integração à vida universitária e social. Procurar-se-á fazer um feedback entre as necessidades do aluno e as possibilidades da IES, proporcionando por meio do planejamento a expansão dos programas de acompanhamento que visem à adaptação e a permanência do aluno no curso escolhido e na Instituição. Com relação à extensão, procurar-se-á integração da comunidade interna e externa, oferecendo programas especiais que promovam a saúde mental, o enriquecimento da qualidade de vida e o sucesso acadêmico.

A orientação acadêmica (psicopedagógica) realizar-se-á através das seguintes ações:

- Atendimento a alunos com dificuldades de aprendizagem de expressão escrita, de falta de concentração, etc.;
- Esclarecimentos de dúvidas, promovendo a satisfação e a diminuição das dificuldades encontradas por parte dos acadêmicos;

- Trabalho na prevenção da evasão escolar, da inadimplência, da repetência;
- Realização de pesquisas de satisfação para subsidiar o redimensionamento das atividades, periodicamente ou quando necessário;
- Orientação para a reopção de curso quando necessária.

O **NAAP – Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico**, quando implantado, terá as seguintes finalidades:

- I. Orientar e realizar intervenções breves nas dimensões psicopedagógica e social para o corpo discente, docente e técnico administrativo do FACEMG;
- II. Promover, por meio do apoio psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem do aluno e o pleno desenvolvimento dos colaboradores;
- III. Zelar pela aplicação da Política de Acessibilidade do FACEMG, fazendo com que estes cumpram seu objetivo principal de promover as condições adequadas para acesso, permanência, integração e desenvolvimento pleno das pessoas com deficiência, incluindo aquelas com Transtorno do Espectro Autista, ao Ensino Superior;
- IV. Promover as condições adequadas para a inclusão das pessoas com deficiência, incluindo aquelas com Transtorno do Espectro Autista, ao Ensino Superior, articulando-se com professores, coordenadores e setores de apoio, viabilizando as adequações arquitetônicas, comunicacionais, pedagógica e atitudinal, tendo como referência a Política de Acessibilidade da FACEMG.

2.11.3 Mecanismos de Nivelamento

Os mecanismos de acompanhamento aos discentes emergem das reuniões pedagógicas entre o corpo docente, Coordenação de Curso e Colegiado de Curso, os quais, em conjunto, definem estratégias de trabalho, como a autorização de aulas extras para nivelamento, após verificação das deficiências das turmas recém ingressas, com o objetivo de permitir melhor rendimento do corpo discente em relação ao cumprimento dos conteúdos técnicos, administrados ao longo do primeiro ano letivo do curso.

Também serão oferecidas disciplinas de ajustes e nivelamento, de conteúdo básico, relativas às áreas de interesse de seu curso, a fim de suprir algum tipo de deficiência ou carência em sua formação anterior. Tais disciplinas não possuirão caráter obrigatório nem contarão crédito, apenas terão o intuito de contribuir para a aprendizagem dos estudantes no escopo das disciplinas regulares.

O “Sistema *on-line* de revisa o básica de conteu dos” oferece ao aluno a oportunidade de rever conteúdos escolares básicos que, de alguma forma, são pré-requisitos para que se obtenha um desempenho satisfatório na Instituição.

O Programa consiste, num primeiro momento, em uma avaliação realizada opcionalmente pelo aluno, calouro ou veterano, que pode ser acessada na página da FACEMG, assim que se identificar com seu RA (Registro Acadêmico) e senha.

Ele irá observar que a avaliação será realizada por disciplina. Escolherá, então, entre as que estão disponíveis no sistema — Português, Matemática, Biologia, Física, Química, Geografia e História — e realizará a prova.

Ao término desse processo, será indicado o conteúdo que o aluno deverá estudar, de acordo com o resultado da prova; é o momento, então, de efetuar a inscrição on-line na(s) disciplina(s) sugerida(s) pelo sistema. Se desejar, ainda que ele tenha obtido um bom desempenho na avaliação, poderá optar por inscrever-se na disciplina de sua escolha.

Feita a inscrição — a qualquer momento, durante o período em que estiver regularmente matriculado no curso —, o aluno poderá acessar o conteúdo correspondente à disciplina e, também, realizar exercícios complementares e outras avaliações do conteúdo que está estudando, a fim de saber se obteve avanços em seu conhecimento na área.

Se obtiver um bom conceito na “Avalia a o básica on-line”, o aluno visualizará em sua tela um comprovante de realização da prova daquele conteúdo. Se o conceito obtido for insuficiente, ele poderá participar de nova revisão e realizar novamente a prova, até obter o conceito desejado.

2.11.4 Atendimento Extraclasse

O atendimento extraclasse aos alunos será realizado pelo Coordenador de Curso, pelos professores em regime de trabalho de tempo integral e tempo parcial, com jornada semanal específica para essa finalidade.

2.11.5 Acompanhamento dos Egressos

Da mesma forma, a IES envidará esforços administrativos no sentido de institucionalizar o Programa de Acompanhamento de Egressos, por meio do cadastro de ex-alunos, a fim de definir seu perfil profissiográfico e mantê-los informados sobre eventos científicos, como congressos, palestras e outros, promovendo a atualização de sua formação.

Ao mesmo tempo, os egressos poderão, por meio do Questionário de Autoavaliação Institucional, expressar as possíveis carências ou qualidades nos vários setores da infraestrutura da Instituição, o que muito contribuirá para a expansão de seu ensino.

2.11.6 Atividades acadêmicas articuladas com a formação – extensão

O Curso de Enfermagem da FACEMG tem como função formar cidadãos competentes em suas áreas de atuação, com consciência crítica e reflexiva, que contribuam para o desenvolvimento

humano e o bem-estar social.

Para cumprir as exigências legais e pedagógicas, com vistas à formação e direcionamento do profissional, são realizadas, anualmente, as Jornadas de Enfermagem.

2.11.7 Monitoria

A FACEMG tem interesse em gerar recursos humanos de qualidade entre seus próprios alunos para, no futuro, atuarem em função docente. Para tanto, mantém um programa de monitoria junto à comunidade acadêmica.

A monitoria é uma atividade que tem por finalidade despertar o interesse pela carreira docente, prestar auxílio a professores para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades técnico-didáticas, bem como contribuir para a manutenção de um relacionamento pedagógico produtivo entre alunos e professores.

A monitoria possibilita a experiência da vida acadêmica promovendo a integração de estudantes de períodos (semestres) mais avançados com semestres anteriores, além da participação na organização e desenvolvimento das disciplinas do curso, e do seu próprio treinamento, pelo professor responsável, em atividades didáticas e, eventualmente, em atividades de pesquisa.

Os monitores são selecionados semestralmente e os aprovados ao final do seu exercício, recebem um certificado que comprova as horas dedicadas às atividades.

O monitor presta plantões de dúvidas, nos quais os estudantes recebem orientação individualizada para a resolução de exercícios e para o esclarecimento de questões, além de compartilharem experiências da vivência no ambiente acadêmico.

As normas de monitoria estão definidas no Regulamento de Monitoria. O professor da disciplina orienta e supervisiona as atividades de seus monitores. Por ser estudante de graduação, o monitor não substitui o professor da disciplina.

O regimento sobre o programa de monitoria se encontra na íntegra no **ANEXO 4** deste documento.

2.11.8 Programa de extensão comunitária

Os estudantes do curso de enfermagem são estimulados a participar de programas de Extensão, juntamente com outros cursos das áreas de saúde e, eventualmente, com a área de humanas, como forma de proporcionar a possibilidade de um maior contato entre o saber acadêmico e o saber popular, direcionando para reflexões sobre novas formas de pensar, sentir e agir.

É a partir dessa prática reflexiva que há o fortalecimento do processo do ensino-aprendizagem. A partir dos projetos de extensão, é que os docentes repensam suas atividades (ação-reflexão-ação),

aprimorando com isso mais conhecimentos e metodologias.

Os estudantes participantes de projetos comunitários podem vivenciar a teoria, a prática e a própria comunidade.

Esta, por sua vez, passa a ter uma nova visão da instituição e da sociedade em que vivem.

Os objetivos do programa de extensão são:

1. integrar efetivamente estudantes de graduação, docentes e gestores nos projetos e programas de extensão;
2. avaliar por meio de relatórios a relevância social dos serviços prestados;
3. avaliar os efeitos e a importância social da prestação de serviços da IES à comunidade;
4. desenvolver e/ou associar-se a campanhas e programas de preservação cultural e ambiental;
5. ampliar e sistematizar as iniciativas de caráter cultural e educacional para grupos e segmentos sociais específicos;

A Coordenação do Curso de Enfermagem propõe, para cumprir os objetivos das atividades de extensão:

- participação em seminários de atualização;
- participação em cursos de extensão;
- participação jornadas científicas;
- participação de encontros de categorias na área de saúde;
- participação em iniciativas de natureza cultural, artística e científica;
- publicação de trabalhos científicos e divulgação de técnicas de trabalho;
- articulação da extensão com a pesquisa e o ensino visando a integrar, sempre que possível, o saber acadêmico com a realidade.

2.11.9 Políticas de extensão no panorama do curso de Enfermagem da FACEMG

A extensão no âmbito do curso de Enfermagem da FACEMG é encarada sob a perspectiva da produção do conhecimento e desenvolvimento de responsabilidade social por parte dos discentes, contribuindo para viabilizar a relação transformadora entre IES e sociedade.

As atividades de extensão, inclusive as de natureza desportiva, artística e cultural, visam valorizar e estimular a criação e difusão de conhecimento, da arte e da cultura, particularmente aquelas patrocinadas pela comunidade, refletindo o potencial da Instituição no contexto social e sendo base para o desenvolvimento de programas de ensino e produção do saber, recolhendo insumos para a contínua revisão do fazer acadêmico.

A programação extensionista inclui a promoção de serviços à comunidade e a realização de cursos de treinamento de profissionais nas áreas pedagógicas e técnico-científicas, assumindo as

formas de cursos de extensão, palestras, conferências, simpósios, jornadas, assistência a empresas e órgãos públicos.

De modo geral, o curso de Enfermagem da FACEMG se propõe a realizar sua integração com a sociedade por meio:

- da realização de eventos científicos de atualização nas diferentes áreas da Enfermagem com finalidade de permitir atualização constante do corpo docente e discente sobre as diferentes áreas de atuação;
- do programa de cursos de extensão, envolvendo temas atuais, de interesse e necessidade das comunidades externa e interna;
- da promoção de atividades educativas em saúde a comunidade através de dias da saúde e feiras, bem como visitas em escolas e demais espaços públicos que demandem de atividades acadêmicas de interesse coletivo.
- do programa de convênios com diversas instituições do estado e dos municípios;
- de encontros envolvendo categorias específicas correlatas as atividades de enfermagem, bem como com representantes do Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais;
- da criação e prestação de serviços de assessoria e consultoria à comunidade, envolvendo estagiários e docentes da Instituição e profissionais da comunidade estadual;
- de serviços de intermediação de oportunidades de estágio para estudantes da instituição;
- da participação em iniciativas de natureza cultural, artística e científica;
- de estudos e levantamentos em torno de aspectos da realidade local ou regional;
- da publicação de trabalhos de interesse cultural ou científico e divulgação de conhecimentos e técnicas de trabalho; e
- do estímulo à articulação da extensão com o ensino visando integrar, sempre que possível, o saber acadêmico com a realidade.

Visando incentivar as atividades de extensão, o curso de Enfermagem da FACEMG utiliza, dentre outras, as seguintes estratégias de ação:

- realizar avaliação diagnóstica da realidade social por meio de estudos;
- identificar as ações de extensão por meio de organização de fóruns, seminários

e oficinas que retratem seus resultados e envolvam toda a comunidade acadêmica;

- implantar uma política de ações de extensão com o objetivo de transformação social;
- identificar as lideranças políticas, sindicais e civis por meio do contato direto com a população e os meios de comunicação para ajustar melhor os programas de extensão às necessidades locais;
- incentivar o corpo docente e discente a promover a extensão em projetos que atendam às necessidades prioritárias da sociedade em especial no tocante a saúde; e
- agregar a extensão aos campos desenvolvidos nos estágios por meio da permuta de conhecimentos e vivências dos indivíduos, visando à transformação do sujeito e da sociedade.

Há uma preocupação da IES em desenvolver atividades de extensão que atendam à comunidade regional em termos sociais, culturais, ambientais e outros. No que compete o curso de enfermagem, as atividades de extensão já promovidas apresentam principalmente o caráter de educação em saúde, seja através de feiras ou eventos de promoção a saúde bem como pesquisas voltadas a diagnóstico epidemiológico que englobam saúde e bem-estar.

2.11.10 Curricularização da Extensão

A curricularização da extensão, ou creditação (curricular) da extensão, estratégia prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), foi regulamentada pela Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, cujo prazo de implantação foi prorrogado até 19/12/2022, por meio do Parecer CNE/CES nº 498/2020, homologado em 06/08/2020.

Entre outras coisas, a Resolução estabelece que “as atividades de extensão **devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento)** do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”.

Nesse sentido, a IES vem trabalhando para promover a incorporação da extensão nos currículos dos cursos de graduação, a partir do primeiro semestre de 2023, no intuito de promover a formação integral dos estudantes para sua atuação profissional, bem como a promoção da transformação social, além de alcançar os seguintes objetivos:

I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV - a articulação entre ensino e extensão, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico;

V - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;

VI - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;

VII - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

VIII - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;

IX - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira.

X – A humanização na formação dos estudantes de Enfermagem da instituição, para que se tornem enfermeiros capazes de enxergarem o indivíduo na sua totalidade, centrando suas práticas no gerenciamento do cuidado prestado ao paciente e melhora de qualidade de vida individual e coletiva.

2.12 Definições da Oferta de Componentes Curriculares na Modalidade de Educação à Distância (EAD)

Para dar cumprimento à Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, segue neste item do PPC a explicação da articulação entre a modalidade de ensino presencial e a oferta de componentes na modalidade EaD.

2.12.1 Metodologia do Processo Ensino-Aprendizagem

As disciplinas oferecidas na modalidade - EaD cuja característica principal é a forma de interação, tem como instrumento facilitador a comunicação baseada em recursos diversificados. Nessa perspectiva, a IES oferece o contato visual, auditivo e verbal direto e frequente por meio de suas aulas, bem como recursos didáticos e dialógicos que promovam a interatividade e estimulem a aprendizagem dos estudantes.

Cada disciplina está dividida em unidades. Para cada uma, o estudante deve assistir à teleaula, sem a obrigatoriedade de data e horário, devendo estudar o conteúdo referente a cada unidade, realizar as atividades propostas pelo professor e responder aos questionários no AVA, respeitando o período preestabelecido em calendário acadêmico.

Os slides utilizados pelos professores nas teleaulas, contendo os principais tópicos da unidade, também ficam disponíveis no AVA. O estudante deve desenvolver todas as atividades previamente descritas antes de passar para a unidade subsequente.

O material didático utilizado é desenvolvido em sintonia com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no PDI da Instituição, nas Diretrizes Curriculares Nacionais e nos Projetos Pedagógicos dos Cursos. Seu uso é precedido de avaliação por especialistas que sugerem e orientam a adoção de medidas visando ao seu aperfeiçoamento.

A produção do material disponibilizado no AVA atende às lógicas distintas de concepção, produção, linguagem e tempo. A convergência e a integração entre as diversas mídias são garantidas pelas equipes multidisciplinares constituídas por especialistas em conteúdo, em desenvolvimento de páginas web, em desenho instrucional, em ilustração, em diagramação, em revisão do material produtivo.

Atividades de Tutoria

A concepção do desenvolvimento da Tutoria no Projeto Educacional da IES na modalidade EAD compreende as atribuições do tutor como:

1. Auxiliar na integração dos estudantes, promovendo as relações interpessoais e de grupo, mediando atividades a serem desenvolvidas.
2. Encorajar e motivar, por meio do reconhecimento das dificuldades inerentes à integração na IES, do apoio do ponto de vista acadêmico e do reforço positivo face aos resultados alcançados.
3. Informar a coordenação do curso sobre eventuais problemas detectados no exercício da atividade de tutoria, apresentando sugestões para melhorar os processos de ensino.

Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

O suporte tecnológico distribui-se em três dimensões: uma ampla (que congrega os meios necessários para o desenvolvimento pedagógico dos cursos), uma de recursos de interação para o acompanhamento dos estudantes e outra de avaliação.

Nesse projeto pedagógico, elucidam-se as especificidades da EaD, que originam demandas de interação entre os envolvidos no processo. Para tanto, detalhamos, a seguir, os sistemas de informação utilizados na veiculação dos conteúdos pertinentes.

Blackboard

A plataforma utilizada pela IES como espaço de publicação de conteúdos e de centralização das demais plataformas desenvolvidas é o Blackboard. Essa plataforma dispõe de ferramentas que permitem a interação do alunado com o corpo docente, bem como, de forma clara e acessível, a publicação dos conteúdos pedagógicos.

Ao acessar a plataforma, o estudante terá disponível o conteúdo necessário para a realização de seu curso.

O material pedagógico é disponibilizado por disciplina e turma.

No tocante à avaliação, serão respeitados os critérios definidos pela IES e pela Direção em conformidade ao Regimento Geral.

2.13 Das Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC na oferta da EaD no Curso

O sistema de comunicação da IES tem sua base em um serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), responsável por prover e dotar recursos de interação por meio de AVA, para que professores, estudantes e tutores mantenham relações no processo da formação. Organiza e dispõe informação fundamentada nos conteúdos afins aos programas, cursos e projetos desenvolvidos na modalidade a distância.

Toda a infraestrutura tecnológica desenvolvida pelo Núcleo de Tecnologia da IES está consolidada em conceitos de comunicação, com base em bancos de conteúdos distribuídos por dispositivos multimídia conectados ou não. A fundamentação técnico-teórica para isso está nos conceitos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), em que todos os recursos tecnológicos estão organizados em estruturas computacionais gerenciadas por bancos de dados, assegurando que os conteúdos programáticos dos cursos sejam distribuídos de forma sistêmica e controlada.

Por isso, se faz necessária a organização de conteúdos, informações e dados numa base informatizada que garanta a produção e a distribuição do conhecimento em ambiente monitorado e acompanhado por professores e tutores de forma interativa. Tradicionalmente, o banco de dados era o repositório de informações; hoje, ele realiza o controle das mídias textuais e audiovisuais, transformando-se, de fato, em um banco de conteúdo multimídia.

As modernas técnicas de Business Intelligence (BI), ou Inteligência em Negócios, asseguram que esse sistema de base de conteúdos possa ser acompanhado, medido e controlado, para que a Instituição faça o monitoramento dos processos de interatividade e dialogicidade dos corpos docente e discente no modelo pedagógico proposto.

Para sustentar essa proposta, a IES mantém uma estrutura com servidores e uma equipe de desenvolvedores que avalia as ferramentas existentes no mercado, a fim de utilizar as que melhor se

adaptam ao projeto pedagógico da Instituição, e desenvolve novas ferramentas e aplicativos que integrem todos os softwares próprios e de terceiros.

Para a distribuição dos conteúdos, a IES conta com sólida estrutura de Telecom baseada no tripé: acessibilidade, segurança e redundância, requisitos primordiais para que os estudantes recebam os conteúdos com acesso adequado ao AVA.

Essa composição de recursos tecnológicos viabiliza aos alunos matriculados na IES o acesso ao conteúdo educacional da forma prevista no projeto pedagógico.

DIMENSÃO 3 – CORPO DOCENTE

3.1. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

3.1.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Farmácia do Faculdade de Ensino de Minas Gerais – FACEMG é composto por professores responsáveis pela formulação da proposta pedagógica, pela implementação e desenvolvimento do curso, atendendo aos requisitos estabelecidos na Portaria MEC nº 147/2007.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é órgão consultivo, formado pelo grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).
Compete ao Núcleo Docente Estruturante:

- a) Participar plenamente da elaboração e atualização do projeto pedagógico do curso;
- b) Propor alterações do projeto pedagógico do curso, quando for pertinente;
- c) Estimular o corpo docente a apresentar propostas curriculares inovadoras para o curso;
- d) Motivar a participação efetiva nas mudanças curriculares e pedagógicas;
- e) Estabelecer mecanismos de representatividade do corpo docente nas propostas de alterações do projeto pedagógico;
- f) Buscar a implementação do projeto pedagógico do curso, preservando as características e peculiaridades regionais da comunidade local.

3.1.2. Composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE)

DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é constituído por **05 (Cinco)** professores pertencentes ao corpo docente e atuantes no curso, incluindo o coordenador do curso de Enfermagem.

A indicação dos membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE) é feita pelo Diretor do

FACEMG, e aprovada pelo Colegiado de Curso, para o mandato de 04(quatro) anos com possibilidade de recondução.

A renovação dos integrantes do Núcleo Docente Estruturante (NDE) será realizada de forma parcial, de modo a assegurar a continuidade no processo e acompanhamento do curso.

Os componentes do Núcleo Docente Estruturante (NDE) devem ter regime de trabalho em tempo integral ou parcial.

DA TITULAÇÃO E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DOCENTES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos docentes, que compõem o Núcleo Docente Estruturante (NDE), possuirão titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* conforme o regimento interno da FACEMG. No curso de Enfermagem, todos os membros possuem pós-graduação a nível *stricto sensu*.

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é presidido pelo coordenador do curso, competindo-lhe as seguintes atribuições:

- a) Convocar e presidir as reuniões, com o curso de Enfermagem a voto, inclusive o de qualidade;
- b) Representar o Núcleo Docente Estruturante (NDE) junto ao Colegiado e demais setores da Instituição quando necessário ou convocado;
- c) Encaminhar as deliberações ou proposições do núcleo Docente Estruturante (NDE);
- d) Designar relator ou constituir comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE).
- e) Requisitar e designar funcionário ou membro do Núcleo Docente Estruturante para secretariar e lavrar as atas.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) reunir-se-á, ordinariamente, por convocação e iniciativa de seu presidente, uma vez por semestre e, extraordinariamente, sempre que necessário.

As decisões do Núcleo Docente serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes. Os casos omissos serão resolvidos pelo Núcleo Docente Estruturante ou Colegiado de Curso, de acordo com as competências deles.

3.1.3. Relação Nominal, Titulação e Formação Acadêmica do NDE

DOCENTE	ÁREA DE FORMAÇÃO/TITULAÇÃO MÁXIMA
LAIS APARECIDA MELO FREIRE	ENFERMAGEM/MESTRE EM ENFERMAGEM
PRISCILA MALTA PRADO MELO	ENFERMAGEM/MESTRE EM ENFERMAGEM
SIOMARA JESUÍNA DE ABREU RODRIGUES	ENFERMAGEM/MESTRE EM ORGANIZAÇÃO E ESTRATÉGIA
VAGNER ANTÔNIO VIEITAS MARQUES	ENFERMAGEM / ADMINISTRAÇÃO
SABRINA DAROS TIENSOLI	ENFERMAGEM /DOUTORA EM ENFERMAGEM

3.1.4. Regime de Trabalho do NDE

PROFESSOR	REGIME DE TRABALHO
LAIS APARECIDA MELO FREIRE	INTEGRAL
PRISCILA MALTA PRADO MELO	PARCIAL
SIOMARA JESUÍNA DE ABREU RODRIGUES	PARCIAL
VAGNER ANTÔNIO VIEITAS MARQUES	PARCIAL
SABRINA DAROS TIENSOLI	PARCIAL

3.1.5. Atuação do Coordenador do Curso

A coordenação do curso responsabiliza-se e zela pela qualidade do ensino ofertado pela IES, tendo como atribuições, sob a supervisão do Coordenador Pedagógico:

- I. definir ou redefinir a concepção, os objetivos e finalidades e o perfil do profissional a ser formado pelo curso;
- II. colaborar com os docentes na elaboração de planos de ensino e em projetos de natureza pedagógica;
- III. sugerir alterações curriculares e o ajustamento de planos de ensino de disciplinas, de acordo com os objetivos do curso e do perfil do profissional a ser formado e com as diretrizes curriculares aprovadas pelo Ministério da Educação;
- IV. promover a discussão e análise das ementas e conteúdos programáticos das disciplinas, visando à interdisciplinaridade e à integração do corpo docente aos objetivos do curso;
- V. fomentar a discussão teórica e o avanço prático de metodologias de ensino adequadas às diferentes disciplinas do curso;
- VI. executar periodicamente a autoavaliação do curso e a avaliação institucional;

- VII. opinar nos processos de seleção, contratação, afastamento e substituição de professores;
- VIII. apreciar as recomendações dos docentes e discentes sobre assuntos de interesse do curso;
- IX. decidir sobre a dependência de disciplinas na programação acadêmica do aluno, respeitado o disposto neste Regimento e em normas do Conselho Acadêmico;
- X. definir a organização e a administração de laboratórios e materiais relativos ao ensino;
- XI. estimular o programa de monitoria;
- XII. incentivar o desenvolvimento de projetos de aplicação prática;
- XIII. estimular práticas de estudo independentes, visando à progressiva autonomia intelectual e profissional do estudante;
- XIV. encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar;
- XV. elaborar o horário escolar do curso e fornecer à Diretoria os subsídios para a organização do Calendário escolar;
- XVI. orientar, coordenar e supervisionar as atividades do curso;
- XVII. fiscalizar a observância do regime escolar e o cumprimento dos programas e planos de ensino, bem como a execução dos demais projetos
- XVIII. emitir parecer sobre aproveitamento de estudos e propostas de adaptações de curso;
- XIX. exercer o poder disciplinar no âmbito do curso; e
- XX. exercer outras atribuições conferidas no Regimento Interno e por normas complementares emanadas do Conselho Acadêmico.

Além disso, o Coordenador também atua no Núcleo Docente Estruturante como presidente nato tendo as seguintes competências:

- I. convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- II. representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- III. encaminhar as deliberações do Núcleo;
- IV. designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Núcleo e um representante do corpo docente para secretariar e lavrar as atas;
- V. indicar coordenadores para cada área do saber;
- VI. coordenar a integração com os demais Cursos e setores da Instituição.

3.1.6. Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do coordenador.

A coordenadora do curso de Enfermagem da Faculdade de Ensino de Minas Gerais– FACEMG, Profa. Laís Aparecida Melo Freire possui graduação em Enfermagem pela Universidade Federal de Minas Gerais(UFMG) e titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação stricto sensu pela UFMG; possui 10 anos de experiência de magistério superior, experiência em gestão acadêmica de 08 anos. Ingressou na FACEMG como docente em 2013 e

em 2015 assumiu a coordenação do curso de Enfermagem, bem como a presidência do colegiado e NDE do Curso.

3.1.7. Regime de Trabalho do Coordenador do Curso

O coordenador Profa. Laís Aparecida Melo Freire atua em regime integral (40 horas) das quais dedica 20 horas semanais à gestão do curso.

3.1.8. Titulação do Corpo Docente do Curso

O corpo docente do Curso de Enfermagem é constituído por docentes com formação específica e titulação compatível aos conteúdos ministrados, à natureza das atividades acadêmicas que desenvolverá, às características do contexto da região e à concepção do curso.

O quadro adiante traz o corpo docente responsável pelas disciplinas com a sua maior titulação:

Docente	CPF	Titulação Máxima
LAIS APARECIDA MELO FREIRE	046.038.246-29	Mestre
PRISCILA MALTA PRADO MELO	058.399.816-05	Mestre
SIOMARA JESUÍNA DE ABREU RODRIGUES	043.745.806-70	Mestre
VAGNER ANTÔNIO VIEITAS MARQUES	040.601.756-50	Mestre
SABRINA DAROS TIENSOLI	094.019.656-50	Doutora

O quadro a seguir apresenta o resumo da titulação do curso de Enfermagem

Tabela Resumo – Titulação em %

Titulação	Qtde	% do Total	Na Área Específica do Curso		Em Outras Áreas	
			Qt de	% do Total	Qt de	% do Total
Doutorado	01	20	01	20	0	0
Mestrado	04	80	04	80	0	0
Total	05	100	05	100	0	0

Docentes por disciplina

Componente Curricular	Docente
Atividade Prática Supervisionada VII	Laís Aparecida Melo Freire
Estudos Disciplinares VII	Laís Aparecida Melo Freire
Práticas Gerenciais em Saúde Coletiva	Siomara Jesuína de Abreu Rodrigues
Projeto Técnico Científico Interdisciplinar	Priscila Malta Prado Melo
Estágio Curricular 7	Sabrina Daros Tiensoi
Enfermagem Integrada	Siomara Jesuína de Abreu Rodrigues
Auditoria Gestão de qualidade em instituições de saúde	Laís Aparecida Melo Freire
Atividade Prática Supervisionada VIII	Vagner Antônio Vieitas Marques
Produção Técnico científica interdisciplinar	Priscila Malta Prado Melo
Estudos Disciplinares VIII	Laís Aparecida Melo Freire
Tópicos de Atuação Profissional	Vagner Antônio Vieitas Marques
Estágio Curricular VIII	Siomara Jesuína de Abreu Rodrigues
Prática Gerencial em Saúde Hospitalar	Siomara Jesuína de Abreu Rodrigues
Atividades Complementares	Laís Aparecida Melo Freire

3.1.9. Regime de trabalho

O quadro abaixo apresenta o regime de trabalho dos docentes do curso de Enfermagem.

NOME DOCENTE	REGIME DE TRABALHO
Laís Aparecida Melo Freire	Integral

Siomara Jesuína de Abreu Rodrigues	Parcial
Priscila Malta Prado Melo	Parcial
Sabrina Daros Tiensoli	Parcial
Vagner Antônio Vieitas Marques	Parcial

Tabela – Regime de Trabalho em %

REGIME DE TRABALHO DOS DOCENTES	QUANTIDA DE	
	(Nº)	(%)
TEMPO INTEGRAL	01	20
TEMPO PARCIAL	04	80
TOTAL	05	100

3.1.10. Experiência Profissional do Corpo Docente

Docentes	Tempo de Experiência Profissional (fora do magistério) - EM ANOS
Laís Aparecida Melo Freire	10
Siomara Jesuína de Abreu Rodrigues	14
Priscila Malta Prado Melo	05
Sabrina Daros Tiensoli	07
Vagner Antônio Vieitas Marques	07

3.1.11. Experiência de Magistério Superior do Corpo Docente

Docentes	Tempo de Experiência - Magistério Superior - EM ANOS
Laís Aparecida Melo Freire	10
Siomara Jesuína de Abreu Rodrigues	14
Priscila Malta Prado Melo	05
Sabrina Daros Tiensoi	07
Vagner Antônio Vieitas Marques	07

3.1.12. Produção Científica, cultural artística ou tecnológica.

	Docente	Artigos publicados em periódicos científicos na área	Artigos publicados em periódicos científicos em outras áreas	Livros ou capítulos em livros publicados na área	Livros ou capítulos em livros publicados em outras áreas	Trabalhos publicados em anais (completos)	Trabalhos publicados em anais (resumos)	Traduções de livros, capítulos de livros ou artigos publicados.	Propriedade intelectual depositada	Propriedade intelectual registrada	Projetos e/ou produções técnicas artísticas e culturais	Produção didático-pedagógica relevante , publicada ou não.
1	Laís Aparecida Melo Freire	02	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	Siomara Jesuína de Abreu Rodrigues	01	01	0	0	2	2	0	0	0	0	24
3	Priscila Malta Prado Melo	01	0	01	0	0	6	2	0	0	0	0
4	Sabrina Daros Tiensoi	02	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5	Vagner Antônio Vieitas Marques	01	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

3.1.13. Experiência no exercício da docência na educação à distância

A coordenação do curso está apta a fornecer o suporte necessário aos discentes que apresentarem dificuldades, promovendo atividades que promovam a aprendizagem.

3.1.14. Experiência no exercício da tutoria na educação à distância

O corpo de tutores é formado por profissionais que possuem experiência em EAD e fornecem o suporte necessário aos docentes e discentes no processo de ensino aprendizagem.

3.1.15. Funcionamento do Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso, previsto no Regimento da IES, é um órgão de natureza consultiva, representativo da comunidade acadêmica, anualmente constituído, e que tem a seu cargo a coordenação didática dos respectivos cursos.

O Colegiado do Curso de Enfermagem é constituído por todos docentes que ministram disciplinas distintas do currículo pleno, pelo coordenador do curso em questão e por um representante do corpo discente.

Parágrafo único. Caso o discente escolhido, conforme os critérios acima se desliguem do curso durante seu mandato automaticamente perderá sua função de membro do Colegiado, sendo substituído por outro discente.

DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO COLEGIADO DE CURSO

São atribuições do Colegiado de Curso:

- I. I fixar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas;
- II. elaborar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectiva carga horária, de acordo com as diretrizes curriculares emanadas pelo Poder Público;
- III. promover a avaliação do curso;
- IV. decidir sobre aproveitamento de estudos e de adaptações, mediante requerimento dos interessados;
- V. colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação; e
- VI. exercer outras atribuições de sua competência ou que lhe forem delegadas pelos demais órgãos colegiados.

O Colegiado de Curso é presidido pelo Coordenador de Curso e reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre e extraordinariamente quando convocado pelo Coordenador do Curso, por iniciativa própria ou a

requerimento de dois terços dos membros que o constitui, devendo constar da convocação a pauta dos assuntos a serem tratados.

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO COLEGIADO DE CURSO

Compete ao Presidente do Colegiado de Curso:

- II convocar e presidir as reuniões;
- III representar o Colegiado em órgãos superiores;
- IV designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser apreciada pelo Colegiado, quando for o caso, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;
- V promover a integração com os Colegiados dos demais cursos;
- VI dar voto de qualidade, nos casos de empate, nas decisões do Colegiado; e
- VII exercer outras atribuições previstas em lei e nas demais normas do Regulamento do FACEMG.

Parágrafo Único Na ausência do Coordenador de Curso, a presidência do Colegiado será exercida pelo docente com maior tempo de atuação no curso. Em caso de empate assumirá o indicado pela presidência.

DAS REUNIÕES DO COLEGIADO DE CURSO

O Colegiado de Curso reunir-se-á, ordinariamente, por convocação e iniciativa de seu (a) Presidente, pelo menos duas vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que necessário.

As decisões do Colegiado serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso.

3.1.16 Relação Nominal, Titulação e Formação Acadêmica do Colegiado de Curso

DOCENTE	ÁREA DE FORMAÇÃO/TITULAÇÃO MÁXIMA
Laís Aparecida Melo Freire	Mestre
Siomara Jesuína de Abreu Rodrigues	Mestre
Priscila Malta Prado Melo	Mestre
Sabrina Daros Tiensoli	Doutora
Vagner Antônio Vieitas Marques	Mestre

3.1.17 Regime de Trabalho do Colegiado de Curso

PROFESSOR	REGIME DE TRABALHO
Laís Aparecida Melo Freire	integral
Siomara Jesuína de Abreu Rodrigues	Parcial
Priscila Malta Prado Melo	Parcial
Sabrina Daros Tiensoli	Parcial
Vagner Antônio Vieitas Marques	Parcial

3.1.18 Titulação e regime de trabalho do corpo de tutores das disciplinas ministradas à distância

CÓDIGO DISC	DISCIPLINA	CURSO	NOME DO TUTOR	CPF	MAIOR TITULAÇÃO	GRADUAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	CARGA HORÁRIA	TEMPO DE VÍNCULO COM A IES
D2 77	INTERPRETAÇÃO E PROD DE TEXTOS	ENFERMAGEM	ADRIANA SANTOS CRUZ	272.275.758-37	ESPECIALISTA	LETRAS PORTUGUÊS INGLÊS	INTEGRAL	220 HORAS	14 ANOS E 5 MESES
D2 53	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	ENFERMAGEM	ADRIANA SANTOS CRUZ	272.275.758- 37	ESPECIALISTA	LETRAS PORTUGUÊS INGLÊS	INTEGRAL	220 HORAS	14 ANOS E 5 MESES
D2 67	HOME M E SOCIEDADE	ENFERMAGEM	SANDRA KÁTIA OLIVEIRA DA SILVA SIMÕES	818.745.703- 10	ESPECIALISTA	CIÊNCIAS SOCIAIS / PROCESSOS GERENCIAIS	INTEGRAL	220 HORAS	6 ANOS
D2 43	CIÊNCIAS SOCIAIS	ENFERMAGEM	SANDRA KÁTIA OLIVEIRA DA SILVA SIMÕES	818.745.703- 10	ESPECIALISTA	CIÊNCIAS SOCIAIS / PROCESSOS GERENCIAIS	INTEGRAL	220 HORAS	6 ANOS
D2 01	LIBRAS(OPT)	ENFERMAGEM	JANAÍNA RIBEIRO BAPTISTA	301.014.958- 11	ESPECIALISTA	PEDAGOGIA	INTEGRAL	220 HORAS	10 ANOS E 4 MESES

D5 5A	ATUAÇÃO JUNTO AO IDOSO (OPT)	ENFERMAGEM	SANDRA CASPISTRANO DA CUNHA	131.413.868-54	ESPECIALISTA	SERVIÇO SOCIAL	INTEGRAL	220 HORAS	7 ANOS E 11 MESES
D7 03	RELACIONAMENTO ÉTNICO-RACIAL AFRODESC (OPT)	ENFERMAGEM	SANDRA KÁTIA OLIVEIRA DA SILVA SIMÕES	818.745.703-10	ESPECIALISTA	CIÊNCIAS SOCIAIS / PROCESSOS GERENCIAIS	INTEGRAL	220 HORAS	6 ANOS
D8 32	EDUCAÇÃO AMBIENTAL (OPT)	ENFERMAGEM	TIAGO DAVI VIEIRA SOARES DE AQUINO	289.589.383-33	MESTRE	GEOCIÊNCIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL /	INTEGRAL	220 HORAS	8 ANOS E 4 MESES
D8 42	MARKETING PESSOAL (OPT)	ENFERMAGEM	ALESSANDRA VIEIRA SOARES	142.300.228-83	ESPECIALISTA	MARKETING DO VAREJO	INTEGRAL	220 HORAS	13 ANOS E 10 MESES
D8 52	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (OPT)	ENFERMAGEM	TIAGO DAVI VIEIRA SOARES DE AQUINO	289.589.383-33	MESTRE	GEOCIÊNCIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL / PEDAGOGIA	INTEGRAL	220 HORAS	8 ANOS E 4 MESES
D9 71	DIREITOS HUMANOS (OPT)	ENFERMAGEM	MARIA CAROLINA COTRIM SANTO MAURO	215.900.728-55	ESPECIALISTA	DIREITO	INTEGRAL	220 HORAS	7 ANOS E 6 MESES

D1 94	METOD DO TRABAL HO ACADÊMICO	ENFERM AGEM	ADRIANA SANTOS CRUZ	272.275.758-37	ESPECIALIS TA	LETRAS PORTUGUÊS/INGL ÊS	INTEGR AL	220 HOR AS	14 ANOS E 5 MESES
D1 05	MÉTODOS DE PESQUISA	ENFERM AGEM	ADRIANA SANTOS CRUZ	272.275.758-37	ESPECIALIS TA	LETRAS PORTUGUÊS/INGL ÊS	INTEGR AL	220 HOR AS	14 ANOS E 5 MESES
D9 5C	AUDIT GEST QUALIDADE NAS INST DE SAÚDE	ENFERM AGEM	JUNHO NOGUEIRA DE OLIVEIRA	372.419.458-75	ESPECIALIS TA	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS / MATEMÁTICA	INTEGR AL	220 HOR AS	4 ANOS E 11 MESES

Atividades de Tutoria

Com fundamento na Portaria MEC nº 2.117, de 06/12/2019, a IES oferece em todos os seus cursos presenciais um total de 40% (quarenta por cento) de sua carga horária na modalidade a distância, ministrada em convênio com a Universidade Paulista – UNIP.

Para desenvolver essas atividades on-line, conta com a presença dos tutores, cujas atribuições são destacadas a seguir:

O professor-tutor desempenha primordialmente o papel de facilitador, mediador ou mentor do processo de aprendizagem dos alunos. Grande parte do trabalho do professor-tutor consiste em orientar a realização de tarefas, responder mensagens, corrigir trabalhos e provas. Mais especificamente, o professor-tutor desempenhará as seguintes funções:

Funções pedagógicas: moderar fóruns de discussão, focalizando ou propondo questões; moderar reuniões on-line; responder às dúvidas dos alunos; comentar, questionar, criticar, aprofundar ideias, relacionando-as ao conteúdo disponibilizado na disciplina; articular teoria e prática, através da aplicação de estudos de caso; compartilhar experiências; sugerir possibilidades de aprofundamento dos conteúdos e indicar / fornecer materiais complementares; utilizar estratégias de facilitação e fixação da aprendizagem, propondo, eventualmente, exercícios adicionais; acompanhar a participação dos alunos.

Funções sociais: enviar mensagens de boas-vindas, suporte e estímulo à aprendizagem; contribuir para a criação de um ambiente amigável, valorizando e encorajando a participação; promover a interação e colaboração entre os alunos.

Funções administrativas: estabelecer e/ou focar os objetivos das discussões; distribuir papéis e responsabilidades nas atividades, orientando os grupos; agendar as atividades; esclarecer procedimentos e regras de trabalho, tirando dúvidas sobre a disciplina; acompanhar evasão e participação da turma; avaliar os trabalhos e atribuir notas; registrar as notas finais dos alunos.

Funções técnicas: orientar aos alunos na forma de submeter trabalhos, acessar conteúdos e enviar mensagens; encaminhar questões de problemas técnicos sobre uso da plataforma e ferramentas de aprendizagem para o suporte técnico.

O objetivo da tutoria é proporcionar aos estudantes um acompanhamento personalizado e permanente do seu percurso escolar, num esforço de definição de procedimentos que viabilizem um processo de ensino/aprendizagem de excelência.

A relação de Tutoria apoia-se no desenvolvimento de um clima de proximidade, confiança e respeito mútuo, com vista à identificação e concretização dos objetivos acadêmicos do estudante, numa perspectiva de autonomia. O papel do tutor é essencialmente de mediação, e não se pode esperar que este assuma responsabilidade pessoal pela resolução dos problemas dos estudantes.

Deste modo, não se deve esperar do tutor aconselhamento psicológico, nem o esclarecimento de dúvidas sobre matéria lecionada, nem que se pronuncie sobre avaliações e avaliadores.

São atribuições do tutor:

1. Auxiliar na integração dos estudantes, promovendo as relações interpessoais e de grupo, mediando atividades a serem desenvolvidas;
2. Encorajar e motivar, por meio do reconhecimento das dificuldades inerentes à integração na IES, do apoio do ponto de vista acadêmico, e do reforço positivo face aos resultados alcançados;
3. Orientar, aconselhando na definição dos planos de estudo e opções de avaliação;
4. Diagnosticar potencialidades e dificuldades, identificando os "pontos fortes" e os "pontos fracos" do estudante;
5. Monitorizar o percurso acadêmico, fornecendo um feedback apropriado ao estudante para que possa melhorar o seu desempenho, numa lógica de responsabilização; e promovendo, por sua iniciativa, reuniões regulares com os seus tutorandos, sendo recomendável que o faça pelo menos duas vezes em cada ano letivo, (uma reunião no início de cada semestre).
6. Informar a Coordenação do Curso sobre eventuais problemas detectados no exercício da atividade de tutoria.

Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria.

O tutor é especializado na área de conhecimento em que atua e desempenha suas funções, em conjunto com o corpo docente, articulado pelas diretrizes originadas na Coordenação do Curso e o corpo docente. Logo, o tutor participa da construção e da gestão do conhecimento do estudante, por meio da tecnologia. Sua ocupação primordial é a mediação do processo ensino-aprendizagem, ele facilita o entendimento e a interação entre o estudante e a IES.

As habilidades requeridas para o bom desenvolvimento no processo de tutoria são:

- Destreza para mediar as discussões entre o docente e o estudante por meio dos fóruns, chats e telefone.
- Prática para orientar o estudante em relação ao modo de realização das atividades obrigatórias ao longo do curso, esclarecendo dúvidas sobre os conteúdos.
- Aptidão para conduzir o estudante de forma que este se adeque aos parâmetros e exigências da IES.

- Sagacidade para facilitar a compreensão do conhecimento teórico científico e sua aplicação prática.
- Ser astuto para articular a interdisciplinaridade exigida pelo curso.
- Perspicácia e flexibilidade na apreensão das pluralidades brasileira, acolhendo adequadamente as regionalidades.
- Ter competências comunicacionais e fluidez no relacionamento interpessoal.
- Dominar as TIC's disponibilizadas.

DIMENSÃO 4 – INSTALAÇÕES FÍSICAS

4.1. INFRAESTRUTURA

4.1.1. Espaço Físico

As instalações físicas são inteiramente adequadas às funções a que se destinam e estão descritas a seguir:

Dependências/Serventias	Quantidade	M2
Almoxarifado Geral	0 1	52
Área de Convivência (2º andar)	0 1	40
Área de Convivência (térreo Lanchonete-Cantina)	0 1	140
Arquivo Inativo	0 1	20
Arquivo Secretaria	0 1	17
Auditório	0 1	144
Biblioteca	0 1	208
Cantina/Lanchonete	0 1	35
Clínica de Enfermagem/Clínica de Farmácia / Clínica de Fisioterapia	0 1	82
Central Telefônica	0 1	07
Coordenação de Cursos	0 1	91
CPD	0 1	08

Departamento de Pessoal	0 1	13
Depósito de Lixo comum	0 1	04
Depósito de Lixo Infectante	0 1	04
Gabinetes dos Coordenadores de Curso	0 6	06
Gabinetes para professor em tempo integral	0 2	05
Gerência	0 1	27
Ginásio Terapêutico I	0 1	64
Ginásio Educação Física	0 1	101
Hall de Recepção	0 1	140
Inspetoria	0 1	18
Laboratório de Anatomia I	0 1	79
Laboratório de Enfermagem	0 1	4 6
Laboratório de Estética e Cosmética	0 1	1 0 2
Laboratório de Microscopia	0 1	8 5
Laboratório de Hidráulica e Hidrologia/ Materiais de Construção Civil e Mecânica dos Solos	0 1	9 6
Laboratório Fisioterapia	0 1	8 3
Laboratório Multidisciplinar	0 1	8 0
Laboratórios de Informática 1	0 2	8 5
Laboratórios de Informática 2		8 5
NPJ	0 1	7 5

Refeitório	0 1	3 0
Sala de Coordenação Pedagógica	0 1	2 2
Sala de Estudos	0 1	4 9
Sala de Professores	0 1	8 6
Sala Diplomas	0 1	1 0
Sala de Recursos Materiais	0 1	7 3
Sala para CPA/NDE/Colegiado/Estágio	0 1	2 5
Salas de Aula	1 3	6 0
Sanitário Feminino (1º andar)	0 1	2 9
Sanitário Feminino (2º andar- Corredor biblioteca)	0 1	3 3
Sanitário Feminino (2º andar- Corredor Gerência)	0 1	3 3
Sanitário Feminino (térreo)	0 1	2 2
Sanitário Feminino PNE (1ºandar)	0 1	0 3
Sanitário Feminino PNE (2º andar- Corredor Gerência)	0 1	0 3
Sanitário Feminino PNE (térreo)	0 1	0 3
Sanitário Masculino (1ºandar)	0 1	2 9
Sanitário Masculino (térreo)	0 1	2 2
Sanitário Masculino (2º andar- Corredor biblioteca)	0 1	3 2
Sanitário Masculino (2º andar- Corredor Gerência)	0 1	3 5
Sanitário Masculino NPE (1ºandar)	0 1	0 3

Sanitário Masculino NPE (térreo)	0 1	03
Sanitário Masculino PNE (2º andar- Corredor Gerência)	0 1	03
Sanitário Feminino – Colaboradores	0 1	11
Sanitário Masculino – Colaboradores	0 1	06
Secretaria	0 1	40
Setor Financeiro/FIES-PROUNI	0 1	70
Setor Técnico de Laboratórios	0 1	06
UNIP – EAD	0 1	20

4.2. GABINETES DE TRABALHO PARA PROFESSORES TEMPO INTEGRAL – TI

Para os professores em regime de tempo integral serão disponibilizados espaços de trabalho que favorecerão a permanência do corpo docente no ambiente da Instituição.

O Núcleo Docente Estruturante, por sua vez, ocupa sala adequada e próxima dos gabinetes dos professores em tempo integral e coordenação de curso.

4.2.1. Espaço de Trabalho para Coordenação do Curso e Serviços Acadêmicos

A coordenação do curso de Enfermagem ocupa uma sala bem dimensionada, dotada de iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem de microcomputadores com acesso à internet.

4.2.2. Sala de Professores

Nas instalações físicas da FACEMG há sala de professores, equipada com microcomputadores com acesso à Internet, além de sala de reuniões, que atendem às condições de salubridade e aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessárias às atividades propostas.

4.2.3. Salas de Aula

Nas instalações físicas as salas de aula são equipadas com ar-condicionado, amplo espaço, com mobiliário adequado, limpeza, iluminação adequada, ventilação e conservação permitindo toda a comodidade para os discentes.

4.3. ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

4.3.1. Políticas de Acesso

Os laboratórios são destinados às aulas práticas, conforme o cronograma estabelecido, e às necessidades dos professores dentro do horário de aula, que será das 17:30h às 23h00, podendo ser reservados com pelo menos 24 horas de antecedência.

Das 08h às 22h00, os laboratórios são destinados aos estudantes para que aprimorem seus conhecimentos técnicos e executem trabalhos acadêmicos. A permanência dos estudantes nesse horário é acompanhada por monitores, em tempo integral, com a finalidade de orientá-los, de acordo com as necessidades institucionais.

O acesso aos equipamentos do Laboratório de Informática é realizado por ordem de chegada, enquanto houver disponibilidade destes. Cada estudante, assim, pode ocupar um equipamento por 2 (duas) horas consecutivas, inclusive para acessos aos serviços oferecidos pela Internet.

4.3.2. Relação Equipamento/Aluno/Curso

O número de equipamentos existentes no Laboratório de Informática da IES é suficiente para o atendimento do curso de Enfermagem e dos cursos em funcionamento.

4.3.3. Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs – no processo ensino-aprendizagem

Em apoio às metodologias de ensino adotadas, a IES propiciará à sua comunidade acadêmica o uso de tecnologia educacional contemporânea, de acordo com o quadro seguinte:

Em apoio às metodologias de ensino adotadas, a IES propiciará à sua comunidade acadêmica o uso de tecnologia educacional contemporânea, o que inclui aparelhos de TV, DVD player, data show e computadores, de acordo com o quadro seguinte:

Recursos audiovisuais	
Descrição	Quantidade
Aparelho de TV	02

Data Show	20
Computadores	60

Ainda destacamos que a faculdade também está conectada ao mundo virtual possuindo conta no Instagram @ibhes.facemg e página específica no facebook - <https://pt-br.facebook.com/ibhesfacemg>, antenada com o mundo atual.

4.3.4. Infraestrutura de acesso para Portadores de Necessidades Especiais ou com Mobilidade Reduzida

Conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2015, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, Lei n.º 13.146/15, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003, a IES atenta também ao disposto na Portaria n° 3.284, de 7 de novembro de 2003, sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências físicas às suas dependências, a Mantenedora determinou políticas que reconhecem as necessidades diversas dos alunos, acomodando os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de metodologias de ensino apropriadas, arranjos organizacionais, uso de recursos diversificados e parceria com as organizações especializadas, ao que foram observados os seguintes itens:

1. Para os alunos portadores de deficiência física: livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo, com a eliminação de barreiras arquitetônicas assegurando o acesso aos espaços de uso coletivo, para que o deficiente possa interagir com a comunidade acadêmica;
2. Para os alunos portadores de deficiência visual, proporcionará, caso seja solicitada e conforme a legislação em vigor, sala de apoio, disponível do ingresso à conclusão do curso;
3. Para os alunos portadores de deficiência auditiva, oferecerá, caso seja solicitada e conforme a legislação em vigor, estrutura disponível do ingresso à conclusão do curso;
4. Para os professores, alunos, funcionários e empregados portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida, a IES pode proporcionar, além de ajuda técnica, programa de capacitação para a educação inclusiva, constando, especialmente da oferta de cursos, seminários ou eventos similares, ministrados por especialistas.
5. Para a comunidade, a oferta de campanhas de sensibilização e de motivação para a aceitação das diferenças.

4.4. BIBLIOTECA

A Biblioteca conta com um acervo que segue plenamente os padrões de qualidade exigidos, composto por material atualizado, tanto para o uso do corpo docente, quanto para o uso do corpo discente, ao mesmo tempo em que busca sempre a melhor estruturação do espaço para a formação do estudante e melhores resultados para a satisfação de seus usuários.

A Instituição entende ser imprescindível a aquisição de livros e periódicos indicados pelo corpo docente, a fim de cumprir o atendimento das ementas de cada disciplina, sempre em consonância com as Diretrizes Curriculares do MEC, além de atender a assuntos de interesse e complementação à formação dos estudantes.

4.4.1. Acervo

Bibliografia Básica

O acervo da bibliografia básica contém pelo menos três títulos por unidade curricular sendo que, a somatória dos exemplares de cada bibliografia atinge no mínimo a proporção de 01 exemplar para cada 10 alunos.

Bibliografia Complementar

As bibliografias complementares possuem no mínimo 03 títulos com 02 exemplares cada.

Periódicos Especializados

Assim como as Bibliografias, a manutenção dos títulos e coleções de periódicos respeita a Legislação vigente para cada curso e/ou categoria de curso.

4.4.2. Formas de expansão e atualização do Acervo

MATERIAIS	DIRETRIZES
LIVROS E OBRAS DE REFERÊNCIA	Obedecer aos parâmetros estabelecidos pelo MEC para as proporções de exemplares por número de alunos das obras indicadas nas bibliografias.
	Adquirir a solicitação dos professores e alunos intermediada pelos coordenadores.
OBRAS SERIADAS (PERIÓDICOS, JORNAIS E REVISTAS)	Adequar o acervo junto aos coordenadores de acordo com a legislação vigente.
	Priorizar obras que possuem acesso pela Internet sempre que possível.
MULTIMÍDIA (VHSs/DVDs, Disquetes/CD ROMs e E- books/Páginas Eletrônicas)	Adquirir a solicitação dos professores e alunos intermediada pelos coordenadores.

4.4.2.1 Plano de contingência

Em decorrência das novas diretrizes do Ministério da Educação expressos no instrumento de avaliação publicado pelo Inep no segundo semestre de 2017, a IES entende ser imprescindível responder à questão da

disponibilidade das obras bibliográficas em função da demanda, cumprindo desta forma não só as solicitações do instrumento, mas também o compromisso da FACEMG expresso na Política de Expansão do acervo.

O Plano de Contingência da IES para o curso de Enfermagem, assim como para o restante de seus cursos, tem como objetivo adaptar esta exigência com os recursos já existentes e com as atividades já realizadas pelo corpo docente em conjunto com a Biblioteca no âmbito da manutenção bibliográfica, integrando-se por tanto às políticas de expansão de acervo da FACEMG.

4.4.2.2 Controle da demanda

A procura dos alunos da IES por materiais na Biblioteca é o resultado das atividades solicitadas pelos professores no desenvolvimento das aulas. Dessa forma a demanda pode ser conhecida antecipadamente.

Partindo desta premissa, o corpo docente do curso de Enfermagem e a biblioteca vêm trabalhando em conjunto para que as obras indicadas sejam sempre as com maior capacidade de atender o público em função da sua disponibilidade.

4.4.2.3 Expansão da disponibilidade das obras de maior demanda

Considerando que a IES possui acesso a dois acervos digitais de alta abrangência (Minha Biblioteca e Biblioteca Virtual) e que estas obras podem ser acessadas simultaneamente por todos os alunos, o curso de Enfermagem da FACEMG optou por reforçar a utilização dos títulos virtuais disponíveis. Desta forma os alunos podem acessar as obras a qualquer momento pela internet tanto dentro quanto fora da IES.

4.4.2.4 Relatório de adequação bibliográfica

A bibliografia do curso de Enfermagem da FACEMG foi elaborada de forma a respeitar tanto as leis vigentes quanto as políticas institucionais em que está inserido, incluindo o Plano de Contingência estabelecido. Por este motivo o curso possui no mínimo três títulos nas bibliografias básicas e cinco títulos nas bibliografias complementares, tendo destaque para os títulos virtuais disponíveis.

4.5. SERVIÇOS

A biblioteca oferece os seguintes serviços:

- Acesso disponível pela Internet ao acervo eletrônico;
- Apoio à elaboração de trabalhos acadêmicos;
- Capacitação de usuários;
- Pesquisa bibliográfica; e

- Reserva da bibliografia usada nos cursos.

4.5.1. Laboratórios didáticos especializados:

Para o funcionamento do Curso de Enfermagem, é necessária uma infraestrutura de apoio que lhe permite atingir e principalmente ampliar suas metas. Essa estrutura deverá oferecer instalações adequadas ao ensino de Enfermagem, apresentando área física, materiais e equipamentos que atendem às necessidades do ensino, da extensão e da pesquisa.

Os laboratórios possuem ambientes ergonômicos, amplos e seguros para docentes, discentes e funcionários. São adequados à proposta do curso, atendendo a todas as aulas práticas preconizadas pelos docentes. Possuem estrutura compatível, sempre de acordo com a especificidade das aulas práticas previstas tanto na formação geral quanto na específica no estudante.

Os ambientes/laboratórios de formação geral e básica, e a relação professor estudante possibilitam, de acordo com o projeto pedagógico do curso, o planejamento e o controle pleno das atividades de ensino desenvolvidas nesses locais pelas diferentes disciplinas da matriz. Ressaltamos que, além de toda a infraestrutura disponível para o estudante, os professores e técnicos sempre estarão presentes durante as atividades para que o estudante possa ter um melhor aproveitamento no processo de ensino-aprendizagem. Todos os laboratórios estão adequados à proposta do curso, atendendo a todas as aulas práticas, preconizadas no plano de ensino proposto pelos docentes com qualidade, os laboratórios são os seguintes:

Laboratório de Anatomia

O laboratório é adequado aos objetivos do curso, atende aos docentes e discentes, pois nele são realizadas as aulas práticas das disciplinas Anatomia Humana. Possui bancada de inox e peças anatômicas humanas e sintéticas para trabalhos de observação e habilidades, conforme descrito nos Procedimentos Operacionais Padrão.

Laboratório Multidisciplinar

O Laboratório multidisciplinar é capaz de proporcionar a execução de atividades laboratoriais de acordo com o plano de ensino proposto no Projeto Pedagógico do curso de Enfermagem. Assim, a FACEMG oferece laboratório multidisciplinar relacionado as disciplinas práticas do ciclo básico envolvendo práticas laboratoriais específicas voltadas para área de desenvolvimento do curso de Enfermagem.

Os estudantes possuem todo o apoio técnico especializado durante as atividades laboratoriais, tanto em horário de aulas, quanto nos horários livres, quando os estudantes utilizam esses espaços para estudo. Os reagentes, vidrarias e demais materiais de consumo utilizados nos laboratórios são adquiridos de acordo com as normas da Instituição, e de acordo com a solicitação dos professores das disciplinas.

Laboratório de Microscopia

No laboratório de microscopia ocorrem as práticas das disciplinas relacionadas a biologia, histologia e embriologia do ciclo básico bem como as disciplinas relacionadas , além de microscópios, o laboratório conta com estufas microbiológicas.

Laboratórios de Informática

Os estudantes contam com o suporte das máquinas e o apoio técnico especializado, tanto em horários de aula como em horários “livres”. Todas as máquinas estão interligadas em rede, com acesso a “internet”.

4.5.2. Laboratórios didáticos especializados: serviços

Os serviços de manutenção dos equipamentos do Laboratório e material de apoio serão realizados por técnicos responsáveis da própria Instituição e por técnicos contratados por meio de convênio com empresas da região.

A manutenção externa será realizada, regularmente, duas vezes por ano, mediante solicitação por escrito feita pelos monitores do laboratório e sempre que se fizer necessário, pela equipe interna.

A conservação e atualização dos equipamentos serão feitas a partir de uma análise constante pelo pessoal técnico de apoio com o auxílio do pessoal da manutenção, os quais verificarão a necessidade de se adquirir novos equipamentos e/ou atualizar os existentes.

Todos os laboratórios utilizados pelo curso, implantados ou em fase de implantação, além de possuírem normas de funcionamento e utilização, possuirão instalações, mobiliário e equipamentos adequados aos trabalhos que serão desenvolvidos.

Tem como objetivo dar suporte às pesquisas, trabalhos, e projetos desenvolvidos pelos alunos, atendendo:

- às aulas práticas do curso;
- aos componentes curriculares específicos;
- às atividades complementares vinculadas ao ensino, à pesquisa, e à extensão.

4.5.3 Normas e procedimentos de segurança laboratorial

A utilização dos Laboratórios está sujeita ao cumprimento de normas a serem observadas por toda a comunidade acadêmica:

- Utilização apenas para fins educacionais e de pesquisa.
- Observância ao horário de funcionamento.
- Proibição da instalação e utilização de softwares não autorizados pela IES.
- Proibição do porte de alimentos e bebidas no interior do laboratório.
- Zelo pela integridade dos equipamentos.

Os procedimentos devem ser seguidos em todos os trabalhos técnicos, de rotina ou não devem ser aplicadas aos novos trabalhos e aos trabalhos já desenvolvidos.

O desenvolvimento desses procedimentos estimula a melhoria de trabalho em equipe alavancando a autocritica dos funcionários envolvidos e a responsabilidade solidária.

Responsabilidades

Todo o pessoal envolvido com os Laboratórios, ou seja, técnicos de Laboratórios, professores e alunos devem estar cientes sobre os procedimentos, bem como saber aplicá-los corretamente.

TÉCNICO DE LABORATÓRIO

São atribuições do Técnico de Laboratório:

- Assegurar que os procedimentos sejam cumpridos;
- Cuidar da estrutura geral dos Laboratórios: equipamentos, materiais, almoxarifado e instalações. Assegurar o funcionamento de cada um desses itens;
- Responder pela segurança e bom funcionamento dos Laboratórios;
- Coordenar e organizar os calendários das aulas práticas de cada laboratório para que haja um atendimento eficiente aos professores e alunos;
- Fazer os relatórios referentes a qualquer acidente ou incidente que venha a ocorrer nos laboratórios;
- Verificar a disponibilidade do Laboratório para não haver conflito de horários entre as aulas práticas;
- Utilizar corretamente os Equipamentos de Proteção Individuais (EPI) necessários e seguir as normas de segurança;
- Permanecer nos laboratórios durante as aulas;
- Montar as aulas práticas, acompanhar os professores e dar assistência aos alunos;
- Manter os equipamentos sempre testados e em perfeitas condições de uso;

- Não deixar caixas com materiais ou vazias em cima de armários, no chão ou em bancadas;
- Manter o inventário sempre atualizado;
- Relatar ao encarregado os acidentes ou incidentes ocorridos no Laboratório.

PROFESSORES

- Comparecer no início do semestre nos Laboratórios para discutir agendas de aulas práticas e verificar a disponibilidade dos mesmos;
- Simular os experimentos antes de cada aula;
- Orientar e exigir o cumprimento dos procedimentos e instruções de segurança do laboratório;
- Manter a ordem dentro dos Laboratórios;
- Permanecer no laboratório até saída do último aluno;
- Respeitar o horário de trabalho dos funcionários e de funcionamento dos Laboratórios;
- Fazer a lista de materiais que serão utilizados nas aulas práticas.

ALUNOS

- Permanecer e utilizar os Laboratórios somente com a presença de um professor ou técnico;
- Seguir os procedimentos e instruções de segurança do Laboratório;
- Não trazer crianças para as aulas nos Laboratórios;
- Levar para a bancada de trabalho somente o material necessário para as anotações e realização da aula;
- Sempre manter a bancada de trabalho organizada;
- Se durante ou no final da aula perceber algum problema com equipamentos comunicar o fato aos técnicos de Laboratório.

ANEXO I

EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS DO CURSO

PLANO DE ENSINO

1º SEMESTRE

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 1º Semestre

DISCIPLINA: Biossegurança e Ergonomia

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5h/a

CARGA HORÁRIA: 30h

EMENTA

Conhecer e analisar a prevenção de riscos gerados pelos agentes químicos, físicos associados ao risco biológico presente nos diversos espaços de atenção à comunidade, bem como estudar as formas adaptativas dos instrumentos, condições e ambientes de trabalho relacionados às capacidades psicofisiológicas, antropométricas e biomecânicas do homem. Análise dos fatores de risco do meio ambiente.

VII - BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARSANO, Paulo Roberto. Biossegurança: ações fundamentais para promoção da saúde. São Paulo: Érica, 2020.

CARDOSO, Telma Abdalla de Oliveira. Biossegurança e qualidade dos serviços de saúde. Curitiba: Intersaberes, 2016.

FALZON, Pierre. Ergonomia. São Paulo: Blücher, 2018.

HIRATA Mario Hiroyuki. ; MANCINI FILHO, Jorge. Manual de biossegurança. Barueri: Manole, 2017.

PEGATIN, Thiago de Oliveira. Segurança no Trabalho e Ergonomia. Curitiba: InterSaberes, 2020.

ROSSETE, Celso Augusto. Biossegurança. São Paulo: Pearson, 2016.

VIII- BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAHÃO, Júlia; LAERTE, Sznclwar; SILVINO, Alexandre; SARMET, Maurício; PINHO, Diana. Introdução a Ergonomia: da prática à teoria. São Paulo: Blücher, 2009.

CARDOSO, Telma Abdalla de Oliveira; VITAL, Nery Cunha; NAVARRO, Marli B. M. de Albuquerque. Biossegurança: estratégias de gestão de riscos, doenças emergentes e reemergentes: Impactos na saúde pública. Santos: Santos, 2012.

CARVALHO, Rachel. Enfermagem em centro de material, biossegurança e bioética. Barueri: Manole, 2015.

CÔRREA, Vanderlei Moraes; BOLETTI, Rosane Rosner. Ergonomia: Fundamentos e Aplicações. Porto Alegre: Grupo A, 2015.

HINRICHSEN, Sylvia Lemos L. Biossegurança e controle de infecções: risco sanitário hospitalar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023.

KROEMER, K. H. E.; GRANDJEAN, Etienne. Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem. Colaboração de Etienne Grandjean. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ROSSETE, Celso Augusto. Segurança e higiene do trabalho. São Paulo: Pearson, 2016

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 1º Semestre

DISCIPLINA: Biologia-Histologia-Embriologia

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3 horas-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas-aula

I – EMENTA

Durante o curso de Biologia/Histologia/Embriologia, o aluno deverá adquirir subsídios básicos para o reconhecimento das diferenças entre células eucariontes e procariontes, as principais organelas e suas funções. Principais variedades de tecidos que compõe o corpo humano, bem como entender a distribuição destes tecidos nos principais órgãos. Serão fornecidas também noções de embriologia e genética humana.

VII- BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AARESTRUP, Beatriz Julião. Histologia Essencial. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

ABRAHAMSOHN, Paulo. Histologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

ALBERTS, Bruce. Fundamentos da Biologia Celular. Porto Alegre: ArtMed, 2017.

DE ROBERTIS, Edward M.; HIB, José. Biologia Celular e Molecular. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

GARCIA, Sonia Lauer; FERNÁNDEZ, Casimiro García. Embriologia. Porto Alegre: ArtMed, 2012.

GARTNER, Leslie P. Atlas colorido de histologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

GODEFROID, Rodrigo Santiago; SANTOS, Vera Lucia Pereira dos. Fundamentos em embriologia e histologia. Curitiba: InterSaberes, 2021.

JUNQUEIRA, Luiz Carlos Uchoa; CARNEIRO, José. Histologia básica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

MAIA, George Doyle. Embriologia humana. São Paulo: Atheneu, 2010.

MEDRADO, Leandro. Citologia e histologia humana: fundamentos de morfofisiologia celular e tecidual. São Paulo: Érica, 2014.

PAOLI, Severo de. Citologia e embriologia. São Paulo: Pearson, 2014.

PAWLINA, Wojciech. Ross histologia texto e atlas: correlações com biologia celular e molecular. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBERTS, B.; BRAY, D.; LEWIS, J.; RAFF, M.; ROBERTIS, K.; WATSON, J.D. Biologia molecular da célula. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

CARVALHO, Hernandes F.; RECCO-PIMENTEL, Shirlei. A Célula. Barueri: Manole, 2019.

CESTARO, Débora Cristina. Embriologia e histologia humana: uma abordagem facilitadora. Curitiba: InterSaberes, 2020.

JUNQUEIRA, Luiz Carlos Uchoa; CARNEIRO, José. Biologia celular e molecular. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

LIPAY, Monica V. N.; BIANCO, Bianca. Biologia molecular: métodos e interpretação. São Paulo: Roca, 2015.

LODISH, Harvey. Biologia Celular e Molecular. Porto Alegre: ArtMed, 2014.

NEIVA, Gentileza. Histologia. São Paulo: Pearson, 2014.

REECE, Jane B. Biologia de Campbell. Porto Alegre: Grupo A, 2015.

SADLER, T. W. Langman embriologia médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

TORTORA, Gerard J.; DERRICKSON, Bryan. Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia. Porto Alegre: Grupo A, 2017.

ZAHA, Arnaldo. Biologia molecular básica. Porto Alegre: ArtMed, 2014.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 1º semestre

DISCIPLINA: Estudos Disciplinares

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 40 horas

I – EMENTA

Os Estudos Disciplinares (ED) complementam a formação disponibilizada em sala de aula, por meio de exercícios. Os exercícios visam o aprofundamento dos conteúdos das disciplinas ministradas ao longo de cada semestre letivo. Seu escopo é estimular o aluno a adquirir maior conhecimento em sua área de atuação.

VII – BIBLIOGRAFIA

A bibliografia indicada para a realização dos Estudos Disciplinares corresponde à bibliografia do Plano de Ensino da disciplina do semestre.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 1º Semestre

DISCIPLINA: Fundamentos Históricos de Enfermagem

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas

I-EMENTA

A Disciplina Fundamentos Históricos da Enfermagem busca fornecer elementos para a construção da identidade profissional mediante as discussões sobre a prática e o contexto profissional da Enfermagem. Nessa trajetória, traz conteúdos relativos ao Processo de Enfermagem, enfocando as diferentes teorias e metodologias de trabalho existentes.

VII- BIBLIOGRAFIA BÁSICA

OGUISSO, Taka. Trajetória histórica da enfermagem. Barueri: Manole, 2014.

PADILHA, Maria Itayra; BORENSTEIN, Miriam Süsskind; BELLAGUARDA, Maria Lígia dos Reis; SANTOS, Iraci dos. Enfermagem: história de uma profissão. São Caetano do Sul: Difusão, 2020.

PORTO, Fernando; AMORIM, Wellington. História da enfermagem. São Paulo: Yendis, 2014.

VIII-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CIANCIARULLO, Tamara. Pesquisa em história da enfermagem. Pesquisa em história da enfermagem. Barueri: Manole, 2011.

FURUKAWA, Patrícia de Oliveira. Comparativo de personagens da história da enfermagem brasileira. Esc. Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 402-405, June 2009. Disponível em:

<http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452009000200023&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03/03/2022.

KAWAMOTO, Emilia Eme; FORTES, Julia Ikeda. Fundamentos de enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

OGUISSO, Taka. História da legislação do exercício da enfermagem no Brasil. Rev. bras. enferm., Brasília, v. 54, n. 2, p. 197-207, June 2001. Disponível em: <http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672001000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03/03/2022.

OGUISSO, Taka; SCHIMIDT, Maria José. O exercício da enfermagem: uma abordagem ético-legal. São Paulo: Guanabara Koogan, 2018.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 1º Semestre

DISCIPLINA: Interpretação e Produção de Textos

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas

I – EMENTA

Esta disciplina trata da importância da leitura significativa e da produção de textos na formação social do educando, por meio da utilização de linguagens orais e escritas, formais e informais, bem como de gêneros textuais de diferentes esferas discursivas. Trata ainda da discussão de temas da atualidade, presentes nos meios de comunicação.

VII- BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2012.

MASIP, Vicente. Fundamentos Lógicos da interpretação de textos e da argumentação. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

MOYSÉS, Carlos Alberto. Língua Portuguesa: atividades de leitura e produção de texto: atividades de leitura e produção de texto. São Paulo: Saraiva, 2016.

TRAVAGLIA, L.; KOCH, I. A coerência textual. São Paulo: Contexto, 2010.

VIII- BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ANDRADE, Maria Margarida de. Guia prático de redação: exemplos e exercícios. São Paulo: Atlas, 2011.
- BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita. São Paulo: Contexto, 2016.
- MARTINO, Agnaldo. Português esquematizado: gramática, interpretação de texto, redação oficial, redação discursiva. São Paulo: Saraiva, 2022.
- PEREIRA, Maurício Gomes. Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
- SANTOS, Leonor Werneck dos. Análise e Produção de Textos. São Paulo: Contexto 2012.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 1º Semestre

DISCIPLINA: Nutrição Aplicada a Enfermagem

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5h/a

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30horas

I - EMENTA:

A disciplina de Nutrição aplicada à Enfermagem estuda a nutrição, dietética e dietoterapia aplicada ao processo de cuidado nutricional, em sua interface com a prestação de assistência de enfermagem ao paciente.

VII - BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CARDOSO, Marly Augusto. Nutrição em saúde coletiva. São Paulo: Atheneu, 2014.
- CERVATO-MANCUSO, Ana Maria; ANDRADE, Samantha Cesar de; VIEIRA, Viviane Laudelino. Alimentação e nutrição para o cuidado multiprofissional. Barueri: Manole, 2021.
- DOVERA, Themis Maria Dresch da Silveira. Nutrição aplicada ao curso de Enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
- LIMA, Vanessa Cristina Oliveira de. Nutrição e dietética II. Porto Alegre: SAGAH, 2018.
- LOSS NETO, Paula Gabriela. SANT' ANNA, Lina Cláudia. Nutrição e dietética I. Porto Alegre: SAGAH, 2018.
- PHILIPPI, Sonia Tucunduva. Nutrição e técnica dietética. Barueri: Manole, 2019.
- PINTO-E-SILVA, Maria Elisabeth Machado; YONAMINE, Glaucé Hiromi; VON ATZINGEN, Maria Carolina Batist. Técnica dietética aplicada à dietoterapia. Barueri: Manole, 2015.
- RODRIGUES, Viviane Belini. Nutrição e desenvolvimento humano. São Paulo: Pearson, 2016.
- SANT'ANNA, Lina Cláudia; MARTINS, Pamela Catiúscia Rodrigues. Alimentação e nutrição para o cuidado. Porto Alegre: SAGAH, 2018.
- WARDLAW, Gordon M.; SMITH, Anne M. Nutrição contemporânea. Porto Alegre: AMGH, 2013.

VIII- BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVARENGA, Marle; SCAGLIUSI, Fernanda Baeza; PHILIPPI, Sonia Tucunduva (orgs.). Nutrição e transtornos alimentares: avaliação e tratamento. Barueri: Manole, 2011.

ESCOTT-STUMP, Sylvia. Nutrição relacionada ao diagnóstico e tratamento. Barueri: Manole, 2011.

OLIVEIRA, Julicristie Machado de. Nutrição em saúde coletiva. Barueri: Manole, 2022.

ORDONEZ, Ana Manuela; PAIVA, Andrei Valerio. Políticas públicas de alimentação e nutrição. Porto Alegre: Grupo A, 2017.

PHILIPPI, Sonia Tucunduva; ALVARENGA, Marle (eds.). Transtornos alimentares: uma visão nutricional. Barueri: Manole, 2004.

RODRIGUES, Viviane Belini. Técnica dietética I. São Paulo: Pearson, 2015.

RODRIGUES, Viviane Belini. Técnica dietética II. São Paulo: Pearson, 2015.

SOUZA, Carolina Belomo de. Nutrição materno infantil. Curitiba: Contentus, 2020.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 1º Semestre

DISCIPLINA: Psicologia aplicada à Enfermagem

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas

I – EMENTA

Descrição e caracterização dos principais fenômenos e processos de desenvolvimento humano: do período pré-natal até a morte em diferentes contextos socioculturais.

VII- BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUENO, Ademir. Psicologia do desenvolvimento humano. São Paulo: Contentus, 2020.

CAMARGOS, Gustavo Leite. LEHNEN, Alexandre Machado; CORTINAZ, Tiago. Crescimento, desenvolvimento e envelhecimento humano. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

PAPALIA, D. E; FELDMAN, R. D.; MARTORELL, G. Desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artmed, 2022.

VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COELHO, Wilson Ferreira. Psicologia do desenvolvimento. São Paulo: Pearson, 2014.

ESCORSIN, Ana Paula. Psicologia e desenvolvimento humano. Curitiba: InterSaberes, 2016.

PILETTI, Nelson; ROSSATO, Solange Marques; ROSSATO, Geovanio. Psicologia do desenvolvimento. São Paulo: Contexto, 2014.

QUADROS, Emérico Arnaldo de. Psicologia e desenvolvimento humano. Petrópolis: Vozes, 2017.

SCHULTZ, Duane P; SCHULTZ Sydney Elen. História da Psicologia Moderna. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 1º Semestre

DISCIPLINA: Práticas Educativas em Saúde

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3h/a

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60h

I-EMENTA

A disciplina aborda conceitos do processo ensino-aprendizagem contemplando a relação homem/mundo/educação, em um exercício de prática reflexiva que privilegia os elementos que podem diferenciar o futuro profissional educador em saúde.

VII - BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MATTIELLO, Aline Andressa; BIEDRZYCKI, Beatriz Paulo; VASCONCELOS, Gabriela Souza de; REZENDE, Leonardo Mateus Teixeira de; PINNO, Camila; RODRIGUES, Geanderson dos Santos; SOUZA, Luciana da. Comunicação e educação em saúde. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de educação permanente em saúde. Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/educacao-e-pesquisa/publicacoes-sobre-educacao-e-pesquisa/politica-nacional-de-educacao-permanente-em-saude.pdf/@@download/file/Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Permanente%20em%20Sa%C3%BAde.pdf>>. Acesso em 03/03/2022.

PRADO, Cláudia. Práticas pedagógicas em Enfermagem: processo de reconstrução permanente. São Caetano do Sul: Difusão, 2018.

SANTOS, Álvaro da Silva; PASCHOAL, Vânia Del' Arco. Educação em saúde e enfermagem. Barueri: Manole, 2017.

VIII - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, Rubem. Conversas com quem gosta de ensinar. São Paulo: Papirus, 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Oficina de educação em saúde e comunicação: Fundação Nacional da Saúde, 2001. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_az_garantindo_saude_municipios_3ed_p1.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2018.

DOURADO, Juscelino; BELIZÁRIO, Fernanda. Reflexão e práticas em Educação Ambiental: discutindo o consumo e a geração de resíduos. São Paulo: Oficina de Textos, 2014.

FRANTIN, Maria Eneida; OLIVEIRA, Ednalva. Educação ambiental: saúde e qualidade de vida. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LEITE, Maria Madalena Januário; PRADO, Cláudia; PERES, Heloisa Helena Ciqueto. Educação em saúde: desafios para uma prática inovadora. São Caetano do Sul: Difusão, 2010.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação Ambiental no Brasil: Formação, identidades e desafios. Campinas: Papirus, 2015.

PINNO, Camila; BECKER, Bruna; SCHER, Cristiane Regina; MOURA, Talita Helena Monteiro de. Educação em saúde. Porto Alegre: SAGAH, 2019..

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 1º semestre

DISCIPLINA: Políticas de Saúde

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas

I – EMENTA

A disciplina de Políticas de Saúde estuda as políticas norteadoras do sistema de saúde por meio da análise histórica até os tempos atuais e discute a organização, a ampliação e a dinamização do setor saúde a partir do Sistema Único de Saúde – SUS – trabalhando com o enfoque integral, e abordando a promoção, prevenção e recuperação da saúde.

VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREIRE, Caroline; ARAÚJO, Débora Peixoto de. Política Nacional de Saúde: contextualização, programas e estratégias públicas sociais. São Paulo: Érica, 2015.

LOPES, Mário. Políticas de saúde pública: interação dos atores sociais. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.

RODRIGUES, Paulo Henrique; SANTOS, Isabela Soares. Saúde e cidadania: uma visão histórica e comparada do SUS. São Paulo: Atheneu, 2011.

SOLHA, Raphaela Karla Toledo. Sistema Único de Saúde. São Paulo: Érica, 2014.

VIII– BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BASSINELLO, Greice. Saúde coletiva. São Paulo: Pearson, 2015.

"BRASIL. LEI Nº 10.216, de 6 de abril de 2001.

Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm>. Acesso 03/03/2022."

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Diretrizes Nacionais para a Intenção integral à saúde da criança e do adolescente. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em:

<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Evolução e desafios da regulação do setor de saúde suplementar. Brasília - DF; 2003. Disponível em <URL: <http://www.saude.gov.br/bvs>>. Acesso em 03/03/2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. O SUS de A a Z: garantindo saúde nos municípios. Ministério da Saúde, Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde. 3ª edição. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. Disponível em:

<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_az_garantindo_saude_municipios_3ed_p1.pdf>. Acesso

em: 25 nov. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de atenção integral à saúde do homem. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_saude_homem.pdf>. Acesso em 03/03/2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de saúde da pessoa portadora de deficiência. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_pessoa_deficiencia.pdf>. Acesso em 03/03/2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Saúde Integral da População Indígena. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf>. Acesso em 03/03/2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf>. Acesso em 03/03/2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf>. Acesso em 03/03/2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. PORTARIA GM/MS Nº 3.562, de 12 de dezembro de 2021. Altera o Anexo XII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH). Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-3.562-de-12-de-dezembro-de-2021-367540610>>. Acesso em 03/03/2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. PORTARIA Nº 1.130, de 5 de agosto de 2015. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt1130_05_08_2015.html>. Acesso em 03/03/2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. PORTARIA Nº 2.528 de 19 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa.. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html>. Acesso em 03/03/2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. PORTARIA Nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais,

Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html>. Acesso em 03/03/2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. SUS 15 anos de implementação - Desafios e propostas para sua consolidação. Brasília - DF; 2003. Disponível em: <URL: <http://www.saude.gov.br/bvs>>. Acesso em 03/03/2022.

FIGUEIREDO, Nêbia Maria Almeida de (Org.). Ensinando a cuidar em saúde pública. São Caetano do Sul: Yendis, 2012.

MACHADO, Paulo Henrique Bettaglin; LEANDRO, José Augusto; MICHALISZYN, Mario Sérgio. Saúde coletiva: um campo em construção. Curitiba: InterSaberes, 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de educação permanente em saúde. Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/educacao-e-pesquisa/publicacoes-sobre-educacao-e-pesquisa/politica-nacional-de-educacao-permanente-em-saude.pdf/@@download/file/Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Permanente%20em%20Sa%C3%BAde.pdf>>. Acesso em 03/03/2022.

ROCHA, Aristides Almeida; CESAR, Chester Luiz Galvão; RIBEIRO, Helena. Saúde pública: bases conceituais. São Paulo: Atheneu, 2013.

ROCHA, Juan Stuardo Yazille. Manual de saúde pública & saúde coletiva no Brasil. São Paulo: Atheneu, 2017.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 1º Semestre

DISCIPLINA: Saúde Ambiental e Vigilância Sanitária

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3 horas-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas

I – EMENTA

A disciplina propõe discussões acerca da estrutura e da dinâmica do meio ambiente e suas relações com o processo saúde-doença, bem como os principais fatores que alteram o equilíbrio e os efeitos decorrentes destas modificações sobre o homem, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida. Analisa os instrumentos técnicos usados para o controle, a prevenção e a recuperação do ambiente.

VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira; VIANA, Viviane Japiassú. Poluição ambiental e saúde pública. São Paulo: érica, 2014.

.....São Paulo: Contentus, 2020.

DERISIO, José Carlos. Introdução ao controle de poluição ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2012.

FRANTIN, Maria Eneida; OLIVEIRA, Ednalva. Educação ambiental: saúde e qualidade de vida. Curitiba: Intersaberes, 2014.

MIRANDA, Fernanda Moura D' Almeida. A saúde do trabalhador sob o enfoque da vigilância em saúde. Curitiba: InterSaberes, 2020.

REIS, Lenice Gnocchi da Costa. Vigilância sanitária aplicada. Curitiba: InterSaberes, 2016.

SANTOS, Palloma Ribeiro Cuba dos. Análise dos solos: formação, classificação e conservação do meio ambiente. São Paulo: Érica, 2014.

SOLHA, Raphaela Karla Toledo; GALLEGUILLOS, Tatiana Gabriela Brassea. Vigilância em saúde ambiental e sanitária. São Paulo: Érica, 2014.

TONETO JÚNIOR, Rudinei; SAIANI, Carlos César Santejo; DOURADO, Juscelino. Resíduos sólidos no Brasil. Barueri: Manole, 2014.

VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto n. 4281 de 25 de junho de 2002. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 24 abr. 2018.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Brasília: Presidência da República, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19433.htm>. Acesso em: 24 abr. 2018.

BRASIL. SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. GEO cidade de São Paulo: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, 2004. Disponível em:

<<http://www.pnuma.org/deat1/pdf/2004GEOSaoPaulo.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2018

PELICIONI, Maria Cecília Focesi; MIALHE, Fábio Luiz. Educação e promoção da saúde: teoria e prática. Rio de Janeiro: Santos, 2019.

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo. Saneamento, Saúde e Ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri: Manole, 2018.

PINOTTI, Rafael. Educação ambiental para o século XXI: no Brasil e no Mundo. São Paulo: Blücher, 2018.

RUSCHEINSKY, ALOISIO. Educação Ambiental: Abordagens múltiplas. Porto Alegre: Penso, 2012.

SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel. Educação Ambiental. Porto Alegre: ArtMed, 2011.

SILVA, Agenor; REZENDE, Mardele; TAVEIRA, Paulo. Segurança do Trabalho e Meio Ambiente: a dupla atuação. São Paulo: Saraiva, 2018.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 1º Semestre

DISCIPLINA: Suporte Básico de Vida

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5h/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30h

I-EMENTA

A disciplina de Suporte Básico de Vida estuda as situações de emergências com o objetivo de proporcionar à vítima, os primeiros atendimentos desde o momento em que ocorre a emergência, até a chegada de um serviço de emergência médica, habilitando os profissionais da área da saúde na realização das manobras de resgate destas vítimas em diversos ambientes de assistência.

VII- BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KARREN, Keith J.; HAFEN, Brent Q.; LIMMER, Daniel; MISTOVICH, Joseph J. Primeiros socorros para estudantes. Barueri: Manole, 2013.

MARTINS, Herlon Saraiva; BRANDÃO NETO, Rodrigo Antonio; SCALABRINI NETO, Augusto; VELASCO, Irineu Tadeu. Emergências clínicas: abordagem prática. Barueri: Manole, 2014.

MARTINS, Herlon Saraiva; DAMASCENO, Maria Cecília de Toledo; AWADA, Soraia Barakat. Pronto-socorro: medicina de emergência. Barueri: Manole; 2013.

QUILICI, Ana Paula, TIMERMAN Sergio. Suporte básico de vida: primeiro atendimento na emergência para profissionais de saúde. Barueri: Manole, 2011.

SCALABRINI NETO, Augusto; DIAS, Roger Daglus; VELASCO, Irineu Tadeu. Procedimentos em emergências. Barueri: Manole, 2016.

WHITAKER, Iveth Yamaguchi; GATTO, Maria Alice Fortes. Pronto-socorro: atenção hospitalar às emergências. Barueri: Manole, 2015.

VIII- BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. Treinamento de emergências cardiovasculares da Sociedade Brasileira de Cardiologia: avançado. Barueri: Manole, 2013.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. Treinamento de emergências cardiovasculares da Sociedade Brasileira de Cardiologia: básico. Barueri: Manole, 2013.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. Treinamento de emergências cardiovasculares da Sociedade Brasileira de Cardiologia: leigos. Barueri: Manole, 2013.

STONE, C. K.; HUMPHRIES, R. L. Current diagnóstico e tratamento: medicina de emergência. Porto Alegre: Grupo A, 2016.

VELASCO, Irineu Tadeu; BRANDÃO NETO, Rodrigo Antonio; SOUZA, Heraldo Possolo de; MARINO, Lucas Oliveira; MARCHINI, Julio Flávio Meirelles; ALENCAR, Júlio Cesar Garcia de. Medicina de emergência: abordagem prática. Barueri: Manole, 2016.

CASTRO, Iran. Livro-texto da Sociedade Brasileira de Cardiologia. Barueri: Manole, 2021.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 1º semestre

DISCIPLINA: Atividades Práticas Supervisionadas

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 100 horas

I - EMENTA

As Atividades Práticas Supervisionadas (APS) são compostas por relatórios em formato acadêmico resultantes do desenvolvimento, a cada semestre, do Projeto Multidisciplinar do curso.

VII - BIBLIOGRAFIA BÁSICA

As obras referenciadas no semestre correspondente.

VIII - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

As obras referenciadas no semestre correspondente.

2º SEMESTRE

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 2º Semestre

DISCIPLINA: Anatomia

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas-aula

I – EMENTA

A disciplina de Anatomia é composta pela introdução ao estudo da anatomia humana, sua terminologia e aos componentes anatômicos, estruturais e funcionais dos diversos órgãos que compõe os sistemas: esquelético, articular, muscular, cardiovascular, respiratório, sendo direcionada ao aprofundamento nos elementos anatômicos do corpo humano. Abrange a osteologia, artrologia, miologia e os sistemas cardiovascular, respiratório e digestório.

VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIRON, Paulo Augusto. Princípios de anatomia humana: atlas e texto. Caxias do Sul, RS: Educs, 2009.

GRAAFF, VAN D. Anatomia Humana. Barueri: Manole, 2003.

TORTORA, Gerard J. Princípios de Anatomia Humana. Rio de Janeiro: Gen, 2019.

TORTORA, Gerard J.; DERRICKSON, Bryan. Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia. Porto Alegre: Grupo A, 2017.

TORTORA, Gerard J.; DERRICKSON, Bryan. Princípios de anatomia e fisiologia. Rio de Janeiro: Gen, 2016.

VIII - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FAIZ, Omar; BLACKBURN, Simon; MOFFAT, David. Anatomia humana: guia ilustrado de conceitos fundamentais. Barueri: Manole, 2013.

LAROSA, Paulo Ricardo R.. Anatomia Humana: texto e atlas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

MARIEB, Elaine N. Anatomia e Fisiologia. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

MARTINI, F. H.; OBER, William C.; BARTHOLOMEW, Edwin F. Anatomia e fisiologia humana: uma abordagem visual. São Paulo: Pearson, 2014.

MARTINI, Frederic H.; TIMMONS, Michael J.; TALLITSCH, Robert B. Anatomia Humana. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

SANTOS, Nívea Cristina Moreira. Anatomia e fisiologia humana. São Paulo: Érica, 2014.

VAN DE GRAAFF, Kent M. Anatomia humana. Barueri: Manole, 2003.

ZIERI, Rodrigo. Anatomia humana. São Paulo: Pearson, 2014.

KÖPF-MAIER, Petra. Atlas de anatomia humana: anatomia geral, paredes do tronco, membros superior e inferior. Rio de Janeiro: Guanabara, 2013. Vol. 1.

KÖPF-MAIER, Petra. Wolf-Heidegger: atlas de anatomia humana. Rio de Janeiro: Guanabara, 2013. (Vol. 2. - cabeça e pescoço, tórax, abdome, pelve, PCSN, olho, orelha).

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 2º Semestre

DISCIPLINA: Bioestatística Aplicada à Saúde

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas-aula

I – EMENTA

A disciplina estuda as estratégias de análise e interpretação de dados, abordando gráficos e tabelas; medidas de frequência, tendência central e de dispersão; distribuição de probabilidades (Curva Normal); intervalo de confiança e correlação de dados.

VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BLAIR, R. Clifford; TAYLOR, Richard A. Bioestatística para ciências da saúde. São Paulo: Pearson, 2013.

CALLEGARI-JACQUES, Sidia M. Bioestatística: princípios e aplicações. Porto Alegre: ArtMed, 2011.

MARTINEZ, Edson Zangiacomi. Bioestatística para os cursos de graduação da Área da Saúde. São Paulo: Blucher, 2012.

VIEIRA, Sonia. Estatística básica. São Paulo: Cengage Learning, 2018.

VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARANGO, Hector Gustavo. Bioestatística: teórica e computacional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

CASTANHEIRA, Nerlson Pereira. Bioestatística. São Paulo: Contentus, 2020.

GLANTZ, Stanton A. Princípios de Bioestatística. Porto Alegre: AMGH, 2014.

LIRANI, Luciana da Silva; OSIECKI, Ana Claudia Vecchi. Bioestatística. Curitiba: InterSaberes, 2020.

MORETTIN, Luiz Gonzaga. Estatística básica: volume único: probabilidade e inferência. São Paulo: Pearson, 2017.

PARENTI, Tatiane; SILVA, Juliane Silveira Freire da; SILVEIRA, Jamur. Bioestatística. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

RODRIGUES, Maisa Aparecida S. Bioestatística. São Paulo: Pearson, 2014.

ROSNER, Bernard. Fundamentos de Bioestatística. São Paulo: Cengage Learning, 2018.

LARSON R., FARBER B. Estatística aplicada. São Paulo: Prentice Hall, 2011.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 2º Semestre

DISCIPLINA: Bioquímica

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas-aula

I – EMENTA

Estudo da importância das diferentes substâncias químicas e seus papéis na formação estrutural do organismo humano, do metabolismo energético e na fisiologia dos sistemas cardiovascular, respiratório, endócrino, sanguíneo, renal e neuromuscular.

VII- BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AREAS, Ana Paula. Bioquímica humana. São Paulo: Pearson, 2015.

BETTELHEIM, Frederick A; BROWN, WILLIAM H., CAMPBELL, Mary K, FARRELL, Shawn O. Introdução à

bioquímica. São Paulo: Cengage, 2017.

BROWN, Terence A. Bioquímica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

MARZZOCO, Anita; TORRES, Bayardo Baptista. Bioquímica básica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

NELSON, David L.; COX, Michael M. Princípios de Bioquímica de Lehninger. Porto Alegre: ArtMed, 2019.

RODWELL, Victor W.; BOTHAM, Kathleen M.; KENNELLY, Peter J.; BENDER, David A.; WEIL, Anthony. Bioquímica ilustrada de Harper. Porto Alegre: AMGH, 2021.

VIII- BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERG, Jeremy Mark; TYMOCZKO, John L.; GATTO JR., Gregory J.; STRYER, Lubert. Bioquímica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

CAMPBELL, Mary K.; FARRELL, Shawn O. Bioquímica. São Paulo: Cengage, 2016.

CONN, Eric E.; STUMPF, P.K. Introdução à bioquímica. São Paulo: Edgar Blücher, 2001.

MORAN, L. A. Bioquímica. São Paulo: Pearson, 2013.

MOTTA, Valler T. Bioquímica clínica para o laboratório: princípios e interpretações. Rio Grande do Sul: EDUCS. 2012.

PINTO, Wagner de Jesus. Bioquímica clínica. Rio de Janeiro: Gen, 2017.

SANCHES, José A. Garcia; COMPRI-NARDY, Mariane B.; STELLA, Mercia Breda. Bases da bioquímica e tópicos de biofísica: um marco inicial. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

TOY, Eugene C.; SEIFERT JR., William E.; STROBEL, Henry W., HARMS, Konrad P. Casos clínicos em Bioquímica. Porto Alegre: AMGH, 2016.

VOET, Donald. Bioquímica. Porto Alegre: ArtMed, 2013.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 2º Semestre

DISCIPLINA: Comunicação e Expressão

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1.5 Horas-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 Horas-aula

I-EMENTA

Esta disciplina trata de texto e contexto, com ênfase direcionada aos sistemas de conhecimento e ao processamento textual, bem como da intertextualidade, das informações implícitas dos textos e da alteração de sentido das palavras. Trata, ainda, da argumentação, com enfoque para os tipos de argumentos e sua aplicação no artigo de opinião e na resenha.

VII-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. Comunicação e expressão. Porto Alegre: Grupo A, 2016.

LÉON, Cleide Bacil de. Comunicação e expressão. Curitiba: InterSaberes, 2013.

MASIP, Vicente. Fundamentos Lógicos da interpretação de textos e da argumentação. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

SANGALETTI, Leticia. Comunicação e expressão. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

VIII- BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, Cláudia Soares; COSTA, Tania Maria Steigleder da; PAULIETO, Elza Maria Kratz; CORREA, Vanesa Loureiro. Língua portuguesa: classes gramaticais e texto dissertativo. Curitiba: Intersaberes, 2012.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINO, Agnaldo. Português esquematizado: gramática, interpretação de texto, redação oficial, redação discursiva. São Paulo: Saraiva, 2022.

MASIP, Vicente. Interpretação de textos: curso integrado de lógica e linguística. São Paulo: E.P.U., 2021.

TRAVAGLIA, L.; KOCH, I. A coerência textual. São Paulo: Contexto, 2010.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 2º semestre

DISCIPLINA: Estudos Disciplinares

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 40 horas

I – EMENTA

Os Estudos Disciplinares (ED) complementam a formação disponibilizada em sala de aula, por meio de exercícios. Os exercícios visam o aprofundamento dos conteúdos das disciplinas ministradas ao longo de cada semestre letivo. Seu escopo é estimular o aluno a adquirir maior conhecimento em sua área de atuação.

VII – BIBLIOGRAFIA

A bibliografia indicada para a realização dos Estudos Disciplinares corresponde à bibliografia do Plano de Ensino da disciplina do semestre.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 2º Semestre

DISCIPLINA: Ética em Enfermagem e Exercício da Profissão

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas-aula

I – EMENTA

A disciplina Ética e Exercício da Profissão busca fornecer elementos para a capacitação para a tomada de decisão ético-legal no exercício da profissão.

VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COFEN. Código de ética dos profissionais de Enfermagem. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/resolucao_311_anexo.pdf>. Acesso em 03/03/2022.

OGUISSO, Taka. Ética e bioética: desafios para a enfermagem e a saúde. Barueri: Manole, 2017.

OGUISSO, Taka; SCHIMIDT, Maria José. O exercício da enfermagem: uma abordagem ético-legal. São Paulo: Guanabara Koogan, 2018.

SANTOS, Nívea Cristina Moreira. Legislação profissional em saúde: conceitos e aspectos éticos. São Paulo: Érica, 2014.

VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, Carolina Becker Bueno de. Bioética e gestão em saúde. Curitiba: InterSaberes, 2018.

BRAGA JUNIOR, Antoni Djalma. Fundamentos da ética. Curitiba: InterSaberes, 2016.

CARVALHO, Rachel. Enfermagem em centro de material, biossegurança e bioética. Barueri: Manole, 2015.

OGUISSO, Taka. Legislação de enfermagem e saúde: histórico e atualidades. Barueri: Manole, 2015.

VEACHT, Robert M. Bioética. São Paulo: Pearson, 2014.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

PERÍODO: 2º Semestre

DISCIPLINA: Fisiologia

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Fisiologia dos sistemas cardiovascular, sanguíneo, respiratório, digestório, renal e urinário, abordando aspectos celulares, moleculares e sistêmicos das funções destes sistemas, bem como sua regulação e seu papel na homeostasia. Conceitos fundamentais sobre atividades orgânicas, funções, meio externo e interno, homeostasia, sistema de regulação e integração. Definição e campo da fisiologia. Relações com outras ciências.

VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AIRES, Margarida de Mello. Fisiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

COSTANZO, Linda S. Fisiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

SHERWOOD, Lauralee. Fisiologia humana: das células aos sistemas. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2011.

SILVERTHORN, Dee Unglaub. Fisiologia humana: uma abordagem integrada. Porto Alegre: Artmed, 2017.

TORTORA, Gerard J.; DERRICKSON, Bryan. Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia. Porto Alegre: Grupo A, 2017.

WIDMAIER, Eric P.; RAFF, Hershel; STRANG, Kevin T. Fisiologia Humana. Rio de Janeiro: Gen, 2017.

VIII - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARRETT, Kim E.; BARMAN, Susan M.; BOITANO, Scott; BROOKS, Heddwen L. Fisiologia Médica de Ganong. Porto Alegre: AMGH, 2014.

CURI, Rui; PROCOPIO, Joaquim. Fisiologia básica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

DOUGLAS, C. R. Tratado de fisiologia aplicada às ciências médicas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

FOX, Stuart Ira. Fisiologia Humana. Barueri: Manole, 2007.

LIMA, Alice Gonçalves. Fisiologia humana. São Paulo: Pearson, 2015.

MARIEB, Elaine N. Anatomia e Fisiologia. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

MARTINI, F. H.; OBER, William C.; BARTHOLOMEW, Edwin F. Anatomia e fisiologia humana: uma abordagem visual. São Paulo: Pearson, 2014.

MAURER, Martin H. Fisiologia Humana Ilustrada. Barueri: Manole, 2014.

SANTOS, Nívea Cristina Moreira. Anatomia e fisiologia humana. São Paulo: Érica, 2014.

STANFIELD, Cindt L. Fisiologia humana. São Paulo: Pearson, 2013.

TORTORA, Gerard J.; DERRICKSON, Bryan. Princípios de anatomia e fisiologia. Rio de Janeiro: Gen, 2016.

WARD, Jeremy P. T.; LINDEN, Roger W. A. Fisiologia básica: guia ilustrado de conceitos fundamentais. Barueri: Manole, 2014.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 2º Semestre

DISCIPLINA: Gerenciamento de Pessoas Serviços na área da saúde

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5h/a

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30h

I - EMENTA:

A disciplina visa oferecer subsídios para que o aluno identifique o gerenciamento como processo integrado, por meio da discussão dos elementos necessários para o desenvolvimento gerencial. Proporcionar ao aluno conhecimentos básicos sobre o processo gerencial com base nas funções administrativas. Fornecer ao aluno o conhecimento do gerenciamento de pessoas e serviços na área da saúde.

VII- BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BURMESTER, Haino. Gestão de pessoas em saúde. São Paulo: Saraiva, 2019.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Barueri: Manole, 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. Recursos humanos: o capital humano das organizações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

GRIFFIN, Ricky W.; MOORHEAD, Gregory. Comportamento organizacional: gestão de pessoas e organizações. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

TEMAS e estratégias para liderança em Enfermagem. Porto Alegre: Artmed, 2008

VIII- BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBIERI, Ugo Franco. Gestão de pessoas nas organizações: o talento humano na sociedade da informação. Rio de Janeiro: Gen, 2016.

CARVALHO, Antonio Vieira de; NASCIMENTO, Luiz Paulo do; SERAFIM, Oziléa Clen Gomes. Administração de recursos humanos. São Paulo: Pioneira Cengage, 2012.

CHIAVENATO, Idalberto. Administração nos novos tempos. Rio de Janeiro: Campus, 2020.

DUTRA, J. S. Gestão de Pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas. Porto Alegre: GEN, 2016.

FRANCA, A. C. L. Práticas de recursos humanos - PRH: conceitos, ferramentas e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2014.

SALU, Jorge Enio. Administração hospitalar no Brasil. Barueri: Manole, 2013.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 2º Semestre

DISCIPLINA: Micro-imuno-parasito

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3 horas-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas-aula

I – EMENTA

Estudo da microbiologia, imunologia e parasitologia aplicada à saúde das populações. Morfologia e mecanismos metabólicos destes agentes patogênicos, respostas imunológicas direcionadas a cada um, diferenças de resposta imune envolvidas na defesa do hospedeiro.

VII- BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BROOKS, Geo F.; CARROLL, Karen C.; BUTEL, Janet S; MORSE, Stephen A; MIETZNER, Timothy A. Microbiologia médica de Jawetz, Melnick e Adelberg. Porto Alegre: AMGH, 2014.

DELVES, Peter J.; MARTIN, Seamus J.; BURTON, Dennis R.; ROITT, Ivan M. Fundamentos de Imunologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

ENGROFF, Paula; MÜLLER, Guilherme Cerutti; MANSOUR, Eva; DIAS, Sílvia Regina Costa; ZAVALHA, Lisiane Silveira. Parasitologia clínica. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

GRANATO, Laís Moreira; GALDEANO, Diogo Manzano. Microbiologia, parasitologia e imunologia. Curitiba: InterSaberes, 2020.

LEVINSON, Warren; CHING-HONG, Peter; JOYCE, Elizabeth A.; NUSSBAUM, Jesse; SCHWARTZ, Brian. Microbiologia médica e imunologia. Porto Alegre: AMGH, 2022.

SALVATIERRA, Clabijo Mérida. Microbiologia: aspectos morfológicos, bioquímicos e metodológicos. São Paulo: Érica, 2016.

VIII- BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, H.eloiza Ramos; GOMEZ, José Gregório Cabrera; TORRES, Bayardo Baptista. Microbiologia básica: bacteriologia. São Paulo: Atheneu, 2018.

BRENER, Beatriz. Parasitologia. São Paulo: Pearson, 2013.

CARLI, Geraldo Attilio de. Parasitologia clínica. São Paulo: Atheneu, 2010.

COICO, Richard; SUNSHINE, Geoffrey. Imunologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

FERREIRA, Marcelo Urbano. Parasitologia contemporânea. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

FORTE, Wilma Carvalho Neves. Imunologia: do básico ao aplicado. Porto Alegre: ArtMed, 2015.

- HÖFLING, José Francisco. Microscopia de luz em microbiologia: morfologia bacteriana e fúngica. Porto Alegre: ArtMed, 2011.
- MADIGAN, Michael T.; MARTINKO, John M.; DUNPLAP, Paul V.; CLARK, David P. Microbiologia de Brock. Porto Alegre: ArtMed, 2011.
- MARTINS, Milton Arruda. Clínica médica: alergia e imunologia clínica, doenças da pele, doenças infecciosas e parasitárias. Barueri: Manole, 2016. Vol. 7.
- PLAYFAIR, J. H. L.; CHAIN, B. M. Imunologia básica: guia ilustrado de conceitos fundamentais. Barueri: Manole, 2013.
- REY, Luís. Bases da parasitologia médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
- REY, Luís. Parasitologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
- SEHNEM, Nicole Teixeira. Microbiologia e imunologia. São Paulo: Pearson, 2015.
- SILVA, Adeline Gisele Teixeira. Imunologia aplicada: fundamentos, técnicas laboratoriais e diagnósticos. São Paulo: Érica, 2014.
- SIQUEIRA-BATISTA, Rodrigo. Parasitologia: fundamentos e prática clínica. Porto Alegre: GEN, 2020.
- TORTORA, Gerard J.; FUNKE, Berdell R.; CASE, Christine L. Microbiologia. Porto Alegre: Grupo A, 2017.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 2º Período

DISCIPLINA: Prevenção e Controle de Infecção em Instituições de Saúde

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5h/a

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30h

I - EMENTA:

Nesta disciplina pretende-se estudar os aspectos relevantes da epidemiologia das instituições de saúde, atualmente denominada de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS) seu impacto quanto a morbimortalidade, aspectos econômicos, prevenção, diagnóstico e medidas de controle.

VII- BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ANVISA. Programa Nacional de prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência de saúde (PNPCIRAS) - 2021 a 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/pnpciras_2021_2025.pdf>. Acesso em 28/12/2021.
- HENRIQUES, Silvia Helena. Controle e prevenção de infecção hospitalar. São Paulo: Pearson, 2018.
- HINRICHSEN, Sylvia Lemos L. Biossegurança e controle de infecções: risco sanitário hospitalar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023.
- PEREIRA, Helki Simone Rodrigues. Controle de infecção hospitalar. São Paulo: Contentus, 2020.

VIII- BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Saúde. Doenças infecciosas e parasitárias. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_guia_bolso.pdf>. Acesso em 03/03/2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia de Vigilância Epidemiológica. 7 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: < http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_epidemiologica_7ed.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2018.

BUSATO, Ivana Maria Saes. Epidemiologia e processo saúde-doença. Curitiba: InterSaberes, 2016.

CARRARA, Dirceu; STRABELLI, Tânia Mara Verejão; UIP, David Everson. Controle de infecção: a prática no terceiro milênio. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

SLAVISH, Susan M. Manual de prevenção e controle de infecções para hospitais. Porto Alegre: Artmed, 2012.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 2º Semestre

DISCIPLINA: Atividades Práticas Supervisionadas

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 100 horas

I - EMENTA

As Atividades Práticas Supervisionadas (APS) são compostas por relatórios em formato acadêmico resultantes do desenvolvimento, a cada semestre, do Projeto Multidisciplinar do curso.

VII - BIBLIOGRAFIA BÁSICA

As obras referenciadas no semestre correspondente.

VIII - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

As obras referenciadas no semestre correspondente.

3º SEMESTRE

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 3º Semestre

DISCIPLINA: Anatomia dos Sistemas

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3,0 horas

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas

I – EMENTA

A disciplina de Anatomia dos Sistemas é composta pelo estudo da anatomia humana, à sua Terminologia Anatômica e ao estudo indutivo macroscópico, estruturais e funcionais dos diversos sistemas (orgânicos). Assim sendo, envolve os seguintes sistemas e aparelhos, do ponto de vista da anatomia sistêmica, o sistema digestório, o aparelho neuroendócrino, o aparelho urogenital e o aparelho reprodutor. Abrange o estudo morfofuncional do sistema digestório, do sistema

nervoso, dos órgãos endócrinos, do sistema urinário, do sistema genital masculino, do sistema genital feminino e do sistema tegumentar.

VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KÖPF-MAIER, Petra. Atlas de anatomia humana: anatomia geral, paredes do tronco, membros superior e inferior. Rio de Janeiro: Guanabara, 2013. Vol. 1.

KÖPF-MAIER, Petra. Wolf-Heidegger: atlas de anatomia humana. Rio de Janeiro: Guanabara, 2013. (Vol. 2. - cabeça e pescoço, tórax, abdome, pelve, PCSN, olho, orelha).

LAROSA, Paulo Ricardo R.. Anatomia Humana: texto e atlas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

MARTINI, Frederic H.; TIMMONS, Michael J.; TALLITSCH, Robert B. Anatomia Humana. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

SANTOS, Nívea Cristina Moreira. Anatomia e fisiologia humana. São Paulo: Érica, 2014.

VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FAIZ, Omar; BLACKBURN, Simon; MOFFAT, David. Anatomia humana: guia ilustrado de conceitos fundamentais. Barueri: Manole, 2013.

GIRON, Paulo Augusto. Princípios de anatomia humana: atlas e texto. Caxias do Sul, RS: Educs, 2009.

GRAAFF, VAN D. Anatomia Humana. Barueri: Manole, 2003.

MARIEB, Elaine N. Anatomia e Fisiologia. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

MARTINI, F. H.; OBER, William C.; BARTHOLOMEW, Edwin F. Anatomia e fisiologia humana: uma abordagem visual. São Paulo: Pearson, 2014.

TORTORA, Gerard J. Princípios de Anatomia Humana. Rio de Janeiro: Gen, 2019.

TORTORA, Gerard J.; DERRICKSON, Bryan. Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia. Porto Alegre: Grupo A, 2017.

TORTORA, Gerard J.; DERRICKSON, Bryan. Princípios de anatomia e fisiologia. Rio de Janeiro: Gen, 2016.

VAN DE GRAAFF, Kent M. Anatomia humana. Barueri: Manole, 2003.

ZIERI, Rodrigo. Anatomia humana. São Paulo: Pearson, 2014.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 3º Semestre

DISCIPLINA: Avaliação Clínica e Psicossocial em Enfermagem

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4,5 horas-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 90 horas-aula

I - EMENTA

A disciplina Avaliação Clínica e Psicossocial em Enfermagem tem como proposta subsidiar a construção do conhecimento acerca da avaliação do ser humano em seus aspectos clínicos e psicossociais.

VII - BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, Alba Lucia Bottura Leite de. Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. Porto

Alegre: Artmed, 2016.

CHAVES, L. C.; POSSO, Maria Belém Salazar. Avaliação física em enfermagem. Barueri: Manole, 2012.

HINKLE, J. L. Brunner & Suddarth: manual de enfermagem médico-cirúrgica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

HINKLE, J. L. Brunner & Suddarth: tratado de enfermagem médico-cirúrgica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

PORTO, Celmo Celeno; PORTO, Arnaldo Lemos. Exame Clínico. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

VIII - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BICKLEY, Lynn S.; SZILAGVI, Peter G.. Bates propedêutica médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

CAMPANA, Álvaro Oscar. Exame clínico: sintomas e sinais em clínica médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

MINSON, Fabiola Peixoto; MORETE, Marcia Carla; MARANGONI, Marco Aurélio. Dor. Barueri: Manole, 2015.

NETTINA, Sandra M. Manual de prática de enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

PIMENTA, Cibele Andrucioli de Mattos; MOTA, Dálete Delalibera Corrêa de Faria; CRUZ, Diná de Almeida Lopes Monteiro da. Dor e cuidados paliativos: enfermagem, medicina e psicologia. Barueri: Manole, 2006.

SILVA, Eneida Rejane Rabelo da; LUCENA, Amália de Fátima. Diagnósticos de Enfermagem com base em sinais e sintomas. Porto Alegre: Artmed, 2011.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 3º Semestre

DISCIPLINA: Bases Diagnósticas

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3h/a

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60h

I-EMENTA

Estudo dos principais diagnósticos clínicos na área da saúde e sua aplicabilidade associativa nos princípios do processo saúde doença. A disciplina apresenta conceitos dos métodos de monitorização, exames laboratoriais e diagnósticos por imagem.

VII - BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FISCHBACH, Frances Talaska; DUNNING, Marshall Barnett. Exames laboratoriais e diagnósticos em Enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

NICOLL, Diana; LU, Chuanyi Mark; MCPHEE, Stephen J. Manual de exames diagnósticos. Porto Alegre: AMGH, 2019.

NISCHIMURA, Lúcia Yurico; POTENZA, Marlene Marques; CESARETTI, Isabel Umbelina Ribeiro. Enfermagem em diagnóstico por imagem. São Caetano do Sul: Yendis, 2014.

SOARES, José Luiz M. F. Métodos diagnósticos. São Paulo: ArtMed, 2012.

SZEJNFELD, Jacob; ABDALA, Nitamar; AJZEN, Sergio. Diagnóstico por imagem. Barueri: Manole, 2016.

WILLIAMSON, a. Mary. WALLACH: interpretação de exames laboratoriais. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

VIII- REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARROS, Alba Lucia Bottura Leite de. Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. Porto

Alegre: Artmed, 2016.

FUNARI, Marcelo Buarque de Gusmão. Princípios básicos de diagnóstico por imagem. Barueri: Manole, 2013.

HENDLER, Ketlyn Germann. Exames complementares. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

LORENZI, Therezinha Ferreira. Manual de Hematologia: propedêutica e clínica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

Ministério da Saúde. Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso. 8 ed., 2010. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_guia_bolso.pdf

NOBREGA, Almir Inacio da (Org.). Tecnologia radiológica e diagnóstico por imagem: guia para ensino e aprendizado. São Caetano do Sul: Difusão, 2018. (Vol. 1. Saúde e formação profissional).

NOBREGA, Almir Inacio da (Org.). Tecnologia radiológica e diagnóstico por imagem: guia para ensino e aprendizado. São Caetano do Sul: Difusão, 2018. (Vol. 2. Ciências Radiológicas).

NOBREGA, Almir Inacio da (Org.). Tecnologia radiológica e diagnóstico por imagem: guia para ensino e aprendizado. São Caetano do Sul: Difusão, 2018. (Vol. 3. Radiologia - Radiodiagnóstico).

NOBREGA, Almir Inacio da (Org.). Tecnologia radiológica e diagnóstico por imagem: guia para ensino e aprendizado. São Caetano do Sul: Difusão, 2018. (Vol. 4. Radiologia - outras aplicações. DO - RO - US - MN - RT - RV - RJ).

PINTO, Ibraim Misciarelli Francisco; SMANIO, Paola Emanuela; MATHIAS JR, Wilson. Atlas de diagnóstico por imagem em cardiologia. Barueri: Manole, 2014.

ROCHA, Arnaldo. Biodiagnósticos: fundamentos e técnicas laboratoriais. São Paulo: Rideel, 2014.

PORTO, Celmo Celeno; PORTO, Arnaldo Lemos. Exame Clínico. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 3º semestre

DISCIPLINA: Estudos Disciplinares

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 40 horas

I – EMENTA

Os Estudos Disciplinares (ED) complementam a formação disponibilizada em sala de aula, por meio de exercícios. Os exercícios visam o aprofundamento dos conteúdos das disciplinas ministradas ao longo de cada semestre letivo. Seu escopo é estimular o aluno a adquirir maior conhecimento em sua área de atuação.

VII – BIBLIOGRAFIA

A bibliografia indicada para a realização dos Estudos Disciplinares corresponde à bibliografia do Plano de Ensino da disciplina do semestre.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem
PERÍODO: 3º Semestre
DISCIPLINA: Epidemiologia
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas-aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas

I – EMENTA

Estudo dos fundamentos teóricos, métodos e técnicas relacionados à epidemiologia e sua importância para o desenvolvimento das atividades do profissional de saúde, enfatizando a necessidade do uso do conhecimento do perfil epidemiológico da população e dos principais determinantes do processo saúde-doença, com o enfoque de risco, para a adequação da assistência à saúde.

VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FLETCHER, Grant S.. Epidemiologia clínica: elementos essenciais. Porto Alegre: Artmed, 2021.

MARTINS, Amanda de Ávila Bicca; TEIXEIRA, Deborah; BATISTA, Bruna Gerardon; STEFFENS, Daniela. Epidemiologia. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

MEDRONHO, Roberto A. Epidemiologia. São Paulo: Atheneu, 2015.

PEREIRA, Maurício Gomes. Epidemiologia: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

ROUQUAYROL, Maria Zélia; GURGEL, Marcelo. Epidemiologia & Saúde. Rio de Janeiro: MedBook, 2018.

VIII - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA FILHO, Naomar de; BARRETO, Maurício L. Epidemiologia & saúde: fundamentos, métodos, aplicações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

BUSATO, Ivana Maria Saes. Epidemiologia e processo saúde-doença. Curitiba: InterSaberes, 2016.

FRANCO, Laércio Joel; PASSOS, Afonso Dias Costa. Fundamentos de epidemiologia. Barueri: Manole, 2022.

ROTHMAN, Kenneth J.; GREENLAND, Sander; LASH, Timothy L. Epidemiologia Moderna. Porto Alegre: ArtMed, 2011.

TIETZMANN, Daniela. Epidemiologia. São Paulo: Pearson, 2014.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem
SERIE: 3º Semestre
DISCIPLINA: Fisiologia do Sistema Regulador
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Estudo da fisiologia dos sistemas nervoso e endócrino e suas inter-relações com outros sistemas na regulação geral do organismo humano.

VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTANZO, Linda S. Fisiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

DOUGLAS, C. R. Tratado de fisiologia aplicada às ciências médicas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

KRUSZIELSKI, Leandro. Fundamentos de neurofisiologia. São Paulo: Contentus, 2020.

MARTINI, F. H.; OBER, William C.; BARTHOLOMEW, Edwin F. Anatomia e fisiologia humana: uma abordagem visual. São Paulo: Pearson, 2014.

PEREIRA, Letícia Meier. Ensino de fisiologia do sistema endócrino e fisiologia do sistema nervoso. Curitiba: Contentus, 2021.

RADANOVIC, Márcia. Neurofisiologia básica para profissionais da área de saúde. São Paulo: Atheneu, 2016.

VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AIRES, Margarida de Mello. Fisiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

FOX, Stuart Ira. Fisiologia Humana. Barueri: Manole, 2007.

MAURER, Martin H. Fisiologia Humana Ilustrada. Barueri: Manole, 2014.

PINTO, Luiz Carlos. Neurofisiologia clínica: princípios básicos e aplicações. São Paulo: Atheneu, 2010.

STANFIELD, Cindt L. Fisiologia humana. São Paulo: Pearson, 2013.

WARD, Jeremy P. T.; LINDEN, Roger W. A. Fisiologia básica: guia ilustrado de conceitos fundamentais. Barueri: Manole, 2014.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 3º Semestre

DISCIPLINA: Homem e Sociedade

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Estudo das principais vertentes teóricas da origem do homem. Análise do significado da cultura na construção histórica da sociedade.

VII- BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. São Paulo: LTC, 2013.

GOMES, Mércio Pereira. Antropologia. São Paulo: Contexto, 2012.

PHILLIP, Conrad. Um espelho para a humanidade: uma introdução à antropologia cultural. Porto Alegre: Mc Graw Hill, 2013.

VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. Cultura e diversidade. Curitiba: IBPEX, 2012.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. Cultura e poder. São Paulo: Saraiva, 2007.

MARTINS, J. S. A sociabilidade do homem simples. São Paulo: Contexto, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & história cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

PINSKY, Jaime. As primeiras civilizações. São Paulo: Contexto, 2011.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 3º Período

DISCIPLINA: Métodos de Reprocessamento de Artigos Hospitalares

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas-aula

I - EMENTA

Aquisição de conhecimentos e habilidades necessárias para o preparo de artigos hospitalares críticos, semi-críticos e não-críticos, através dos processos de limpeza, descontaminação, desinfecção e esterilização.

VII- BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GRAZIANO, K.U; SILVA, A; PSALTIKIDIS, E.M, organizadoras. **Enfermagem em centro de material e esterilização**. Barueri, SP: Manole; 2011.

POSSARI, J. F. **Centro de material e esterilização**: planejamento, organização e gestão. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo, SP: Iátria, 2014. 230 p.

GRAZIANO, K. U. et al. **Enfermagem em Centro de Material e Esterilização**. Barueri, SP: Manole, 2011. 417p.

VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MOURA, M. **Enfermagem em centro de material e esterilização**. São Paulo: Manole, 2011.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Consulta Pública no. 34, de 3 de junho de 2009. **Resolução da Diretoria Colegiada** – Dispõe sobre o funcionamento de serviços que realizam processamento de produtos para saúde e dá outras providências.

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). NBR ISO 14937: **Esterilização de Produtos para saúde**:

requisitos gerais de caracterização do agente esterilizante e desenvolvimento, validação e controle de rotina de processo de esterilização de produtos para saúde. Rio de Janeiro: 2008.

KAVANAGH, C. M. G. **Elaboração do manual de procedimentos em central de materiais e esterilização**. São Paulo: Atheneu; 2007.

Sociedade Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Recuperação Pós-anestésica e Centro de Material Esterilizado: Práticas recomendadas: SOBECC 5ª edição. São Paulo, 2013.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 3º semestre

DISCIPLINA: Atividades Práticas Supervisionadas

CARGA HORÁRIASEMESTRAL: 100 horas

I - EMENTA

As Atividades Práticas Supervisionadas (APS) são compostas por relatórios em formato acadêmico resultantes do desenvolvimento, a cada semestre, do Projeto Multidisciplinar do curso.

VII - BIBLIOGRAFIA BÁSICA

As obras referenciadas no semestre correspondente.

VIII - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

As obras referenciadas no semestre correspondente.

4º SEMESTRE

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 4º Semestre

DISCIPLINA: Cuidados à pessoa / Família na Saúde Mental e Psiquiátrica

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 Horas-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 Horas-aula

I – EMENTA

A disciplina de Enfermagem Psiquiátrica compreende o estudo das diversas manifestações de comportamento do cliente portador de transtorno mental, particularidades dos serviços de saúde para atendimento, política de saúde mental e cuidados necessários aos indivíduos portadores de transtornos mentais com uma perspectiva de trabalho preventivo, preservando potenciais com vistas à reabilitação e reinserção social.

VII- BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FUKUDA, Ilza Marlene Kuae; STEFANELLI, Maguida Costa; ARANTES, Evalda Caçando. Enfermagem psiquiátrica em suas dimensões assistenciais. Barueri: Manole, 2017.

KAPLAN, H. I.; SADOCK, B. J.; GREBB, J. A. Compendio de psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica. Porto Alegre: Artmed, 2017.

MASTRO ROSA, Fernanda Micheleti; PENHA, Luciana Goes. Enfermagem em clínica psiquiátrica. São Paulo: Érica, 2014.

MELLO, Inaiá Monteiro. Enfermagem psiquiátrica e de saúde mental na prática. São Paulo: Atheneu, 2010.

TAVARES, Marcus Luciano de Oliveira. Saúde mental e cuidado de enfermagem em psiquiatria. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSUNPÇÃO Jr., Francisco Baptista. Tratado de psiquiatria da infância e adolescência. São Paulo: Atheneu, 2017.

BOTEGA, Neury José. Prática psiquiátrica no hospital geral: interconsulta e emergência. Porto Alegre: Artmed, 2017.

CARVALHO, Marisol Bastos de. Psiquiatria para a enfermagem. São Paulo: Rideel, 2012.

LOUZA NETO, Mario Rodrigues; ELKIS, Hélio. Psiquiatria básica. Porto Alegre: Artmed, 2007.

VIDEBECK, Sheila. Enfermagem em Saúde Mental e Psiquiatria. Porto Alegre: Artmed, 2012.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 4º Período

DISCIPLINA: Ciências Sociais

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 Horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 Horas

I – EMENTA

Esta disciplina trata dos fundamentos e desdobramentos da sociedade moderna. São abordados o contexto histórico e as principais abordagens teóricas da modernidade. Na segunda etapa, problematiza-se as consequências sociais do intenso processo de expansão do capitalismo na atualidade e seus impactos sobre o mercado de trabalho e o exercício da cidadania.

VII- BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMARAL, Felipe Bueno. Fundamentos em ciências sociais. Curitiba: InterSaberes, 2017.

ARAÚJO, Silvia; BRIDI, Maria; BENILDE, Lenzi. Sociologia: um olhar crítico. São Paulo: Contexto, 2009.

BARBOSA, A. de F. O mundo globalizado: política, sociedade e economia. São Paulo: Contexto, 2012.

VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHINAZZO, Suzana. Epistemologia das Ciências Sociais. Curitiba: InterSaberes, 2013.

DIAS, Reinaldo. Sociologia. São Paulo. Pearson, 2018.

FERREIRA, Delson. Manual de sociologia: dos clássicos à sociedade de informação. São Paulo: Atlas, 2012.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Introdução às Ciências Sociais. Campinas: Papirus, 2013.

PAIXÃO, A.E. Sociologia geral. Curitiba: IBPEX, 2012.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 4º Semestre

DISCIPLINA: Enfermagem em Centro Cirúrgico

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3,0 Horas-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 Horas

I - EMENTA

Administração da assistência de enfermagem, a partir de uma reflexão teórica, prestada ao indivíduo nas dimensões biológica, psicológica e social, envolvendo os cuidados realizados direta e indiretamente, no ambiente cirúrgico nos tempos pré, intra e pós-operatório.

VII- BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, Rachel de. Enfermagem em centro cirúrgico e recuperação anestésica. São Paulo: Barueri, 2015.

CARVALHO, Rachel de; BIANCHI, Estela Regina Ferraz; CIANCIARULLO, T. Enfermagem em centro cirúrgico e recuperação. Barueri: Manole, 2016.

FIGUEIREDO, Nêbia Maria Almeida; LEITE, Josete Luzia; MACHADO, Wiliam César Alves. Centro cirúrgico: atuação, intervenção e cuidados de enfermagem. São Paulo: Yendis, 2009.

OLIVEIRA, Simone Mahado Kühn de. Centro Cirúrgico e CME. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

VIII- BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOUCHER, Mary Ann. Enfermagem médico-cirúrgica. Porto Alegre: Grupo A, 2008.

HINKLE, J. L. Brunner & Suddarth: manual de enfermagem médico-cirúrgica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

HINKLE, J. L. Brunner & Suddarth: tratado de enfermagem médico-cirúrgica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

PELLICO, Linda Honan. Enfermagem médico-cirúrgica. Porto Alegre: Grupo A, 2014.

POSSARI, João Francisco. Centro cirúrgico: planejamento, organização e gestão. São Paulo: Iatria, 2011.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 4º semestre

DISCIPLINA: Estudos Disciplinares

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 40 horas

I – EMENTA

Os Estudos Disciplinares (ED) complementam a formação disponibilizada em sala de aula, por meio de exercícios. Os exercícios visam o aprofundamento dos conteúdos das disciplinas ministradas ao longo de cada semestre letivo. Seu escopo é estimular o aluno a adquirir maior conhecimento em sua área de atuação.

VII – BIBLIOGRAFIA

A bibliografia indicada para a realização dos Estudos Disciplinares corresponde à bibliografia do Plano de Ensino da disciplina do semestre.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 4º semestre

DISCIPLINA: Enfermagem do Idoso

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 Horas-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 Horas-aula

I - EMENTA

Visa desenvolver a assistência de enfermagem de forma global a pacientes idosos e suas famílias, no contexto do tratamento e da reabilitação, instrumentalizando o aluno para realização da avaliação, do julgamento clínico, planejamento e desenvolvimento de ações de cuidar; priorizando o caráter político-social, cultural, ético e moral.

VII- BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRAGA, Cristina; GALLEGUILLOS, Tatiana Gabriela Brassea. Saúde do adulto e do idoso. São Paulo: Érica, 2014.

ELIOPOULOS, Charlote. Enfermagem gerontológica. Porto Alegre: Artmed, 2019.

GONÇALVES, Lucia Hisako Takase; TOURINHO, Francis Solange Vieira. Enfermagem no cuidado ao idoso hospitalizado. Barueri: Manole, 2012.

NUNES, Maria Inês; SANTOS, Mariza dos Santos; FERRETTI, Renata Eloah de Lucena. Enfermagem em geriatria e gerontologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERNARDI, Gislaine. Geriatria e gerontologia preventivas: novos conceitos. Porto Alegre: EdIPUC-RS, 2015.

Brasil 2050 [recurso eletrônico] : desafios de uma nação que envelhece / Câmara dos Deputados, Centro de Estudos e Debates Estratégicos, Consultoria Legislativa ; relator Cristiane Brasil ; consultores legistas Alexandre Cândido de Souza (coord.), Alberto Pinheiro ... [et al.]. - Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. - (Série estudos estratégicos ; n. 8 PDF). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudios/pdf/brasil-2050-os-desafios-de-uma-nacao-que-envelhece/view>>. Acesso em: 29 ago. 2018

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Manual para utilização da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. - Brasília : Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_utilizacao_caderneta_pessoa_idosa.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2018

ENFERMAGEM na saúde do adulto, do idoso e da mulher. São Caetano do Sul: Difusão, 2021.

FISCHBACH, Frances Talaska; DUNNING, Marshall Barnett. Exames laboratoriais e diagnósticos em Enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

RAMOS, L. R.; CENDOROGLO, M. S. Geriatria e Gerontologia. Barueri: Manole, 2011. (Guia de Medicina Ambulatorial e Hospitalar da EPM - UNIFESP).

TONIOLO NETO, João; PINTARELLI, Vitor Last; YAMAMOTTO, Talita Hatsumi. À beira do leito: geriatria e gerontologia na prática hospitalar. Barueri: Manole, 2007.

PLANO DE ENSINO**CURSO:** Enfermagem**SÉRIE:** 4º semestre**DISCIPLINA:** Farmacologia**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** 03 Horas-aula**CARGA HORÁRIA SEMESTRAL:** 60 Horas-aula**I – EMENTA**

A Farmacologia propõe noções dos fatores modificadores da cinética e da dinâmica dos medicamentos de uso clínico, e oferecerá aos alunos noções sobre os principais grupos de medicamentos prescritos nas diferentes especialidades clínicas.

VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOLAN, David E. Princípios de Farmacologia: a base fisiopatológica da Farmacologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

SILVA, Deborah Galvão Coelho da; OLIVEIRA, Vinícius Bednarczuk de. Fundamentos da farmacologia: base dos fármacos aplicados à saúde. Curitiba: InterSaberes, 2021.

SOARES, Vinícius H. P. Farmacologia humana básica. São Caetano do Sul: Difusão, 2017.

VIII - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FRANCO, André Silva; KRIEGER, José Eduardo. Manual de Farmacologia. Barueri: Manole, 2016.

KATZUNG, B. G. Farmacologia: básica e clínica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

LÜLLMANN, Heinz. Farmacologia. Porto Alegre: ArtMed, 2017.

SANTOS, Lucina dos; TORRIANI, Mayde Seadi; BARROS, Elvino. Medicamentos na prática da farmácia clínica. São Paulo: Artmed, 2013.

WHALEN, Karen; FINKEL, Richard; PANAVELIL, Thomas A.. Farmacologia ilustrada. Porto Alegre: Artmed, 2016.

PLANO DE ENSINO**CURSO:** Enfermagem**SÉRIE:** 4º semestre**DISCIPLINA:** Políticas de Atenção à Saúde do Adulto**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** 1,5 Horas-aula**CARGA HORÁRIA SEMESTRAL:** 30 Horas-aula**I – EMENTA**

A disciplina Políticas de Atenção à Saúde do adulto tem como proposta a compreensão das dinâmicas político-assistenciais no âmbito da saúde pública e da saúde mental, bem como o desenvolvimento da assistência de enfermagem fundamentada na epidemiologia e nas ações de promoção e prevenção em saúde.

VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

"BRASIL. LEI Nº 10.216, de 6 de abril de 2001.

Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm>. Acesso 03/03/2022."

FIGUEIREDO, Nêbia Maria Almeida de (Org.). Ensinando a cuidar em saúde pública. São Caetano do Sul: Yendis, 2012.

FREIRE, Caroline; ARAÚJO, Débora Peixoto de. Política Nacional de Saúde: contextualização, programas e estratégias públicas sociais. São Paulo: Érica, 2015.

SOLHA, Raphaela Karla Toledo. Sistema Único de Saúde. São Paulo: Érica, 2014.

TAVARES, Marcus Luciano de Oliveira. Saúde mental e cuidado de enfermagem em psiquiatria. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Referência rápida aos critérios diagnósticos do DSM-5. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARROS, Alba Lucia Bottura Leite de. Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. Porto Alegre: Artmed, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_37.pdf>. Acesso em 03/03/2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica : diabetes mellitus / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília : Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_pessoa_diabetes_mellitus_cab36.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2018

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Hipertensos e Diabéticos. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <<http://hiperdia.datasus.gov.br>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

FUKUDA, Ilza Marlene Kuae; STEFANELLI, Maguida Costa; ARANTES, Evalda Caçando. Enfermagem psiquiátrica em suas dimensões assistenciais. Barueri: Manole, 2017.

GARRAFA, V.; MELLO, D.R.; PORTO, D. Bioética e vigilância sanitária. Brasília. ANVISA, 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/135345>>. Acesso em 03/03/2022.

RODRIGUES, Paulo Henrique; SANTOS, Isabela Soares. Saúde e cidadania: uma visão histórica e comparada do SUS. São Paulo: Atheneu, 2011.

SOLHA, R. K. T. Saúde coletiva para iniciantes: políticas e práticas profissionais. São Paulo: Érica, 2014.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem
SÉRIE: 4º semestre
DISCIPLINA: Patologia dos Sistemas
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 Horas-aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 Horas-aula

I – EMENTA

A disciplina de Patologia dos Sistemas estuda os conceitos básicos dos principais processos patológicos presentes nos diferentes tipos de doença, avaliando a evolução e o reconhecimento da sua etiopatogenia e das morfologias macro e microscópica, além do enfoque em mecanismos gerais de defesa e adaptação do organismo frente a essas patologias, bem como os principais processos celulares envolvidos.

VII- BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASILEIRO FILHO, Geraldo. Bogliolo: Patologia Geral. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

HAMMER, Gary D.; MCPHEE, Stephen J. Fisiopatologia da doença: uma introdução a Medicina Clínica. Porto Alegre: AMGH, 2015.

NORRIS, Tommie L. Porth Fisiopatologia. Porto Alegre: Gen, 2021.

PEREZ, Erika. Fundamentos de Patologia. São Paulo: Érica, 2014.

VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANGELO, Isabele da Costa. Patologia geral. São Paulo: Pearson, 2016.

ANTCZAK, Susan E. Fisiopatologia Básica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

FISIOPATOLOGIA Incrivelmente Fácil. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

HANSEL, Donna E.; DINTZIS, Renee Z. Fundamentos de Rubin: patologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

REISNER, Howard M. Patologia: uma abordagem por estudos de casos. São Paulo: McGraw Hill, 2016.

SILBERNAGL, Stefan; LANG, Florian. Fisiopatologia: texto e atlas. Porto Alegre: Artmed, 2016.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem
SÉRIE: 4º semestre
DISCIPLINA: Propedêutica e Processos de Cuidar da Saúde do Adulto
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4,5 Horas-aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 90 Horas-aula

I - EMENTA

A propedêutica da saúde do adulto tem como proposta o embasamento teórico e prático para a avaliação clínica, o desenvolvimento do raciocínio crítico e do julgamento clínico. No processo de cuidar do adulto é contemplado o

desenvolvimento da assistência de enfermagem de forma globalizada a pacientes adultos e idosos, incluindo suas famílias e primando pelo caráter político-social, cultural, ético e moral nos diferentes cenários do cuidado.

VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABDORAL, Patrick Roberto Gomes; RODRIGUES, Larissa Siqueira. Saúde da mulher e do idoso: uma abordagem teórica e prática. Nelém: Neurus, 2021.

ALMEIDA, Luciane Pereira de; REIS, Adriana Teixeira. Enfermagem na prática materno-neonatal. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

BARROS, Sonia Maria Oliveira. Enfermagem no ciclo gravídico-puerperal. Barueri: Manole, 2009.

ENFERMAGEM na saúde do adulto, do idoso e da mulher. São Caetano do Sul: Difusão, 2021.

FERNANDES, Rosa Aurea Quintella; NARCHI, Nádia Zanon. Enfermagem e saúde da mulher. Barueri: Manole, 2013.

JOHNSON, Joyce Y. Enfermagem Materna e do Recém-Nascido Desmistificada. Porto Alegre: AMGH, 2012.

LARA, Sonia Regina Godinho de; CESAR, Mônica Bimbati Nogueira. Enfermagem em obstetrícia e ginecologia. Barueri: Manole, 2017.

MACIEL, Gustavo Arantes Rods; SILVA, Ismael Dale Cotrim Guerreiro da. Manual diagnóstico em saúde da mulher. Barueri: Manole, 2015.

SANTOS, Nívea Cristina Moreira. Assistência de enfermagem materno-infantil. São Paulo: Iátria, 2012.

SANTOS, Nívea Cristina Moreira. Enfermagem em Ginecologia e Saúde da Mulher. São Paulo: Saraiva, 2018.

SARTORI, Amanda Caroline; AMARO, Andreza Gonçalves Vieira; CARNIER, Marcela; LOPES, Juliana Mello Função; ALVES, Nádia Rodrigues Chagas; PORTES, Virgínia de Menezes. Cuidado integral à saúde da mulher. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Controle dos cânceres do colo do útero e da mama. 2.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/controle_canceres_colo_uterio_2013.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2018

CARVALHO, Marcus Renato de; GOMES, Cristiane F. Amamentação: bases científicas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

COSTA, Adriana Carneiro; COSTA, Eliane dos Santos; SILVA, Luzinete Abreu da. Papel do enfermeiro frente à violência contra a mulher. Belém: Neurus, 2021.

MONTENEGRO, C.A.B. Rezende: Obstetrícia fundamental. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022.

MORON, Antonio Fernandes; CAMANO, Luiz; KULAY JR, Luiz. Obstetrícia. Barueri: Manole, 2011.

RICCI, Susan Scott. Enfermagem materno-neonatal e saúde da mulher. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

SANTIAGO, Luciano Borges (coord.). Manual de aleitamento materno. Barueri: Manole, 2013.

ZUGAIB, Marcelo. Obstetrícia. Barueri: Manole, 2019.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 4º semestre

DISCIPLINA: Atividades Práticas Supervisionadas

CARGA HORÁRIASEMESTRAL: 100 horas

I - EMENTA

As Atividades Práticas Supervisionadas (APS) são compostas por relatórios em formato acadêmico resultantes do desenvolvimento, a cada semestre, do Projeto Multidisciplinar do curso.

VII - BIBLIOGRAFIA BÁSICA

As obras referenciadas no semestre correspondente.

VIII - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

As obras referenciadas no semestre correspondente.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 4º semestre

DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (optativa)

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 01 hora-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 20 horas-aula

I – EMENTA

Estudo de temas considerados relevantes para o exercício da função do professor em diferentes instituições de ensino inclusive públicas e particulares. Discussão de aspectos referentes a estudos linguísticos e línguas de sinais, história da educação de surdos e a aquisição da escrita pelo surdo. A importância da LIBRAS no desenvolvimento sociocultural do surdo e em seu processo de escolarização, educação bilíngue e bi cultural. Vocabulário básico em LIBRAS.

VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; CHOI, Daniel. Libras. São Paulo: Pearson Pratic Hall, 2012.

QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre, RS: Artmed, 1997.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SILVA, Rafel Dias. Língua brasileira de sinais: LIBRAS. São Paulo: Pearson, 2016.

VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAGGIO, Maria Auxiliadora; NOVA, Maria da Graça Casa. Libras. Curitiba: InterSaberes, 2017.

BARROS, Mariangela Estelita. ELiS - Sistema Brasileiro de Escrita das Línguas de Sinais. São Paulo: Penso, 2015.

BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FERNANDES, Sueli. Educação de surdos. Curitiba: Intersaberes, 2013.

LUCHESI, Maria Regina C. Educação de pessoas surdas: experiências vividas, histórias narradas. São Paulo: Papirus, 2012.

QUADROS, Ronice M. Língua de Herança: Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: Penso, 2017.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 4º semestre

DISCIPLINA: Relações Étnico-Raciais e Afro-descendência - Optativa

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 20 horas

I – EMENTA

Preparar o aluno para a prática educativa a partir da perspectiva das relações étnico-raciais no Brasil, abordando os seguintes elementos: conceito de raça e etnia; racismo e relações raciais no Brasil (o mito da democracia racial); história da afrodescendência no Brasil; imagens, representações e estereótipos dos negros no Brasil; identidade, diferença, interação e diversidade nas relações étnico-raciais; escola e currículo para a promoção da igualdade racial

VII - BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHICARINO, Tathiana (org.). Educação nas relações étnico-raciais. São Paulo: Pearson, 2016.

DIWAN, P. Raça Pura. São Paulo: Contexto, 2012.

MICHALISZYN, Mario Sergio. Relações étnico-raciais para o ensino da identidade e da diversidade cultural brasileira. Curitiba: InterSaberes, 2014.

VIII - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. MEC - Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP 3/2004 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, MEC, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>>.

Acesso em 03/03/2022.

CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2011.

MATTOS, Regiane Augusto de. História e cultura Afro-Brasileira. São Paulo: Contexto, 2010.

PINSKY, Jaime. 12 faces do preconceito. São Paulo: Contexto, 2011.

SANTOS, Gevanilda. Relações raciais e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo negro, 2009.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 4º Semestre

DISCIPLINA: Educação Ambiental - **Optativa**

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 20 horas

I-Ementa

A disciplina enfoca a definição e conceito de Educação Ambiental, suas relações para a conquista dos direitos de cidadania, evidenciando os mecanismos determinantes para as condições de vida das pessoas no ambiente, considerando os aspectos biológicos, meio físico, socioeconômico e cultural e a sustentabilidade da vida no planeta.

VII - BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FRANTIN, Maria Eneida; OLIVEIRA, Ednalva. Educação ambiental: saúde e qualidade de vida. Curitiba: Intersaberes, 2014.

PELIZZOLI, Marcelo L. Homo ecologicus: ética, educação ambiental e práticas vitais. Caxias do Sul: Educs, 2011.

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONE, M. C. F. Educação ambiental e sustentabilidade. São Paulo: Manole, 2016.

PINOTTI, Rafael. Educação ambiental para o século XXI: no Brasil e no Mundo. São Paulo: Blücher, 2018.

VIII - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DOURADO, Juscelino; BELIZÁRIO, Fernanda. Reflexão e práticas em Educação Ambiental: discutindo o consumo e a geração de resíduos. São Paulo: Oficina de Textos, 2014.

FANTIN, Maria Eneida; OLIVEIRA, Edinalva. Educação ambiental, saúde e qualidade de vida. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação Ambiental no Brasil: Formação, identidades e desafios. Campinas: Papirus, 2015.

LUZZI, Daniel. Educação e meio ambiente: uma relação intrínseca. Barueri: Manole, 2012.

MANSOLDO, Ana. Educação ambiental na perspectiva da ecologia integral: como educar neste mundo em desequilíbrio?. São Paulo: Autêntica, 2012.

RUSCHEINSKY, ALOISIO. Educação Ambiental: Abordagens múltiplas. Porto Alegre: Penso, 2012.

SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel. Educação Ambiental. Porto Alegre: ArtMed, 2011.

ANTUNES, C. Novas maneiras de ensinar, novas formas de aprender. Porto Alegre: ArtMed, 2011.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 4º Semestre

DISCIPLINA: Marketing Pessoal (optativa)

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 01 hora/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 20 horas/aula

I – EMENTA

Abordagem sobre as técnicas de marketing aplicadas a pessoa, como forma de valorizar a imagem pessoal e fortalecer relacionamentos pessoais e profissionais. Desenvolve a habilidade de ressaltar características próprias de uma pessoa, valorizando, construindo e expondo diferenciais de ordem pessoal e profissional, de forma ética e convincente. O conjunto de estratégias e técnicas éticas que ajudam a desenvolver importantes habilidades de percepção, convívio social e profissional, liderança e carisma como ferramenta de trabalho e de negócios.

VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CIAMPA, A.; PEIXOTO, A.; GOMES, C.; MELO, P. Marketing pessoal e empregabilidade: do planejamento de carreira ao networking. São Paulo: Érica, 2014.

CILETTI, D. Marketing pessoal: estratégias para os desafios atuais. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

RIZZO, Claudio. Marketing pessoal no contexto pós-moderno. São Paulo: Trevisan, 2017.

VIII - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COOPER, ANN A. Imagem profissional. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

DELGADO, Elaine Christine Pessoa. Gestão de imagem pessoal e personal branding. Curitiba: InterSaberes, 2021.

GIOIA, Ricardo M. Fundamentos de Marketing: conceitos básicos. São Paulo: Saraiva, 2013.

RITOSSA, Claudia Mônica. Marketing pessoal: quando o produto é você. Curitiba: InterSaberes, 2012.

ZENONE, Luiz Claudio. Fundamentos de marketing de relacionamento: fidelização de clientes e pós-venda. São Paulo: Atlas, 2017.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 4º Semestre

DISCIPLINA: Direitos Humanos (Optativa)

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 01 hora-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 20 horas-aula

I - EMENTA

Estudo de temas considerados relevantes para o exercício dos Direitos Humanos, promovendo uma postura ética e de responsabilidade social. A disciplina promoverá diálogos e debates que conduzam ao desenvolvimento do pensamento crítico e da análise sistêmica sobre o futuro da humanidade em prol da justiça econômica e social. Incentiva o entendimento das implicações morais e políticas dos Direitos Humanos para que a sociedade, os grupos e os indivíduos tenham consciência de que são protegidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos aceita pela maioria das nações

VII - BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAKAKI, Fernanda Franklin Seixas. Direitos humanos. Porto Alegre: Grupo A, 2018.

CASTILHO, Ricardo. Direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2018.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. São Paulo: Saraiva, 2016.

GUERRA, Sidney. Curso de Direitos Humanos. São Paulo: Saraiva, 2022.

MORAES, Alexandre de. Direitos humanos fundamentais: teoria geral, comentários aos arts. 1 a 5 da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2021.

PIOVESAN, Flávia. Temas de Direitos Humanos. São Paulo: Saraiva, 2018.

VIII - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AUGUSTIN, Sérgio; OLIVEIRA, Mara de. Direitos humanos: emancipação e ruptura. Caxias do Sul: EDUCS, 2014.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2018.

LAFER, Celso. A internacionalização dos direitos humanos: constituição, racismo e relações internacionais. Barueri: Manole, 2005.

MATTOS NETO, Antonio José de. Direitos Humanos e democracia inclusiva. São Paulo: Saraiva, 2012.

MAZZOULI, Valerio de Oliveira. Curso de Direitos Humanos. São Paulo: Método, 2021.

MONDAINI, Marco. Direitos humanos. São Paulo, SP: Contexto, 2020.

5º SEMESTRE

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 5º semestre

DISCIPLINA: Estudos Disciplinares

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 40 horas

I – EMENTA

Os Estudos Disciplinares (ED) complementam a formação disponibilizada em sala de aula, por meio de exercícios. Os exercícios visam o aprofundamento dos conteúdos das disciplinas ministradas ao longo de cada semestre letivo. Seu escopo é estimular o aluno a adquirir maior conhecimento em sua área de atuação.

VI – BIBLIOGRAFIA

A bibliografia indicada para a realização dos Estudos Disciplinares corresponde à bibliografia do Plano de Ensino da disciplina do semestre.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 5º Semestre

DISCIPLINA: Enfermagem da Família

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 Horas-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 Horas-aula

I – EMENTA

A disciplina Enfermagem de Família trata dos princípios teóricos para atuação colaborativa do enfermeiro junto à família nas situações de tomadas de decisões familiares.

VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARCHANJO, Daniela Resende; ARCHANJO, Léa Resende; SILVA, Lincoln Luciano da. Saúde da família na atenção primária. Curitiba: InterSaberes, 2013.

CORDOBA, Elisabete. SUS e ESF: Sistema Único de Saúde e Estratégia Saúde da Família. São Paulo: Editora Rideel, 2013.

FIGUEIREDO, Nêbia Maria Almeida; TONINI, Teresa. SUS e saúde da família para Enfermagem: práticas para o cuidado em Saúde Coletiva. São Caetano do Sul: Yendis, 2011.

OLIVEIRA, Simone Augusta de; BORGES, Luciana Moraes; CAMARGO, Flávia Nascimento de; GALINDO, Cristiane. Saúde da família e da comunidade. Barueri: Manole, 2017.

PIRES, Tânia Maria Santos. Atenção primária e saúde da família. Curitiba: Contentus, 2020.

VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Fabiane de Amorim; SABATÉS, Ana Llonch. Enfermagem pediátrica: a criança, o adolescente e sua família no hospital. Barueri: Manole, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Acolhimento nas práticas de produção de saúde. Brasília: Ministério da Saúde,

2010. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_praticas_producao_saude.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Hipertensos e Diabéticos. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <<http://hiperdia.datasus.gov.br>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informação da Atenção Básica: SIAB: indicadores 2006. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <<http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/siab/siab2006.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

PAULMAN, Paul M.; PAULMAN, Audrey A.; HARRISON, Jeffrey D. Taylor - Manual de Saúde da Família. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

VILAR, Rosana Lúcia Alves. Humanização na estratégia saúde da família. São Paulo: Yendis, 2014.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 5º Semestre

DISCIPLINA: Farmacologia Aplicada a Enfermagem

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3h/a

CARGA HORÁRIA SEMSTRAL: 60h

I - EMENTA

A disciplina farmacologia aplicada estabelece um elo entre os conhecimentos de farmacologia e fisiopatologia, destacando o tratamento de patologias com foco em doses e estabelecimento de doses.

VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, José Ricardo Chamhum de. Farmacologia e terapêutica clínica para a equipe de enfermagem. São Paulo: Atheneu, 2014.

FORD, Susan M. Farmacologia Clínica. Porto Alegre: Grupo GEN, 2019.

GUARESCHI, A. P. F.; CARVALHO, L. V. de; SALATI, M. I. Medicamentos em enfermagem, farmacologia e administração. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

KATZUNG, B. G. Farmacologia: básica e clínica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FRANCO, André Silva; KRIEGER, José Eduardo. Manual de Farmacologia. Barueri: Manole, 2016.

FUCHS, Flávio Danni, WANNMACHER, Lenita. Farmacologia clínica e terapêutica. São Paulo: Guanabara Koogan, 2017.

GOLAN, David E. Princípios de Farmacologia: a base fisiopatológica da Farmacologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

SANTOS, Lucina dos; TORRIANI, Mayde Seadi; BARROS, Elvino. Medicamentos na prática da farmácia clínica. São Paulo: Artmed, 2013.

SOARES, Vinícius H. P. Farmacologia humana básica. São Caetano do Sul: Difusão, 2017.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

PERÍODO: 5º Período

DISCIPLINA: Metodologia do Trabalho Acadêmico

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Promover a iniciação à pesquisa científica. Proporcionar informações relativas à conceituação de ciência e de seus objetivos. Dar conhecimento da relação da produção científica e o contexto histórico social. Fornecer instrumental básico para a realização adequada da pesquisa bibliográfica e organização de trabalhos pautados por princípios científicos. Fornecer fundamentação teórico-científica para a realização de trabalhos acadêmicos.

VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AZEVEDO, C. B. Metodologia científica ao alcance de todos. Barueri: Manole, 2018.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. São Paulo: Pearson, 2013.

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de metodologia da pesquisa científica. São Paulo: Atlas, 2019.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2014.

POLIT, Denise F.; BECK, Cheryl Tatano. Fundamentos de pesquisa em Enfermagem: avaliação de evidências para a prática da Enfermagem. Porto Alegre: Artmed, 2019.

VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2012.

DEMO, Pedro. Praticar ciência: metodologias do conhecimento científico. São Paulo: Saraiva, 2007.

FACHIN, Odília. Fundamentos de metodologia. São Paulo: Saraiva, 2017.

LAKATOS, E. Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2021.

MARTINS, G. A.; THEOPHILO, C. R. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. São Paulo, Atlas, 2016.

MATTAR, João. Metodologia científica na era da informática. São Paulo: Saraiva, 2017.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 5º Semestre

DISCIPLINA: Políticas de Atenção à Saúde da Mulher

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3.0 hora-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas-aula

I – EMENTA

Fornece elementos para a compreensão do aluno de graduação sobre as diretrizes básicas da atenção à saúde da mulher no âmbito nacional, fundamentada na epidemiologia e nas ações de promoção e prevenção em saúde, bem como nas desigualdades de gênero, raça e etnia.

VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, Sonia Maria Oliveira. Enfermagem no ciclo gravídico-puerperal. Barueri: Manole, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2018.

FERNANDES, Rosa Aurea Quintella; NARCHI, Nádia Zanon. Enfermagem e saúde da mulher. Barueri: Manole, 2013.

SANTOS, Nívea Cristina Moreira. Enfermagem em Ginecologia e Saúde da Mulher. São Paulo: Saraiva, 2018.

SARTORI, Amanda Caroline; AMARO, Andrezza Gonçalves Vieira; CARNIER, Marcela; LOPES, Juliana Mello
Função; ALVES, Nádia Rodrigues Chagas; PORTES, Virgínia de Menezes. Cuidado integral à saúde da mulher. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEREK, J. S.; NOVAK. Tratado de ginecologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Assistência em planejamento familiar: manual técnico. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0102assistencia1.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Norma técnica: prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes. 3.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao_agravo_violencia_sexual_mulheres_3ed.pdf>. Acesso em: 25/04/2018

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd04_13.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2018.

MACIEL, Gustavo Arantes Rods; SILVA, Ismael Dale Cotrim Guerreiro da. Manual diagnóstico em saúde da mulher. Barueri: Manole, 2015.

RICCI, Susan Scott. Enfermagem materno-neonatal e saúde da mulher. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 5º período

DISCIPLINA: Prática Clínica do processo de Cuidar Saúde do Adulto

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4,5h/a

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 90h

I-EMENTA

A disciplina Prática Clínica do Processo de Cuidar na Saúde do Adulto fundamenta o processo de formação profissional

por oferecer embasamento teórico e prático para as ações do cuidar nos âmbitos da assistência ao indivíduo, enfatizando a avaliação clínica e a determinação de demandas de cuidar, produto da interação com o cliente, equipe interdisciplinar e contexto organizacional.

VII – BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS

ALMEIDA, Fabiane de Amorim; SABATÉS, Ana Llonch. Enfermagem pediátrica: a criança, o adolescente e sua família no hospital. Barueri: Manole, 2008.

ALMEIDA, Luciane Pereira de; REIS, Adriana Teixeira. Enfermagem na prática materno-neonatal. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

LARA, Sonia Regina Godinho de; CESAR, Mônica Bimbat Nogueira. Enfermagem em obstetrícia e ginecologia. Barueri: Manole, 2017.

MARTOREL, Gabriela. O desenvolvimento da criança: do nascimento à adolescência. Porto Alegre: AMGH, 2014.

PEREIRA, Renata; BUDZINSKI, Magda. Manual de enfermagem pediátrica. Santana de Parnaíba: Manole, 2021.

SARTORI, Amanda Caroline; AMARO, Andrezza Gonçalves Vieira; CARNIER, Marcela; LOPES, Juliana Mello Função; ALVES, Nádia Rodrigues Chagas; PORTES, Virgínia de Menezes. Cuidado integral à saúde da mulher. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

VIII – BIBLIOGRAFIAS COMPLEMENTARES

CAMARGOS, Gustavo Leite. LEHNEN, Alexandre Machado; CORTINAZ, Tiago. Crescimento, desenvolvimento e envelhecimento humano. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

JOHNSON, Joyce Y. Enfermagem Materna e do Recém-Nascido Desmistificada. Porto Alegre: AMGH, 2012.

MONTENEGRO, C.A.B. Rezende: Obstetrícia fundamental. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022.

MORON, Antonio Fernandes; CAMANO, Luiz; KULAY JR, Luiz. Obstetrícia. Barueri: Manole, 2011.

PAVANI, Simone Aparecida Lima. Enfermagem pediátrica e neonatal. Barueri: Manole, 2020.

SANTOS, Edemilson Pichek dos. Cuidado integral à saúde do adolescente. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

SANTOS, Nívea Cristina Moreira. Assistência de enfermagem materno-infantil. São Paulo: Iátria, 2012.

SANTOS, Nívea Cristina Moreira. Enfermagem em Ginecologia e Saúde da Mulher. São Paulo: Saraiva, 2018.

VITALLE, Maria Sylvia de Souza. Medicina do adolescente: fundamentos e práticas. Rio de Janeiro: Atheneu, 2019.

WAKSMAN, Renata Dejtiar; SCHVARTZMAN, Cláudio; TROSTER, Eduardo Juan; ABRAMOVICI, Sulim. A saúde de nossos filhos. Barueri: Manole, 2012.

ENFERMAGEM na saúde do adulto, do idoso e da mulher. São Caetano do Sul: Difusão, 2021.

NUNES, Maurício Rouvel; PAULA, Admilson Soares de; VIANA, Sueley Aragão Azevêdo; PINO, Camila. Cuidado integral à saúde do adulto II. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

PAULA, Admilson Soares de; ROCHA, Renata de Paula Faria. Cuidado integral à saúde do adulto I. Porto Alegre:

SAGAH, 2019.

BARROS, Alba Lucia Bottura Leite de. Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. Porto Alegre: Artmed, 2016.

BRAGA, Cristina; GALLEGUILLOS, Tatiana Gabriela Brassea. Saúde do adulto e do idoso. São Paulo: Érica, 2014.

BRÊTAS, Ana Cristina Passarella; GAMBA, Mônica Antar. Enfermagem e saúde do adulto. Barueri: Manole, 2006.

MATTOS, Waldo; HILBIG, Cristiane Valle; MEYER, Erika Laurini de Souza; LIMA, Mara Rúbia André Alves de; SILVA, Nilton Brandão da. Semiologia do adulto: diagnóstico clínico baseado em evidências. Rio de Janeiro: Medbook, 2017.

MORTON, Patrícia Gonçes; FONTAINE, Dorrie K. Cuidados críticos de enfermagem: uma abordagem holística. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 5º Semestre

DISCIPLINA: Propedêutica e Processo de Cuidar da Saúde da Mulher

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4,5 hora-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 90 horas-aula

I – EMENTA

A disciplina oferece embasamento teórico e prático integrativo de conteúdos anteriores visando à instrumentalização do aluno nas avaliações clínicas, biológicas e psicossocial da mulher, da gestante e o do recém-nascido, fornecendo elementos para o desenvolvimento de ações e reflexões do cuidado de Enfermagem.

VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABDORAL, Patrick Roberto Gomes; RODRIGUES, Larissa Siqueira. Saúde da mulher e do idoso: uma abordagem teórica e prática. Nelém: Neurus, 2021.

ALMEIDA, Luciane Pereira de; REIS, Adriana Teixeira. Enfermagem na prática materno-neonatal. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

BARROS, Sonia Maria Oliveira. Enfermagem no ciclo gravídico-puerperal. Barueri: Manole, 2009.

ENFERMAGEM na saúde do adulto, do idoso e da mulher. São Caetano do Sul: Difusão, 2021.

FERNANDES, Rosa Aurea Quintella; NARCHI, Nádia Zanon. Enfermagem e saúde da mulher. Barueri: Manole, 2013.

JOHNSON, Joyce Y. Enfermagem Materna e do Recém-Nascido Desmistificada. Porto Alegre: AMGH, 2012.

LARA, Sonia Regina Godinho de; CESAR, Mônica Bimbati Nogueira. Enfermagem em obstetrícia e ginecologia. Barueri:

Manole, 2017.

MACIEL, Gustavo Arantes Rods; SILVA, Ismael Dale Cotrim Guerreiro da. Manual diagnóstico em saúde da mulher. Barueri: Manole, 2015.

SANTOS, Nívea Cristina Moreira. Assistência de enfermagem materno-infantil. São Paulo: Iátria, 2012.

SANTOS, Nívea Cristina Moreira. Enfermagem em Ginecologia e Saúde da Mulher. São Paulo: Saraiva, 2018.

SARTORI, Amanda Caroline; AMARO, Andreza Gonçalves Vieira; CARNIER, Marcela; LOPES, Juliana Mello Função; ALVES, Nádia Rodrigues Chagas; PORTES, Virgínia de Menezes. Cuidado integral à saúde da mulher. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Controle dos cânceres do colo do útero e da mama. 2.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/controle_canceres_colo_uterio_2013.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2018

CARVALHO, Marcus Renato de; GOMES, Cristiane F. Amamentação: bases científicas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

COSTA, Adriana Carneiro; COSTA, Eliane dos Santos; SILVA, Luzinete Abreu da. Papel do enfermeiro frente à violência contra a mulher. Belém: Neurus, 2021.

MONTENEGRO, C.A.B. Rezende: Obstetrícia fundamental. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022.

MORON, Antonio Fernandes; CAMANO, Luiz; KULAY JR, Luiz. Obstetrícia. Barueri: Manole, 2011.

RICCI, Susan Scott. Enfermagem materno-neonatal e saúde da mulher. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

SANTIAGO, Luciano Borges (coord.). Manual de aleitamento materno. Barueri: Manole, 2013.

ZUGAIB, Marcelo. Obstetrícia. Barueri: Manole, 2019.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 5º semestre

DISCIPLINA: Atividades Práticas Supervisionadas

CARGA HORÁRIASEMESTRAL: 100 horas

I - EMENTA

As Atividades Práticas Supervisionadas (APS) são compostas por relatórios em formato acadêmico resultantes do desenvolvimento, a cada semestre, do Projeto Multidisciplinar do curso.

VII - BIBLIOGRAFIA BÁSICA

As obras referenciadas no semestre correspondente.

VIII - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

As obras referenciadas no semestre correspondente.

6º SEMESTRE

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 6º Semestre

DISCIPLINA: ATENÇÃO À SAÚDE DA PESSOA/FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE RISCO

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4,5h/a

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 90h

I-EMENTA

A disciplina Atenção à Saúde da Pessoa/Família em Situação de Risco tem a proposta de capacitar o aluno para assistência ao paciente grave nos diferentes setores onde esses estão internados, fazendo-o compreender a complexidade do atendimento a essas pessoas e a necessidade do aperfeiçoamento técnico científico para a obtenção de uma assistência qualificada.

VII- BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGNOLO, Cátia Millene Dell; RADOVANOVIC, Cremilde Aparecida Trindade; SALCI, Maria Aparecida; SILVA, Sandra Regina Bin; HOSHINO, Silvana Andréa Souza; ESTEVES, Larissa Sapucaia Ferreira; SILVA, Ana Maria; TOLEDO, Beatriz Dória de. Enfermagem em unidade de terapia intensiva. São Caetano do Sul: Difusão, 2021.

CHULAY, Marianne; BURNS, Suzanne M. Fundamentos de Enfermagem em cuidados críticos da AACN. Porto Alegre: Artmed, 2012.

CHULAY, Marianne; BURNS, Suzanne M. Manual de elementos essenciais de Enfermagem em cuidados críticos da AACN. Porto Alegre: Artmed, 2012.

MORTON, Patrícia Gonce; FONTAINE, Dorrie K. Cuidados críticos de enfermagem: uma abordagem holística. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

PADILHA, Katia Grillo; VATTIMO, Maria de Fátima Fernandes; SILVA, Sandra Cristine da; KIMURA, Maiko. Enfermagem em UTI: cuidando do paciente crítico. Barueri: Manole, 2010.

VIANA, Renata Andrpea Pietro Pereira; TORRE, Mariana. Enfermagem em terapia intensiva: práticas integrativas. Barueri: Manole, 2017.

VIII- BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Carlos Roberto Ribeiro de; FERREIRA, Juliana Carvalho; COSTA, Eduardo Leite Vieira. Ventilação mecânica. Rio de Janeiro: Atheneu, 2015.

KNOBEL, E. Condutas no paciente grave. São Paulo: Atheneu, 2016.

MACEDO, Rita de Cássia Ribeiro; BALSANELLI, Alexandre Pazetto; FRANCO, Flavia Fernanda; SANT'ANA, Edson Américo. Enfermagem em cardiologia: procedimentos em unidade semi-intensiva. Barueri: Manole, 2012.

PEDREIRA, Larissa Chaves; PRASERES, Beatriz Mergulhão Ribeiro. Cuidados críticos em enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

SANTOS, O. F.; MONTE, J. M.; ASSUNÇÃO, M. S. C. Terapia intensiva: uma abordagem baseada em casos clínicos. Barueri: Manole, 2011.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 6º semestre

DISCIPLINA: Estudos Disciplinares

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 40 horas

I – EMENTA

Os Estudos Disciplinares (ED) complementam a formação disponibilizada em sala de aula, por meio de exercícios. Os exercícios visam o aprofundamento dos conteúdos das disciplinas ministradas ao longo de cada semestre letivo. Seu escopo é estimular o aluno a adquirir maior conhecimento em sua área de atuação.

VI – BIBLIOGRAFIA

A bibliografia indicada para a realização dos Estudos Disciplinares corresponde à bibliografia do Plano de Ensino da disciplina do semestre.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 6º Semestre

DISCIPLINA: Enfermagem Interdisciplinar

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Trabalhar de forma articulada as disciplinas do curso de Enfermagem, capacitando o aluno a avaliar as situações sob múltiplos enfoques possibilitados pela interação entre as disciplinas e desta forma, construir sistemas conceituais interligados e aptos ao desenvolvimento de respostas eficazes, integrando, a partir de então, os conteúdos relativos às particularidades do cuidar e da administração da assistência.

A bibliografia da disciplina é composta por todas as bibliografias das disciplinas do curso.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 6º Semestre

DISCIPLINA: Métodos de Pesquisa

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 Horas-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 Horas-aula

I - EMENTA

Iniciar o aluno no trabalho intelectual alicerçado na busca do conhecimento por meio da aplicação da metodologia científica. Capacitar o aluno a utilizar os instrumentos necessários à busca de informação, mostrar os tipos de pesquisa

científica, apresentar os instrumentos para coleta de dados e propiciar as bases necessárias para a compreensão dos fundamentos da metodologia científica.

VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Bookman, 2021.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Métodos e técnicas de pesquisa. São Paulo: Saraiva, 2012.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2014.

POLIT, Denise F.; BECK, Cheryl Tatano. Fundamentos de pesquisa em Enfermagem: avaliação de evidências para a prática da Enfermagem. Porto Alegre: Artmed, 2019.

WALLIMAN, Nicholas. Métodos de pesquisa. São Paulo: Saraiva, 2015.

VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2012.

AZEVEDO, C. B. Metodologia científica ao alcance de todos. Barueri: Manole, 2018.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. São Paulo: Pearson, 2013.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2022.

LAKATOS, E. Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2021.

MARTINS, G. A.; THEOPHILO, C. R. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. São Paulo, Atlas, 2016.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 6º Semestre

DISCIPLINA: Políticas de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 Horas-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 Horas-aula

I – EMENTA

A disciplina de Políticas de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente estuda e discute os programas nacionais do Ministério da Saúde voltados para a assistência a criança e ao adolescente, além das leis nacionais que os protegem enquanto indivíduos.

VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Fabiane de Amorim; SABATÉS, Ana Llonch. Enfermagem pediátrica: a criança, o adolescente e sua família no hospital. Barueri: Manole, 2008.

BOWDEN, Vicky R.; GREENBERG, Cindy Smith. Procedimentos de enfermagem pediátrica. Rio de Janeiro: Guanabara

Koogan, 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Diretrizes Nacionais para a Intenção integral à saúde da criança e do adolescente. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2018.

VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Disponível em: <<https://aps.saude.gov.br/>>. Acesso em 03/03/2022.

Cadernos de Atenção Básica. Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar. Disponível em: <<http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/cab33>>. Acesso em 03/03/2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_crescimento_desenvolvimento.pdf>. Acesso em 29 ago. 2018

PAPALIA, D. E; FELDMAN, R. D.; MARTORELL, G. Desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artmed, 2022.

REGO, José Dias. Aleitamento Materno. São Paulo: Atheneu, 2015.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 6º Semestre

DISCIPLINA: Prática Clínica do Processo de Cuidar na Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente.

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4,5 Horas-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 90 Horas-aula

I – EMENTA

A disciplina Prática Clínica do Processo de Cuidar na Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente fundamenta o processo de formação profissional por oferecer embasamento prático para a implementação dos cuidados de enfermagem na assistência a mulher e ao recém-nascido, a criança, ao adolescente e sua família nos diversos contextos de atuação do enfermeiro.

VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Fabiane de Amorim; SABATÉS, Ana Llonch. Enfermagem pediátrica: a criança, o adolescente e sua família no hospital. Barueri: Manole, 2008.

ALMEIDA, Luciane Pereira de; REIS, Adriana Teixeira. Enfermagem na prática materno-neonatal. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

LARA, Sonia Regina Godinho de; CESAR, Mônica Bimbatí Nogueira. Enfermagem em obstetrícia e ginecologia. Barueri: Manole, 2017.

MARTOREL, Gabriela. O desenvolvimento da criança: do nascimento à adolescência. Porto Alegre: AMGH, 2014.

PEREIRA, Renata; BUDZINSKI, Magda. Manual de enfermagem pediátrica. Santana de Parnaíba: Manole, 2021.

SARTORI, Amanda Caroline; AMARO, Andrezza Gonçalves Vieira; CARNIER, Marcela; LOPES, Juliana Mello Função; ALVES, Nádia Rodrigues Chagas; PORTES, Virgínia de Menezes. Cuidado integral à saúde da mulher. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMARGOS, Gustavo Leite. LEHNEN, Alexandre Machado; CORTINAZ, Tiago. Crescimento, desenvolvimento e envelhecimento humano. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

JOHNSON, Joyce Y. Enfermagem Materna e do Recém-Nascido Desmistificada. Porto Alegre: AMGH, 2012.

MONTENEGRO, C.A.B. Rezende: Obstetrícia fundamental. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022.

MORON, Antonio Fernandes; CAMANO, Luiz; KULAY JR, Luiz. Obstetrícia. Barueri: Manole, 2011.

PAVANI, Simone Aparecida Lima. Enfermagem pediátrica e neonatal. Barueri: Manole, 2020.

SANTOS, Edemilson Pichek dos. Cuidado integral à saúde do adolescente. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

SANTOS, Nívea Cristina Moreira. Assistência de enfermagem materno-infantil. São Paulo: Iátria, 2012.

SANTOS, Nívea Cristina Moreira. Enfermagem em Ginecologia e Saúde da Mulher. São Paulo: Saraiva, 2018.

VITALLE, Maria Sylvia de Souza. Medicina do adolescente: fundamentos e práticas. Rio de Janeiro: Atheneu, 2019.

WAKSMAN, Renata Dejtiar; SCHVARTZMAN, Cláudio; TROSTER, Eduardo Juan; ABRAMOVICI, Sulim. A saúde de nossos filhos. Barueri: Manole, 2012.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 6º Semestre

DISCIPLINA: Propedêutica e Processo de Cuidar na Saúde da Criança e Adolescente

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4,5 Horas-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 90 Horas-aula

I – EMENTA

A disciplina oferece embasamento teórico e prático para a avaliação clínica da criança e do adolescente, destacando as especificidades de cada faixa etária.

VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOWDEN, Vicky R.; GREENBERG, Cindy Smith. Procedimentos de enfermagem pediátrica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

MARTOREL, Gabriela. O desenvolvimento da criança: do nascimento à adolescência. Porto Alegre: AMGH, 2014.

PEREIRA, Renata; BUDZINSKI, Magda. Manual de enfermagem pediátrica. Santana de Parnaíba: Manole, 2021.

SANTOS, Edemilson Pichek dos. Cuidado integral à saúde do adolescente. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

SILVA, Marta Marina Teixeira da; FRANZONI, Angélica aparecida; NUNES, Tatiana Kato Rosângela Maria Venuto; TOMA, Edi. Cuidados de enfermagem em especialidades pediátricas. São Paulo: Atheneu, 2012.

SOUZA, Aspásia Basile Gesteira. Manual prático de enfermagem pediátrica. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.

VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Fabiane de Amorim; SABATÉS, Ana Llonch. Enfermagem pediátrica: a criança, o adolescente e sua família no hospital. Barueri: Manole, 2008.

CAMARGOS, Gustavo Leite. LEHNEN, Alexandre Machado; CORTINAZ, Tiago. Crescimento, desenvolvimento e envelhecimento humano. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

DOENGES, Marilynn E.; MOORHOUSE, Mary Frances; MURR, Alice C. Diagnósticos de enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

KYLE, Terri. Enfermagem pediátrica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

LA FALCE, Thiago Souza; SARAIVA, Marcos Daniel; PAGANINI, Camila Bianca Lecciolle; PINHEIRO, Karina Moraes Kisa; FERREIRA, Aleksandro Belo; MINANNI, Carlos André. Propedêutica médica: da criança ao idoso. São Paulo: Atheneu, 2015.

MORAIS, Mauro Batista de; CAMPOS, Sandra de Oliveira; HILÁRIO, Maria Odete Esteves. Pediatria: diagnóstico e tratamento. Barueri: Manole, 2013.

PAVANI, Simone Aparecida Lima. Enfermagem pediátrica e neonatal. Barueri: Manole, 2020.

SILVA, Eneida Rejane Rabelo da; LUCENA, Amália de Fátima. Diagnósticos de Enfermagem com base em sinais e

sintomas. Porto Alegre: Artmed, 2011.

VITALLE, Maria Sylvia de Souza. Medicina do adolescente: fundamentos e práticas. Rio de Janeiro: Atheneu, 2019.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 6º semestre

DISCIPLINA: Atividades Práticas Supervisionadas

CARGA HORÁRIASEMESTRAL: 100 horas

I - EMENTA

As Atividades Práticas Supervisionadas (APS) são compostas por relatórios em formato acadêmico resultantes do desenvolvimento, a cada semestre, do Projeto Multidisciplinar do curso.

VII - BIBLIOGRAFIA BÁSICA

As obras referenciadas no semestre correspondente.

VIII - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

As obras referenciadas no semestre correspondente.

7º SEMESTRE

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 7º Semestre

DISCIPLINA: Auditoria Gestão de qualidade em instituições de saúde

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas-aula

I – EMENTA

Esta disciplina capacita e prepara futuros profissionais para atuação em posições-chave na gestão de planos de saúde, exercendo visão estratégica e ampla do contexto saúde e práticas comerciais em vistas ao desenvolvimento das políticas públicas e suplementar contemporânea. Permite ao aluno identificar e discutir acerca das tendências da aplicação de métodos avaliativos nos serviços de saúde e a sua relação com os processos de trabalho da enfermagem.

VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BURMESTER, Haino. Gestão da qualidade hospitalar. São Paulo: Saraiva, 2013.

POSSOLLI, Gabriela Eyng. Acreditação hospitalar: gestão da qualidade, mudança organizacional e educação permanente. Curitiba: InterSaberes, 2017.

SOUZA, Eduardo Neves da Cruz; ELIAS, Elayne Arantes; BECKER, Bruna; MOURA, Leila Patrícia de. Gestão da qualidade em serviços de saúde. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

VII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Segurança do paciente: programa nacional de segurança do paciente: estado da arte e perspectivas. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em:

<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html>. Acesso em: 26 abr. 2018.

COSTA, Helena Junior. Qualidade e segurança em saúde: os caminhos da melhoria via Acreditação Internacional. São Paulo: Doc Content, 2015.

JULIÃO, Gésica Graziela. Gestão de serviços de saúde. Porto Alegre: SAGAH, 2020.

MELLO, C. H. P. ISO 9001: 2008: sistema de gestão da qualidade para operações de produção e serviços. São Paulo: Atlas, 2012.

SELEME, Robson. Controle da qualidade: as ferramentas essenciais. Curitiba: Intersaberes, 2012.

PLANO DE ENSINO**CURSO:** Enfermagem**SÉRIE:** 7º Semestre**DISCIPLINA:** Estágio Curricular**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** 24 horas/aula**CARGA HORÁRIA SEMESTRAL:** 480 horas/aula**I – EMENTA**

O Estágio possibilita ao aluno a criação, desenvolvimento e aplicação de propostas de trabalho em Enfermagem, num processo dinâmico de interação entre os conteúdos teóricos e práticos vivenciados ao longo dos semestres letivos.

VII – BIBLIOGRAFIA

Todas as referências bibliográficas contidas nas disciplinas que integram a matriz Curricular.

Periódicos da área de saúde.

PLANO DE ENSINO**CURSO:** Enfermagem**SÉRIE:** 7º semestre**DISCIPLINA:** Estudos Disciplinares**CARGA HORÁRIA SEMESTRAL:** 50 horas**I – EMENTA**

Os Estudos Disciplinares (ED) complementam a formação disponibilizada em sala de aula, por meio de exercícios. Os exercícios visam o aprofundamento dos conteúdos das disciplinas ministradas ao longo de cada semestre letivo. Seu escopo é estimular o aluno a adquirir maior conhecimento em sua área de atuação.

VI I– BIBLIOGRAFIA

A bibliografia indicada para a realização dos Estudos Disciplinares corresponde à bibliografia do Plano de Ensino da disciplina do semestre.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 7º Semestre

DISCIPLINA: Enfermagem Integrada

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5h/a

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30horas/aula

I – EMENTA

Trabalha de forma integrada as disciplinas do curso de Enfermagem, capacita o aluno a desenvolver respostas eficazes aos problemas apresentados pela população. Integrando, a partir de então, os conteúdos relativos às particularidades do cuidar e da sistematização da assistência de Enfermagem.

A bibliografia da disciplina é composta por todas as bibliografias das disciplinas do curso.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 7º Semestre

DISCIPLINA: Prática Gerencial em Saúde Coletiva

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 Horas-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 Horas-aula

I - EMENTA

Trabalha de forma integrada as disciplinas do curso de Enfermagem, capacita o aluno na construção de sistemas conceituais interligados e aptos ao desenvolvimento de respostas eficazes, integrando, a partir de então, estudos das dimensões epistemológicas e metodológicas das práticas em Enfermagem e Saúde; práticas de enfermagem em saúde coletiva e práticas em saúde e enfermagem em interfaces com a pesquisa.

VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Barueri: Manole, 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. Recursos humanos: o capital humano das organizações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

TEMAS e estratégias para liderança em Enfermagem. Porto Alegre: Artmed, 2008

VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, L.C.G.D.; GARCIA, A.A. Gestão de Pessoas: estratégias e integração organizacional. Porto Alegre: GEN, 2014.

DUTRA, J. S. Gestão de Pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas. Porto Alegre: GEN, 2016.

FERNANDES, Rosa Aurea Quintella; NARCHI, Nádia Zanon. Enfermagem e saúde da mulher. Barueri: Manole, 2013.

KUAZAQUI, Edmir. Administração por competências. São Paulo: Almedina, 2020.

SOUZA, Eduardo Neves da Cruz; ELIAS, Elayne Arantes; BECKER, Bruna; MOURA, Leila Patrícia de. Gestão da qualidade em serviços de saúde. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 7º Semestre

DISCIPLINA: Projeto Técnico Científico interdisciplinar

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas-aula

I – EMENTA

Fornece instrumentos ao graduando para a realização do Anteprojeto de Pesquisa, com procedimentos teórico-metodológicos para desenvolvimento do trabalho científico aplicado à Enfermagem.

VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERRAREZI JR, Celso. Guia do trabalho científico: do projeto à redação final. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2014.

POLIT, Denise F.; BECK, Cheryl Tatano. Fundamentos de pesquisa em Enfermagem: avaliação de evidências para a prática da Enfermagem. Porto Alegre: Artmed, 2019.

VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, Claudio de Moura. A prática da pesquisa. São Paulo: Pearson, 2014.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. São Paulo: Pearson, 2013.

COSTA, Marco Antônio F. da; COSTA, Maria de Fátima Baroozo da. Projeto de pesquisa. São Paulo: Vozes, 2015.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2022.

LAKATOS, E. Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2021.

PEROVANO, Dalton Gean. Manual de metodologia da pesquisa científica. Curitiba: InterSaberes, 2016.

WALLIMAN, Nicholas. Métodos de pesquisa. São Paulo: Saraiva, 2015.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 7º semestre

DISCIPLINA: Atividades Práticas Supervisionadas

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 100 horas

I – EMENTA

A disciplina busca desenvolver a coordenação das ações do cuidar nos âmbitos da assistência comunitária (promoção e

prevenção) e nos desvios da saúde do indivíduo, enfatizando a avaliação clínica e a determinação de demandas de cuidar, produto da interação com o cliente, equipe interdisciplinar e contexto organizacional.

VII – BIBLIOGRAFIA

Todas as referências bibliográficas contidas nas disciplinas que integram a matriz Curricular.

Periódicos da área de saúde.

8º SEMESTRE

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 8º Semestre

DISCIPLINA: Estudos Disciplinares

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 50 horas

I – EMENTA

Os Estudos Disciplinares (ED) complementam a formação disponibilizada em sala de aula, por meio de exercícios. Os exercícios visam o aprofundamento dos conteúdos das disciplinas ministradas ao longo de cada semestre letivo. Seu escopo é estimular o aluno a adquirir maior conhecimento em sua área de atuação.

VI – BIBLIOGRAFIA

A bibliografia indicada para a realização dos Estudos Disciplinares corresponde à bibliografia do Plano de Ensino da disciplina do semestre.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 8º Semestre

DISCIPLINA: Estágio Curricular

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 24 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 480 horas/aula

I – EMENTA

O Estágio possibilita ao aluno a criação, desenvolvimento e aplicação de propostas de trabalho em Enfermagem, num processo dinâmico de interação entre os conteúdos teóricos e práticos vivenciados ao longo dos semestres letivos.

VII – BIBLIOGRAFIA

Todas as referências bibliográficas contidas nas disciplinas que integram a matriz Curricular.

Periódicos da área de saúde.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 8º Semestre

DISCIPLINA: Prática Gerencial em Saúde Hospitalar

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3,0h/a

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60h

I-EMENTA

A disciplina oferece subsídios para que o aluno identifique o gerenciamento da enfermagem da assistência e gerenciamento de recursos humanos e traz as discussões acerca da gestão por competências e reflexão sobre a Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no Sistema Único de Saúde (SUS).

VII- BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIAVENATO, Idalberto. Administração nos novos tempos. Rio de Janeiro: Campus, 2020.

GRAMIGNA, Maria Rita Miranda. Modelos de competência e gestão de talentos. São Paulo: Pearson, 2012.

JULIÃO, Gésica Graziela. Gestão de serviços de saúde. Porto Alegre: SAGAH, 2020.

KUAZAQUI, Edmir. Administração por competências. São Paulo: Almedina, 2020.

TEMAS e estratégias para liderança em Enfermagem. Porto Alegre: Artmed, 2008

VIII - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS: participa SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em:
<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_estrategica_participasus_2ed.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2018.

FLEURY, Maria Tereza Leme; OLIVEIRA JR., Moacir de Miranda. Gestão estratégica do conhecimento: integrando aprendizagem, conhecimento e competências. São Paulo: Atlas, 2012.

GONÇALVES, Ernesto Lima. Gestão hospitalar: administrando o hospital moderno. São Paulo: Saraiva, 2002.

MALAGÓN-LONDOÑO, Gustavo; LAVERDE, Gabriel Pontón; LONDOÑO, Jairo Reynales. Gestão hospitalar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

OLIVEIRA, Simone Mahado Kühn de; BECKER, Bruna. Gestão em enfermagem na atenção básica. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

SANTOS, Álvaro da Silva; MIRANDA, Sônia Maria Rezende C. de. A enfermagem na gestão em atenção primária à saúde. Barueri: Manole, 2007.

SANTOS, Jackeline Cristiane. Administração em enfermagem: como lidar com dificuldades no exercício gerencial. São Paulo: Difusão, 2018.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 8º Semestre

DISCIPLINA: Produção Técnico-Científica Interdisciplinar (8p)

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas-aula

I – EMENTA

Fornecer instrumentos ao graduando para a realização do Anteprojeto de Pesquisa, com procedimentos teórico-metodológicos para desenvolvimento do trabalho científico aplicado à Enfermagem.

VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, Claudio de Moura. A prática da pesquisa. São Paulo: Pearson, 2014.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2014.

POLIT, Denise F.; BECK, Cheryl Tatano. Fundamentos de pesquisa em Enfermagem: avaliação de evidências para a prática da Enfermagem. Porto Alegre: Artmed, 2019.

VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. São Paulo: Pearson, 2013.

COSTA, Marco Antônio F. da; COSTA, Maria de Fátima Baroozo da. Projeto de pesquisa. São Paulo: Vozes, 2015.

CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. São Paulo: Penso, 2014.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Bookman, 2021.

LAKATOS, E. Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2021.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 8º Semestre

DISCIPLINA: Tópicos de Atuação Profissional - Enfermagem

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas-aula

I – EMENTA

Leitura, interpretação e conhecimento de temas vinculados ao conhecimento geral e contemporâneo do egresso.

VII- BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANGO, Hector Gustavo. Bioestatística: teórica e computacional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

MOYSÉS, Carlos Alberto. Língua Portuguesa: atividades de leitura e produção de texto: atividades de leitura e produção de texto. São Paulo: Saraiva, 2016.

WERNEK SANTOS, L. Análise e produção de textos. São Paulo: Contexto 2012.

VIII - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. São Paulo: LTC, 2013.

GLANTZ, Stanton A. Princípios de Bioestatística. Porto Alegre: AMGH, 2014.

MACHADO, Nilson José; CUNHA, Marisa Ortegoza. Lógica e linguagem cotidiana: verdade, coerência, comunicação, argumentação. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MASIP, Vicente. Fundamentos Lógicos da interpretação de textos e da argumentação. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

MASIP, Vicente. Interpretação de textos: curso integrado de lógica e linguística. São Paulo: E.P.U., 2021.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 8º Semestre

DISCIPLINA: Atividades Complementares

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 100 horas

I – EMENTA

As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Produções bibliográficas, visitas a centros culturais, visitas técnicas, palestras, simpósios, cursos e seminários, leituras, participação em projetos sociais e frequência a peças teatrais e mostras cinematográficas, fazem parte das Atividades Complementares.

VII – BIBLIOGRAFIA

Todas as bibliografias que compõem as disciplinas do semestre.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Enfermagem

SÉRIE: 8º Semestre

DISCIPLINA: Atividades Práticas Supervisionadas

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 100 horas

I – EMENTA

A disciplina busca desenvolver a coordenação das ações do cuidar nos âmbitos da assistência comunitária (promoção e prevenção) e nos desvios da saúde do indivíduo, enfatizando a avaliação clínica e a determinação de demandas de cuidar, produto da interação com o cliente, equipe interdisciplinar e contexto organizacional.

VII – BIBLIOGRAFIA

Todas as referências bibliográficas contidas nas disciplinas que integram a matriz Curricular.

Periódicos da área de saúde.

Anexo II

REGULAMENTO DE ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS

Capítulo I DA LEGISLAÇÃO

Art. 1º. O presente Regulamento normatiza a execução das Atividades Práticas Supervisionadas da IES, obedecendo ao disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Parecer CNE/CES nº 571, de 04 de abril de 2001, no Parecer CNE/CES nº 261, de 09 de novembro de 2006, e na Resolução CNE/CES nº 3, de 02 de julho de 2007.

Capítulo II DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º. As Atividades Práticas Supervisionadas (APS) são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes e realizadas pelos discentes.

§ Único – As APS são previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Art. 3º. As APS constituem parte da carga horária das disciplinas às quais se vinculam.

Art. 4º. Para efeitos deste Regulamento, as Atividades Práticas Supervisionadas (APS) constarão de atividades de Biblioteca (frequência e utilização), atividades relacionadas aos laboratórios (relatórios de experiências e outras), trabalhos individuais ou em grupo determinados pelo professor, trabalhos de iniciação científica, resolução de exercícios do Portal ou de listas, programadas para serem supervisionadas pelos professores em suas aulas.

§1º Para os cursos de licenciatura, acrescentam-se a essas atividades os seminários de práticas e outras atividades inerentes às licenciaturas.

§2º – As APS são detalhadas nos Planos de Ensino das disciplinas às quais se vinculam e aprovadas pela Coordenação de Curso, a quem compete acompanhar o seu desenvolvimento.

§3º – As APS são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes, não cabendo o seu aproveitamento como Atividades Complementares.

§4º – As APS são registradas em formulário próprio, obedecendo as instruções e procedimentos específicos definidos pela Coordenação de Curso.

CAPÍTULO III DA SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art. 5º. Cabe aos docentes responsáveis pelas APS supervisionar e avaliar o desempenho dos alunos.

Art. 6º. Em cada semestre, o aluno deverá cumprir a quantidade de horas de APS definida para seu curso.

§1º A comprovação da realização das APS, em cada semestre, será feita mediante a entrega do trabalho acompanhado da Ficha de Supervisão da APS.

§2º Será atribuído um conceito semestral (Aprovado ou Reprovado) às APS.

Capítulo IV **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 7º. As APS não podem ser utilizadas para reposição de aulas presenciais não ministradas pelos docentes.

Art. 8º. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação, em conjunto com a Direção a qual se subordina o Curso, ouvidas as partes interessadas.

Art. 9º. O presente Regulamento entra em vigor, após a sua aprovação pelos órgãos colegiados superiores da IES.

Anexo III

REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR DO CURSO DE ENFERMAGEM

ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

REGULAMENTO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

O Regulamento obedece aos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem (Resolução CNE/CES nº 3/2001, com base na Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e ao Regimento Geral da Faculdade de Ensino de Minas Gerais.

ARTIGO 1º - O Estágio obrigatório no Curso de Enfermagem da FCEMG é obrigatório e ditado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem, e está de acordo com a Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, configurada a partir da inserção do estudante nos espaço social e/ou acadêmico, que interliga a **Faculdade de Ensino de Minas Gerais** nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as necessidades da comunidade acadêmica e com as demandas da sociedade civil.

Parágrafo Único:

O Estágio não obrigatório pode ser desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular, seguindo a Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, e seguindo a regulamentação institucional sobre a supervisão de estágios não-obrigatórios.

I- DA EXIGÊNCIA DOS ESTÁGIOS

ARTIGO 2º - O estágio constitui uma estratégia de pré-profissionalização que visa articular a teoria à prática, além de encorajar o aproveitamento do aprendizado e facilitar o desenvolvimento de diferentes competências. Para cursar o estágio obrigatório, o aluno deverá ter sido aprovados em todos os conteúdos curriculares que o antecedem.

II- DOS OBJETIVOS GERAIS

ARTIGO 3º - **Tem por objetivo, servir de meio estimulador à aplicação nos campos práticos dos conceitos, princípios e postulados teóricos da área, que fundamentam as ações no âmbito da atuação profissional.**

III- DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

ARTIGO 4º - Facilitar a capacitação do discente, quanto ao exercício de atividades, pautado em princípios éticos e legais, procurando direcionar a sua atuação em benefício da sociedade.

ARTIGO 5º - Promover ao discente em formação, a capacidade de traduzir para o campo operativo os conhecimentos que a Instituição produz tendo como norte a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

ARTIGO 6º - Dar condições ao estudante de desenvolver a capacidade intelectual e profissional de forma autônoma e permanente.

IV- DA INTEGRALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA TOTAL

ARTIGO 7º - O Estágio obrigatório consta do acompanhamento de atividades de prática profissional exercidas em situações reais de trabalho.

ARTIGO 8º - Os Estágios devem contemplar 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, a serem cumpridos no período das 7:00 às 19:00 horas.

V- DA COMISSÃO (COLEGIADO) DE ESTÁGIO

ARTIGO 9º - Os Estágios serão controlados pela Comissão de Estágio constituída pelo Coordenador do Curso e pelos Docentes Supervisores de Estágios.

Parágrafo Único: O acadêmico terá um representante junto a Comissão de Estágio.

ARTIGO 10º - Para exercer esta atividade, o Docente Supervisor de Estágio necessita, deve estar em pleno gozo de seus direitos profissionais, indicado pelo Coordenador, e para tanto deverá adotar a seguinte conduta:

I- O Docente Supervisor de Estágio deverá, ao início de cada período letivo, informar aos estudantes sobre todos os procedimentos relacionados ao cumprimento do estágio, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Comissão de Estágio, além de esclarecer as ocasionais dúvidas.

II- Caberá ao Docente Supervisor de Estágio acompanhar as atividades de estágio dos estudantes por meio de encontros, esclarecer as dúvidas e encaminhar os problemas, quando não resolvidos, aos representantes da Comissão de Estágio.

III- O Docente Supervisor de Estágio, a qualquer tempo, poderá confirmar a veracidade das informações fornecidas pelo estudante. Caso as informações não sejam verídicas a Comissão de Estágio adotará as devidas providências.

ARTIGO 11º - Caberá ao Coordenador providenciar junto a Instituição concedente de Estágios e junto a Diretoria da FACEMG toda a documentação para celebração do Estágio.

Parágrafo Único: O seguro contra acidentes pessoais e profissionais, em favor do estagiário, é fornecido pela **Faculdade de Ensino de Minas Gerais** por meio da Entidade mantenedora.

ARTIGO 12º - O Estágio deverá ser planejado, executado, acompanhado e validado em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso.

ARTIGO 13º - A Comissão de Estágio poderá ser convocada por qualquer representante de Órgãos Superiores.

VI- DO CORPO DISCENTE

ARTIGO 14º - Os estudantes de graduação, regularmente matriculados, deverão obrigatoriamente iniciar as atividades de Estágio de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.

ARTIGO 15º - São Direitos dos estudantes;

- Ter um representante na Comissão de Estágios;
- Propor, por intermédio do seu representante, atividades de Estágios ligadas aos interesses da vida acadêmica.
- Ter acesso a locais de estágio que possibilitem o alcance dos objetivos propostos para esta atividade.

ARTIGO 16º - São Deveres dos estudantes;

- Cumprir todas as atividades exigidas pelo curso;
- Apresentar-se pontualmente às atividades acadêmicas de estágios indicadas;
- Cumprir os prazos previstos para a atividade de estágio selecionada;
- Cooperar ativamente para a manutenção da ordem disciplinar da **Faculdade de Ensino de Minas Gerais**;
- Abster-se de toda manifestação, propaganda ou prática que importe em desrespeito à Lei, às Instituições e às Autoridades;
- Manter conduta condizente com o padrão moral e cultural necessário ao acadêmico;
- Efetuar pontualmente as exigências administrativas, estando impedido de participar ou praticar qualquer atividade curricular ou acadêmica, quando não observar os prazos fixados pela Administração e Finanças da **Faculdade de Ensino de Minas Gerais**, observada a legislação vigente.

VII – DO CAMPO DE ESTÁGIO

ARTIGO 17º - Compete ao Coordenador de Curso aprovar os campos de Estágio dentre as seguintes opções:

- 1- Na comunidade;
- 2- Nos órgãos públicos dos municípios, do Estado e da União, assim como em empresas privadas;
- 3- Em Instituições Filantrópicas e de Assistência Social Hospitalar;
- 4- Em Instituições Educacionais, dentre elas na própria **Faculdade de Ensino de Minas Gerais**;
- 5- Em Fundações em Geral;
- 6- Em Organizações não Governamentais;
- 7- Em Ações Comunitárias.

Parágrafo Único: Parte dos estágios, durante o 7º e 8º semestres, devem ser realizada na Clínica de Enfermagem da **Faculdade de Ensino de Minas Gerais**.

VIII- DA DOCUMENTAÇÃO BÁSICA

Parágrafo Único: Em todos os campos de estágio é obrigatória a apresentação do Acordo de Cooperação e Termo de Compromisso, que devem ser intermediado pelo Coordenador e pelo Setor de Estágio da **Faculdade de Ensino de Minas Gerais**.

IX - DA AVALIAÇÃO

ARTIGO 18º - As atividades de Estágio serão validadas pelos Docentes Supervisores de Estágio e pelo Coordenador por meio de toda documentação solicitada.

ARTIGO 19º - Os estudantes amparados por leis específicas, assim como as gestantes e os portadores de afecções indicadas em legislação especial, terão as atividades de Estágio disciplinadas de acordo com a legislação vigente.

ARTIGO 20º - O estudante só estará aprovado ao final do curso desde que cumpra integralmente as atividades teórico-práticas de Estágio Obrigatório.

ARTIGO 21º - As atividades de Estágio executadas serão aprovadas, ou não, após o depósito dos documentos e análise detalhada dos Docentes Supervisores e Coordenador do Curso.

ARTIGO 22º - O não cumprimento das Normas estabelecidas por este Regulamento implicará na reprovação do estudante, impedindo o mesmo de colar grau, cumprindo dependência.

X – ANEXOS DE ESTÁGIO

ARTIGO 23º - Durante o estágio todas as ações devem ser documentadas pelos discente e supervisionadas e validadas pelos enfermeiros supervisores, docente supervisor e coordenador de curso, em impressos próprios (INSTRUMENTOS DE REGISTROS DE ESTÁGIO).

ARTIGO 24º – Os Instrumentos de Registros de Estagio devem ser avaliados periodicamente, reunidos e encadernados para ser entregue ao docente supervisor e coordenador de curso no final do estágio.

ARTIGO 25º – Os **Instrumentos de Registro de Estágio** padronizados para acompanhamento e avaliação dos discentes durante os estágios de sétima e oitava fase são:

ANEXO 4A: INSTRUMENTO A: CAPA DA AGENDA DO ESTAGIÁRIO

ANEXO 4B: INSTRUMENTO B: REGISTRO DAS ATIVIDADES DIÁRIAS DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO

ANEXO 4C: INSTRUMENTO C: DESCRIÇÃO DETALHADA DAS ATIVIDADES DIÁRIAS DE ESTAGIO

ANEXO 4 D: INSTRUMENTO D: AVALIAÇÃO PARCIAL DE ESTÁGIO

ANEXO 4 E: INSTRUMENTO E: AVALIAÇÃO FINAL DE ESTÁGIO

ANEXO 4 A: INSTRUMENTO A: CAPA DA AGENDA DO ESTAGIÁRIO

**FACEMG
CAMPUS I**

FOTO DO ALUNO

AGENDA DE ESTÁGIÁRIO

NOME DO ALUNO:

RA:

FASE:

ANO/SEMESTRE:

**BELO HORIZONTE
ANO**

ANEXO 3 B: INSTRUMENTO B: REGISTRO DAS ATIVIDADES DIÁRIAS DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO

Estágio: _____ Docente Supervisor: _____ Enf. Supervisor: _____

Nome: _____ RA: _____

Atividades Realizadas	Ass. enf. Supervisor	Ass. aluno	Observações do docente e/ou enfermeiro supervisor
() Elaboração da SAE () Gerenciamento da assistência () Consulta de Enfermagem () Educação em saúde () Técnicas de enfermagem Outros:			
() Elaboração da SAE () Gerenciamento da assistência () Consulta de Enfermagem () Educação em saúde () Técnicas de enfermagem Outros:			
() Elaboração da SAE () Gerenciamento da assistência () Consulta de Enfermagem () Educação em saúde () Técnicas de enfermagem Outros:			
() Elaboração da SAE () Gerenciamento da assistência () Consulta de Enfermagem () Educação em saúde () Técnicas de enfermagem Outros:			
() Elaboração da SAE () Gerenciamento da assistência () Consulta de Enfermagem () Educação em saúde () Técnicas de enfermagem Outros:			Assinatura do docente supervisor

ANEXO 3 C: INSTRUMENTO C: DESCRIÇÃO DETALHADA DAS ATIVIDADES DIÁRIAS DE ESTAGIO

NOME DO ALUNO: _____ **RA:** _____

Campo do Estágio:		
Endereço:	Bairro:	Cidade: (MG) CEP:
Telefone:		
Data	Descrição detalhada do cotidiano (digitadas)	Observações e rubrica do enfermeiro supervisor de estágio

Assinaturas e COREn-MG

Enfermeiro supervisor: _____

Enfermeiro coordenador de estágio: _____

Enfermeira Coordenadora de curso: _____

ANEXO 3 D: INSTRUMENTO D: AVALIAÇÃO PARCIAL DE ESTÁGIO

Local do estágio: _____

Nome do aluno: _____ RA: _____

Competências adquiridas/ avaliadas	Conceitos			Observações do Enfermeiro e/ou docente supervisor
	Satisfatório (S)	Parcialmente satisfatório (PS)	Insatisfatório (I)	
Assistencial (saber/Fazer)				
Gerencial (Saber fazer)				
Educacional Saber/Saber				
Pessoal Saber/Ser				Assinatura do Enf. Super. e/ou Docente ____/____/____

Assinatura do aluno: _____

Assinatura do docente: _____

ANEXO 3 E: INSTRUMENTO E: AVALIAÇÃO FINAL DE ESTÁGIO

ESTÁGIO: ____ FASE

Docente Supervisor:

Nome do aluno (a):

Data de início:

RA:

Data de término:

AVALIAÇÃO DE HABILIDADES E COMPETÊNCIAS	HABILIDADES E COMPETÊNCIAS	AVALIAÇÃO FINAL
Assistencial 3) Saber/Fazer)	Competências Específicas • Raciocínio clínico; • Planeja e implementa intervenções e novas ações; • Prioriza diferentes necessidades assistenciais de um grupo de clientes • Realiza cuidados diretos devidamente contextualizados no cenário da clinica apresentada pelo cliente; • Possui associação dos conteúdos teórico-práticos.	
Gerencial 2) Saber/Fazer)	Gerenciamento de Unidade Competências Específicas: • Avalia as condições existentes na unidade a ser administrada; • Diagnostica e realiza proposições pautadas no material técnico-científico presente na literatura • Dimensiona o número de trabalhadores, considerando as necessidades clínicas dos clientes; • Avaliar a adequação e qualidade da assistência prestada na unidade; • Instrumentalizar-se para a operacionalização do trabalho cotidiano na Enfermagem, utilizando racionalmente os instrumentos existentes ou criando nova maneira de organizar o atendimento das demandas da unidade; • Desenvolve a capacidade de análise crítica, reflexiva e propositiva, desenvolvendo responsabilidade e compromisso com a ciência da profissão. Gerenciamento de Pessoas Competências Específicas: • Possui habilidades de comunicação; • Familiarizar-se com os conteúdos teóricos do gerenciamento de pessoas; • Procura mecanismos para trabalhar a partir de um relacionamento favorável; • Analisa e diagnostica as dinâmicas de relacionamento e comunicação existentes num grupo;	

	• Identifica, sugere e aplica dados da literatura relacionada com o gerenciamento de pessoas; • Instrumentalizar-se para o gerenciamento de conflitos e incertezas em diferentes situações com os membros da equipe, com os pacientes e familiares; • Está apto a explicitar as próprias competências nas relações com os demais profissionais da área da saúde.	
educacional Peso 2 Saber/Saber)	Competências Específicas: • Cria dispositivos para perceber e diagnosticar necessidades de complementação/atualização técnica-científica dos diferentes membros da equipe de Enfermagem; • Cria dispositivos para perceber e diagnosticar demandas de cuidar de um cliente ou grupo de clientes/ comunidade; • É capaz de analisar diferentes cenários e propor estratégias de enfrentamento de necessidades educativas contextualizadas; • É capaz de desenvolver projetos educativos contendo: Introdução, objetivo, metodologia, desenvolvimento e conclusão buscando sanar as necessidades diagnosticadas nos membros de uma equipe de Enfermagem ou num paciente e/ou comunidade; • É capaz de implementar um Projeto Educativo e avalia sua efetividade e eficiência; • Uso de materiais de bolso, EPI e coletivo.	
essoais 3) Saber/Ser)	Competências Específicas: • Tem comprometimento com as atividades propostas e dinâmicas utilizadas; • É assíduo e pontual; • Ética com a equipe, clientes e supervisores; • Respeita supervisores, docentes e colegas; • É proativo; • Demonstra segurança no desenvolvimento de atividades buscando subsídios para evoluir • Apresenta-se com indumentária adequada para o ambiente de estudo e trabalho; • Se expressa de forma apropriada em nível pessoal e profissional, tanto na forma verbal como na escrita; • Reage positivamente às críticas e sugestões refletindo sob a forma diferenciada de agir.	
AValiação das Competências e Habilidades Adquiridas (Peso 6) :		
AValiação do Conhecimento Técnico Científico (Peso 4)		
MEDIA FINAL =		

--	--

OBSERVAÇÕES DO DOCENTE SUPERVISOR A RESPEITO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM PERCORRIDO PELO ALUNO

ANOTAÇÕES DO ALUNO (observações sobre o campo e atividades propostas, análise pessoal do seu desempenho e opiniões)

Carga horária do estágio: 480 horas

Assinatura do Docente Supervisor: _____

Assinatura do Coordenador do Curso: _____

Assinatura do Aluno: _____

Belo Horizonte, ____ de _____ de ____

XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO 25º - Este regulamento se aplica aos estudantes do Curso de Enfermagem da FACEMG e a sua divulgação será feita pela Coordenador de Curso e Comissão de Estágios.

ARTIGO 26º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Coordenador de Curso e pela Comissão de Estágios.

Assinatura / carimbo do Responsável

Empresa Cedente

CARIMBO DO CNPJ



FACULDADE DE ENSINO DE MINAS GERAIS -
FACEMG ESTÁGIO OBRIGATÓRIO
FICHA DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA E REGISTRO DE
ESTÁGIO

NOME:	R.A.
Curso: ENFERMAGEM	Ano:
Disciplina:	
Local de Estágio:	
Nome do Responsável:	

DATA	Horário Entrada	ATIVIDADES REALIZADAS	Horário Saída	Assinatura
DATA	Total de Horas	Assinatura do Supervisor (carimbo e reconhecimento de firma)	Assinatura do professor responsável	

LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.

Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÕES DE ESTÁGIO.

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º O estágio como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 4º A realização de estágios, nos termos desta Lei, aplica-se aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em cursos superiores no País, autorizados ou reconhecidos, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.

Art. 5º As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

§ 1º Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

- I – identificar oportunidades de estágio;
- II – ajustar suas condições de realização;
- III – fazer o acompanhamento administrativo;
- IV – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;
- V – cadastrar os estudantes.

§ 2º É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.

§ 3º Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

Art. 6º O local de estágio pode ser selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelas instituições de ensino ou pelos agentes de integração.

CAPÍTULO II

DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Art. 7º São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos:

- I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;
- II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;
- IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;
- V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
- VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;
- VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Parágrafo único. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do caput do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 8º É facultado às instituições de ensino celebrar com entes públicos e privados convênio de concessão de estágio, nos quais se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus educandos e as condições de que tratam os arts. 6º a 14 desta Lei.

Parágrafo único. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente não dispensa a celebração do termo de compromisso de que trata o inciso II do caput do art. 3º desta Lei.

CAPÍTULO III

DA PARTE CONCEDENTE

Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

CAPÍTULO IV

DO ESTAGIÁRIO

Art. 10. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§ 2º Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 13. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 14. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

CAPÍTULO V

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 15. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

§ 1º A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.

§ 2º A penalidade de que trata o § 1º deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a irregularidade.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. O termo de compromisso deverá ser firmado pelo estagiário ou com seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da parte concedente e da instituição de ensino, vedada a atuação dos agentes de integração a que se refere o art. 5º desta Lei como representante de qualquer das partes.

Art. 17. O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções:

I – de 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1 (um) estagiário;

II – de 6 (seis) a 10 (dez) empregados: até 2 (dois) estagiários;

III – de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 5 (cinco) estagiários;

IV – acima de 25 (vinte e cinco) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários.

§ 1º Para efeito desta Lei, considera-se quadro de pessoal o conjunto de trabalhadores empregados existentes no estabelecimento do estágio.

§ 2º Na hipótese de a parte concedente contar com várias filiais ou estabelecimentos, os quantitativos previstos nos incisos deste artigo serão aplicados a cada um deles.

§ 3º Quando o cálculo do percentual disposto no inciso IV do caput deste artigo resultar em fração poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§ 4º Não se aplica o disposto no caput deste artigo aos estágios de nível superior e de nível médio profissional.

§ 5º Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.

Art. 18. A prorrogação dos estágios contratados antes do início da vigência desta Lei apenas poderá ocorrer se ajustada às suas disposições.

Art. 19. O art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 428.

§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.

.....

§ 7º Nas localidades onde não houver oferta de ensino médio para o cumprimento do disposto no § 1º deste artigo, a contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a frequência à escola, desde que ele já tenha concluído o ensino fundamental.” (NR)

Art. 20. O art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria.

Parágrafo único. (Revogado).” (NR)

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001.

Brasília, 25 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

André Peixoto Figueiredo Lima

ANEXO IV

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES CURSO DE ENFERMAGEM

ANEXO A

FICHA DE COMPROVAÇÃO DE PRESENÇA INDIVIDUAL

IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL:

Nome do estudante: _____ RA: _____

Semestre: _____ Período: _____ Campus: _____

Nome do evento:

Data:

Local:

CONFIRMAÇÃO DE PRESENÇA:

Atesto, para fins de controle de presença, que o estudante esteve presente à atividade acima descrita, identificado pelo seu RA.

Para tanto, subscrevo-me abaixo e coloco-me à disposição para eventuais necessidades de confirmação.

Professor e/ou Responsável: _____

Disciplina e/ou Função: _____

Assinatura: _____

Duração da atividade: ____ horas.

CARIMBO

O estudante deverá entregar este formulário assinado ao Coordenador do Curso juntamente ao relatório da atividade.

ANEXO B
FORMULÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DA ATIVIDADE COMPLEMENTAR

CAMPUS: _____ **DATA DA ATIVIDADE:** _____

Estudante: _____ **RA:** _____ **semestre:** _____

Tipo de Atividade: () Visita técnica () Pesquisa () Palestra () Curso () Semana Científica ()

Trabalho Voluntário () Seminário () Oficinas

() Outro _____

Local da Atividade: _____ **Horário:** _____

Chancela do responsável pelo local do Evento: _____

Relatório da Atividade (se necessário utilize o verso)

Assinatura do(a) estudante: _____

HORAS/ ATIVIDADE: _____ **Visto Prof.** _____ **Data:** _____

() ENSINO () PESQUISA () EXTENSÃO

ANEXO C

ORIENTAÇÕES DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Produções bibliográficas, visitas em centros culturais, visitas técnicas, palestras, simpósios, cursos e seminários, leituras, participação em projetos sociais e frequência a peças teatrais e mostras cinematográficas, fazem parte das Atividades Complementares.

Como objetivos, elas complementam a formação profissional, cultural e cívica do aluno pela realização de atividades extracurriculares obrigatórias, presenciais ou à distância, além de despertar o interesse dos alunos para temas sociais, ambientais e culturais, estimular a capacidade analítica do aluno na argumentação de questões e problemas, auxiliar o aluno na identificação e resolução de problemas, com uma visão ética e humanista e incentivar o aluno na participação de projetos e ações sociais.

Serão consideradas apenas as atividades indicadas sugeridas na lista anexada, inclusive as atividades solicitadas pelos professores.

Relatórios sobre filmes, textos científicos, bem como as possíveis participações em eventos culturais (teatro, dança, orquestra, exposições etc.), deverão, obrigatoriamente, estar associados à solicitação de um docente e, portanto, deverão ser entregues corrigidos pelo docente e já pontuados.

Os alunos deverão entregar as atividades complementares em UM ÚNICO SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, identificado com etiqueta adesiva com as seguintes informações:

NOME COMPLETO, RA, SEMESTRE, TURMA E TURNO.

TODOS OS COMPROVANTES ORIGINAIS DA PARTICIPAÇÃO DO ALUNO EM EVENTOS (conforme descrito posteriormente) DEVERÃO SER ENTREGUES PELO ALUNO JUNTAMENTE COM UMA CÓPIA DO COMPROVANTE.

Os alunos deverão entregar os CERTIFICADOS DAS ATIVIDADES REALIZADAS E OS ORIGINAIS DE TRABALHOS, PRESENÇA EM LABORATÓRIO, CLÍNICAS, RESENHAS, DOAÇÕES ENTRE OUTROS.

Os critérios para a aprovação nas atividades complementares compreendem: o cumprimento da carga horária prevista; a entrega de relatório de atividades complementares* (anexo) padronizado pelo Guia das Atividades Complementares do IESFAVI, anexado aos documentos comprobatórios; a entrega da ficha de atividades complementares (anexo) devidamente preenchida pelo aluno.

* Todos os relatórios de atividades complementares devem constar a aprovação do professor responsável pela atividade desenvolvida, com carimbo e assinatura do docente, juntamente com a atribuição da carga horária.

Não será computada a nota mediante apenas uma atividade, é necessária a realização de pelo menos 4 (quatro) atividades distintas (atividade de ensino e pesquisa; atividade técnica; atividade cultural).

Quadro 1: Sugestões de conversões de atividades nos valores equivalentes em horas.

Atividade	Critérios Carga horária (horas)/pont os	Limite máximo de atividade	Requisitos
I – ATIVIDADES ACADÊMICAS, SOCIAIS E CULTURAIS			
Representação discente no curso.	5 por semestre	20 horas	Período mínimo de 1 semestre. Comprovante + relatório de atividades com qualidade.
Captação de recursos (membro efetivo) para viagens técnicas, campo, intercâmbios.	10 horas	10 horas	Comprovante + relatório de atividades com qualidade.
Curso na área (online). Acima de 20 horas.	10 horas	Até 30 horas	Comprovante
Curso na área (presencial).	Até 30 horas (10 pontos) Acima de 30 horas (20 pontos)	Até 50 horas	Comprovante
Análise de filmes e documentários indicados pelo professor, que abordem problemas sociais, epidemias, que estão relacionados à Farmácia.	Até 1 hora para cada relatório	Até 2 Relatórios	Relatório de atividades com qualidade
Disciplinas cursadas em programas de extensão promovidas pela IES. Outras atividades de extensão promovidas por outras instituições de ensino superior ou por órgão público.	5 horas para cada atividade	Até 30 horas	Comprovante + relatório de atividades com qualidade

Doação de alimentos (vinculado à disciplina da IES)	5 horas por relatório (até 15 horas)	Até 3 relatórios	Comprovante + lista de presença + relatório da atividade com qualidade
Atividades intercursos (disciplina ou atividade oferecida em outro curso da IES. Há necessidade de inscrição e de vaga. A frequência não deverá coincidir com o horário de aula).	1 hora para cada atividade realizada ou aula assistida	Até 5 horas	Comprovante (frequência registrada pelo professor da disciplina) + relatório de atividades com qualidade
II – ATIVIDADES DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA e PESQUISA			
Exercício de Monitoria.	Até 10 horas	Até 30 horas	Comprovante (relatório do aluno) + relatório de atividades com qualidade
Participação em pesquisas e projetos institucionais.	10 horas	Até 30 horas	Comprovante (relatório do aluno) + relatório de atividades com qualidade
Participação em atividades de iniciação científica.	10 horas	Até 30 horas	Comprovante (relatório do aluno) + relatório de atividades com qualidade
Participação efetiva em grupos de estudos/pesquisa sob a supervisão de professores.	10 horas	Até 30 horas	Comprovante (relatório do aluno) + relatório de atividades com qualidade
III – CONGRESSOS, SEMINÁRIOS, CONFERÊNCIAS E OUTRAS ATIVIDADES ASSISTIDAS			
Participação efetiva e comprovada em semanas acadêmicas, programas de treinamento ¹ , jornadas, simpósios, congressos, encontros, conferências, fóruns, atividades artísticas, promovidos pelo IESFAVI e por outras instituições de ensino superior, bem como por	5 horas para cada atividade	Até 30 horas	Comprovante + relatório de atividades com qualidade

conselhos ou associações de classe.			
Participação em defesas de TCC, dissertação de mestrado ou tese de doutorado (fora da grade curricular).	5 horas para cada	Até 2 por semestre	Comprovante + relatório de atividades com qualidade
Workshop, mostras, feiras e exposições assistidas e relacionadas à área da saúde.	5 horas para cada	Até 2 por semestre	Comprovante + relatório de atividades com qualidade
IV – PUBLICAÇÕES			
Artigos publicados em revistas científicas.	5 horas por publicação	Até 20 horas	Comprovante
Artigos publicados em jornais científicos.	5 horas por publicação	Até 20 horas	Comprovante
Monografias não curriculares	5 horas por publicação	Até 20 horas	Comprovante
Apresentação de trabalhos	5 horas por	Até 20 horas	Comprovante

¹ Os treinamentos realizados pelo discente no exercício de sua atividade profissional não serão aceitos.

em eventos científicos; resumos em anais (fora da grade curricular).	apresentação		
Leituras de artigos científicos em revistas indexadas, indicados pelo professor. Não serão aceitos artigos informais.	1 hora	Até 2 Relatórios	Relatório de atividades com qualidade
V – VIVÊNCIA PROFISSIONAL COMPLEMENTAR			
Realização de estágio não obrigatório desenvolvido com base em convênio firmado pela IES.	200h = 20h 100h = 15h 50 h = 10h 25 h = 5h		Relatório do aluno + Relatório de Atividades com qualidade + Declaração da Unidade Concedente
Participação em projetos e ações sociais (com, no mínimo, 6 horas de permanência)	10 horas	Até 3 Projetos	Relatório de atividades com qualidade + comprovante
Voluntário em projetos do IESFAVI e parceiros	5 horas	Até 3 voluntariados	Relatório de atividades com qualidade + Comprovante
Educação popular: elaboração de folhetos educativos, ministrar palestras e oficinas educativas	5 horas	Até 3 atividades	Relatório de atividades com qualidade + comprovante
Participação efetiva em feiras de divulgação da profissão	5 horas	Até 3 participações	Relatório de atividades com qualidade + comprovante
Participação em comissão organizadora da semana científica da saúde da IES	5 horas	Até 3 participações	Relatório de atividades com qualidade + comprovante
Visitas técnicas (creches, casas de repouso, orfanatos, ONG). Mínimo de 4 horas	5 horas	Até 3 Visitas	Relatório de atividades com qualidade + comprovante

de permanência			
Participação como mesário solidário nas eleições	10 horas	Até 2 participações	Comprovante

Quadro 2: Documentações a serem anexadas à Ficha de Atividades Complementares.

Atividade	Documentação
Exercício de Monitoria.	Fichas de ponto de Monitoria e Relatório de Atividades Desenvolvidas.
Participação em Grupos de Pesquisas.	Relatório de Atividades validado pelo Responsável pelo Grupo de Pesquisa.
Participação em Programas de Iniciação Científica.	Projeto e Relatórios validados pelo Responsável pela Iniciação Científica.
Produções técnicas, culturais, bibliográficas e artísticas.	Cópia do trabalho ou da monografia e relatório (se necessário, com fotos).
Visitas a museus, exposições, centros culturais e feiras.	Comprovante de comparecimento e relatório de atividades com qualidade, corrigido pelo professor responsável (se possível, com fotos).
Visitas técnicas.	Comprovante da visita (Endereço, telefone, CNPJ e assinatura com carimbo) e relatório de atividades com qualidade.
Presença em eventos técnicos, científicos e culturais (ou equivalentes).	Comprovante de comparecimento e relatório de atividades com qualidade corrigido pelo professor responsável.
Apresentação de trabalhos em eventos em geral.	Cópia do trabalho apresentado e certificado de apresentação.
Leituras de artigos científicos.	Resumo manuscrito seguindo padrão corrigido pelo professor responsável e cópia do artigo analisado.
Frequência em peças teatrais, mostras cinematográficas e sessões de cinema.	Comprovante de comparecimento e relatório de atividades com qualidade (resumo manuscrito), corrigido pelo professor responsável.
Análise de filmes e documentários relacionados à Farmácia.	Relatório de atividades com qualidade (resumo manuscrito), corrigido pelo professor responsável.

Participação em projetos e ações sociais.

Comprovante de participação e Relatório das atividades (com qualidade) desenvolvidas corrigidas pelo professor responsável.

SUGESTÕES DE LEITURA (LIVROS)

1. "1984", GEORGE ORWELL
2. "A BATALHA DE SALAMINA", BARRY STRAUSS
3. "A DANÇA DO UNIVERSO", MARCELO GLEISER
4. "A DISTÂNCIA ENTRE NÓS", THRITY UMRIGAR
5. "A ESTRELA SOLITÁRIA", RUY CASTRO
6. "A FILHA DE GALILEU", D. SOBEL
7. "A HORA DA ESTRELA", CLARICE LISPECTOR
8. "A INSUSTENTÁVEL LEVEZA DO SER", MILAN KUNDERA
9. "A JANELA DE EUCLIDES", LEONARD MLODINOW
10. "A MENINA QUE ROUBAVA LIVROS", MARKUS ZUSAK
11. "A MONTANHA E O RIO", DA CHEN
12. "A ORIGEM DO UNIVERSO", J. BARROW
13. "A ÚLTIMA GRANDE LIÇÃO", M. ALBOM
14. "ALICE NO PAÍS DO QUANTUM", R. GILMORE
15. "ANITA GARIBALDI", PAULO MARKUN
16. "ANNE FRANK, UMA BIOGRAFIA", M. MULLER
17. "AS VOZES DE MARRAKECH", ELIAS CANETTI
18. "AUTO-DE-FÉ", ELIAS CANETTI
19. "BLAISE PASCAL OU O GÊNIO FRANCÊS", J. ATTALI
20. "BOHR – O ARQUITETO DO ÁTOMO", M. C. ABDALLA
21. "BORBOLETAS DA ALMA – ESCRITOS SOBRE CIÊNCIA E SAÚDE", D. VARELLA
22. "CABUL NO INVERNO", ANN JONES
23. "CAMPO DA ESPERANÇA", C. GALVÃO
24. "CARTA AO PAI", FRANZ KAFKA
25. "CARTAS A PAULA", ISABEL ALLENDE
26. "CARTAS DE HERAT", C. LAMB
27. "CEM ANOS DE SOLIDÃO", GABRIEL GARCIA MARQUEZ
28. "CEM DIAS ENTRE CÉU E MAR", AMYR KLING
29. "CHINA – UMA NOVA HISTÓRIA", M. GOLDMAN
30. "CINDERELA CHINESA", ADELINE YAN MAH
31. "CONTRACULTURA ATRAVÉS DOS TEMPOS", K. GOFFMAN
32. "CRIME E CASTIGO", F. DOSTOIEVSKI
33. "DE COSTAS PARA O MUNDO", ASNE SEIERSTAD
34. "DESCOBERTA DO MUNDO", CLARICE LISPECTOR
35. "DNA, O SEGREDO DA VIDA", J. D. WATSON
36. "DOM CASMURRO", MACHADO DE ASSIS

37. "ÉBANO – MINHA VIDA NA ÁFRICA", R. KAPUSCINSKI
38. "EINSTEIN – SUA VIDA, SEU UNIVERSO", WALTER ISAACSON
39. "EINSTEIN, O VIAJANTE DA RELATIVIDADE NA AMÉRICA DO SUL", A. TOLMASQUIM
40. "ESTAÇÃO CARANDIRU", DRAUZIO VARELLA
41. "ESTRELA SOLITÁRIA", RUY CASTRO
42. "EU SOU O LIVREIRO DE CABUL", SHAH MUHAMMAD RAIS
43. "FILHO DO HOLOCAUSTO", J. MAUTNER
44. "FIQUE POR DENTRO DA FÍSICA MODERNA", J. GRIBBIN
45. "GANDHI – PODER, PARCERIA E RESISTÊNCIA", R. VARMA
46. "GANDHI", CHRISTINE JORDIS
47. "GENGIS KHAN", J. MAN
48. "GÊNIO OBSESSIVO – O MUNDO INTERIOR DE MARIE CURIE", B. GOLDSMITH
49. "GÊNIOS DA CIÊNCIA: SOBRE OS OMBROS DE GIGANTES", S. HAWKING
50. "GIGANTES NO CORAÇÃO – A EMOCIONANTE HISTÓRIA DA TRUPE LILLIPUT", E. NEGEV
51. "GRANDE SERTÃO: VEREDAS", JOÃO GUIMARÃES ROSA
52. "HISTÓRIA DA LEITURA", STEVEN R. FISCHER
53. "HISTÓRIA DAS GUERRAS", DEMÉTRIO MAGNOLI
54. "INFÂNCIA", GRACILIANO RAMOS
55. "ISAAC NEWTON", J. GLEIKE
56. "LEONARDO, O PRIMEIRO CIENTISTA", M. WHITE
57. "LIMIARES DA IMAGEM", A. FATORELLI
58. "LOUIS PASTEUR E OSWALDO CRUZ", M. H. MARCHARD
59. "MARIA ANTONIETA – BIOGRAFIA", A. FRASER
60. "MASSA E PODER", ELIAS CANETTI
61. "MAUÁ – O EMPRESÁRIO DO IMPÉRIO", JORGE CALDEIRA
62. "MAX WEBER", J. P. DIGGINS
63. "MEMÓRIAS DO CÁRCERE", GRACILIANO RAMOS
64. "MEMÓRIAS PÓSTUMAS DE BRÁS CUBAS", MACHADO DE ASSIS
65. "MINHA GUERRA PARTICULAR", M. SULTAN
66. "MINHA VIDA", C. CHAPLIN
67. "MINHAS VIAGENS COM HERÓDOTO", R. KAPUSCINSKI
68. "MULHERES DE CABUL", H. LOGAN
69. "NA NATUREZA SELVAGEM", JON KRAKAUER
70. "NEVE", ORHAN PAMUK
71. "NO CORAÇÃO DO MAR", N. PHILBRICK
72. "NO PAÍS DO JABUTI", BEATRICE TANAKA
73. "O ARCO-ÍRIS DE FEYNMAN", LEONARD MLODINOW
74. "O CAÇADOR DE PIPAS", K. HOSSEINI
75. "O CAMINHO DESDE A ESTRUTURA", THOMAS S. KHUN
76. "O DIÁRIO DE ZLATA", Z. FILIPOVIC
77. "O FIM DAS CERTEZAS", ILYA PRIGOGINE

78. "O LIVREIRO DE CABUL", A. SEIERSTAD
79. "O MUNDO CONTEMPORÂNEO", DEMÉTRIO MAGNOLI
80. "O MUNDO DE SOFIA", JOSTEIN GAARDER
81. "O MUNDO QUE EU VI", S. ZUEIG
82. "O NOME DA ROSA", UMBERTO ECO
83. "O TEMPO E O VENTO (TRILOGIA)", ÉRICO VERÍSSIMO
84. "O TEOREMA DO PAPAGAIO", DENIS GUEDJ
85. "O ÚLTIMO TEOREMA DE FERMAT", SIMON SINGH
86. "ORLANDO VILLAS BOAS – HISTÓRIAS E CAUSOS", O. VILLAS BOAS
87. "OS AFOGADOS E OS SOBREVIVENTES", PRIMO LEVI
88. "OS ESPANHÓIS", J. M. BUADES
89. "OS FILHOS DA MEIA NOITE", S. RUSHDIE
90. "OS SERTÕES", EUCLIDES DA CUNHA
91. "OSWALDO ARANHA – UMA BIOGRAFIA", H. STANLEY
92. "POR UM FIO", DRAUZIO VARELLA
93. "PRINCESA", J. P. SASSON
94. "ROOSEVELT", R. JENKINS
95. "SAINT EXUPÉRY", P. F. WEBSTER
96. "SANTOS DUMONT – HISTÓRIA E ICONOGRAFIA", F. H. COSTA
97. "SUA RESPOSTA VALE UM BILHÃO", V. SWARUP
98. "SUTIL É O SENHOR ...", ABRAHAM PAIS
99. "UM HOMEM CÉLEBRE", MOACYR SCLiar
100. "UMA BREVE HISTÓRIA DO PROGRESSO", RONALD WRIGHT
101. "UMA ESPERANÇA DE PAZ", S. TOLAN
102. "UMA MENTE BRILHANTE", SYLVIA NASAR
103. "UMA NOVA HISTÓRIA DO TEMPO", S. HAWKING, L. MLODINOW
104. "UMA VIDA ENTRE LIVROS", JOSÉ MINDLIN
105. "VIDA E ÉPOCA DE MICHAEL K", J. M. COETZEE
106. "VIDAS SECAS", GRACILIANO RAMOS
107. "VIVER PARA CONTAR", GABRIEL GARCIA MARQUEZ
108. "MEMÓRIAS DE UM HOMEM DE VIDRO: REMINISCÊNCIAS DE UM OBSTETRA HUMANISTA". RICARDO HERBERT JONES

SUGESTÕES DE FILMES

1. A ÁRVORE DOS SONHOS
2. A COR PÚRPURA
3. A ENCANTADORA DE BALEIAS
4. A ESCOLHA DE SOFIA
5. A FESTA DE BABETTE
6. A HORA DA ESTRELA

7. A LISTA DE SCHINDLER
8. A NOIVA SÍRIA
9. A QUEDA! AS ÚLTIMAS HORAS DE HITLER
10. A REVOLUÇÃO DOS ROBÔS (DOCUMENTÁRIO)
11. A ROSA PÚRPURA DO CAIRO
12. A VIDA É UM MILAGRE
13. ABRIL DESPEDAÇADO
14. ADIVINHE QUEM VEM PARA JANTAR
15. ALÉM DA LINHA VERMELHA
16. AMADEUS
17. AMISTAD
18. ANTES DA CHUVA
19. APOLLO 13
20. ARQUITETURA DA DESTRUIÇÃO
21. AS AVENTURAS DE AZUR E ASMAR
22. AS CHAVES DE CASA
23. AS INVASÕES BÁRBARAS
24. BAND OF BROTHERS
25. BELEZA AMERICANA
26. BICHO DE SETE CABEÇAS
27. BOPHA! – À FLOR DA PELE
28. CAMELOS TAMBÉM CHORAM
29. CARÁTER (KARAKTER)
30. CARRUAGENS DE FOGO
31. CARTAS DE IWO JIMA
32. CIDADÃO KANE
33. CIENTISTAS BRASILEIROS (DOCUMENTÁRIO)
34. CINEMA PARADISO
35. CINEMA, ASPIRINAS E URUBUS
36. COISAS BELAS E SUJAS
37. CORONEL REDL
38. CRIANÇAS INVISÍVEIS
39. DESDE QUE OTAR PARTIU
40. DESMUNDO
41. EM MINHA TERRA
42. EU, ROBÔ
43. FANNY E ALEXANDER
44. FELLINI OITO E MEIO
45. FESTA DE FAMÍLIA
46. FORREST GUMP – O CONTADOR DE HISTÓRIAS
47. FRIDA

48. GANDHI
49. HURRICANE, O FURACÃO
50. KOLYA – UMA LIÇÃO DE AMOR
51. LAVOURA ARCAICA
52. LIÇÕES PARA TODA VIDA
53. LUTERO
54. MAR ADENTRO
55. MATRIX
56. MENINA DE OURO
57. MEU PÉ ESQUERDO
58. MINHA VIDA DE CACHORRO
59. MUTUM
60. NA NATUREZA SELVAGEM
61. NOITES DE CABÍRIA
62. O ANO EM QUE MEUS PAIS SAÍRAM DE FÉRIAS
63. O AUTO DA COMPADECIDA
64. O CAMINHO DAS NUENS
65. O CAMINHO PARA GUANTÁNAMO
66. O DISCRETO CHARME DA BURGUESIA
67. O ESCAFANDRO E A BORBOLETA
68. O HOMEM ELEFANTE
69. O NOME DA ROSA
70. O PACIENTE INGLÊS
71. O PLANETA BRANCO
72. O QUARTO DO FILHO
73. O SÉTIMO SELO
74. O TAMBOR
75. O ÚLTIMO REI DA ESCÓCIA
76. O VIOLONISTA QUE VEIO DO MAR
77. OBRIGADO POR FUMAR
78. OS ÚLTIMOS PASSOS DE UM HOMEM
79. OSAMA
80. PALAVRAS DE AMOR
81. PEIXE GRANDE E OUTRAS HISTÓRIAS
82. PELLE, O CONQUISTADOR
83. PEQUENA MISS SUNSHINE
84. PINGUE PONGUE NA MONGÓLIA
85. POWAQQATSI – A VIDA EM TRANSFORMAÇÃO
86. RAIN MAN
87. REGRAS DA VIDA
88. RETRATOS DA VIDA

89. SOB O CÉU DO LÍBANO
90. SOCIEDADE DOS POETAS MORTOS
91. TARTARUGAS PODEM VOAR
92. TEMPOS MODERNOS
93. TERRA DE NINGUÉM
94. TREM DA VIDA
95. UM GRITO DE LIBERDADE
96. UMA LIÇÃO DE AMOR
97. UMA MENTE BRILHANTE
98. UMA MULHER CONTRA HITLER
99. UMA VERDADE INCOVENIENTE
100.UMA VIDA ILUMINADA

FICHA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES			
NOME DO ALUNO _____			RA: _____
CURSO _____	SEMESTRE _____	TURNO: _____ TURMA: _____	
ATIVIDADE	DATA	TOTAL DE HORAS	ASSINATURA DO COORDENADOR

TOTAL GERAL DE HORAS:

AVALIAÇÃO:
(aprovado ou reprovado)

DATA:

assinatura do aluno
assinatura do coordenador

ANEXO V

REGULAMENTO DOS ESTUDOS DISCIPLINARES

Considerando as mudanças introduzidas no cenário da avaliação da educação superior, com a promulgação da Lei n. 10.861/2004, notadamente a partir da divulgação dos resultados do ENADE 2006, a Instituição vem mobilizando a inteligência institucional aliada aos recursos oferecidos pela Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC), na perspectiva de aperfeiçoar sua metodologia de ensino e sua proposta didático-pedagógica.

Esse aperfeiçoamento se materializa no âmbito dos cursos de graduação, por meio de uma contínua reflexão sobre os resultados das avaliações internas, produzidas pela CPA e NDE, e externas conduzidas pelo INEP, SESu, SETEC e SEED.

Associa-se a esse fato a necessidade de adequar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação aos ditames das Resoluções CNE/CES nºs. 2 e 3, ambas editadas em 2007, e da Resolução CNE/CES nº. 4/2009, a primeira e a última fixando a carga horária dos bacharelados e a segunda determinando que a carga horária dos cursos deva ser contabilizada em horas.

Dentre outras medidas emergiu dessa reflexão a necessidade de introduzir no currículo dos cursos de graduação, unidades de estudos diferenciadas que contribuam para o desenvolvimento de competências e habilidades interdisciplinares. Nesse contexto estão inseridos os Estudos Disciplinares (ED) fundamentado no inciso II, do Art. 53 da Lei n. 9.494/96.

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino;

II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;(g.n)

e nos princípios norteadores das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação postulados nos Pareceres CNE/CES ns. 776/97, 583/2001 e 67/2003

(...)

1. Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas;(g.n.)

2. indicar os tópicos ou campos de estudos e demais experiências de ensino-aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré- determinadas, os quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos;(g.n.)

(...)

4 Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;(g.n)

- 5 Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;(g.n)

REGULAMENTO DOS ESTUDOS DISCIPLINARES

CAPÍTULO I DA CONCEPÇÃO, CARGA HORÁRIA E OBJETIVOS

Art. 1º. O presente Regulamento normatiza a execução dos Estudos Disciplinares (ED), constituídos por um conjunto específico de unidade de estudos, ao abrigo do que dispõe o inciso II do Art. 53, da Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN), observadas as Orientações para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação emanadas do Conselho Nacional de Educação, nos termos do Parecer CNE/CES nº. 776, de 13 de dezembro de 1997, do Parecer CNE/CES nº. 583, de 4 de abril de 2001 e do Parecer CNE/CES nº. 67 de 11 de março de 2003.

Art. 2º. Os Estudos Disciplinares são unidades de estudos de carácter obrigatório nos cursos de graduação da Instituição (IES), constituindo um eixo estruturante de formação inter e multidisciplinar que perpassa todos os períodos dos cursos.

Art. 3º. A carga horária dos Estudos Disciplinares será definida no projeto pedagógico de cada curso, considerando suas especificidades.

Art. 4º. São objetivos dos Estudos Disciplinares:

- a. Propiciar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento;
- b. Prover o aluno de graduação de competências e habilidades específicas para abordar, com visão inter e multidisciplinar, problemas de sua área de atuação profissional, com grau crescente de complexidade à medida em que ele progride em sua formação;
- c. Proporcionar aos estudantes oportunidades para estabelecer conexões entre as diferentes áreas do conhecimento visando a solução de problemas;
- d. Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.

CAPÍTULO II DA OPERACIONALIZAÇÃO

Art. 5º. Os ED utilizam a resolução sistemática de exercícios, criteriosamente elaborados pelo NDE, quando houver, em conjunto com responsáveis pelas disciplinas, como indutor do desenvolvimento das competências e habilidades para lidar com situações-problemas da sua área de formação.

§1º. Os exercícios abordam, inicialmente, conteúdos de formação geral, e à medida que o aluno avança na sua matriz

curricular, esses conteúdos são progressivamente substituídos por outros de formação específica, de cunho interdisciplinar, envolvendo diferentes campos do saber.

§2º. Os conteúdos abordados nos Estudos Disciplinares devem ter por base as Diretrizes Curriculares e o Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 6º. Os Estudos Disciplinares serão desenvolvidos com recursos educacionais combinados do ensino presencial e da educação a distância, utilizando, entre outros, a plataforma de Tecnologia de Informação e Comunicação da IES.

CAPÍTULO III

DA SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art. 7º. Caberá ao Coordenador do Curso, juntamente com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), quando houver, supervisionar e avaliar os Estudos Disciplinares de cada curso.

Art. 8º. A avaliação de desempenho dos alunos nos Estudos Disciplinares resultará da combinação do seu aproveitamento nas atividades presenciais e a distância,

Parágrafo Único - O aproveitamento dos Estudos Disciplinares de que trata o caput deste artigo poderá ser aferido mediante a aplicação de provas.

Art. 9º. A frequência do aluno nos Estudos Disciplinares resultará da apuração combinada da presença nas atividades presenciais e naquelas realizadas a distância.

Parágrafo Único - Nas atividades a distância, a frequência será controlada por meio dos acessos e do tempo de permanência do aluno na Plataforma Digital da IES.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso, em conjunto com a Direção da IES, ouvidas as partes interessadas.

Art. 11. As disposições do presente Regulamento poderão ser alteradas por deliberação do Colegiado de Curso com a anuência dos órgãos colegiados superiores da Instituição.

Art. 12. O presente Regulamento entra em vigor a partir de sua aprovação pelo Colegiado do Curso.

ANEXO VI

REGULAMENTO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO

A Faculdade de Ensino de Minas Gerais - FACEMG, em sua política de extensão, visa interagir com a sociedade e tornar acessível o conhecimento que acumula, sistematicamente, pela articulação entre ensino e extensão, interagindo com as demandas culturais e sociais da comunidade, numa dimensão ética, solidária e transformadora.

As atividades de Extensão da FACEMG reger-se-ão pelo seguinte Regulamento.

Capítulo I

Da Caracterização, Fins e Objetivos

Art. 1º - As atividades de Extensão constituir-se-ão por um conjunto articulado de ações de caráter teórico e/ou prático, planejado para atender demandas da sociedade, independentemente do nível de escolaridade e formação.

Art. 2º - As atividades de extensão têm o objetivo de introduzir o corpo discente na ação comunitária por meio de atividades que estimulem a interação e desenvolvam no aluno a responsabilidade ética e social.

Art. 3º - As atividades de Extensão terão um caráter eventual ou permanente atendendo aos interesses da comunidade.

Capítulo II

Da Administração

Art. 4º - As atividades de Extensão serão coordenadas pela Coordenação Pedagógica juntamente com a Coordenação do Curso de Enfermagem.

Art. 5º - É de responsabilidade das Coordenações Pedagógica e do Curso de Enfermagem em relação às atividades de Extensão:

- a) Comunicar aos docentes da Instituição sobre o desenvolvimento das atividades de extensão;
- b) Proporcionar canais de divulgação das atividades;
- c) Providenciar o registro das atividades realizadas e sua comprovação;
- d) Avaliar as atividades realizadas;
- e) Elaborar relatórios para a Coordenação do Curso.

Art. 6º - As atividades de Extensão serão realizadas pelo corpo social da FACEMG. Em casos especiais, poderão ser realizadas por profissionais convidados, titulados ou de notório conhecimento na área da atividade.

Art. 7º - As atividades de Extensão serão propostas pelos componentes do corpo social da FACEMG e os

projetos serão encaminhados a Coordenação do Curso.

Art. 8º - As propostas de atividades de Extensão deverão ser apresentadas em formulário próprio.

Art. 9º - As propostas de atividades de Extensão deverão vir acompanhadas da indicação de professor responsável pelas mesmas.

Art. 10 - Os Projetos de atividades de Extensão deverão conter as seguintes informações:

- a) Identificação da atividade;
- b) Objetivo da atividade;
- c) Cronograma;
- d) Duração;
- e) Descrição da atividade;
- f) Público alvo a que se destina;
- g) Cursos envolvidos;
- h) Docentes envolvidos;
- i) Discentes envolvidos;
- j) Necessidades específicas para sua realização.

Art. 11 – As propostas das Atividades de Extensão serão avaliadas por Comitê indicado pela Coordenação de Extensão.

Art. 12 – O Comitê avaliará as propostas considerando a sua relevância para o desenvolvimento profissional e/ou pessoal da comunidade, para o desenvolvimento dos alunos envolvidos, a exequibilidade do projeto e a atenção aos preceitos éticos.

Art. 13 – A coordenação das atividades de Extensão apoiará a execução das atividades aprovadas.

Art. 14 – A FACEMG expedirá certificados aos participantes das atividades de Extensão.

Art. 15 – As atividades de Extensão executadas serão registradas em formulário próprio.

Art. 16 – As atividades de Extensão, após sua realização, serão avaliadas pela coordenação da Extensão.

Capítulo III

Dos Direitos e Deveres dos Envolvidos com as Atividades de Extensão

Art. 17 - As atividades de extensão compreendem atividades desenvolvidas pela Instituição com a comunidade local, conforme o Art. 2º.

Parágrafo único: Os alunos vinculados com as atividades de extensão não poderão ser aproveitados, sob o pretexto deste vínculo, para o desenvolvimento de qualquer atividade administrativa ou docente da Instituição.

Art. 18 - Os alunos da FACEMG envolvidos com as atividades de extensão poderão contabilizar horas para o estágio ou para atividades complementares, desde que cumpram as normas pertinentes a essa atividade e encaminhem a documentação exigida pelo setor competente.

Art. 19 - Todos os envolvidos farão jus a um certificado de participação nas atividades de extensão cadastradas na secretária de Extensão Comunitária, desde que cumpram todos os requisitos definidos na proposta de ação aprovada pela Faculdade.

Art. 20 - As pessoas desvincular-se-ão das atividades de extensão a qualquer momento nos seguintes casos:

- I – quando sua participação nas atividades for manifestamente insuficiente;
- II - quando sofrerem alguma penalidade disciplinar se forem alunos da FACEMG, e
- III - quando solicitarem desligamento das atividades de extensão.

Parágrafo único - No caso da desvinculação referida, a pessoa desvinculada poderá perder o direito ao certificado de participação de acordo com a análise da Coordenação do Curso.

Art. 21 - As atividades de extensão não são interrompidas necessariamente durante o período de férias.

Art. 22 - No caso de projetos, eventos, consultorias ou atividades semelhantes com caráter extensivo:

- I. o aluno da FACEMG deverá apresentar a docente responsável, ao final do período previsto para a sua conclusão, um relatório a ser encaminhado à Coordenação do Curso, após emitir parecer conclusivo.
- II. o docente responsável ao término da mesma deverá apresentar à Coordenação do Curso um relatório final das ações desenvolvidas e dos resultados alcançados.
- III. deverá ser anexado ao relatório final as fichas de avaliação preenchidas por todos os envolvidos, inclusive representantes das Instituições ou comunidades parceiras.

Capítulo IV

Da Caracterização, fins e objetivos das atividades de extensão do curso de Enfermagem

Art. 23 As atividades de Extensão do curso de Enfermagem da FACEMG tem um caráter eventual ou permanente, atendendo aos interesses da comunidade.

Art. 24 São objetivos das atividades de Extensão do Curso de Enfermagem:

- Atuar junto à comunidade na promoção da saúde e prevenção de doenças;
- Promover assistência de enfermagem individual e coletiva através da promoção de atividades educativas, consultas de enfermagem, proporcionando informações ao paciente, aos demais profissionais da saúde e ao público em geral; e
- Atuar em campanhas de doação de sangue, uso racional de medicamentos, descartes correto de medicamentos e em parceria com as ações dos cursos de Farmácia e Fisioterapia da Instituição.

Capítulo V

Da Curricularização da Extensão

Art. 25 As atividades de extensão **devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento)** do total da carga horária curricular estudantil do curso de Enfermagem, as quais deverão fazer parte da matriz curricular do curso.

Art. 26 As atividades de extensão visam promover a formação integral dos estudantes para sua atuação profissional, bem como a promoção da transformação social, além de alcançar os seguintes objetivos:

I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV - a articulação entre ensino e extensão, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico;

V - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;

VI - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;

VII - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

VIII - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;

IX - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira.

X – A humanização na formação dos estudantes do Curso de Enfermagem da instituição, para que se tornem enfermeiros capazes de enxergarem o indivíduo na sua totalidade, centrando suas práticas no gerenciamento da terapia medicamentosa e melhora de qualidade de vida idividual e coletiva.

Capítulo VI

Das Disposições Gerais

Art. 27 Os casos omissos no presente regulamento serão apreciados pela Coordenação do Curso da FACEMG.

Art. 28 Das decisões dos docentes responsáveis caberá recurso, primeiramente, à Coordenação do Curso e a Coordenação Pedagógica.

Art. 29 - As presentes normas entrarão em vigor a partir da data de sua aprovação, exceto as disposições contidas nos artigos 25 e 26, cuja entrada em vigor ocorrerá **a partir de 19/12/2022**, em decorrência da prorrogação do prazo estabelecido na Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, pelo Parecer CNE/CES nº 498/2020 de 06 de agosto de 2020.